

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**



**DISSERTAÇÃO**

***Gazeta Pelotense: ensaio para uma imprensa de transição (anos 1970)***

**Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa**

**Pelotas (RS), março de 2021**

**AMILCAR ALEXANDRE OLIVEIRA DA ROSA**

***Gazeta Pelotense: ensaio para uma imprensa de transição (anos 1970)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Janete Espig  
Coorientador: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

**Pelotas (RS), março de 2021**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

R788g Rosa, Amilcar Alexandre Oliveira da

Gazeta Pelotense: ensaio para uma imprensa de transição (anos 1970) / Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa ; Márcia Janete Espig, orientadora ; Aristeu Elisandro Machado Lopes, coorientador. — Pelotas, 2021.

209 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Imprensa de transição. 2. Gazeta Pelotense. 3. Sociedade em transição. 4. Ditadura civil-militar. I. Espig, Márcia Janete, orient. II. Lopes, Aristeu Elisandro Machado, coorient. III. Título.

CDD : 907

## AMILCAR ALEXANDRE OLIVEIRA DA ROSA

*Gazeta Pelotense*: ensaio para uma imprensa de transição (anos 1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

Data da defesa:

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Márcia Janete Espig (Orientadora)  
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (Coorientador)  
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Alessandra Gasparotto  
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Tania Regina de Luca  
Doutora em História pela Universidade de São Paulo

---

Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza  
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## Agradecimentos

Agradeço à universidade pública, que possibilitou duas das minhas graduações e essa pós-graduação, além do programa de financiamento público que permitiu uma terceira formação em universidade privada. Nesse momento, defender as coisas públicas é tarefa da cidadania.

Ao Luiz Carlos Vaz – ex-professor que com o tempo virou um grande amigo – pela sugestão de contar a história da *Gazeta Pelotense*. Desculpa, Vaz, não resisti à tentação de ir além da sugestão inicial.

Ao Aldyr Rosenthal Schlee, pelo acesso aos arquivos de seu pai, Aldyr Garcia Schlee.

A todos e todas que concordaram em compartilhar documentos ou conceder entrevistas fundamentais para esta pesquisa.

À Jeanine, pelas traduções e a amizade de quase uma vida.

Às colegas e aos colegas do mestrado, pelo prazer da camaradagem.

À professora Márcia e ao professor Aristeu, pelo compromisso com a prática pedagógica que me conduziu pelos caminhos da historiografia.

Às professoras e aos professores integrantes da banca, pelas críticas necessárias ao aprimoramento da reflexão.

Ao Schlee, que não sei por que apostou naquele jovem estudante de Direito e de Jornalismo, e que tão logo soube do projeto de pesquisa colocou-se à disposição para ceder materiais e conversar sobre o jornal, entre tantas outras coisas rememoradas naquela tarde fria de agosto. (Levo comigo a imagem dele acenando, em pé na porta do apartamento, a cabeleira, o sorriso, na última vez em que nos vimos.)

Por fim, à minha mãe Nilza, ao meu pai João José e às minhas tias Julieta e Eda, que souberam que seus filhos – sim, éramos filhos delas, também – só poderiam lidar com esse mundo se tentassem compreendê-lo.

É o que continuo buscando.

*A tradição dos oprimidos ensina-nos que o "estado de exceção" em que vivemos é a regra. Temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia. Só então se perfilará diante dos nossos olhos, como nossa tarefa, a necessidade de provocar o verdadeiro estado de exceção; e assim a nossa posição na luta contra o fascismo melhorará. A hipótese de ele se afirmar reside em grande parte no fato de os seus opositores o verem como uma norma histórica, em nome do progresso. O espanto por as coisas a que assistimos "ainda" poderem ser assim no século vinte não é um espanto filosófico. Ele não está no início de um processo de conhecimento, a não ser o de que a ideia de história de onde provém não é sustentável.*

(BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história, Tese VIII)

## Resumo

ROSA, Amilcar Alexandre Oliveira da. **Gazeta Pelotense: ensaio para uma imprensa de transição (anos 1970)**. Orientadora: Márcia Janete Espig. Coorientador: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes. 2021. 209f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

A pesquisa sobre o jornal *Gazeta Pelotense*, que circulou em Pelotas (RS) entre os meses de setembro de 1976 e janeiro de 1977, é a base de onde parto para construir a categoria *imprensa de transição*. Essa categoria é característica das sociedades em transição, marcadas por mudanças econômicas, tecnológicas ou sociopolíticas. Desde o momento em que surgiu, a imprensa pode ser caracterizada como causa e resultado de algumas dessas mudanças. Para esta pesquisa, interessa analisar os efeitos sobre a imprensa da ruptura institucional provocada pela ditadura civil-militar implantada no Brasil a partir de março de 1964. É importante situar também as mudanças tecnológicas que atingiram a imprensa ainda antes do período de lançamento da *Gazeta Pelotense*, e que continuaram a produzir impactos na segunda metade da década de 1970 no Brasil. As características do jornalismo que os profissionais da *Gazeta Pelotense* pretendiam praticar são comparadas às do jornalismo praticado à época, usualmente dividido entre grande imprensa, que apoiou o golpe e a implantação da ditadura civil-militar de 1964, e imprensa alternativa, que a combatia. Nesta pesquisa, pretendo demonstrar que a imprensa não pode ser caracterizada apenas como colaboradora ou crítica dos governos militares. Na raiz das questões levantadas para fundamentar essa constatação estão as relações entre jornalismo e a sociedade em transformação.

Palavras-chave: Imprensa de transição. *Gazeta Pelotense*. Sociedade em transição. Ditadura Civil-Militar.

## **Abstract**

ROSA, Amilcar Alexandre Oliveira da. *Gazeta Pelotense: essay for a transitional press (1970s)*. Advisor: Dr. Márcia Janete Espig. Co-advisor: Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes. 2021. 209f. Dissertation (Masters in History) - Institute of Human Sciences. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

The research about *Gazeta Pelotense* newspaper, which circulated in Pelotas (RS) between September 1976 and January 1977, is the basis from which I start to build the category transitional press. This category is characteristic of societies in transition, marked by economic, technological or socio-political changes. From the moment it appeared, the press can be characterized as the cause and result of some of these changes. For this research, it is interesting to analyze the effects on the press of the institutional rupture caused by the civil-military dictatorship implanted in Brazil in March 1964. It is also important to situate the technological changes that reached the press even before the launch period of *Gazeta Pelotense* and that continued to produce impacts in the second half of the 1970s in Brazil. The characteristics of journalism that *Gazeta Pelotense* professionals intended to practice are compared to those of journalism practiced at the time. It is usually divided between the mainstream press which supported the coup and implantation of the 1964 civil-military dictatorship and the alternative press that fought it. In this research, I intend to demonstrate that the press cannot be characterized only as a collaborator or critic of the military governments. At the origin of the issues raised to substantiate this finding are the relationships between journalism and the changing society.

**Keywords:** Transition press. *Gazeta Pelotense*. Society in transition. Civil-Military Dictatorship.

## Lista de Figuras

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Manifesto dos jornalistas.....                                      | 39  |
| Figura 2 - Jornal Triz.....                                                    | 54  |
| Figura 3 - Governador Sinval Guazzelli inaugura <i>Gazeta Pelotense</i> .....  | 56  |
| Figura 4 - <i>Paris Match</i> .....                                            | 60  |
| Figura 5 – <i>Gazeta Pelotense</i> .....                                       | 60  |
| Figura 6 - Mural de Salomão Scliar.....                                        | 61  |
| Figura 7 - Público leitor nas páginas do jornal.....                           | 63  |
| Figura 8 - EUA apoia golpe de 1964 no Brasil.....                              | 67  |
| Figura 9 - Transgressões no tempo da ditadura.....                             | 75  |
| Figura 10 – Croqui do jornal com o nome original.....                          | 110 |
| Figura 11 - Maquinário da <i>Gazeta Pelotense</i> .....                        | 121 |
| Figura 12 - O enterro de João Goulart.....                                     | 124 |
| Figura 13 - O Brasil e a Belíndia.....                                         | 135 |
| Figura 14 - Prefeito Ary Alcântara "sem cérebro".....                          | 139 |
| Figura 15 – Ziraldo e a Lei Falcão.....                                        | 137 |
| Figura 16 – Gottinari e Marasco.....                                           | 140 |
| Figura 17 - Caderno dominical, primeira edição.....                            | 148 |
| Figura 18 - A história social de Pelotas por Mário Osório Magalhães.....       | 155 |
| Figura 19 - Reflexos da Lei Falcão.....                                        | 162 |
| Figura 20 - Arquivos Schlee no SNI.....                                        | 175 |
| Figura 21 - A equipe nos arquivos do SNI.....                                  | 180 |
| Figura 22 - Schlee na redação da <i>Gazeta Pelotense</i> .....                 | 182 |
| Figura 23 - A última edição com editorial na capa anunciando a suspensão ..... | 183 |
| Figura 24 – Carta sem assinatura critica a suspensão.....                      | 186 |

## Sumário

|                                                                             |            |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                     | <b>11</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 – IMPRENSA E SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO .....</b>                 | <b>34</b>  |
| Introdução .....                                                            | 34         |
| 1.1 Liberdade de imprensa, uma abordagem historiográfica.....               | 42         |
| 1.2 Imprensa em Pelotas nos anos 1970 .....                                 | 50         |
| 1.2.1 O “novo” e o “normal” .....                                           | 70         |
| 1.3 <i>Gazeta Pelotense</i> e imprensa de transição .....                   | 73         |
| <b>CAPÍTULO 2 - A REALIDADE EM CAIXINHAS .....</b>                          | <b>79</b>  |
| Introdução.....                                                             | 79         |
| 2.1 História e jornalismo, ou: jornalismo transformado em história.....     | 81         |
| 2.1.1 <i>Gazeta Pelotense</i> , grande imprensa e imprensa alternativa..... | 94         |
| 2.2 A diferença está no detalhe .....                                       | 98         |
| 2.2.1 A importância do contexto .....                                       | 105        |
| 2.3 A história contada “por quem a fez” .....                               | 115        |
| <b>CAPÍTULO 3 – A TRANSIÇÃO COMO DESEJO E COMO LIMITE .....</b>             | <b>131</b> |
| Introdução .....                                                            | 131        |
| 3.1 O desejo de mudança .....                                               | 134        |
| 3.1.1 Os cadernos dominicais.....                                           | 146        |
| 3.2 Os limites da mudança.....                                              | 156        |
| 3.2.1 A <i>Gazeta Pelotense</i> nos arquivos da repressão.....              | 171        |
| 3.3 O fim do sonho .....                                                    | 181        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                       | <b>190</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                     | <b>196</b> |
| <b>FONTES .....</b>                                                         | <b>196</b> |
| Fontes Orais .....                                                          | 196        |
| Fontes Impressas .....                                                      | 197        |
| Fontes Digitalizadas .....                                                  | 197        |
| <b>TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS .....</b>                              | <b>200</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>                                                    | <b>202</b> |
| Bibliografia Online.....                                                    | 202        |
| Bibliografia Impressa.....                                                  | 203        |

## INTRODUÇÃO

Como o jornalista interpreta o tratamento dado à imprensa por historiadores<sup>1</sup>? Minha experiência em redações de jornais algumas vezes não encontrou eco nas análises de historiadores sobre o ofício dos profissionais de imprensa ou sobre a atuação dos jornais ao longo da história. Isso porque não viu nessas análises, debruçadas sobre aspectos gerais da ação da imprensa ou de jornalistas, a preocupação com especificidades que podem ser fundamentais para refletir sobre a natureza do trabalho desenvolvido nesse campo. Quem pesquisa jornais, não “a imprensa” em geral, tende a superar parte dessas dificuldades, por mergulhar mais fundo na realidade da produção jornalística e se deparar com as diferenças entre jornais, entre jornalistas, entre jornalistas e proprietários de jornais. Essas diferenças têm consequências para as possibilidades que se abrem ao leitor, quando folheia as páginas das publicações. E serão tanto mais observadas quanto mais os historiadores tratarem os veículos de forma diferenciada, priorizando o contexto e as relações de que são produto e que influenciam, analisando suas práticas diárias, suas relações internas e externas.

A proposta desta dissertação é analisar um periódico e construir uma categoria, a imprensa de transição, com o uso de autores de campos variados do conhecimento, em uma perspectiva interdisciplinar. Esse procedimento constituirá a metodologia do trabalho. Pretendo demonstrar que as relações sociais, os modos de produção dessas relações, impactam as formas de produção no campo da imprensa, tanto quanto são impactados por ela, dada a importância que esse modo de divulgação das informações atingiu ao longo do tempo. Em momentos de transição, de ruptura dos padrões, ou paradigmas, de produção material (meios técnicos) e imaterial (a produção textual, o discurso jornalístico), a imprensa altera seus processos.

Mas as mudanças relativas a essas duas dimensões não ocorrem em momentos específicos. Aprofundam-se ao longo do tempo, como já foi descrito por vários autores com relação ao jornalismo no Brasil, objeto de profundas

---

<sup>1</sup> A análise de um veículo impresso é o foco desta pesquisa, que não se dedica a considerações sobre a mídia eletrônica existente no período abordado. Mesmo assim, é importante destacar que a categoria da imprensa de transição pretende estabelecer algumas premissas sobre a atuação da imprensa que valem para todos os veículos, impressos ou não. A intenção é que esta observação fique mais clara ao final da leitura.

transformações, mais acentuadamente a partir dos anos 1950, com o *Jornal do Brasil*, final dos anos 1960, com *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, e desdobramentos no momento em que a *Gazeta Pelotense* começou a circular, com a grande reforma protagonizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Nesses momentos a imprensa apresenta formas que dificilmente podem ser reduzidas a categorias específicas. A categoria da imprensa de transição está em construção e alguns contornos já comecem a se definir nessa Introdução, com sequência nas discussões dos capítulos posteriores. A definição da categoria deve ser produto da análise que faço nesta pesquisa, brotar das páginas do jornal e dos depoimentos dos antigos integrantes da equipe, além das reflexões a partir da bibliografia consultada.

A necessidade de fixar “a realidade” em conceitos ou paradigmas científicos faz parte do trabalho do historiador tanto quanto das reflexões do filósofo e do jornalista, duas de minhas outras formações. Mas o ponto de partida é ou deveria ser a dúvida, o questionamento, a investigação além das aparências fornecidas por hipóteses gerais. No caso da história, apesar do fato de os pesquisadores utilizarem jornais como fontes ou objetos de pesquisa já há algum tempo, muito ainda se discute com relação à melhor forma de abordagem desses instrumentos quanto a questões de método<sup>2</sup>.

Ao tentar sair do plano mais geral da análise, procuro mergulhar nas possibilidades de abordagens metodológicas da *Gazeta Pelotense*, jornal que circulou entre os meses de setembro de 1976 e janeiro de 1977 na cidade de Pelotas (RS)<sup>3</sup>. Desde já, é importante alertar: a experiência da *Gazeta Pelotense* durou pouco mais de três meses, ou seja, muito do que foi planejado pelos responsáveis pelo projeto não chegou a sair do papel. Se for acrescentado ao período o processo de elaboração do projeto, de construção da sede e de implementação do jornal, foram quase três anos de discussões e preparação, até o lançamento da publicação. Muitas ideias foram amadurecidas, mas era preciso que a experiência se efetivasse, para que erros e acertos fossem dando o direcionamento necessário e adequado ao inicialmente planejado, o que só ocorreria com a prática diária e por um período mais longo. Se este universo apresenta

---

<sup>2</sup> A propósito, cf. Barbosa, 2010; Capelato, 1988; Cruz; Peixoto, 2007; Espig, 1998, 2006; Luca, 2008, 2010; Zicman, 1985.

<sup>3</sup> Algumas reflexões apresentadas nesta dissertação constam de artigos elaborados para as disciplinas cursadas e para eventos de que participei durante a pós-graduação. As reflexões foram avançando conforme avançou a pesquisa, e o conjunto final redundou em parte no texto aqui apresentado.

limites, por outro lado possibilita a análise de um projeto que teve início, meio e fim, ao longo de 91 edições, o que permite considerar que há elementos valiosos a explorar na curta experiência da *Gazeta Pelotense*.

Além disso, este estudo não procura abordar uma situação ideal, em que uma iniciativa concreta já estivesse amadurecida e pronta para análise. Não será realizada uma análise exaustiva das 91 edições. Alguns conteúdos serão priorizados, e terão relação com fatos importantes cobertos pelo jornal, como as circunstâncias por que passava a ditadura no país, as mortes de personalidades nacionais e mundiais, a cobertura das eleições nos Estados Unidos, a cobertura das eleições municipais realizadas naquele ano no Brasil, além de novidades editoriais e gráficas introduzidas pelo jornal em Pelotas. Portanto, não serão priorizados estudos de editoriais ou análise de discurso, para citar dois exemplos que costumam ser utilizados por historiadores nas pesquisas sobre a imprensa. A opção de destacar alguns fatos mais gerais tem a ver com a relação que pretendo estabelecer entre a cobertura do jornal e o seu contexto.

Este é um estudo interdisciplinar que utiliza referências teóricas historiográficas e da comunicação, além de técnicas historiográficas e do jornalismo, para contar a história do jornal. Assim, o ensaio<sup>4</sup> referido no título dessa dissertação tem duplo sentido: um, relacionado ao pesquisador, que ensaiará uma possibilidade de metodologia a partir da análise do jornal *Gazeta Pelotense*; e outro, relacionado ao próprio jornal, que ensaiou uma prática jornalística diferenciada em um momento de transição. Por esses motivos, pode-se dizer também que a escrita da dissertação se aproxima do estilo ensaístico, pela característica tateante em busca de uma forma de abordagem do tema, isto é, de uma metodologia, e também pela relação com a transição, que é sempre movimento em busca de algo.

Contribuições teórico-metodológicas de várias áreas são utilizadas para chegar aos objetivos desta pesquisa. A intenção é buscar os elementos necessários

---

<sup>4</sup> O ensaio é uma forma de expressão cuja origem remonta à cultura greco-romana, mas atribui-se ao filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592) o uso inicial da expressão em seus *Ensaíos*, publicados no século XVI. No estudo *O ensaio como forma*, escrito entre 1954 e 1958 o filósofo alemão Theodor Adorno reflete sobre a resistência a esse estilo na academia: “Ainda hoje, elogiar alguém como *écrivain* é o suficiente para excluir do âmbito acadêmico aquele que está sendo elogiado” (ADORNO, 2003, p. 15). Este é um trabalho acadêmico com pretensão científica, e o recurso à vertente do ensaio ou a citação de Adorno não pretende ser salvo conduto para desconsiderar esse pertencimento. Até porque, como também afirma Adorno, “o ensaio necessariamente se aproxima da teoria, em razão dos conceitos que nele aparecem, trazendo de fora não só seus significados, mas também seus referenciais teóricos” (ADORNO, 2003, p. 37), sem por isso ser teoria pura.

à construção da categoria imprensa de transição. É importante, nesse sentido, recorrer ao ensinamento de Groth (2011):

O caminho para o conhecimento é o *dos métodos*, formas de ‘procedimento’ e ‘elaboração’, não “um” método: ‘O monometodismo’ tem que emudecer perante a pesquisa e os seus objetivos (David Koigen). ‘Uma ciência concreta utiliza todos os métodos [...] O desprezo de um deles significa uma destruição da certeza, que transforma a utilização mais meticulosa dos restantes em um desperdício de forças’ (F. H. Giddings). Método em um sentido científico significa todo procedimento planejado para alcançar o conhecimento científico. Nesse sentido, métodos são todas as percepções, experiências e ideias testadas quanto à sua adequação para os objetivos científicos e que podem contribuir para captar, esclarecer ou compreender objetos científicos correta e completamente. (GROTH, 2011, p. 63-64, grifos do autor).

O pesquisador alemão publicou *O poder cultural desconhecido* na segunda metade do século passado, nos anos 1960, preocupado com o estabelecimento de uma metodologia para a Ciência dos Jornais. Reconhecendo que há procedimentos que devem ser usados regularmente em todas as ciências, o autor destaca o fato de a Ciência dos Jornais ser uma ciência da cultura e, “*para qualquer ciência da cultura, vale, portanto, o pluralismo de métodos* (sincretismo dos métodos)” (GROTH, 2011, p. 64, grifos do autor). Mas alerta que, além de os métodos serem limitados pelo tipo dos objetos pesquisados, não há “liberdade absoluta de métodos” (GROTH, 2011, p. 64). Para Groth, o método mais importante das Ciências Humanas é *compreender*, o que envolve conhecimento de finalidades da ação humana. Esta, afinal, é uma das pedras de toque do jornalismo e da imprensa, sua finalidade, determinada por e determinante de seu contexto, por seus atores e suas motivações.

As possibilidades que se abrem a partir da análise da experiência da *Gazeta Pelotense* têm a ver com as intenções originais de seus planejadores, que dependeram em grande parte dos limites apresentados pela época. Esta é uma das premissas deste trabalho, e é a partir dela que levo a cabo uma metodologia construída ao longo do processo de investigação sobre as origens, atuação e encerramento das atividades do jornal, apoiando-me na perspectiva interdisciplinar inaugurada pela Escola dos Annales na primeira metade do século XX (BURKE, 1991).

A metodologia desenvolvida também é possibilitada pelas premissas da história do tempo presente, que sugere o estudo dos objetos situados em um tempo não tão distanciado do pesquisador. Esta inovação mostra a reconsideração

continua dos postulados do que se convencionou chamar de ciência, principalmente com relação às ciências sociais ou humanas.

A aceitação da “história do tempo presente”, como uma área passível de análise pelo historiador, só ocorreu nos últimos anos. Até então, fazer história dos acontecimentos recentes era tarefa deixada aos jornalistas. Os arquivos escritos eram a única fonte reconhecida como legítima pelos historiadores. (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; FERREIRA; RAMOS, 2008, p. 8).

Será necessário enfrentar algumas questões, como a dos limites para a metodologia proposta, circunscrita ao tempo presente ou ao passado próximo. Afinal, ela é em grande medida possibilitada pelo recurso às fontes orais, além da pesquisa documental. No caso desta dissertação, a história oral vem em auxílio do pesquisador, mas como ficaria a pesquisa direcionada a veículos que tiverem passado por períodos de transição em épocas distantes? Em princípio, esta não é uma metodologia a ser utilizada para acontecimentos distantes no passado, pela dificuldade relacionada às fontes orais. Por outro lado, para acontecimentos em que o acesso a essas fontes seja possível, ela cresce em importância.

Uma possibilidade de resposta para as questões acima é assumir, para fins metodológicos, a periodização a partir da qual a imprensa é analisada. Essa questão será mais bem analisada no Capítulo 1, mas introduzo alguns aspectos dessa discussão nesse momento. Desde que os acontecimentos envolvendo grandes personagens deixaram de ser a forma prioritária para a periodização da história, esta questão passou a ser abordada de diferentes maneiras pelos historiadores. Assim acontece para os historiadores da política, da economia e para os historiadores dos fatos socioculturais, entre eles, a imprensa. Nesses casos, “é mais difícil perceber os eventos, as conjunturas que explicam a passagem de uns aos outros” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 161).

As observações de Charron e Bonville (2016) sobre a natureza das transformações no jornalismo e a sua classificação em períodos permitem algumas reflexões importantes para determinar o que entendo por transição. Segundo esses autores, um período é uma criação conceitual dos historiadores que denota um padrão. Esse padrão se repete por um tempo, quando suas qualidades características se mantêm, adquirem estabilidade tal que se pode reconhecê-las por algum tempo como próprias de um período. Ou seja, são eventos que dependem da

manutenção das condições estruturais que caracterizam a estabilidade. Que condições estruturais seriam essas? As condições gerais necessárias à sustentação do conceito de paradigma, no sentido atribuído a este por Charron e Bonville (2016), pensadas a partir de Thomas Kuhn (1922-1996), físico e filósofo estadunidense. “Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 2006, p. 188). No posfácio do livro *A estrutura das revoluções científicas*, escrito quase sete anos depois da primeira edição do livro, o autor refina o que entende por comunidade científica, consequência das críticas que o enunciado original recebeu, por sua circularidade argumentativa:

De acordo com essa concepção, uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas.

Kuhn referiu-se prioritariamente ao campo das ciências naturais. Boa parte de seus exemplos vêm dessa área. Mas sua definição serve ao propósito desta pesquisa. No posfácio de seu livro, o autor faz uma breve referência às ciências sociais, relacionada ao seu desenvolvimento mais recente como campo científico de pesquisa:

O mais surpreendente desses temas é provavelmente aquilo que chamei de a transição do período pré-paradigmático para o pós-paradigmático durante o desenvolvimento de um campo científico. [...]. Antes de ela ocorrer, diversas escolas competem pelo domínio de um campo de estudos determinado. Mais tarde, no rasto de alguma realização científica notável, o número de escolas é grandemente reduzido, em geral para uma única. Começa então um tipo mais eficiente de prática científica. Essa prática é geralmente esotérica e orientada para a solução de quebra-cabeças. O mesmo ocorre com o trabalho de um grupo, que somente inicia quando seus membros estão seguros a respeito dos fundamentos de seu campo de estudos. A natureza dessa transição à maturidade merece uma discussão mais ampla do que a recebida neste livro, especialmente por parte daqueles interessados no desenvolvimento das ciências sociais contemporâneas. (KUHN, 2006, p. 189).

A preocupação do filósofo com relação às regras do conhecimento científico continua a ser objeto de discussão da comunidade científica, particularmente no campo das ciências humanas. Partindo da concepção de paradigma de Thomas Kuhn, Charron e Bonville o definem como “um sistema normativo de referência, [...] conjunto de modelos práticos reproduzíveis por imitação” (CHARRON; BONVILLE,

2016, p. 46). Ao retomar a questão da periodização do jornalismo, os autores defendem que

a cada tipo de organização que aparece na história desde a criação dos primeiros jornais, corresponderia um tipo de jornalismo que seria 'funcional' porque mais bem adaptado às circunstâncias. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 36).

Reconhecendo a dificuldade de estabelecer um critério válido para a totalidade da história do jornalismo, Charron e Bonville recorrem à noção de tipo ideal de Max Weber, uma “representação abstrata dessa realidade com apenas alguns traços julgados típicos e característicos pelo pesquisador” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 36). O tipo ideal, ressaltam, é um “guia para a observação da realidade e formulação de hipóteses”. Baseado nesses princípios, um paradigma jornalístico seria “um conjunto de regras suscetíveis de se transformarem à medida que os jornalistas adaptam a prática às mudanças dentro das condições concretas dessa prática” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 36).

A partir dessa conceituação – cuja construção tem finalidade heurística, não são o real, como afirmam os autores –, são definidos quatro tipos de jornalismo praticados ao longo do tempo: de transmissão (simples elo entre “fontes” e leitores), de opinião (jornal a serviço das lutas políticas), de informação (caracterizado pelo surgimento das “notícias” e do jornal como negócio) e de comunicação (baseado na multiplicação dos suportes midiáticos e dos serviços de informação). Esses tipos ideais de jornalismo se estabelecem conforme se sucedem as crises que levam, com o tempo, não mais a mudanças *nos* paradigmas jornalísticos, mas a mudanças *de* paradigmas jornalísticos, “modos específicos e singulares de conceber e praticar jornalismo” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 28).

Esses tipos ideais não implicam em congelamento da produção jornalística segundo regras rígidas nos períodos. Mesmo com características que mantêm uma regularidade, é a prática que define a produção jornalística, e ela nunca é unívoca, em qualquer tempo: “O jornalismo real é um objeto infinitamente complexo e nunca se conformou, na sua história, nenhum tipo de modelo teórico puro” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 40). Entre as variáveis consideradas pelos autores para sustentar essa afirmação estão desde as possibilidades materiais para a produção e divulgação jornalística em cada momento até elementos mais próprios do jornalismo,

como técnicas de produção do discurso jornalístico (o “estilo”), composição do público receptor, nível de conhecimento desse público, a relação entre o contexto de enunciação e o referencial (em que as referências técnicas, de condições de divulgação, de composição do público, etc., determinarão a produção de discursos), etc.

Essas referências são importantes, em função das análises que faço sobre a abordagem historiográfica das fontes jornalísticas e a relação entre o impacto dos períodos de transformações – ou transições – mais gerais da sociedade com as transformações da imprensa. Neste estudo, a transição é uma característica que se observa sempre que haja ruptura com as condições que determinaram a estabilidade em períodos anteriores. O jornalismo, como outras práticas sociais, é produto de transformações que se sucedem no tempo. Apesar de poderem ser aceleradas por situações específicas (como uma descoberta tecnológica, por exemplo), essas mudanças precisam encontrar o ambiente próprio para eclodirem, em situações de ruptura.

Charron e Bonville (2016), ao discorrer sobre o paradigma jornalístico, enfatizam que este conceito está contido dentro de um conceito maior, o de sistema de jornais, que “especifica as condições de validade empírica do primeiro” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 283). Esse sistema constitui “um conjunto de jornais, presentes em coordenadas espaço-temporais comuns, cujo funcionamento e conteúdo são determinados uns em função dos outros” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 280).

Os autores buscam esclarecer o que seja o sistema de jornais a partir da definição do pesquisador francês Maurice Mouillaud presente no artigo *Le système des journaux (Théories et méthodes pour l’analyse de la presse)*, de 1968. Neste texto, segundo os autores, Mouillaud atém-se à dimensão textual para estabelecer o que seria o sistema de jornais. Mas Charron e Bonville vão além, estabelecem seis dimensões, determinadas pelo que chamam de “fatores exógenos mais distantes da produção textual” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 280), para definir o sistema: economia (rentabilidade comercial), técnica (meios materiais necessários), fontes (indivíduos, grupos ou organizações que prestam ou divulgam informações nos jornais), público (a quem se destina o jornal), cognição (diz respeito à reprodução das práticas, pelos jornalistas, a partir de suas estruturas cognitivas) e conteúdo (características semânticas e morfológicas dos jornais). A partir dessas dimensões,

mais a dimensão textual ou discursiva, os autores acreditam ser possível estabelecer as características gerais de um sistema de jornais, de onde se extrairia um paradigma jornalístico. Este, por sua vez, seria o parâmetro para definir em que momentos ocorrem as crises que levam às mudanças dos paradigmas.

Os estudos de Charron e Bonville fornecem pistas, indicações, como afirmam os autores, para a realização de estudos empíricos que tenham como base veículos jornalísticos. Suas considerações são importantes, portanto, para o propósito principal da minha pesquisa: construir a categoria imprensa de transição. Neste estudo, não procedo à comparação detalhada da *Gazeta Pelotense* com outras publicações da época<sup>5</sup>. O que faço é comparar as características que aponto na *Gazeta Pelotense* com as características consideradas típicas dos modelos da época em que o jornal circulou, estabelecendo diferenças e aproximações.

Entre as dimensões propostas pelos autores, técnica e conteúdo são itens importantes para estabelecer diferenciais da *Gazeta Pelotense* próprios do momento em que houve uma “tensão” no sistema, mesmo que essas dimensões não representem a totalidade dos parâmetros que determinam a atuação e as transformações dos jornais. A questão econômica é fundamental, mas é difícil analisar as vendas de anúncios, vendas de jornais em bancas ou vendas de assinaturas, pela indisponibilidade de dados. O que se verifica ao longo das edições é que havia poucos anúncios no jornal. Mas isso não era a preocupação principal, porque o jornal era financiado por um empresário que se dispunha a bancar todas as despesas até que a publicação se estabilizasse no mercado.

Os riscos da predominância de um ou outro fator são enfatizados por Groth (2011), quando se refere ao aspecto técnico da produção dos jornais.

[...] todos os caminhos da tecnologia do jornalismo levam à dogmática e à filosofia, onde os valores são testados e geridos. Sem a filosofia, sem a ética, sem a política, sem as disciplinas normativas da vida individual e social, a tecnologia do jornalismo não é realizável. (GROTH, 2011, p. 58).

A reflexão de Groth é feita durante a discussão que faz sobre a natureza normativa ou descritiva da Ciência dos Jornais, no âmbito das práticas de ensino da

---

<sup>5</sup> Por esse motivo também não será realizada uma análise comparativa com o jornal concorrente local, o *Diário Popular*, embora, pela pesquisa em exemplares desta publicação, na época em que a *Gazeta Pelotense* circulou, algumas transformações tenham ficado evidentes, como a forma da abordagem dos fatos do momento e a inclusão de alguns conteúdos, principalmente nas páginas destinadas a entretenimento e programação cultural.

profissão. As razões para a análise ampla dos veículos, sem a qual essa análise perderia a validade, dizem respeito diretamente à intersecção entre a prática jornalística e o ambiente social em que os veículos atuam. Para o autor, “a doutrina técnica do jornalismo só pode ser construída por meio da inserção e utilização de decisões morais que as ciências normativas já tomaram anteriormente” (GROTH, 2011, p. 57). Assim,

todo jornalismo é agir individual e social e por isso está sujeito às normas do agir individual e social. Todo jornalismo expande a sua obra sobre a cultura e a sociedade como um todo, influencia a mentalidade pública, a configuração de todos os sistemas sociais e culturais. (GROTH, 2011, p. 57).

Por isso as alterações nos sistemas sociais e culturais afetam tanto quanto são afetados pelo jornalismo. Essa inter-relação, por outro lado, também é a origem dos limites do poder de determinação do jornalismo, fator que será explorado por Charron e Bonville em seu trabalho. Quando a estrutura social se altera, a imprensa não fica alheia a ela. Isso acontece particularmente em momentos de “tensões e contradições”, que podem levar ao surgimento de “jornais que entrem em contradição mais ou menos fortemente com as regras de funcionamento do sistema” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 290).

A viabilidade desses jornais inovadores e marginais é assegurada pela presença, no conjunto da sociedade de práticas (econômicas, políticas, socioculturais) que, embora também marginais, os tornam possíveis. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 290).

Parece uma constatação feita por encomenda para justificar, no Brasil, o surgimento dos jornais considerados “alternativos”. Mas, ampliando o alcance da observação, considero que se presta para o surgimento dos veículos típicos dos momentos de transição. Assim, seguindo pelo menos em parte os passos propostos pelos autores, a categoria imprensa de transição se enquadraria dentro do que classificam como período próprio do jornalismo de informação, vigente principalmente no século XX. Sugiro, atento à observação dos autores de que a estabilidade dos modelos não está livre de abalos eventuais, que as crises paradigmáticas referidas ocorrem também dentro de cada “tipo ideal” ou modelo. A essas crises chamo períodos de transição. E ao produto dessas crises, no âmbito do jornalismo de informação, denomino imprensa de transição.

O núcleo da categoria que pretendo sugerir com essa pesquisa, a transição, não é facilmente apreensível. Lugar de impermanência, não é meramente um ponto de passagem de um lugar a outro, mas constituinte da própria sociedade, constantemente em movimento, incluídos os períodos de sufocamento mais evidente, como o da ditadura civil-militar que perdurou por 21 anos no Brasil (1964-1985)<sup>6</sup>. A abordagem interdisciplinar, difundida principalmente a partir da “revolução historiográfica” da Escola dos Annales, que expandiu o campo de atuação de historiadores e o uso de fontes (BURKE, 1991), será útil para tentar superar essa dificuldade. Como convém ao pensamento sempre em movimento, os integrantes desta “escola” também foram criticados com relação aos seus procedimentos. Como, por exemplo, a ênfase na história-problema em detrimento da narrativa (VECCHIO, 2017). A “substituição” dos fatos pelo discurso sobre os fatos foi uma consequência dessa postura.

Os *Annales* opuseram a história-problema à narrativa tradicional achando ter solucionado definitivamente a aporia do conhecimento histórico. Ao romper com a narrativa, a história analítica visava romper com o evento único, fugitivo, incomparável. Entre alguns membros, predominou um excessivo otimismo quanto à possibilidade de se atingir cientificamente a inteligibilidade da história por meio dessa estratégia analítica por conceitos. Iludidos por essa limitação explicativa, alguns sustentaram até que a história não se referia mais ao tempo, em prol de fornecer ao discurso histórico um tratamento lógico e estrutural. (VECCHIO, 2017, p. 418).

Por outro lado, Burke alertará, com relação ao uso das fontes pelos historiadores, e remetendo a dilemas que também atingem jornalistas:

Tradicionalmente, os historiadores têm se referido aos seus documentos como “fontes”, como se eles estivessem enchendo baldes no riacho da Verdade, suas histórias tornando-se cada vez mais puras, à medida que se aproximam das origens. A metáfora é vívida, mas também ilusória no sentido de que implica a possibilidade de um relato do passado que não seja contaminado por intermediários. É certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários, incluindo não apenas os primeiros historiadores, mas também os arquivistas que organizaram os documentos, *os escribas que os escreveram e as testemunhas cujas palavras foram registradas*. (BURKE, 2004, p. 16, grifos nossos).

---

<sup>6</sup> Há divergências com relação ao período de duração da ditadura, mas adoto o entendimento de vários autores (FICO, 2012; MEZAROBBA, 2010; TELES e SAFATLE, 2010) segundo o qual ela estendeu-se do ano do golpe, 1964, até a passagem da presidência para um governante civil, José Sarney (PFL), em 1985. Mesmo sendo este presidente comprometido com os governos anteriores, tendo integrado os quadros da Arena, partido que deu sustentação ao governo. Este, aliás, é um dos fatores que caracterizam esse período de transição negociada e, conforme Fico (2017), controlada pelos militares que deixavam o governo.

No caso do jornalismo, os registros duplos, de quem produz o jornal, os *escribas*, e de quem é ouvido por ele, as *testemunhas*, são desafios que o historiador deve enfrentar. Esses registros dão pistas, ou sinais, indícios sobre o contexto em que o jornal é publicado. Entre as possibilidades de intermediação, uma recorrente é não poucas vezes representada pela censura, ponto sensível para a discussão do momento em que a *Gazeta Pelotense* atuou. E uma das diferenças fundamentais entre jornalistas e historiadores, já que os primeiros quase sempre parecem estar mais vulneráveis à censura, pelas mais variadas razões, sendo a submissão cotidiana do trabalho e as condições em que ele se dá uma das principais.

A historiadora Beatriz Kushnir, autora de *Cães de guarda* (2004), ao refletir sobre a relação entre jornalistas e a censura durante a ditadura, mostra que, mais do que a imposição do Estado ditatorial, a censura é um componente da prática jornalística que nem sempre pode ser terceirizado ou atribuído a agentes externos. Aquino (1999) também refere as diferentes possibilidades de censura: a censura que decorre das limitações impostas pelos interesses dos empresários proprietários dos jornais ou de seus anunciantes, a autocensura, que os próprios periódicos se impoem para não contrariar interesses que previamente julgam estar sendo contrariados, e a censura política, conduzida a partir do Estado em momentos de “exceção”. Coloco a expressão entre aspas porque julgo, a partir de Benjamin (2016), que a exceção também tem que ser problematizada em sociedades que convivem permanentemente com a desigualdade, em todos os sentidos, desde o acesso a bens primários para a sobrevivência até a impossibilidade de participar ativamente da vida pública, pela ausência de canais relevantes de intervenção política. E o acesso – ou a impossibilidade de acesso – à informação é um dos principais bens que a partir do século XIX passaram a definir com maior ênfase se uma sociedade vive um estado de exceção circunstancial ou permanente.

Essa reflexão oportuniza a introdução de mais um elemento importante na abordagem interdisciplinar dessa dissertação para a construção da categoria da imprensa de transição. O elemento tem relação com o entendimento de Paulo Freire sobre o que vem a ser a sociedade em transição, presente no livro *Educação e mudança*. Para Freire, a sociedade acolhe uma variedade de contrários, não apenas

os relacionados a categorias de opressores ou oprimidos, por exemplo, ou de resistentes e submissos.

Uma determinada época histórica é constituída por determinados valores, com formas de ser ou de comportar-se que buscam plenitude. Enquanto estas concepções se envolvem ou são envolvidas pelos homens, que procura (sic) a plenitude, a sociedade está em constante mudança. Se os fatores rompem o equilíbrio, os valores começam a decair; esgotam-se, não correspondem aos novos anseios da sociedade. Mas como esta não morre, os novos valores começam a buscar a plenitude. A este período, chamamos transição. Toda transição é mudança, mas não vice-versa (atualmente estamos numa época de transição). Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos. (FREIRE, 1979, p. 17).

É um Paulo Freire que discute a transição determinada por valores que nem sempre são estabelecidos autonomamente pelo que chamou de “sociedade-objeto”, as sociedades dependentes de uma determinação externa, vinda das “sociedades-sujeito”. E com elites locais que “prescrevem determinações às massas”, que “não deixam marcas como sujeitos, mas como objetos” (FREIRE, 1979, p. 18). As reflexões de Paulo Freire foram feitas em um momento anterior ao do surgimento da *Gazeta Pelotense*. Nem por isso, deixam de ser atuais para aquele momento, em um Brasil vitimado por um golpe com forte influência externa, em que as estruturas não eram produto da decisão de todos os seus habitantes. Mesmo por baixo das lutas entre os contrários, entretanto, imiscuiu-se uma série de iniciativas, nem sempre percebidas<sup>7</sup>. E que nem por isso deixaram de existir. A produção jornalística tem vários exemplos dessas iniciativas.

Sendo produto de um período anterior, o conceito de sociedade em transição<sup>8</sup> de Paulo Freire tem desdobramentos até o momento da publicação de *Educação e mudança*. Por isso, a opção por este autor, produto da interdisciplinaridade que marca essa pesquisa e da vivência e das reflexões do educador feitas antes, durante e após a ditadura. Paulo Freire foi preso pela ditadura e exilado entre os

<sup>7</sup> Assim como a imprensa não pode ser vista pela lente da uniformidade, como resultado de um bloco indiferenciado de intenções, também as outras instituições (Judiciário, Ministério Público, Legislativo, etc.) são objeto de tensão permanente, mesmo em períodos ditatoriais. Até mesmo entre o setor empresarial eventualmente podem surgir dissensos com relação à condução da política de Estado sobre a economia. Assim aconteceu no período que antecedeu ao golpe civil-militar de 1964, quando os setores agrário, industrial e financeiro não compartilhavam exatamente dos mesmos pontos de vista, embora, ao final, todos tenham contribuído em menor ou maior grau para a deposição do presidente João Goulart (FICO, 2017; TOLEDO, 2004; DREIFUSS, 1987; MENDONÇA, 1986).

<sup>8</sup> Explicação mais detalhada sobre o conceito de sociedade em transição será feita a partir do Capítulo 1.

anos de 1964 e 1980, vivendo em vários países no período. *Educação e mudança* (1979) foi lançada em espanhol, em Buenos Aires, pouco antes de seu retorno do exílio. A primeira edição em português foi publicada no Brasil em 1979. Segundo o educador Moacir Gadotti, que assina o prefácio do livro, *conscientização e mudança* são os “temas geradores” da prática teórica de Paulo Freire naquele momento, importantes para definir uma das palavras-chave desta pesquisa, a transição. Afirma Gadotti no prefácio do livro:

Paulo Freire é certamente um profissional comprometido, cujo pensamento, que pensa a vida, as relações humanas, encerra um grande potencial de direção na luta pela transformação das sociedades, notadamente das sociedades ‘em trânsito’. (GADOTTI, 1979, p. 5).

As reflexões de Paulo Freire são importantes para me aproximar de um sentimento próprio da época, mesmo que o autor tenha se baseado em uma situação anterior para construir o pensamento presente no livro. Várias de suas posições daquele período foram revistas, reformuladas, repensadas, em um movimento dialético de acompanhamento dos fatos históricos e da reflexão crítica sobre eles, coerente com o que Freire entendia ser a práxis, a junção de teoria e prática para a análise e intervenção nos acontecimentos de seu tempo (GADOTTI, 1996; MEDITSCH, 2016; MEDITSCH; FARACO, 2002; SCOCUGLIA, 2019).

Essas explicações são necessárias porque *Educação e mudança* é considerada uma obra “datada” por autores especializados no estudo de Paulo Freire com quem dialoguei para esta pesquisa. A sucessão de acontecimentos e a análise crítica do autor sobre eles agregaram novos elementos às suas reflexões. Alguns autores justificam o uso da categoria de transição aplicada a Freire, considerando o conjunto de sua obra e de sua vivência, que, ressaltam, por coerência com vida e obra do educador, não podem ser analisados separadamente<sup>9</sup>. Outras razões para o uso da categoria transição a partir de Paulo Freire e para o uso do livro *Educação e mudança* como referência serão aprofundadas ao longo dessa pesquisa.

A imprensa, por variados motivos, pouco a pouco está perdendo a importância que já teve, muito em virtude do desenvolvimento das redes digitais, que diminuiriam o papel dos veículos jornalísticos impressos como únicos difusores de

---

<sup>9</sup> Os professores Afonso Celso Scocuglia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e Moacir Gadotti, enquadram-se neste caso.

informações, além da crescente perda de credibilidade<sup>10</sup>. Mas, em um passado recente, o que era publicado nos jornais, principalmente, determinava em grande medida os rumos dos acontecimentos políticos, econômicos, culturais, sociais. Esta é uma característica das sociedades em que predominou o jornalismo de informação, seguindo a categorização proposta por Charron e Bonville (2016).

Os jornais do período de jornalismo de informação são produtores de *notícias*, determinadas em grande medida por circunstâncias políticas, econômicas, culturais, sociais (CHARRON; BONVILLE, 2016). Por isso, até mais do que por outros motivos, o estudo dos jornais, dos jornalistas, dos processos de produção das notícias, “mergulhados na história social”, na feliz expressão de um professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), pode oferecer indícios de relações que não se restringem a este ou àquele lugar, período, espaço físico e temporal.

As redes construídas para a produção de um periódico estendem-se para muito além do local em que ele é produzido ou em que circula. Dizem também respeito à temporalidade dos processos de produção – intelectuais, ideológicos, materiais – desses periódicos. E por isso podem fornecer pistas sobre o tempo e o lugar em que são produzidos, as relações sociais que os originaram – e que passam em alguma medida a determinar –, o público que o leu, os interesses em luta, o que não foi noticiado por outros veículos e pelos próprios veículos pesquisados, as diversas nuances da cobertura dos periódicos (distribuída por editorias, pelos segmentos destinados à opinião e à notícia, as idiossincrasias dentro de cada editoria, as injunções comerciais e os limites editoriais, etc.). Enfim, podem fornecer elementos para uma genealogia das falas e dos silêncios da imprensa e, por consequência, dos momentos que determinaram as coberturas e direcionamentos dos veículos. É inegável que, a depender do entendimento sobre o papel da imprensa, a produção científica sobre essa imprensa poderá ser marcada pela simples adaptação de categorias duras a um universo diferenciado. Ao não darem conta desse universo, pelo congelamento dos objetos, essas abordagens podem contribuir para os limites da análise das relações sociais. Esta é uma vertente da

---

<sup>10</sup> O estudo global *Edelman Trust Barometer*, de 2018, apontou pela primeira vez que a mídia é a instituição menos confiável ao redor do mundo. O estudo mostrou que em 22 dos 28 países pesquisados a mídia se encontrava no “território da desconfiança”. Disponível em: <[http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas\\_noticias/80347/pesquisa+aponta+que+mídia+e+a+instituição+menos+confiável+globalmente](http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/80347/pesquisa+aponta+que+mídia+e+a+instituição+menos+confiável+globalmente)>. Acesso em: 15 dez. 2019.

transição: uma análise do papel da imprensa no tempo, relacionada às mudanças do próprio jornalismo.

A segunda vertente é analisar a imprensa como consequência das relações sociais de que ela é um dos atores principais, como caixa de ressonância das grandes questões públicas, como influenciadora dessas questões e como empreendimento comercial relevante, em uma sociedade em permanente mudança. É uma vertente da transição relacionada às estruturas sociais de uma época. No momento em que a *Gazeta Pelotense* foi criada, colocavam-se de um lado defensores da ditadura – incluindo a maior parte da imprensa, em um primeiro momento – e de outro os que a combatiam, por entenderem que ela representava a manutenção da estrutura secular de dominação. No meio, uma população que começava a perceber que as promessas dos governantes do momento não se dirigiam à totalidade dos habitantes do país, às voltas com aumento da violência, inflação, inseguranças de toda sorte. As disputas se acirravam naquele momento de crise e promessas de distensão, em um começo de transição que, não entanto, não alterava o quadro geral de tensão.

Com relação à imprensa, essa tensão seria resultado da ação de dois polos: grande imprensa e imprensa alternativa<sup>11</sup>. Mesmo que se aceite essa classificação, é preciso dizer que esses polos representam uma diversidade de iniciativas que facilmente poderiam gerar novas classificações. Uma das hipóteses deste estudo parte dessa constatação prévia: a *Gazeta Pelotense* não integraria nenhuma dessas categorias, o que será analisado mais detalhadamente na sequência da pesquisa. A equipe da *Gazeta Pelotense*, tendo claros os procedimentos de uma ou outra postura da imprensa no Brasil após o golpe de 1964, procurou andar no “fio da navalha”, por cuidado, mas também por opção. Em suas páginas, tentavam equilibrar uma cobertura dos fatos jornalísticos que, ao mesmo tempo em que dava voz a personalidades contrárias ao governo, não desconsiderava as regras ainda em vigor, que poderiam, se contrapostas, levar à inviabilização do jornal. A publicação, nesta pesquisa, é vista como uma tentativa de, mesmo sob um regime de força, transitar entre censura e liberdade, buscando um lugar de expressão. Esta segunda abordagem da transição não está mais relacionada à sucessão temporal, mas a um tempo específico, em que conviveram várias modalidades de imprensa. Será

---

<sup>11</sup> Essas denominações – grande imprensa, imprensa alternativa – são usadas por serem reconhecidas pela historiografia, embora sejam objeto de discussão nessa pesquisa.

importante, então, diferenciar algumas dessas modalidades, o que faço ao dissociar a imprensa de transição das categorias em que normalmente é dividida a imprensa do período: grande imprensa e imprensa alternativa.

O equilíbrio – que não se confunde com equivalência no espaço destinado a posições divergentes, referindo-se a cuidado nas coberturas jornalísticas – foi uma intenção permanente da equipe da *Gazeta Pelotense*. Mas eram limites testados a todo instante. Esta condição pode fazer aflorar a percepção sobre as condições sociais mais gerais do momento, insinuando uma questão levantada na epígrafe e anteriormente, nesta dissertação: o “estado de exceção” que o país e a região viviam era realmente um estado de exceção? Essa indagação não desconsidera os horrores perpetrados pela ditadura no Brasil, com assassinatos e torturas, além da supressão das liberdades individuais e coletivas. O relatório da Comissão Nacional da Verdade entregue em 10 de dezembro de 2014 à presidenta Dilma Rousseff detalha as práticas violentas dos agentes do Estado contra seus opositores políticos no Brasil e no exterior. Entre elas, a morte de 191 pessoas e o desaparecimento de outras 243 (BRASIL, 2014). Um detalhe importante: o relatório abarca o período 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, ou seja, mais de quatro décadas do período republicano, indo além do período ditadura civil-militar implantada em 1964. O que torna ainda mais relevante a questão que levanto aqui, e que futuramente pretendo desenvolver: se a condição de estado de exceção atribuída àqueles tempos na verdade não seria mais frequente do que se admite no Brasil, transformando-se na regra das relações entre o Estado e seus cidadãos e cidadãs.

A “transição”, da mesma forma, como processo, não seria um indicativo de algo mais frequente, que se aplica a várias outras dimensões da vida pública no Brasil? Se for afirmativa a resposta, esta compreensão de transição não poderia ser estendida a outros campos, como a imprensa, em que o “normal” seria o controle e uso permanente da informação com propósito determinado, a imposição de um ponto de vista mais coincidente com certa visão de sociedade que sempre se mantém, a despeito de não atender aos interesses de todos os integrantes dessa sociedade? A transição não seria, então, uma marca permanente de um processo que nunca chega a termo?

Essas são perguntas que também procuro responder nesta dissertação, a partir da análise do jornal *Gazeta Pelotense*, dos depoimentos de alguns dos integrantes da redação e da revisão bibliográfica. Como é um trabalho que tem

como princípio metodológico a abordagem interdisciplinar, são utilizados autores de várias áreas para a problematização das questões apresentadas nesta introdução. No campo historiográfico, as reflexões são feitas a partir de autores que se dedicaram a pesquisas em história oral e ao tratamento das entrevistas de interesse historiográfico, sem restringir a metodologia às práticas deste campo; e autores do campo vinculado à microanálise, ou micro-história – neste caso, para, a partir do objeto de pesquisa, determinar seu contexto e traçar os liames que levarão a construir uma categoria que por suas características atravessa a história da imprensa.

Reitera-se o propósito que marca este estudo: evitar o tratamento indiferenciado dos jornais como fonte, submetendo-os a uma análise que os transforme em um objeto indistinto, pertencente ao “campo da imprensa”. Nesta pesquisa, o objeto tem características próprias, é produto da vontade de seus formuladores e das características de um momento vivido pela sociedade. É também atravessado por essas características, que foram parar nas suas páginas porque antes integravam as vidas de seus realizadores. O jornal é assim um resultado de vontades individuais e de condicionantes sociais. Ambas as dimensões se determinando e vistas pelo olhar de um pesquisador, também ele envolvido nesse turbilhão – pela profissão, pelas relações que manteve com alguns dos integrantes da redação da *Gazeta Pelotense* e pelas especificidades da pesquisa científica.

Para dar conta desse objeto e da discussão acerca da categoria da imprensa de transição, o estudo é feito a partir da história do jornal, desde os procedimentos iniciais para a sua criação, em 1974, até a última edição, em 1<sup>o</sup> de janeiro de 1977. A categoria é produto da análise. Não parto dela, pretendo chegar a ela ao final, delineando seus contornos ao longo da pesquisa.

No **Capítulo 1**, situo a história da *Gazeta Pelotense* e do jornalismo em Pelotas e no Brasil em um ambiente de transição, não apenas pela distensão prometida pela ditadura, mas pelas próprias contradições em que esta se encontrava. Paulo Freire abre a discussão sobre sociedade em transição, tendo como pano de fundo a ditadura, em um primeiro recurso à interdisciplinaridade. A caracterização da *Gazeta Pelotense* como imprensa de transição começa a ganhar contornos mais definidos para estabelecer a diferença com relação às categorias de grande imprensa e da imprensa alternativa, tratadas no capítulo seguinte.

No **Capítulo 2**, são enfatizados os processos de produção da *Gazeta Pelotense* e como esses processos se concretizaram nas páginas do jornal, problematizando os limites e possibilidades da transição. Percorro os caminhos da historiografia para a análise crítica das fontes, usando principalmente referências da história oral e da microanálise, mas sem desconsiderar que esses caminhos são sempre tentativas de encerrar a realidade em “caixinhas”, para sua melhor compreensão. Nesse momento também abordo as distinções entre grande imprensa e imprensa alternativa, situando a *Gazeta Pelotense* com relação a essas duas vertentes da imprensa. A história é contada “por quem a fez”, uma provocação que oportuniza discutir os testemunhos dos integrantes da equipe do jornal. Abordo as condições sociais e materiais que favoreceram a criação do jornal na época. Esta abordagem segue a discussão sobre as relações entre jornalismo e história que começaram na introdução, com os diferenciais da *Gazeta Pelotense*, com ênfase na transição (política, técnica, etc.) que possibilitou o surgimento do jornal. Destaco algumas coberturas para evidenciar que a transição não é apenas a condição que move o desejo de construir outro tipo de jornalismo, mas também os limites que determinadas situações impõem, e que permanecem no tempo, dependentes das mudanças na sociedade, mas também as influenciando.

No **Capítulo 3**, prossegue a análise gráfica e editorial do jornal, nos cadernos de cultura, nas ilustrações, na ausência de pauta (para não “dirigir” a cobertura) e nos processos de produção. Aproximam-se as eleições municipais, o que permite analisar a postura do jornal frente ao cenário político. A transição acompanha o movimento e os limites da sociedade. O jornalismo é um produto dessas mudanças e desses limites, ao mesmo tempo em que contribui para fixá-los. A imprensa de transição é uma categoria que não se descola do contexto em que o jornalismo é produzido, ao contrário, contribui para produzi-lo. Analiso a história do jornal segundo os depoimentos dos integrantes da equipe e o que efetivamente constou das páginas da publicação, bem como os motivos que levaram ao fim do periódico.

. \* . \* . \* .

A sugestão de contar a história da *Gazeta Pelotense* veio do ex-professor do curso de Comunicação da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Luiz Carlos Vaz, depois de meu retorno a Pelotas, após quase 30 anos vivendo em outros

locais. Inicialmente, pretendia escrever um livro sobre o jornal. Era importante reconstruir a memória de um tempo significativo para uma localidade conhecida por seus habitantes como “a cidade do já foi”, “a cidade do já teve”, referência ao passado de grande atividade econômica e pujança – não necessariamente benéfica para todos os moradores<sup>12</sup>.

Mas havia uma preocupação: o que representaria contar a história de um jornal cuja iniciativa partiu de um dos grandes intelectuais da cidade, Aldyr Garcia Schlee, diretor superintendente do jornal, que reuniu em seu entorno outros intelectuais e profissionais reconhecidos? Rememorar uma experiência inovadora e contestatória da tradição conservadora da cidade já seria um grande empreendimento. Mas que precisaria ser problematizado, mostrando não apenas as limitações das elites locais, que pouco apostam em projetos visando ao futuro, apegadas à tradição de um passado cada vez mais distante, mas também que mesmo em cidades aparentemente conservadoras como Pelotas este perfil está sempre sendo tensionado. A academia pareceu ser o caminho mais adequado para esta reflexão, e assim começou a ser gestada esta dissertação.

Felizmente, foi possível gravar uma entrevista com o principal responsável pela organização do jornal. Em uma tarde fria e ensolarada de agosto de 2018, Vaz, Schlee e eu intercalamos lembranças pessoais – a relação entre os dois datava de muito tempo e Schlee foi meu professor na Faculdade de Direito da UFPel – com as memórias de ambos sobre a *Gazeta Pelotense*. Schlee estava visivelmente satisfeito por recordar aqueles momentos. Não possuía a mesma mobilidade dos tempos da Faculdade de Direito, mas estava lúcido e ativo, escrevendo e intervindo de várias maneiras na cena cultural. Mesmo assim, já não tinha a memória precisa dos acontecimentos da época da *Gazeta Pelotense*. Em vários momentos recorria a Vaz, secretário gráfico do jornal e seu braço direito, para recordar alguns detalhes, principalmente sobre as primeiras negociações preparatórias para o lançamento do jornal. Mesmo com alguns lapsos, rememorou várias passagens, quase sempre acompanhadas de um sorriso irônico, uma das suas marcas.

A conversa foi a única que tive com Schlee sobre a *Gazeta Pelotense*. Faleceu pouco depois, em novembro de 2018, aos 83 anos. Não foi possível esclarecer várias questões relativas ao jornal, como a da epígrafe da publicação, na

---

<sup>12</sup> Cf. Magalhães (1993).

página 4, destinada à seção de “Opinião” – se tinha relação com a ausência de liberdade de expressão do momento –, detalhes sobre números de venda e assinatura, a origem dos nomes e a ordem das seções, a constituição da equipe, mais informações sobre o fim da publicação. Schlee tinha o hábito de fazer amplos círculos em torno de um assunto até concluir suas respostas. Detalhe: nunca o vi perder o fio do raciocínio, como se fechasse as camadas sucessivas que abria para, finalmente satisfeito, concluir suas respostas. Era um hábito a que nos acostumamos, desde as aulas na Faculdade de Direito. Mas isso demandava tempo, e tempo foi justamente o que nos faltou para aprofundar os assuntos relativos ao jornal.

Outros detalhes sobre a criação do jornal e as rotinas da redação foram obtidos em entrevistas com antigos participantes da iniciativa. Principalmente com editores, mas também com alguns repórteres e uma fotógrafa. Alguns ainda se encontram em Pelotas, trabalhando em atividades variadas. Nesses casos, os encontros foram presenciais e as entrevistas foram gravadas. Vários deixaram a cidade para trabalhar em outras localidades. Alguns, logo depois que o jornal fechou as portas. Para estes, tive que recorrer à internet para fazer as entrevistas. Plataformas de reuniões virtuais, como Zoom e Google Meet, foram utilizadas com essa finalidade. A entrevista com o editor Valter Sobreiro Júnior foi a única feita por telefone, em duas oportunidades. O advento da pandemia do coronavírus, a partir de março de 2020, impediu contatos presenciais com os entrevistados que moram em Pelotas. Assim, o telefone e as plataformas virtuais foram utilizadas para confirmar alguns detalhes pontuais com os entrevistados. Apenas uma das pessoas procuradas não quis dar entrevista, alegando questões pessoais. O vice-presidente Paulo Luiz Barcelos Góz, genro do empresário Manuel Marques da Fonseca Júnior, foi único membro da família do empresário a ser entrevistado.

Foram realizadas entrevistas com as seguintes pessoas para a dissertação:

**Aldyr Garcia Schlee**, diretor superintendente do jornal, na época com 41 anos, jornalista, professor e escritor, falecido em 2018.

**Luiz Carlos Vaz**, secretário gráfico do jornal, aposentado como servidor da UFPel, vive em Pelotas (RS).

**Valter Sobreiro Junior**, então com 34 anos, advogado, editor do Caderno dominical. Diretor de teatro na atualidade. Vive em Pelotas (RS).

**João Manoel dos Santos Cunha**, 31 anos na época, professor, editor do caderno de Variedades. Professor de Literatura aposentado da UFPel. Vive em Pelotas (RS).

**Renato Luiz Mello Varoto**, então com 29 anos, era professor e editor de Geral. Formado em Direito, advoga em Pelotas (RS).

**Sérgio Passos de Oliveira**, repórter da editoria de Esportes. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPel, atua na área atualmente, em Pelotas (RS).

**Paulo Luiz Barcelos Góz**, vice-presidente do jornal, atualmente dirige a Rádio Pelotense, em Pelotas (RS).

**Maria do Carmo Jansen Lessa**, fotógrafa, profissão que pratica até os dias atuais em Pelotas (RS).

**Robson Barenho**, repórter de Política, trabalhou em vários veículos no Brasil, aposentando-se em Brasília (DF), onde vive até hoje.

O filho de Schlee, Aldyr Rosenthal Schlee, permitiu que pudesse consultar o acervo do pai em sua casa na cidade de Capão do Leão – antigo distrito de Pelotas, onde se localiza atualmente um dos campi da UFPel. Além dos livros, manuscritos, originais, desenhos e fotos que enchiam vários cômodos da casa, havia uma pasta com documentos variados referentes à *Gazeta Pelotense*: projeto com etapas do planejamento (financeiro e editorial) para a criação do jornal; desenhos pintados à têmpera com esboços da fachada e de ambientes do prédio do jornal (de autoria de Schlee); planta do imóvel que abrigou a *Gazeta Pelotense*; esboços à caneta com detalhes do planejamento gráfico do jornal; orçamentos de equipamentos; uma cópia das Normas de Redação do jornal *Folha da Manhã*, da empresa Caldas Júnior; fotos das etapas da construção do prédio e de Schlee; recortes de jornais; convocatória da Justiça do Trabalho para a audiência de conciliação e julgamento da ação movida por Schlee contra a gráfica que editava o jornal e seu proprietário; cartas escritas à mão por ex-integrantes da equipe, relatando a saudade e a procura de emprego em outras cidades, após a saída do jornal; e uma cópia do único trabalho acadêmico encontrado sobre o jornal, uma monografia de conclusão de curso de Comunicação da UCPel elaborada por Rosa Aparecida Bittencourt em 1989. A orientação do trabalho de Rosa foi de Joaquim Salvador Pinho, professor da instituição e colega de Schlee na UCPel e no jornal *Diário Popular*, periódico da cidade de Pelotas.

Além dessas preciosidades, havia também um conjunto com 19 exemplares da *Gazeta Pelotense*. Outros 16 foram obtidos com Luiz Carlos Vaz e o maior

acervo, 59 exemplares, com Sérgio Passos de Oliveira, na época estudante de Arquitetura e redator de esportes do jornal. Em entrevista feita em março de 2019, várias vezes o antigo redator de esportes revelou que pensara doar os exemplares. A Bibliotheca Pública Pelotense tem 36 exemplares encadernados e seis em uma pasta em separado. O ex-professor do curso de Comunicação da UCPel e diretor de teatro, Válter Sobreiro Júnior, afirmou durante uma das entrevistas que doou a coleção completa dos jornais para a biblioteca do Colégio Municipal Pelotense. Mas, na visita à escola, fui informado de que ninguém tinha conhecimento dos jornais. No total, fora as repetições e contando com os 10 jornais que estão na biblioteca, consegui reunir 88 exemplares, dos 91 publicados – nesta conta, considero a edição de número 0, experimental, distribuída gratuitamente em agosto de 1976 para anunciantes e para o público em geral.

## CAPÍTULO 1 – IMPRENSA E SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO

*Dia de fazer o sinal da cruz, evitar encruzilhadas e encaminhar benzeduras.*  
(GAZETA PELOTENSE, 13 set. 1974, croqui, capa)

### Introdução

Após traçar o plano geral da dissertação, introduzindo as referências teóricas e metodológicas principais para esta pesquisa, é o momento de definir os contornos do objeto do estudo. Para isso, será necessário situar a história da imprensa no Brasil e na cidade de Pelotas, discutindo questões como a liberdade de imprensa, a relação entre a imprensa e os poderes constituídos, até chegar ao período em que a *Gazeta Pelotense* atuou. Com isso, e com as referências teóricas utilizadas, será possível traçar algumas características iniciais da sociedade em transição que levam ao que denomino imprensa de transição no Brasil.

No primeiro subcapítulo, realizo um recorte historiográfico do tratamento dispensado à liberdade de imprensa no Brasil. Segundo pretendo demonstrar, a imprensa, de perseguida, em seu percurso inicial, passou a participar ativamente dos jogos de poder no país, influenciando as tomadas de decisão de governos. No segundo subcapítulo, abordo a história da imprensa em Pelotas, desde seus primórdios até o momento em que a *Gazeta Pelotense* circulou. Neste momento, analiso mais aprofundadamente a história do jornal. Por fim, no terceiro subcapítulo, a intenção é oferecer as primeiras caracterizações da *Gazeta Pelotense* como imprensa de transição.

Começo este capítulo introduzindo um personagem importante para este estudo. Em 1979, retornou ao país o educador pernambucano Paulo Reglus Neves Freire. Foram 15 anos de exílio, forçado pela ditadura civil-militar que desde 1964 sufocava o país. Ao desembarcar no aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), Freire disse que voltava para “reaprender o Brasil”. Foi o primeiro retorno, já que a volta definitiva só aconteceria em 1980.

Paulo Freire teve de recomeçar, mais uma vez, tudo do princípio, pois, para a reintegração aos antigos cargos, a Lei de Anistia exigia que o ex-exilado requeresse ao governo o estudo de seu caso. Por considerá-la ofensiva, recusou-se a aceitar tal exigência, tanto no caso da docência, como no de técnico da Universidade Federal de Pernambuco, como tinha passado a

denominar-se a antiga Universidade do Recife. (GADOTTI et al., 1996, p. 43).

Este recomeçar “mais uma vez, tudo do princípio”, é significativo quando a referência é o educador, que tinha na crítica e autocrítica permanentes de seu pensamento e de seus escritos uma de suas principais características. Freire trazia na bagagem a experiência acumulada por passagens na Bolívia, Chile, Estados Unidos, Suíça e vários outros países, entre Ásia, África, Oceania e Américas. Entre 1964 e 1969, foi assessor do governo chileno que antecedeu ao do presidente socialista Salvador Allende (1970-1973), foi consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), deu aula como professor convidado na Universidade Harvard, em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos, e difundiu suas ideias sobre educação pelo mundo (GADOTTI, 1996).

Quando chegou ao país, publicou o livro *Educação e Mudança*, em que desenvolvia alguns tópicos fundamentais para o seu “reaprendizado do Brasil”. Publicado primeiramente em espanhol, em Buenos Aires, em 1976, teve versão em português lançada pela Editora Paz e Terra no Brasil três anos depois. Neste livro, Paulo Freire debruça-se sobre as características das sociedades em transição, ideia base para a reconstituição da história da *Gazeta Pelotense* e a construção da categoria a que esta pesquisa se propõe, a imprensa de transição.

A perspectiva interdisciplinar deste estudo reúne discussões em educação e comunicação, o que de resto já vem sendo feito por vários autores no campo das Ciências Humanas. A história, o campo em que se situa este estudo, é não poucas vezes referida por Paulo Freire como o que faz o homem pensar-se como homem, “constituindo-se social e historicamente, não como um *a priori* da História” (FREIRE, 2007, p. 10). Por outro lado, sua permanente autocrítica, que o levou a rever várias vezes as bases teórico-práticas de suas concepções pedagógicas, é um dos principais fatores que me levaram a adotá-lo como teórico da transição. Esta é uma opção fundamental para esta dissertação, que não tem como objetivo estabelecer uma rígida associação entre a obra de Paulo Freire e a imprensa – assunto de que, de resto, ele não se ocupou –, mas utilizá-lo como referência para situar a reflexão sobre um momento da vida nacional.

O percurso intelectual de Paulo Freire dá conta de um espaço e tempo históricos, que é o substrato do movimento que pretendo detectar na imprensa do período. Movimento que não começou com a ditadura civil-militar inaugurada em

1964, mas cujas raízes podem ser buscadas na época do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950, passando pelos anos 1960, até o jornalismo praticado durante a ditadura, período em que se situa a *Gazeta Pelotense*. Ao referir-se à sociedade em transição no Brasil, Freire usou como campo de análise os anos dos governos Juscelino Kubitschek a João Goulart. O educador partia do contexto do nacional-desenvolvimentismo cuja matriz remonta “aos pensadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), considerados os principais ideólogos do nacionalismo-desenvolvimentista desde a década de 1950” (SCOCUGLIA, 2019, p. 35) e de análises que remetiam “à transição à modernidade através do ‘combate da consciência mágica correspondente à sociedade arcaica e ao surgimento de outras formas de consciência’” (SCOCUGLIA, 2019, p. 39).

Paulo Freire pode ser caracterizado como um pensador da transição, mergulhado nos acontecimentos de uma época de profundas mudanças globais e locais e refletindo sobre elas. O começo de sua produção intelectual situa-se meia década antes do golpe de 1964, com a publicação da tese *Educação e atualidade brasileira* (1959). Neste trabalho, “a consciência é que determina o homem e o mundo (iluminismo kantiano) permitindo-lhe ser sujeito capaz de liberdade” (SCOCUGLIA, 2019, p. 42). Ainda não é a consciência de classe que marcará a *Pedagogia do Oprimido*<sup>1</sup>. A educação como processo de conquista da liberdade pela conscientização é uma constante na obra de Paulo Freire, mas o conceito de conscientização sofrerá mudanças ao longo do tempo. E esta, segundo Scocuglia (2019), é uma característica importante para situar o pensamento “em movimento” de Paulo Freire.

O conceito de “conscientização”, por exemplo, inicialmente pensado como um produto psicopedagógico, progride para o entendimento da contribuição educacional para a busca da “consciência de classe” sob a inspiração de preceitos marxistas. (SCOCUGLIA, 2019, p. 42).

Segundo o autor, a concepção inicial de sociedade de Paulo Freire é inspirada em um catolicismo liberal-democrático que acredita ser possível a superação do atraso do país pela via da educação das massas, com uma burguesia esclarecida no comando das ações. Mesmo com essa concepção, porém, era importante educar a população para que não se transformasse em massa de

---

<sup>1</sup> O livro foi escrito em 1968, quando o autor se encontrava exilado no Chile. Proibido no Brasil, somente foi publicado no país em 1974 (GADOTTI, 1996).

manobra das elites políticas e econômicas. As alterações do pensamento de Freire, fiel a postulados como consciência crítica e a importância da educação com essa finalidade, entre outros, vão até a segunda metade dos anos 1990, já com influência de Karl Marx, de Georg Lukács, de Antonio Gramsci e com a defesa das transformações da sociedade pelo sujeito da práxis, autônomo, consciente de sua classe (SCOCUGLIA, 2019).

Assim, a transição relacionada a Freire tem dois sentidos: um, que diz respeito à própria trajetória do autor; outro, decorrente daquela, diz respeito aos momentos em que ele produziu seu pensamento, caracterizados por profundas mudanças na sociedade mundial e brasileira. A transição em Paulo Freire referida em *Educação e mudança* (1979), mesmo “datada”, permite extrair um valor retrabalhado e que projete as transformações daquele momento e seu impacto na imprensa para outros momentos da história do país.

As reflexões de Paulo Freire sobre o papel do educador como um ser da práxis, comprometido com o diálogo libertador com os oprimidos (presente em sua *Pedagogia do oprimido*) ou as reflexões sobre a “comunicação dialógica” presentes em várias outras obras – escritas ou dialogadas, depois transcritas como entrevistas – servem tanto para o educador quanto para o jornalista. O próprio Freire admitia que suas reflexões ultrapassavam o campo da educação em sentido estrito. Pode-se dizer que muitos profissionais da imprensa do país entenderam esse papel. Outros acreditavam e continuam a acreditar na neutralidade de sua prática, concepção tão criticada por Paulo Freire. Jornalistas e educadores neutros são uma ficção que só encontra amparo na alienação, como diz Paulo Freire em *Educação e mudança*. E eu acrescentaria: ou na má-fé, no interesse mesquinho ou na indiferença à sorte dos oprimidos.

Particularmente quando se refere à questão do *compromisso* dos profissionais da educação, o pensamento de Paulo Freire pode levar a uma compreensão do papel dos profissionais de imprensa junto ao público leitor. Para isso, os jornalistas precisam compreender seu papel na estrutura de que fazem parte. Paulo Freire referia-se à estrutura de classes. Segundo essa concepção, adaptada à realidade das redações, um empregado de jornal não deveria acreditar estar na mesma situação que seu patrão, mas ao lado de outros trabalhadores, leitores ou não de jornais. Em seus últimos trabalhos, Paulo Freire, fiel à sua postura de não negar as reflexões anteriores, mas repensá-las à luz da realidade histórica,

defenderá a práxis do sujeito autônomo, baseada na ética universal e na solidariedade social para a conquista da democracia (SCOCUGLIA, 2019). Por adaptação, esta solidariedade deveria orientar a práxis dos profissionais de imprensa dedicados a levar informação para o público.

Neste mesmo período, várias modificações podem ser observadas na imprensa brasileira. As reformas gráficas e editoriais do *Jornal do Brasil*, de *O Estado de S. Paulo*, do *Jornal da Tarde* e mesmo da *Folha de S. Paulo*, no considerado “centro” do país, foram acompanhadas por transformações em vários outros jornais – no Rio Grande do Sul, um dos melhores exemplos é a *Folha da Tarde*, da empresa Caldas Júnior, mesma proprietária do jornal *Correio do Povo* (MARTINS; LUCA, 2013; SPERANZA, 2007; CAPELATO, 1988).

Como testemunha de seu tempo, Freire refletiu sobre a sociedade *daquele* momento e *naquele* momento, antes, durante e após o lançamento da *Gazeta Pelotense*. Freire, assim, fornece parte da base empírica (por ter vivenciado) e teórica (por ter refletido) sobre as mudanças daquele momento no Brasil – chamo a este período sociedade em transição. A categoria imprensa de transição, ambição desta pesquisa, é construída a partir da relação entre a imprensa (*Gazeta Pelotense*) e a sociedade em transição, mesmo que o autor não tenha pensado nesses termos<sup>2</sup>.

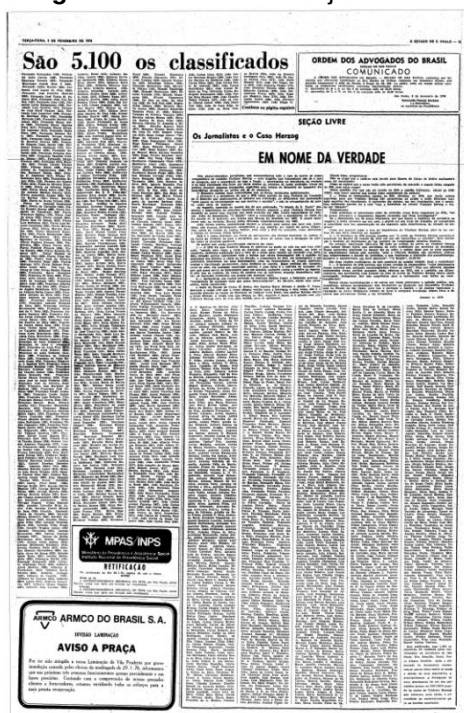
Um episódio, particularmente, mostrou a Paulo Freire que o Brasil que encontrou não mudara tanto assim, desde que fora obrigado a deixar o país. Quatro anos antes do retorno do educador, o Brasil fora sacudido por uma notícia bombástica: o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, em 1975, nas dependências do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão subordinado ao Exército, expunha

---

<sup>2</sup> Esta categoria não se confunde com a denominação que consta do livro *Imprensa em transição* (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; FERREIRA; RAMOS, 2008). Neste caso, os vocábulos “de” e “em” presentes nas duas denominações fazem muita diferença. Quando me refiro à imprensa *de* transição, procuro definir algumas características da imprensa que são produto das mudanças verificadas em períodos históricos em que ocorrem condições específicas. No livro citado, os autores dedicam-se a observar as transformações da imprensa *em um período específico*, os anos 1950. No meu caso, a busca é pela definição de características mais permanentes da imprensa que se verificam sempre que a sociedade passa por processos de mudança (social, tecnológica, econômica). Nesse caso, o livro de Abreu é extremamente útil, porque eventualmente permitirá estender a análise que faço a partir da *Gazeta Pelotense* para outros veículos e períodos da vida nacional. Com isso, pretendo estabelecer um padrão na relação entre imprensa e sociedade, não apenas em períodos ditatoriais, como é o caso do período em que surgiu a *Gazeta Pelotense*. A imprensa de transição é uma tentativa de desvelar aspectos das relações históricas mais permanentes entre imprensa e sociedade, democrática ou não, sempre e cada vez mais dependente do acesso à informação.

as entranhas do regime. A versão oficial para a morte do jornalista era de suicídio. Fotos divulgadas pelos militares mostram Herzog com uma tira de pano amarrada em volta do pescoço e nas grades da janela da cela, com as pernas dobradas, detalhe que levantou suspeita com relação às circunstâncias em que o fato ocorreu<sup>3</sup>. No início de 1976, aquelas circunstâncias da morte do jornalista e as explicações contraditórias dos órgãos responsáveis pela apuração levaram profissionais de imprensa de vários estados a publicar o manifesto *Em nome da verdade* (Figura 1).

**Figura 1 - Manifesto dos jornalistas**



Fonte: Acervo Estadão, n. 30.939, p. 15, 3 fev. 1976.

<sup>3</sup> “Vladimir Herzog, o Vlado, foi assassinado no dia 25 de outubro de 1975, sábado, num antigo prédio da rua Tomás Carvalhal, no Bairro do Paraíso, em São Paulo, onde funcionava o Destacamento de Operações de Informações (DOI), departamento do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). [...] Mas o assassinato brutal, por espancamento, não era o limite a que podiam chegar os feitores do regime ditatorial. Esquivar-se da responsabilidade pelo crime forjando uma inverossímil cena de suicídio seria o próximo passo dos torturadores. Com uma tira de pano, amarraram o corpo pelo pescoço à grade de uma janela e convocaram um perito do Instituto Médico Legal para fotografar a ‘prova’ de que o preso dera fim à própria vida, em um surto de enlouquecido arrependimento por ter escrito uma confissão que aparecia rasgada, no chão, na imagem divulgada pelos órgãos de repressão. [...] Em 1979, por corajosa decisão do juiz Márcio José de Moraes em processo movido pela família Herzog, a Justiça brasileira condenou a União pelo assassinato de Vlado. Apenas em 2013 a família teve nas mãos uma nova certidão de óbito, na qual a morte foi registrada como resultado de ‘lesões e maus tratos’ infligidos no ‘II Exército (DOI-CODI)’ – um eufemismo ainda para abuso, tortura, homicídio, mas mesmo assim significativo de uma enorme transformação política ocorrida no Brasil com o impulso das forças democráticas que não esmoreceram diante do poder fardado e da violência.” Cf. INSTITUTO WLADIMIR HERZOG, *Biografia de um jornalista*. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/biografia/>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

O documento foi assinado por 1.004 jornalistas e publicado na forma de anúncio no dia 3 de fevereiro de 1976 no jornal *O Estado de S. Paulo*. Jornalistas de São Paulo, Rio, Brasília, Natal, Porto Alegre e Curitiba se cotizaram para pagar o anúncio, que cobrava explicações do governo.

Não estavam distantes os eventos de maio de 1968, particularmente os relacionados à Guerra Fria e suas repercussões globais, com tanques da antiga União Soviética tomando as ruas da capital da Tchecoslováquia em efervescência pela ampliação das liberdades individuais e coletivas, em uma onda de repressão que ficou conhecida como a Primavera de Praga. No mesmo contexto geopolítico, a derrota do imperialismo dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (1955-1975) levou ao acirramento da Guerra Fria, com revoltas e manifestações que provocaram o endurecimento das ditaduras na América Latina (PADRÓS, 2005). A imprensa, através da divulgação desses eventos, contribuía para a amplificação das tensões, que repercutiam em iniciativas relacionadas à própria existência dos veículos. O sufocamento financeiro, pelo governo, dos pequenos jornais que desafiavam a censura para divulgar esses fatos de maneira não alinhada aos interesses “ocidentais” é um exemplo dessa situação (KUCINSKI, 2001).

O surgimento de jornais como a *Gazeta Pelotense*, ou o jornal *Triz*, de outubro do mesmo ano, em Pelotas (RS), eram na verdade a retomada de um movimento verificado em outras oportunidades. E esta é outra característica de uma sociedade em transição. Lembremos que em 1966 a publicação do *Jornal da Tarde*, em São Paulo (SP), alterou as antigas formas de fazer jornalismo vigentes no país desde a última reforma do *Jornal do Brasil*, ainda nos anos 1950, no Rio de Janeiro (RJ) (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; FERREIRA; RAMOS, 2008). Ao longo da história do jornalismo no Brasil, houve várias tentativas de romper com as barreiras à informação, seja na forma do jornalismo, das manifestações artísticas, da educação. No âmbito do jornalismo, a resposta às tentativas nesse sentido foi da censura empresarial, em que as próprias empresas de comunicação se encarregam de impor limites aos conteúdos divulgados, à política, realizada pelas estruturas de Estado. Sem falar da questão da autocensura, de jornalistas ou empresas, que pode conviver com as duas formas anteriores de restrição à liberdade de informar.

Para o Freire de *Educação e mudança*, determinados valores constituem as diferentes épocas históricas e as sociedades. Quando há ruptura dos fundamentos

de uma sociedade, os valores decaem, não correspondem mais aos anseios dos grupamentos sociais, que buscam novos rearranjos, à procura de equilíbrio.

Nesta sociedade em transição se está numa posição progressista ou reacionária; não se pode estar com os braços cruzados. É preciso procurar uma nova escala de valores. O velho e o novo têm valor na medida em que são válidos. [...] As atitudes reacionárias são as que não satisfazem o processo e os valores requeridos pela sociedade de hoje. (FREIRE, 1979, p. 20).

Ou seja, uma sociedade em transição produz e é produto de elementos que lhe dão uma direção diferente da anterior, não necessariamente melhor. Mudanças nas estruturas ou nos comportamentos tendem a modificar as relações sociais e carecem de instrumentos que deem curso a elas. A sociedade em transição pressupõe alteração de um estado para outro, revela tensão entre os atores políticos, econômicos, culturais, sociais. E também uma dupla face, definidas pelo autor como os processos de prolongação da sociedade que se desvanece, com vistas à sua preservação, e de penetração da nova sociedade anunciada, que se incorpora na velha (FREIRE, 1979).

Neste período também se localizam as origens do processo de acumulação capitalista que levou à crise dos anos 1960 e ao golpe civil-militar de 1964 (MENDONÇA, 1986). Mendonça afirma que as limitações da demanda interna para absorver a produção derivada dos altos níveis de inversão de capitais dos anos 1950-1960 e o esgotamento da política de substituição de importações adotada no período anterior ao golpe são duas das razões mais utilizadas para explicar os motivos que levaram à derrubada de João Goulart. Para a autora, nenhuma dessas explicações é suficiente e as razões que levaram ao golpe devem ser buscadas em vários fatores. Em primeiro lugar, a alta concentração de capitais<sup>4</sup> provocou o fim do pacto entre as classes dirigentes. Por outro lado, o Estado, sempre detentor do poder de investimento, não tinha condições de realizar novas inversões de capital junto ao setor privado. Soma-se a isso a agitação política que tomava conta do país, em função do esgotamento do pacto populista – fonte de pressões “por cima”, pelo fim da aliança entre burguesia industrial e financeira urbanas e setor agrário, por um lado, e pelo aumento da pressão “por baixo”, em função dos prejuízos impostos aos trabalhadores, sempre chamados a pagar a conta da crise. Por fim, o capital

---

<sup>4</sup> Que terá entre seus reflexos a diminuição do número de empresas jornalísticas, nos anos 1970-1980.

estrangeiro, temendo a turbulência política, passou a evitar o país (MENDONÇA, 1986).

No Brasil, a tensão entre os atores políticos e econômicos não poucas vezes trouxe à luz as disputas pelo poder que marcam nossa sociedade, em que os setores dominantes se revezam, dificultando ao máximo a ascensão de outros grupos de interesse, principalmente das classes populares. E a imprensa não fugiria a essa equação, refletindo as condições gerais da disputa na sociedade. O entendimento que adoto para esta pesquisa é que as definições de transição, prolongação e penetração, presentes em *Educação e mudança*, podem ser utilizadas para outros períodos da história brasileira em que as “crises” aflorem. É o que faço, ao adaptá-las para a análise do momento em que a ditadura dava os primeiros sinais de que poderia passar a um período de distensão. Neste caso, não só a definição de transição, mas as de prolongação e de preservação de Freire também podem ser aplicadas ao âmbito da imprensa.

### 1.1 Liberdade de imprensa, uma abordagem historiográfica

Apenas se constataremos os limites, os condicionamentos e as possibilidades da prática jornalística, poderemos estabelecer métodos de análise adequados de jornais. Nesta pesquisa, a partir da ampliação da lente sobre um objeto de estudo, das influências para a produção do jornal, do contexto em que surgiu, dos relatos das personagens que viveram a experiência da *Gazeta Pelotense*, é estabelecido não um ponto de chegada, mas um ponto de partida para a análise das relações mais abrangentes do período em que o jornal foi produzido e da própria imprensa. Com essa compreensão, enriquece-se a análise das relações de poder instituídas no Brasil, particularmente as decorrentes da atuação dos jornais. Essas se desdobram em períodos sucessivos e são derivadas das relações sociais, materiais, econômicas, culturais, etc., de que são produto e para as quais contribuem, e que constituem um conjunto de ações que podem estimular ou bloquear a participação da cidadania nos processos de tomada de decisão.

Por formação da cidadania a partir da imprensa defino o processo que começou já no século XIX, com a separação entre Estado e vida pública. A liberdade de imprensa teve papel fundamental nesse sentido.

Alguns dos primeiros pensadores liberais e líbero-democratas, como Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill, foram fervorosos advogados da liberdade da imprensa. Eles viam na liberdade de expressão de opinião através de uma imprensa independente uma salvaguarda vital contra o uso despótico do poder do estado. É significativo que, depois de uma vitoriosa guerra de independência contra a coroa britânica, as colônias americanas incorporaram o direito a uma imprensa livre como a Primeira Emenda à Constituição. [...] Garantias legais de liberdade de expressão foram sendo adotadas por vários governos europeus, de tal maneira que pelo fim do século XIX a liberdade da imprensa tinha se tornado uma questão constitucional em muitos estados ocidentais. (THOMPSON, 1998, 67).

Para o autor, uma imprensa livre e independente auxiliaria o livre curso do conhecimento e do debate, expondo e criticando as atividades dos governantes e as motivações de suas decisões. No jornalismo de informação característico desse tempo, de acordo com Charron e Bonville (2016, p. 213),

a imprensa evolui ao abrigo das decisões arbitrárias dos poderes políticos. Não somente a liberdade de imprensa é oficialmente reconhecida, mas, além disso, o jornal não mantém qualquer ligação de dependência com grupos ou dirigentes políticos. Nem por isso a crítica radical às instituições políticas e sobretudo econômicas é efetiva, pois a imprensa é solidária a essas instituições, principalmente por causa do seu modo de financiamento.

Essa consideração final sobre a dependência das instituições políticas e econômicas é crucial para a análise da *Gazeta Pelotense* e para a categoria imprensa de transição. Mas antes é preciso falar sobre como essas relações se deram no Brasil.

Os primeiros jornais do país tiveram que conviver com a proibição de instalação de tipografias e de circulação sem a autorização da Coroa. Além desses limites, a “Coroa Portuguesa sempre criou obstáculos ao seu desenvolvimento [da imprensa] para impedir que as críticas à dominação metropolitana se propagassem através das folhas impressas” (CAPELATO, 1988, p. 38). O que não impediu a circulação de muitos diários e panfletos, principalmente nos centros urbanos. Em uma população majoritariamente rural, analfabeta, com maioria de escravizados e dispersa, as dificuldades de acesso à informação eram significativas. A leitura dos jornais era feita muitas vezes de forma oral, nas esquinas, em comércios variados, no âmbito das famílias. O risco era grande, já que o discurso presente nessas publicações era anticolonialista e antilusitano (CAPELATO, 1988, p. 38).

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, alterou esse quadro, com a criação da Tipografia Nacional por portaria de D. João VI e a permissão para a

publicação de jornais, ainda que sob a censura prévia e submetidos às leis portuguesas<sup>5</sup>. Foram precisos mais alguns anos para que, a partir da mudança da situação política em Portugal, os reflexos pudessem ser sentidos na imprensa no Brasil.

O momento crucial para a emergência de uma opinião pública no Brasil, portanto, situa-se nos anos 1820 e 1821, contexto que antecede a Independência e marca mudanças significativas na estrutura política da Península Ibérica e de seus domínios na América. Em 1820, como é sabido, ocorreram as revoluções constitucionalistas na Espanha e em Portugal, inspiradas no modelo liberal da Constituição de Cadiz (1812). Esses acontecimentos teriam impacto importante nos domínios portugueses e espanhóis na América. Entre as primeiras medidas da Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa estava o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, datado de 21 de setembro de 1820. Em seguida, a 13 de outubro, as mesmas autoridades liberaram a circulação dos impressos portugueses fora de Portugal. Enterravam, assim, a censura prévia. (MARTINS; LUCA, 2012, p. 18).

D. João VI, no Rio de Janeiro, assinará decreto em 2 de março de 1821 suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral. Uma decisão tardia, já que impressos circulavam livremente no país.

A partir daí, poderia se afirmar que a liberdade de imprensa estaria instalada no Brasil. Mas o que se verifica em seguida não é uma linha progressiva e ascendente de crescimento dessa liberdade. Houve um crescimento da imprensa, sim, mas a questão do controle desta atividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões: os dilemas, vividos pelos redatores de diversas correntes políticas, se cruzariam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares. (MARTINS; LUCA, 2012, p. 18).

Em 1823, a convocação da Constituinte no Brasil foi marcada pela perseguição, espancamento e prisão de jornalistas (CAPELATO, 1988). Ao final do processo constituinte, a manifestação de pensamento independente da censura constaria da Constituição de 1824, que previa, em seu art. 179, IV:

Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar. (BRASIL, 1824).

---

<sup>5</sup> O marco do surgimento da imprensa no Brasil é o jornal *Correio Brasiliense*. Criado pelo jornalista Hipólito da Costa no mesmo ano em que a Corte portuguesa veio para o Brasil. Oposicionista e crítico, o jornal era publicado em Londres, circulando entre 1808 e 1822, ano da Independência (MARTINS; LUCA, 2012, p. 15).

A liberdade de imprensa passou a ser exigência cada vez mais presente em artigos e manifestações de jornalistas e homens públicos no Brasil. Com a proclamação da República, esse direito será reconhecido. A Constituição de 1891 dispunha, em seu art. 72, § 12º:

Em qualquer assumpto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada um pelos abusos que commetter, nos casos e pela fórma que a lei determinar. Não é permittido o anonymato. (BRASIL, 1891).

Mas a disposição constitucional não se amparava nos fatos da época. “Em contraposição à liberdade de expressão que distinguiu o Império, a República, desde os seus primórdios, evidenciou sua sanha repressora em vários episódios contra a liberdade de expressão” (MARTINS; LUCA, 2012, p. 41). O primeiro decreto de censura à imprensa do governo provisório, de 23 de dezembro de 1889, determinava:

Art.1º – Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo: que aconselharem ou promoverem, por *palavras, escritos ou atos*, a revolta civil ou a indisciplina militar [...] serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo Ministro da Guerra, e punidos com as penas militares de sedição.

Art.2º – revogam-se as disposições em contrário.

*Sala das Sessões do Governo Provisório, 23 de dezembro de 1889.*  
Marechal Manoel Deodoro da Fonseca – Chefe do Governo Provisório;  
Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Manuel Ferraz de Campos Salles, Rui Barbosa, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocaiuva, Demétrio Nunes Ribeiro, Aristides da Silveira Lobo. (MARTINS; LUCA, 2012, p. 41, grifo das autoras).

Entre os signatários do documento estão dois jornalistas, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo.

Com a profissionalização das práticas jornalísticas, passa a haver outra mediação que não apenas a influência direta de empresários e políticos nas redações de jornais (BARBOSA, 2007). A especialização e a profissionalização dos conteúdos e dos processos fazem surgir uma maior gama de atividades, exigindo como contrapartida um corpo de profissionais preparados para o desempenho das novas funções editoriais e gráficas. Surgiram assim “redatores, articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos, além de empregados administrativos e de operários encarregados de dar materialidade aos textos” (LUCA, 2008, p. 71).

Nas primeiras décadas do século XX, a presença de agências internacionais – *Havas, Reuters, Associated Press e United Press Association* – trouxe para o país hábitos que até então se verificavam apenas nos Estados Unidos e na Europa, disseminados no Brasil pelas redes de jornais diários no país e no exterior. Neste momento, começou se separar a informação da opinião no conteúdo editorial e a imprensa passou a ter mais credibilidade junto à opinião pública como difusora de informações, não de interesses deste ou daquele grupo. Em outras palavras, o direcionamento político passou a dar lugar à informação, com um porém:

Num texto clássico, publicado pela primeira vez em 1923, Barbosa Lima Sobrinho enfatizou as transformações em curso nos seguintes termos: “Com a modernização da imprensa, o artigo político quando muito conservou a primeira coluna; mas em redor, como leitura de maior sensação, se foi distribuindo e colocando o noticiário. E cedendo a esse impulso, as empresas jornalísticas se tornaram infinitamente complexas [...]. Converteu-se o jornal muito mais num problema de dinheiro do que de credo político, literário. E então acode aquele conceito exato: ‘Quando as opiniões de um jornal começam a pesar, ele as deixa de ter’ [...]. Viu-se a imprensa obrigada a modelar-se pelos novos costumes, adotando várias praxes, como a elevação do preço dos anúncios ou a inclusão de matéria paga nas seções editoriais. E porque não parecesse bastante e conviesse adquirir o apoio de um público numeroso – ponto de partida para o sucesso comercial – a imprensa procurou servir as tendências populares, em vez de as orientar, como acreditava possível, em sua ingênua confiança, o jornalismo romântico. Conquistar o público, entretanto, foi para ela menos vitória de ideias do que simples *negócio*, defesa natural das somas empenhadas na empresa. A imprensa tornava-se simplesmente indústria.” (LUCA, 2008, p. 71).

Essa percepção de Barbosa Lima Sobrinho, ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), deputado e governador, é importante para verificar uma das principais facetas da grande imprensa, que determinará boa parte de sua produção: a imprensa é um negócio. Não é a única condicionante da imprensa, como alertam Charron e Bonville (2016), mas é fundamental para entender as relações históricas do jornalismo, principalmente em sociedades em que o controle social dos meios de comunicação ainda é confundido com censura. Nessas sociedades, essas relações são determinadas em grande medida pelas ligações entre grupos econômicos. Entre estes, as próprias empresas de comunicação, que não são mais atores alheios às disputas políticas econômicas na sociedade. Esta é sua condição e seu poder.

Neste período inicial, a imprensa viu-se em meio a um turbilhão de acontecimentos: tentativas de retorno da monarquia, renúncia do presidente

Deodoro da Fonseca, levantes das Forças Armadas em vários estados da Federação, guerra civil no Rio Grande do Sul, disputas entre os republicanos, que não se acertavam quanto aos caminhos que o País deveria seguir, até o levante comunista de 1935, pretexto que levou ao Estado Novo (MARTINS, LUCA, 2012, p. 73).

Porém, a chamada Revolução de 1930 não se limitou a repisar práticas conhecidas, como o suborno ou a violência, antes inovou ao criar órgãos específicos destinados à propaganda e ao controle da informação, caso do sempre citado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), genericamente referido como responsável pela censura na Era Vargas. Vale lembrar, contudo, que o DIP pode ser encarado como culminância de um longo processo que se iniciou em 1931, com a criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). (MARTINS; LUCA, 2012, p. 78).

Apenas em 1945 jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo voltaram a publicar matérias contra o governo (CAPELATO, 1988, p. 50). A campanha eleitoral de 1946 teve participação intensa da imprensa, em boa parte favorável à candidatura do oposicionista Eduardo Gomes, enquanto os jornais getulistas promoviam a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra (CAPELATO, 1988, p. 50). Os anos seguintes foram marcados pela atuação relativamente livre da imprensa. Parte dela se engajou ativamente nos episódios que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. O retrato mais emblemático dessa situação pode ser resumido na oposição ferrenha a Getúlio Vargas por Carlos Lacerda e sua *Tribuna da Imprensa*, ao lado do jornal *O Estado de S. Paulo*, porta-vozes da União Democrática Nacional (UDN), de um lado, e a defesa do presidente pelo jornal *Última Hora*, criado em 1951 por Samuel Wainer para dar apoio a Getúlio e ao seu Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (CAPELATO, 1988, p. 51).

Como afirmam Martins e Luca (2012), os caminhos da liberdade de imprensa são sinuosos no Brasil, independente do fato de a lei vedar a censura e garantir a liberdade de expressão. Mas ao longo do tempo jornalistas e jornais fizeram mais do que encontrar caminhos para que o pensamento se expressasse. Com o tempo, os jornais participaram ativamente do jogo político, ora servindo como instrumento de governos, ora como instrumentos de oposicionistas.

Esse quadro não foi alterado antes e durante a ditadura civil-militar inaugurada em 1964 com apoio de boa parte da grande imprensa, entremeado por críticas aos governos do período feitas por essa mesma imprensa, por censura e por

limites à liberdade de expressão. A novidade foi o surgimento de uma vigorosa imprensa de oposição ao governo, o que fez com que, mesmo nessa situação, informações veiculadas nos jornais não poucas vezes mostrassem faces da vida dos brasileiros que contrastavam com o cenário descrito pelo governo. A *Gazeta Pelotense* e outros jornais de seu tempo estavam atentos a uma realidade que não condizia com a propaganda oficial e achavam lugar para retratá-la em suas páginas.

Essa postura de vários jornais foi possibilitada em grande parte por alguns fatos situados nos anos 1970. Do ponto de vista da política econômica, as dificuldades do regime vinham sendo sentidas desde 1974, com a crise do petróleo<sup>6</sup>. Este evento determinou uma série de mudanças em nível mundial, dada a dependência das principais economias com relação a essa matriz energética. Foram necessárias mudanças de ordem estrutural para superar esse limite.

Desde então se reforçará a demanda por novos bens capazes de reduzir custos (automatização, computadores, reengenharia da produção) e permitir a reconstrução de posições competitivas debilitadas ou ameaçadas. É nessa situação que a aceleração econômica se interrompe, convertendo uma crise estrutural de crescimento em uma recessão que abrirá um longo período recessivo, primeiro nos países ricos, depois no conjunto da economia global. (GASPAR, 2015, p. 279).

A crise do petróleo também afetou as empresas jornalísticas. O custo do papel teve um salto de 187% em três anos, passando de US\$ 171,00, em 1971, para US\$ 320,00 em 1974 (BARBOSA, 1986 *apud* ABREU, 2002). Este fator levou ao fechamento de muitos jornais no período. Mais adiante, o incremento das transmissões de televisão também terá influência nesse processo, com a imagem passando a atrair cada vez mais audiência, em detrimento do público leitor de jornais.

No Brasil, o governo precisou adotar medidas para enfrentar a queda do Produto Interno Bruto (PIB), a concentração de renda, o começo do fim do “milagre

---

<sup>6</sup> A “crise do petróleo” de 1973 é consequência do embargo no fornecimento de petróleo protagonizado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Criada em 1960, a OPEP tinha a Arábia Saudita como seu principal integrante. O embargo decorreu do apoio dos Estados Unidos e de vários países ocidentais a Israel na Guerra Árabe-Israelense (Yom Kippur), entre Egito e Síria, de um lado, e Israel, do outro, em outubro de 1973. Como consequência do embargo, o preço do petróleo disparou, passando de US\$ 3 a US\$ 13 o barril. Até 1974, houve um decréscimo líquido da produção de petróleo de quatro milhões de barris, quadruplicando os preços até o final de 1974 (PEDROSA; CORRÊA, 2016). O Brasil, altamente dependente dos capitais internacionais que financiavam sua política desenvolvimentista, viu as fontes de financiamento secarem e os juros internacionais dispararem, o que provocou mais endividamento e a incapacidade do Estado de seguir o ritmo de crescimento dos anos anteriores (MENDONÇA, 1986).

brasileiro” e a consequente insatisfação popular. “Milagre brasileiro” é o nome que se dá aos resultados da política econômica implantada no Brasil entre os anos de 1968 e 1974, durante a ditadura civil-militar, com forte crescimento dos índices econômicos no país. Para Mendonça (1986),

O período compreendido entre 1962 e 1967 foi todo ele de crise econômica, sendo que, a partir da inflexão produzida em 1964, se praticou uma *recessão calculada*, tida como necessária para o restabelecimento do ciclo econômico. Seu resultado seria – entre 1968 e 1974 – o conhecido ‘milagre brasileiro’, cuja essência nada mais significou senão a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras) (MENDONÇA, 1986, p. 75, grifo da autora).

Ainda segundo a autora,

Do ponto de vista econômico, *stricto sensu*, o golpe de 1964 não correspondeu a nenhum marco no sentido da definição de um novo modelo de acumulação. Pelo contrário, seu papel foi apenas o de garantir a consolidação definitiva do modelo implantado nos anos 50, aprimorando-o. Uma vez “limpa a casa”, em pleno auge da recessão econômica, a política econômica do novo governo obedeceu a dois imperativos: a) recriar condições para financiar as inversões necessárias à retomada da expansão capitalista; e b) fornecer as bases institucionais do processo de concentração oligopolista a qual, até o momento, vinha se dando caoticamente. (MENDONÇA, 1986, p. 75).

Em 1978, o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi o sinal mais eloquente do governo em direção ao término da restrição das liberdades individuais e políticas. Foi também o fim da censura “oficial” à imprensa. Ernesto Geisel estava no último ano da presidência. Desde 13 de dezembro de 1968, quando foi decretado, o AI-5 suprimia liberdades individuais e coletivas no Brasil, o que repercutiu na imprensa, que passou oficialmente a ser passível de censura<sup>7</sup>. Com o fim do AI-5, desapareceu a base legal de sustentação da prática de censura do regime aos jornais<sup>8</sup>. Oficialmente, a censura foi abolida em 8 de junho de 1978 nos três últimos jornais

<sup>7</sup> Como lembra Aquino (1999, p. 205), “a atitude de ingerência governamental nos órgãos de divulgação sempre foi mais ou menos institucionalizada no Brasil. [...] na história republicana do país, somente em dois momentos a ação de censura política pôde ser considerada contínua, exercida de maneira constante durante um período determinado: no primeiro governo Vargas, particularmente no estado Novo, e no regime militar instaurado após 1964”. Apesar de situar o AI-5 como referência legal para o estabelecimento da censura, a autora destaca o depoimento do jornalista Hélio Fernandes, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, segundo o qual o aumento da repressão sobre a imprensa começou em outubro de 1968, ou seja, não coincidiu com a publicação daquele Ato Institucional.

<sup>8</sup> A Lei de Imprensa foi instituída em 1967, um ano antes do AI-5, com várias restrições com relação ao trabalho dos profissionais dos veículos de comunicação, mas a censura governamental foi instituída oficialmente com o AI-5 (AQUINO, 1999).

em que ainda vigia: *Tribuna da Imprensa, Movimento e O São Paulo* (AQUINO, 1999, p. 212)<sup>9</sup>.

No plano mais geral, as dificuldades do governo levaram a reações da população, que não eram exclusivas do Brasil. Do ponto de vista econômico, principalmente, mas também das disputas geopolíticas, eram fenômenos mundiais, que ofereciam novos campos para a atividade jornalística, trazendo à cena discussões sobre a situação dos homens e das mulheres trabalhadoras, dos negros e negras, de grupos preservacionistas (principalmente do patrimônio material), entre outros segmentos que viam naquele momento a oportunidade para trazer à cena reivindicações até então reprimidas (TELES, 2018; STAMPA; RODRIGUES, 2016; JOFFILY, 2014; MEZARROBA, 2010).

Este cenário revela também outro elemento, já vivenciado em períodos anteriores da história do Brasil: a resistência dos jornais ao bloqueio à liberdade de imprensa, já que os atos de governo que levantaram as restrições à atividade jornalística também foram produto da pressão dos agentes sociais. A grande imprensa já não era mais a aliada incondicional de primeira hora do golpe e os jornais alternativos eram um forte instrumento de pressão. Por fim, iniciativas como a criação da *Gazeta Pelotense* comprovavam que, mesmo ainda sob censura e repressão, era possível, jornalisticamente, adotar uma postura mais transparente com relação à situação caótica do país.

Na época, a imprensa escrita ainda era um dos principais veículos de transmissão das novas ideias – ou pretensamente novas – em todo o mundo, embora o rádio continuasse a ser importante difusor de informação e a televisão ganhasse cada vez mais espaço na rotina dos brasileiros. Assim, pode-se dizer que a explicação para a importância da imprensa escrita, e a expectativa criada pelo lançamento da *Gazeta Pelotense*, com novidades editoriais e gráficas até hoje reconhecidas como avançadas para a época, em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, remonta às primeiras décadas do século XX. É o período em que os jornais ocupavam o centro da vida intelectual do país, sempre ligados a grupos de poder, a não ser nas suas formas alternativas.

## 1.2 Imprensa em Pelotas nos anos 1970

---

<sup>9</sup> Embora o AI-5 tenha vigorado até dezembro de 1978, a censura prévia foi levantada dos jornais em 8 de junho de 1978 (AQUINO, 1999).

Em Pelotas, a história do jornalismo caracteriza-se pela existência sucessiva de vários periódicos na cidade desde a segunda metade do século XIX, até a diminuição do número de publicações, mais recentemente. A imprensa “surgiu tardiamente em Pelotas” (LONER; GILL; MAGALHÃES, 2012, p. 162), com a fundação do jornal *O Pelotense*, em 1851, por Cândido Augusto de Mello. Mas apenas alguns anos depois surgiu a imprensa diária:

Foi a partir de meados da década de 1860 que surgiu a imprensa diária na cidade de Pelotas, fundando-se alguns dos principais periódicos, como o *Diário de Pelotas* e o *Jornal do Comércio*, o que se consolidou nas décadas seguintes, com o *Correio Mercantil*, *Onze de Junho*, *A Discussão*, *O Rio-Grandense* e *A Pátria*. Além destes, para o final do Império houve *O País* e *O Comercial*, ambos de curta duração. Com o surgimento da República, houve uma renovação quase total dos periódicos, com exceção do *Correio Mercantil*, surgindo o *Diário Popular* e *A Opinião Pública*, ambos republicanos. (LONER; GILL; MAGALHÃES, 2012, p. 163).

Este período é caracterizado como sendo o da “imprensa partidária ou panfletária civil” (HOHLFELDT, 2006, p. 3, grifo do autor), logo após a Revolução Farroupilha. É o momento em que “os proprietários e editores de periódicos se alinham obrigatoriamente a algum dos partidos políticos existentes, já que, sem tal vínculo, era quase impossível a sobrevivência financeira” (HOHLFELDT, 2006, p. 3). Este aspecto também marcará as origens do principal e então único veículo da imprensa de origem local com circulação em Pelotas quando do surgimento da *Gazeta Pelotense*: o *Diário Popular*. Nos anos 1990, o *Diário Popular* era considerado “o jornal diário em circulação mais antigo do Estado e o terceiro do Interior em tiragem e circulação” (DORNELLES, 2004 *apud* BANDEIRA, 2018, p. 124).

Desde o final do século XIX, apenas o *Diário Popular* conseguiu manter-se permanentemente em circulação em Pelotas. O jornal foi fundado em 1890, como veículo independente. “Porém, logo nos primeiros meses de circulação, foi vendido ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e tornado órgão oficial da administração da cidade, então sob controle deste” (LONER; GILL; MAGALHÃES, 1988, p. 11). Permaneceu nessa condição até 1930, quando foi sucedido pelo jornal *O Liberal*. Em 1938, passou a ter denominação *Gráfica Diário Popular*, já que o Estado Novo proibia o funcionamento de jornais partidários (CAETANO, 2014).

Deste período em diante, vários jornais surgiram e desapareceram na cidade, alguns com existência duradoura, apesar de não poderem ser considerados integrantes da “grande imprensa”. O exemplo mais luminoso – não necessariamente o mais conhecido – é o do jornal *A Alvorada*, modelo da imprensa negra de resistência. Como não se viam representados nas páginas dos veículos tradicionais, os trabalhadores negros da cidade resolveram lançar o próprio jornal. Foram quase 58 anos de duração (1907-1965), com várias interrupções (SANTOS, 2003). Durante toda a sua existência, conviveu com o *Diário Popular* e outros veículos na cidade. Até sobrar apenas o *Diário Popular*.

Se durante a primeira fase ele [*Diário Popular*] disputava espaço com diversos periódicos, inclusive de circulação diária, como se percebeu desde a instituição da Gráfica Diário Popular Ltda., o mesmo não pode ser dito, especialmente a partir da década de 1960. O jornal voltou a ser o único a circular de 1965 (quando cessou as atividades do *A Alvorada*) até o lançamento da *Gazeta Pelotense* (que teve vida curta, circulando apenas em 1976). E depois disso, até 1979, quando foi lançado o *Diário da Manhã*, principal concorrente do Diário até os dias de hoje. (BANDEIRA, 2018, p. 61).<sup>10</sup>

Na segunda metade da década de 1970, um grupo de intelectuais e profissionais de comunicação da cidade de Pelotas, financiado pelo empresário do ramo de transportes Manuel Marques da Fonseca Júnior e tendo o jornalista, escritor e professor Aldyr Garcia Schlee como principal idealizador, lançou o jornal *Gazeta Pelotense*. Manuel Marques da Fonseca Júnior, um imigrante português, chegou ao Brasil com a família em 1934, vindo de Pardilhó, em Portugal. Começou com comércio e transporte de mercadorias em uma charrete puxada a cavalo. No final da década de 1940, vendeu a charrete e o armazém e adquiriu seu primeiro caminhão. Em setembro de 1974, a já consolidada empresa de transportes recebeu o nome de *Expresso Embaixador*, atuando na metade Sul do Rio Grande do Sul e também transportando passageiros para a capital, Porto Alegre<sup>11</sup>. Segundo o ex-vice-presidente da editora responsável pela publicação do jornal, Paulo Luiz Barcelos Góz, o empresário tinha registro como jornalista profissional<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Ao contrário do que afirma a autora, a última edição da *Gazeta Pelotense* foi para as bancas no dia 1º de janeiro de 1977.

<sup>11</sup> Cf. Expresso Embaixador. Disponível em: <<http://www.expressoembaixador.com.br/a-embaixador>>. Acessado em: 18 nov. 2019. Cf. Transportadora VaptVupt. Disponível em: <<http://www.transportadoravaptvupt.com.br/>>. Acessado em: 18 nov. 2019.

<sup>12</sup> Não foi possível confirmar essa informação no Sistema de Registro Profissional da Secretaria do Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia. Os dados anteriores a 2000 só podem ser acessados

A equipe tentou aproveitar o momento para criar um veículo que abrigasse as novas ideias que chegavam à cidade, influenciados também pelas transformações que ocorriam localmente. Pelotas, a Princesa do Sul<sup>13</sup>, tinha uma população de pouco menos de 260 mil habitantes. Quase 80% viviam no meio urbano<sup>14</sup>. Naquele momento, a cidade crescia em direção aos bairros, com construção de moradias populares. O que atiçava o apetite dos especuladores imobiliários sobre áreas na região central da cidade, ligando o alerta de nascente grupo preservacionista em defesa do patrimônio histórico<sup>15</sup>. Trabalhadores, mulheres, negros, grupos historicamente silenciados<sup>16</sup>, retomavam a luta por reconhecimento e igualdade no país, e Pelotas também era atingida por essas ondas. Ao mesmo tempo, o movimento universitário dava sinais de vida, depois de longo período aquietado<sup>17</sup>. Por outro lado, em 1976 ocorreriam eleições municipais em todo o país, o que movimentava as lideranças e candidaturas locais.

Algumas iniciativas no campo da imprensa, como o lançamento do jornal *Triz*, com apenas uma edição (Figura 2), escandalizavam a elite local, particularmente em função da matéria principal, que citava homossexuais não assumidos na cidade ao discutir a “fama” de Pelotas em nível nacional. E também abordava assuntos variados, como o avanço da especulação imobiliária na cidade, cultura e censura, a situação profissional dos jornalistas na região Sul do estado. O jornal *Triz* mexeu com algo talvez até mais sensível do que a política e a economia, aos olhos dos

---

por consulta manual. Em função da pandemia do coronavírus, os servidores da secretaria não estavam trabalhando presencialmente no momento em que tentei confirmar a informação.

<sup>13</sup> A origem da expressão que figura no brasão oficial da cidade é controvertida, segundo apontou o historiador Mario Osório Magalhães no *Dicionário de História de Pelotas*: “Para Euclides Franco de Castro, que começou a editar em 1951 um periódico precisamente chamado de Princesa do Sul, o autor da expressão é Antônio Soares da Silva, quando estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, ao publicar, em junho de 1863, na Revista da Associação Tributo às Letras, um poema intitulado Pelotas, com os seguintes versos finais: ‘A Pátria, orgulhosa de tantos primores, / te aclama princesa dos campos do Sul’. A *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, editada pelo IBGE em 1959, corrobora essa informação. Em *Opulência e cultura na Província de São Pedro* (1993) e, mais tarde, em artigo publicado no *Diário Popular* (2002), contestamos essa versão, argumentando que uma medida de alcance social tão amplo — a adoção de um título para qualificar uma cidade — dificilmente poderia originar-se de uma página literária, publicada numa revista estudantil, em outra região do país e com certeza de circulação restrita. Concluímos que o cognome, produto do imaginário social, já estaria consagrado em 1863, sendo apenas referendado por Antônio Soares da Silva em seu poema — e a prova disso estaria implícita no próprio texto do poema: ‘a Pátria (...) te aclama’, isto é, nessa ocasião os brasileiros já tratavam Pelotas de Princesa do Sul” (LONER; GILL, MAGALHÃES, 2012, p. 228).

<sup>14</sup> IBGE, Censo 1980.

<sup>15</sup> Cf. Knack, 2017.

<sup>16</sup> A propósito da perseguição a esses grupos durante a ditadura, cf. Negro; Silva, 2003; Stampa; Rodrigues, 2016; Teles, 2015.

<sup>17</sup> Cf. Pohndorf, 2013.

militares: o comportamento, com matérias irreverentes sobre esses assuntos em nível local.

Figura 2 - Jornal Triz



Fonte: CAZARRÉ, 2016, p. 253. Reprodução do autor, 2019.

Neste cenário, surgiu a *Gazeta Pelotense*, para tentar competir com a única outra publicação em circulação originária da cidade, o quase nonagenário *Diário Popular*, que tinha vínculos com a ditadura militar e uma prática jornalística favorável ao governo<sup>18</sup>. A fundação do jornal naquele momento é atribuída por integrantes da equipe da *Gazeta Pelotense* à necessidade de um canal de comunicação que não nascesse constrangido pelos limites assumidos pelo *Diário Popular*. Além disso, havia a influência de outras publicações que circulavam na cidade, como *Zero Hora* e *Correio do Povo*, de Porto Alegre, *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, *Folha de S.*

<sup>18</sup> O proprietário do jornal, Edmar Fetter, foi eleito prefeito de Pelotas pelo conservador Partido Social Democrático (PSD) em 1964, ano do golpe civil-militar. O partido apoiou a implantação da ditadura (FICO, 2004), e parte de seus membros veio a constituir a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que dava sustentação aos militares durante o bipartidarismo implantado no país através do Ato Institucional n. 2 (AI-2), de 1965. Pela ARENA, Edmar Fetter foi eleito vice-governador do Rio Grande do Sul em 1970. A eleição foi indireta, conforme determinava o Ato Institucional n. 3 (AI-3), de 1966. Informações sobre Edmar Fetter estão disponíveis em <<https://www.diariopopular.com.br/politica/inaugurada-a-exposicao-de-edmar-fetter-125327/?>>. Acesso em: 15 fev. 2019. Os editoriais do jornal antes, durante e após o golpe de 1964 eram francamente favoráveis aos novos governantes (Cf. ROSA, 1989).

*Paulo e O Estado de S. Paulo*, de São Paulo<sup>19</sup>. Esses jornais apresentavam novidades gráficas e davam espaço à cobertura de assuntos que estimulavam jornalistas e intelectuais da cidade. Informações publicadas em alguns desses jornais foram reproduzidas pela *Gazeta Pelotense*, ao longo de suas edições.

Os primeiros preparativos para o lançamento datam de 1974, com pesquisa de equipamentos para a impressão do jornal. Pelo menos uma viagem foi feita a Sorocaba, no interior paulista, em busca de informações com fornecedores de equipamento gráfico semelhante ao que queriam adquirir. Schlee recordou a aquisição dos equipamentos:

A gente começou a ver os preços desses materiais e ver tudo o que podia importar sem custo de importação, porque não tinha igual no Brasil. Acabamos comprando, na parte gráfica, mesmo, um equipamento fundamental. A fotocomposição eram seis máquinas e dois computadores. Dois computadores. E agora a gente acha graça de ter sido vítima disso. O Fonseca nem chegava, mandava o Paulo Roberto [Góz] falar comigo, com o Vaz. De uma hora para outra ele abriu: “Não, vamos comprar tudo o que tem que comprar.” Tinha que comprar um computador para fazer o fotolito. Tinha só máquina brasileira. “Quanto custa?” Fez as contas. “Não, compra dois, que pode quebrar o disco com as fontes.” Quebrou, né? Custou uma banana, como se dizia na época.<sup>20</sup>

Os equipamentos saíram da Califórnia, nos Estados Unidos, em um barco que atravessou o Canal do Panamá e chegou ao porto de Rio Grande (RS), no extremo-sul do Brasil. Segundo Luiz Carlos Vaz<sup>21</sup>, secretário gráfico do jornal, mais tarde professor do Curso de Comunicação da UCPel e servidor da Universidade Federal de Pelotas, onde se aposentou, os equipamentos eram construídos pela Rockwell International, a mesma empresa que fabricou a cápsula da nave Apollo 8, responsável por realizar a primeira órbita em volta da Lua em um voo tripulado, em 1968. Até setembro de 1976, os responsáveis pela concretização do projeto, com Schlee à frente, ocuparam-se da construção do prédio que abrigaria a redação, da montagem da administração, da estruturação da gráfica, da formação da equipe de redação e do planejamento gráfico do jornal, com vários exercícios para definir a apresentação gráfica do periódico. A sede do jornal localizava-se na Rua General Neto, 171, entre as ruas Bento Martins e João Pessoa, na região central de Pelotas.

<sup>19</sup> Segundo depoimento de entrevistados para esta pesquisa, a circulação dos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro em Pelotas não era regular, chegando a atrasar em um dia, além de se destinar apenas a assinantes, sem venda em banca.

<sup>20</sup> Entrevista concedida por Aldyr Garcia Schlee ao autor em agosto de 2018.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Luiz Carlos Vaz ao autor em agosto de 2019.

O lançamento foi antecedido de muita propaganda pelas ruas de Pelotas e de cidades da vizinhança. Afinal, era um jornal que deveria circular em toda a Zona Sul do estado. A edição de número 0, experimental, foi lançada no dia 30 de agosto de 1976. Pouco menos de um mês depois, em 25 de setembro de 1976, foi para as ruas a edição de número 1<sup>22</sup>. Não sem atribulações. Um problema nas máquinas atrasou a rodagem do primeiro número. O governador Sinval Guazzelli, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo, aproveitou uma visita à região para prestigiar o lançamento da nova publicação (Figura 3). Saiu sem ter em mãos o primeiro exemplar. Mesmo assim, a presença do governador foi usada como estratégia publicitária nas edições seguintes do jornal.

**Figura 3** - Governador Sinval Guazzelli inaugura *Gazeta Pelotense*



Fonte: *Gazeta Pelotense*, n.1, 25 set. 1976. Reprodução do autor, 2019.

<sup>22</sup> O *Diário Popular* noticiou o lançamento na edição de 26 de setembro daquele ano, em uma pequena nota na página 8.

Assembleia Legislativa, Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), Câmara de Vereadores de Pelotas e de outros municípios, associações de empresários e mesmo jornais concorrentes de outras cidades saudaram a iniciativa. Todos esses movimentos dão prova da expectativa que cercava o projeto. A figura do empresário Manuel Marques da Fonseca Júnior era um grande catalisador deste sentimento, pela importância que tinha no meio empresarial da região. Além do jornal e da empresa de transportes, era proprietário das rádios *Pelotense*<sup>23</sup>, em Pelotas, e *Minuano*, em Rio Grande, entre outros empreendimentos que apareciam em anúncios institucionais nas páginas da *Gazeta Pelotense*.

Natural de Jaguarão (RS), Schlee é personagem central para o surgimento da *Gazeta Pelotense*, sem a qual talvez essa história não tivesse acontecido. Jornalista, ilustrador, foi um dos fundadores do curso de Comunicação da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), além de professor de Português, Literatura e Retórica no Colégio Municipal Pelotense. Sua atuação no colégio lhe rendeu alguns incômodos com as autoridades militares, histórias que serão contadas mais adiante. Um ano após o golpe, em 1965, foi impedido de defender sua tese de doutorado. Intitulada *Direito de Autodeterminação dos Povos*, a tese foi “recolhida a um quartel”, conforme afirmou Schlee em discurso proferido em 2012, durante cerimônia para a obtenção do título de professor emérito da Universidade Federal de Pelotas<sup>24</sup>. Apenas em 1977, ano seguinte à inauguração da *Gazeta Pelotense*, quando o jornal já não circulava mais, foi possível a Schlee defender sua tese e receber o título de Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram 12 anos de obstrução da carreira acadêmica por conta da perseguição política sofrida durante a ditadura. Na banca de avaliação da tese estava presente Flávio Marcilio, senador e presidente nacional da Arena, o partido governista.

Antes de dirigir a *Gazeta Pelotense*, Schlee já havia construído uma sólida carreira no jornalismo impresso. Estagiou no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, na esteira da premiação obtida em 1953, aos 19 anos, no concurso que

<sup>23</sup> A rádio foi inaugurada em 1925, é considerada a mais antiga do Rio Grande do Sul e a terceira mais antiga em operação no Brasil (RITTER; LARGUE, 2015). Segundo Góz (2019), que atualmente dedica-se a administrar a *Rádio Pelotense*, o controle acionário foi assumido pelo empresário Manuel Marques da Fonseca Júnior em 1963.

<sup>24</sup> Cf. PELOTAS 13 HORAS, com íntegra do discurso. Disponível em: <<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/confira-o-discurso-proferido-por-aldyr-garcia-schlee--durante-recebimento-do-titulo-de-professor-emerito-da-ufpel-f27ea4d6-7772-4809-a7a0-5031912d6c03>>. Acessado em: 10 ago. 2018.

escolheu a melhor arte para a camisa da Seleção Brasileira de futebol. No Rio de Janeiro, conviveu com jornalistas e escritores do porte de Nelson Rodrigues, Antônio Callado, Millôr Fernandes, Sérgio Porto (Stanislaw Ponte Preta) e Samuel Wainer. Com este, trabalhou como planejador gráfico no jornal *Última Hora*, em Porto Alegre (RS). Trabalhou no jornal *A Opinião Pública*<sup>25</sup> e foi secretário de redação do *Diário Popular*, ambos de Pelotas, nos anos 1960. No *Diário Popular*, em 1963, ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo, o mais importante do país para jornalismo, na categoria regional, com a reportagem “O xisto betuminoso no Rio Grande do Sul, seu aproveitamento e sua industrialização”. Após o encerramento das atividades da *Gazeta Pelotense*, dedicou-se apenas à docência, como professor na Faculdade de Direito da UFPel, e à escrita, sendo um dos autores e tradutores mais premiados do Rio Grande do Sul, com reconhecimento além-fronteiras, principalmente no Uruguai, espécie de segunda – ou primeira – pátria<sup>26</sup>.

Schlee mergulhou de corpo e alma no projeto da *Gazeta Pelotense*. Desenhou a planta do prédio do jornal ao mesmo tempo em que elaborava o *layout* com detalhamento dos aspectos gráficos da publicação – distribuição de textos, fotos, editoriais, uso de ilustrações, cadernos. Sobrou tempo para fazer a logomarca da empresa Expresso Embaixador, utilizada até hoje e um dos objetos da ação

<sup>25</sup> Concorrente do *Diário Popular* e não mais em circulação nos anos 1970.

<sup>26</sup> Boa parte dessas informações foi obtida durante a entrevista com Schlee. Outras constam de sites e publicações diversas. A informação sobre o prêmio Esso de Jornalismo foi obtida em reprodução digital do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, de 10 de maio de 1963. A propósito da importância de Schlee como escritor e artista gráfico, reproduzo trecho do texto escrito por ocasião de sua morte para o jornal *Zero Hora* por Alfredo Aquino, artista plástico e editor da Edições Ardotempo, que publicou vários livros de Schlee no Brasil: “Criador do mítico uniforme da Seleção Brasileira de futebol, a camisa Canarinho, o maior símbolo de identidade nacional do Brasil, não oficialista; o que lhe valeu o reconhecimento pela FIFA como ‘um herói do futebol mundial’ num documentário realizado pela BBC (Inglaterra) e o reconhecimento planetário com o minuto de silêncio mais longo da história do futebol no mundo [por uma absoluta coincidência, justamente durante o jogo entre Brasil e Uruguai, dois países-chave na trajetória de Schlee, em Londres, no dia 16 de novembro de 2018], com direito a textos em inglês, francês, espanhol, português e imagens suas e seus esboços de criação para bilhões de espectadores. Andava meio descontente pelo uso político da camisa amarela e afirmava que era um símbolo democrático, que representava a todos e não a uma facção política segmentada” (ZERO HORA, nov./2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2018/11/voce-ja-leu-um-livro-de-aldyr-garcia-schlee-cjosvz8w0fud01pidt1a5y1e.html>>. Acesso em: 30 jan. 2019.). Schlee foi autor e tradutor de quase 30 livros, participou de várias antologias, recebeu duas vezes o prêmio da Bienal de Literatura e outras seis vezes o prêmio Açorianos de Literatura. Algumas de suas principais obras: “O outro lado”, novela pueblera (2018), “Memórias de o que já não será” (2014), “Contos da Vida Difícil” (2013), “Don Frutos” (2010), “Glossário de Simões Lopes Neto” (2009), “Os limites do impossível - os contos gardelianos” (2009), “Contos gauchescos e Lendas do Sul”, de João Simões Lopes Neto, edição crítica com estabelecimento da linguagem (2007), “Contos de Verdades” (2000), “Linha Divisória” (1998), “Contos de Futebol” (1997), “El día en que el papa fue a Melo” (1991, publicado originalmente no Uruguai, republicado em português como “O Dia em que o Papa foi a Melo”, 1999), “Uma Terra Só” (1984), “Contos de Sempre” (1983).

trabalhista que moveria contra o empresário e a gráfica que editava a *Gazeta Pelotense*, quando ficou claro que o projeto não iria adiante.

Os equipamentos para composição e para impressão em *offset*<sup>27</sup> de última geração importados dos Estados Unidos dariam conta do projeto gráfico inovador. Com eles, seria possível usar intensivamente fotografias, cores e outras novidades que permitiam, por exemplo, a reprodução nas páginas do jornal de imagens captadas diretamente da televisão. O jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, já utilizava tecnologia semelhante, diferentemente do *Correio do Povo*, outro jornal da capital gaúcha com forte circulação em Pelotas, ainda com a tecnologia de impressão com linotipos para texto e clichês para fotografias. Essas diferenças eram observadas pelo leitor local, segundo vários entrevistados, e contribuíram para desenvolver uma percepção quanto à necessidade de um veículo mais moderno na cidade. Do ponto de vista gráfico, a inspiração era a revista francesa *Paris Match*, com ênfase em fotojornalismo, cujo exemplo a *Gazeta Pelotense* procurou reproduzir em suas páginas (Figuras 4 e 5). Era uma estratégia para cativar rapidamente um público acostumado aos “tijolões”, ou seja, muito texto e pouca imagem nas páginas dos jornais, comuns nas publicações da época<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> O processo de impressão em offset tem origem na litografia, com o mesmo princípio: repulsão entre material gorduroso (tinta) e água. Na litografia, uma pedra calcária serve como matriz. Ela é trabalhada com produtos químicos apenas em alguns pontos, criando o que se chama áreas de grafismo. As partes impressas entrarão em contato com essas áreas. As outras partes, não impressas, agregarão água, repelindo a tinta. No offset, “[...] o princípio de funcionamento é o mesmo da litografia com a diferença de que a matriz não entra em contato direto com a folha. Daí vem o termo offset. Significa impressão ‘fora do lugar’ ou ‘deslocada’. É utilizado um cilindro de borracha, chamado de blancheta ou caucho, que transfere (ou desloca) a imagem da pedra para a folha. [...] O desenvolvimento da fotografia e os processos fotoquímicos também permitiram a gravação de chapas de zinco em substituição às pedras litográficas. O original a ser impresso era fotografado e o filme revelado era sobreposto a uma chapa pré-sensibilizada que passava pelo mesmo processo de exposição e revelação da fotografia. A chapa de metal flexível com a imagem era afixada em um cilindro. O restante do processo assemelha-se à litografia [...]” (LESCHKO, 2011, p. 42-43). O filme que sensibiliza as chapas para a impressão chama-se fotolito.

<sup>28</sup> Sobre a evolução da indústria gráfica, ver Leschko (2011, p. 44 e ss.). Segundo a autora, a primeira impressora offset chega ao Brasil em 1922, “para atender as demandas da Companhia Lithographica Ferreira Pinto, do Rio de Janeiro”. Em 1926, é impressa a primeira revista em offset, a *Cinearte*, editada pela Pimenta de Mello & Cia, mesma editora das revistas *O Malho*, *Fon-fon* e *Leitura Para Todos*. Mas a impressão em offset só se afirmará no Brasil 40 anos depois, em 1966, “quando as indústrias gráficas formam o ‘Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas’ – GEIPAG, que investiu capital e pressionou pela liberação das importações de máquinas”. Já a produção de máquinas offset no Brasil só se dará a partir de 1977, com uma fabricação de equipamentos de pequeno e médio porte (CAMARGO, 2003 *apud* LESCHKO, 2011, p. 44). A impressão offset foi o principal sistema de impressão ao longo do século XX.

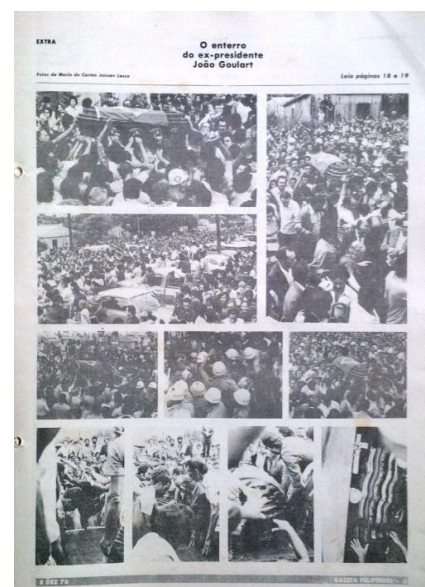
Figura 4 - Paris Match



Fonte: Gazeta Pelotense, n. 68, dez. 1976, p. 3. Reprodução do autor, 2019.

Fonte: Instituto de Artes, Unicamp. Imagens do Sagrado - Entre Paris Match e O Cruzeiro. Crédito: Henri-Georges Clouzot, (1951, *Paris Match*).

Figura 5 – Gazeta Pelotense



Para sobreviver pelo período necessário e se consolidar no mercado, era importante primeiro impactar o público visualmente. Por isso, além da importação dos equipamentos, houve investimento em criação de banco de imagens, sob a responsabilidade de Salomão Scliar, cineasta, fotógrafo, produtor e roteirista, natural de Porto Alegre, onde faleceu, em 1991, aos 65 anos. Scliar fotografou para algumas das principais publicações do Brasil e do mundo: *Manchete*, *O Cruzeiro*, *Realidade*, *Senhor*, *Life* e *Vogue*. Foi o primeiro repórter fotográfico de revista no Brasil, tendo coberto desde casamentos reais a guerras pelo mundo<sup>29</sup>. À semelhança de artistas plásticos, gostava de trabalhar com murais em residências e escritórios. Na entrada do prédio da *Gazeta Pelotense*, o visitante deparava-se com enormes murais com fotos de Scliar (Figura 6).

<sup>29</sup> Cf. ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa622508/salomao-scliar>>. Acesso em: 3 de fev. 2019.

**Figura 6** - Mural de Salomão Scliar



Fonte: Gazeta Pelotense, n. 0, 30 ago. 1976, Caderno Especial, p. 14. Reprodução do autor, 2019.

O uso em profusão de imagens em que os leitores pudessem “se ver” era uma preocupação constante, nas páginas de esporte, nas reportagens de cotidiano. Era a estratégia principal para que a *Gazeta Pelotense* pudesse resistir nos primeiros seis meses necessários para que o jornal se consolidasse no mercado. Os cuidados impediriam que houvesse atropelos para colocar a publicação na rua. Segundo Schlee:

A ideia era ambiciosa, mas era bem pensada porque, para chegar onde a gente queria, nós íamos levar um ano e meio. Nós precisávamos de meio ano para lançar coisas que impactassem. Primeiro, no aspecto gráfico. Depois, passado o primeiro ano de vida, aí iríamos mudar a orientação editorial.<sup>30</sup>

De acordo com Luiz Carlos Vaz, secretário gráfico do jornal, o financiamento por um período longo fazia com que o jornal não se preocupasse com venda de anúncios, em um primeiro momento. Assim, o jornal poderia implementar as inovações gráficas buscadas, seu diferencial:

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Aldyr Garcia Schlee ao autor em agosto de 2018.

A crônica social sempre foi muito forte aqui na cidade. O pessoal sempre diz que tem duas coisas que nunca vão acabar: a monarquia na Inglaterra e a crônica social no *Diário Popular*. Mas no *Diário Popular* esse pessoal não era visto. E na *Gazeta* o pessoal passou a ser visto até em cores. [...] A crônica social, que é uma crônica da elite, fez com que as pessoas passassem a se ver. O jornal era *offset*. Por isso que o Schlee dizia para atacarmos primeiro o aspecto gráfico. Sedimentar a compreensão de que o jornal graficamente era muito melhor, as pessoas se enxergavam.<sup>31</sup>

Os processos gráficos anteriores ao *offset* tinham custo elevado. Gastar um clichê para reproduzir uma imagem era dispendioso. Por isso, os mesmos clichês eram usados com frequência, reproduzindo as mesmas imagens nos jornais. O *offset* permite que as imagens se renovem, por assim dizer, possibilitando apresentar as mesmas pessoas em situações variadas nas páginas do jornal. Mas esse processo não beneficiava apenas a elite, que de resto sempre teve mais oportunidade para “se ver” nas páginas dos jornais. O “pessoal” citado por Vaz também eram os leitores que não pertenciam aos setores abastados. Não mais apenas a elite das colunas sociais, ou o empresariado local durante algum evento importante. Agora, o torcedor de futebol poderia ver sua imagem estampada nas páginas do jornal na segunda-feira (Figura 7), após as rodadas dos campeonatos no final de semana. Por outro lado, trabalhadoras como as doceiras deixavam de ser figuras obscuras por trás da fama de Pelotas de cidade dos doces para ganhar corpo e voz. As novas técnicas de composição gráfica incorporadas pela *Gazeta Pelotense*, mais ágeis, tornavam isso possível.

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida por Luiz Carlos Vaz ao autor em outubro de 2019.

**Figura 7** - Público leitor nas páginas do jornal



Fonte: Gazeta Pelotense n. 72, 12 dez. 1976. Reprodução do autor, 2020.

Além das razões anteriores, pesou também para a prioridade dada ao fotojornalismo o fato de Schlee ter predileção pelas artes gráficas. Começou ilustrando jogos de futebol, reproduzindo sequências de gols em trabalhos publicados no *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro. Em terras cariocas, conviveu com grandes ilustradores e planejadores gráficos, como o paraguaio Andrés Guevara, com quem trabalhou na *Última Hora*, jornal que introduziu algumas das maiores modificações gráficas no país, ainda nos anos 1950. O aprendizado de Schlee foi sendo construído com esse tipo de influência.

A *Última Hora*, criada em 1951 com financiamento do governo, foi um dos jornais mais inovadores do período, ao adotar técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil, uma diagramação revolucionária e grande racionalidade na gestão empresarial. (ABREU, 2002, p. 4).

A *Gazeta Pelotense* foi um jornal tabloide diário com 24 páginas e um caderno dominical com 16 páginas. Surgiu vespertino, mas, após apenas a primeira edição, passou a ser matutino. Durante entrevista a Bittencourt (1989), Schlee explicou a razão para a mudança:

Para mim, o jornal deve ser vespertino sempre. Mas, como somos subordinados às agências do exterior, que adotam o horário matutino para emissão das notícias via telex, consequentemente o jornal sairá, aqui, de manhã. O único jornal no Brasil que tenho conhecimento, que cumpria o horário vespertino, foi o *Diário da Noite*, de Assis Chateaubriand. (BITTENCOURT, 1989, p. 23).

Quase 60 pessoas faziam parte da equipe, entre gráficos, administrativo, fotógrafos, redatores e editores. A tiragem inicial diária foi de 10 mil exemplares, passando a 7,5 mil unidades, até atingir 5 mil unidades<sup>32</sup>. Do expediente constavam o nome do jornal e as pessoas responsáveis pela Gráfica Independente LTDA., que publicava a *Gazeta Pelotense*: Presidente: Manuel Marques da Fonseca Júnior; Vice-Presidente: Paulo Luiz Barcelos Góz; Diretor Comercial: Paulo Roberto Machado Fonseca; Diretor Financeiro: José Luiz Machado Fonseca; Diretor Superintendente: Aldyr Garcia Schlee; Redator Responsável: Mário Alberto Soares. O jornal circulava de segunda a domingo, um diferencial com relação ao *Diário Popular*, que não circulava às segundas.

A linguagem editorial e gráfica buscava um tempero local, retomando algumas inovações introduzidas anos antes, no período entre o final do Estado Novo e o golpe de 1964, como as já citadas reformas gráficas e editoriais do *Jornal do Brasil* e da *Última Hora*, nos anos 1950, de *O Estado de S. Paulo*, entre 1952 e 1963, e do *Jornal da Tarde*, em 1966. Ao mesmo tempo, a *Gazeta Pelotense* mantinha sintonia com as novidades contemporâneas, como as reformas gráfica e editorial da *Folha*

---

<sup>32</sup> Essas informações estão em BITTENCOURT (1989). O vice-presidente do jornal, Paulo Luiz Barcelos Góz, afirmou em entrevista que a tiragem inicial foi de cinco mil exemplares, passando a 10 mil unidades. Na época, não houve verificação pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), que começara a atuar no Brasil em 1961, vinculado à Associação Brasileira de Publicidade (ABP). Disponível em: IVC Brasil: <<https://ivcbrasil.org.br/#/institucional/fundacao>>; Observatório de Imprensa: <[http://observatoriodeimprensa.com.br/grande-pequena-imprensa/\\_ed842\\_ivc\\_brasil\\_apresenta\\_nova\\_marca\\_e\\_muda\\_nome/](http://observatoriodeimprensa.com.br/grande-pequena-imprensa/_ed842_ivc_brasil_apresenta_nova_marca_e_muda_nome/)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

de *S. Paulo*, que ocorreram justamente naquele período, entre 1975 e 1977 (MARTINS; LUCA, 2013)<sup>33</sup>.

Atenta ao passado, a equipe da *Gazeta Pelotense* não desconsiderava as necessidades do presente, relacionadas ao envolvimento de vários colaboradores do jornal, inclusive o próprio Schlee, em atividades consideradas “subversivas” pela ditadura:

Tivemos um grupo de colaboradores que era para limpar a pecha que nós tínhamos. Dentre estes, uns cinco ou seis eram péssimos. [...] Tinha um, talentosíssimo, que veio a ficar contra mim, era meu inimigo pessoal, ele se revelou um amigo fiel, que era o Gilberto Gigante. O cara mais à direita que existe. [...] Ele adotou aquela forma média de fazer jornal para não revelar nenhum conteúdo ideológico mais forte. Isso era para superar o período que nós tínhamos que nos adaptar ao dono do jornal. Mas era sem concessões. Aliás, tinha uma, que era uma pessoa de confiança do dono fazendo o editorial. Assim, não coríamos nenhum risco.<sup>34</sup>

O funcionário indicado pelo dono do jornal, Paulo Ribeiro, dedicava-se a escrever os editoriais da página 3, ponto sensível de qualquer publicação, já que é o espaço destinado à posição do veículo sobre os assuntos cotidianos. Schlee afirmou que o fato de haver um funcionário indicado para escrever os editoriais não chegava a ser um incômodo, por pelo menos dois motivos: o jornal não pretendia bater de frente com os militares, logo, não ultrapassava certos limites, embora seus conteúdos implicassem denúncia de várias situações envolvendo atos políticos ou medidas econômicas do governo; e o responsável pelos editoriais não determinava o que podia ou não ser publicado. Pode-se discutir essa visão, porque a simples indicação de um funcionário para a função de editorialista revela uma ingerência sobre a publicação. Mesmo que, segundo a totalidade dos depoimentos, nem o proprietário interferisse no dia a dia da redação. A equipe dedicava-se a abordar os temas que surgiam com força na segunda metade dos anos 1970: a política e a economia local e nacional, a inflação, a violência policial e do Estado contra seus adversários políticos, a violência no trânsito e nas periferias, as denúncias de

---

<sup>33</sup> As reformas do jornal *Estado de S. Paulo*, nos anos 1950 e 1960, e da *Folha de S. Paulo*, nos anos 1970, foram comandadas pelo jornalista Claudio Abramo. Esta informação pretende mostrar a importância de um profissional que, mesmo não sendo proprietário de jornais, esteve à frente de mudanças gráficas e editoriais profundas na imprensa brasileira, como o jornalista Janio de Freitas já fizera no *Jornal do Brasil*, nos anos 1950. O acompanhamento dessas personalidades e sua atuação nos jornais pode ser fonte de informações valiosas, que deveriam acompanhar as análises de veículos e de suas atuações ao longo da história.

<sup>34</sup> Entrevista concedida por Aldyr Garcia Schlee ao autor em agosto de 2018.

condições de vida precárias de moradores da periferia, além de reportagens sobre minorias (árabes e judeus) e manifestações culturais variadas.

Não que o jornal se engajasse ou fosse porta-voz das lutas do movimento de minorias (negros e mulheres), que recomeçavam a se rearticular. Pode-se dizer que a linha editorial do jornal não abordava as pautas raciais e de gênero de maneira direta, mas as populações objeto dessas pautas. Assim, as mulheres foram parar nas páginas do jornal como trabalhadoras, artistas, intelectuais, tanto quanto as populações que habitavam a periferia, sujeitos das reportagens em seções específicas. A *Gazeta Pelotense* reservava uma editoria (“Vilas e bairros”, na edição experimental, e depois com nomes variados) para tratar dos problemas que atingiam as populações que habitavam a periferia da cidade. O jornal apostava em reportagens que descrevessem o cotidiano dessas populações, particularmente trabalhadores e suas rotinas.

Mas também havia cuidados editoriais. Afinal, a ditadura, apesar das promessas da distensão e, mais tarde, de abertura, ainda estava forte o suficiente para torturar e matar, como revelaram documentos divulgados em 2018 pela Central de Inteligência Americana (CIA), órgão do governo dos Estados Unidos. Entre eles, memorando de 11 de abril de 1974, enviado pelo diretor da CIA para o então secretário de Estado Henry Kissinger, segundo o qual a cúpula do governo militar tinha conhecimento das ações tomadas contra seus adversários, autorizando a continuação de “execuções sumárias de subversivos perigosos, sob certas condições”<sup>35</sup>.

Essas informações vieram a público recentemente. Mas, mesmo naquela época, informações divulgadas no Rio de Janeiro mostravam que a imprensa, ainda que submetida à censura, noticiava fatos que comprometiam os golpistas de 1964 e seus apoiadores. Em dezembro de 1976, o jornalista Marcos Sá Correa teve acesso a documentos na biblioteca Lyndon Johnson, da Universidade de Austin, no Texas, e publicou uma série de reportagens no *Jornal do Brasil* que revelavam a participação dos Estados Unidos no golpe. A *Gazeta Pelotense* repercutiu as informações na edição número 83, de 23 de dezembro (Figura 8).

---

<sup>35</sup> Cf. JORNAL EL PAÍS, mai/2018.

Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675\\_975787.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Figura 8 - EUA apoia golpe de 1964 no Brasil

**Especial**

**Papéis da CIA divulgados aqui pelo "Jornal do Brasil"**

**Principais revelações contidas nos documentos**

As 11h30 de 31 de março, o contra-almirante John L. Chew, vice-diretor de Operações do Estado-Maior Conjunto, enviou a alguns comandos do Atlântico Sul mensagens cujos itens mais importantes são:

"1 - Enviar CVA e força-tarefa de apoio logo que possível. Destino inicial: área ocidental das vizinhanças de Santos, Brasil. A finalidade da força-tarefa de porta-aviões é manter presença norte-americana nesta área quando ordenada e estar preparada para cumprir missões que venham a ser ordenadas". Era determinado também a abolição sigilo sobre a operação, que tomava o nome de "Brother Sam" - "Irmão Sam" - com seu comando entregue ao general George Brown, hoje chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA. O assistente para assuntos de segurança nacional da Casa Branca, McGeorge Bundy, passou a receber matutinos diários.

A operação não chegaria a entrar em ação efetiva. Havia o temor de que o movimento militar contra Goulart fosse estrangulado por falta de combustível. Daí a presença de quatro petroleiros na frota, transportando 136 barris de combustível - o exato consumo diário do Brasil. Navegando separadamente, os petroleiros receberam ordem de seguir para Montevideo, onde haveria "novas instruções".

Houve também uma ordem para o fornecimento de 110 toneladas de munições e o embarcamento de 250 granadas de calibre 12 e 1" de abelha. No entanto, no dia seguinte, havia uma determinação para que o material ficasse retido na base McGuire "enquanto o embaixador Gordon termina de se as forças militares brasileiras ou as forças policiais do Estado necessitarem de um apoio norte-americano antecipado".

Mesmo assim, a frota recebeu ordem de deslocamento "em direção ao Atlântico Sul até que o embaixador Gordon declare que uma visita a portos brasileiros ou outros demonstrações de poder naval são definitivamente desnecessárias".

A frota só seria dissolvida no dia 3 de abril. A ordem "ultra-secreta" do Estado-Maior Conjunto, explicava que "a situação atual no Brasil não exigirá a presença da força-tarefa com porta-aviões em águas ocidentais no sul do país".

A documentação arquivada na Biblioteca Lyndon Johnson, em Austin, consta de numerosos telegramas, memorandos e tele-trocados entre o Estado-Maior Conjunto e seus organismos militares no Canal do Panamá e Atlântico Sul, Casa Branca, Departamento de Estado e Defesa, e embaixada norte-americana no Rio de Janeiro.

É uma comunicação da Agência Central de Inteligência que informa a Casa Branca de que o governo argentino pretende pedir a intervenção da Organização das Nações Unidas no caso de uma guerra civil no Brasil. Segundo o informe, o problema fora discutido no dia 1º de abril, na Casa Rosada, em Buenos Aires, pelo presidente Illia e ministros Leopoldo Suarez, da Defesa, e Zavalía Ortiz, das Relações Exteriores.

**'Presença americana aqui era da lógica das coisas'**

"Basicamente, havia uma força-tarefa da Marinha de Guerra norte-americana pronta a agir em 1964, mas ela não se moveu. A lógica das coisas era tal que a presença americana aqui era da lógica das coisas". Afirmou o chefe do III Exército com o encosto da Revolução, que depois João Goulart.

Poppe lembrou que, após a vitória do movimento militar, se encontrou com o coronel Vernon Walters, então chefe militar da embaixada dos Estados Unidos e, posteriormente, vice-diretor da CIA - Vernon Walters - e afirmou: "Eu não sabia de nada".

**Documentos comprovam intromissão americana**

No dia 31 de março de 1964, uma frota norte-americana recebeu ordem de se deslocar para o litoral brasileiro "para marcar a presença dos Estados Unidos" aqui. Composta por um porta-aviões, seis destróieres, um transporte de helicópteros e quatro petroleiros, tinha o apoio aéreo de seis aviões de carga, oito de abastecimento, um de comunicações, oito caças e um de comando aéreo. Sua missão principal seria garantir o fornecimento de petróleo e combustível aos militares brasileiros que haviam desencadeado uma revolução para derrocar o governo de João Goulart. Se fosse necessária a intervenção, os navios da frota norte-americana entrariam no porto de Santos.

Toda a documentação em torno da participação dos Estados Unidos na eclosão da Revolução de 1964 encontra-se na Biblioteca Lyndon Johnson, da Universidade de Austin, no Texas, onde foram depositados os papéis já publicados da administração Johnson. Os documentos liberados estão sendo publicados pelo Jornal do Brasil, desde sábado.

Pelas revelações, sabe-se que a função do embaixador Lincoln Gordon foi muito mais ampla do que ele próprio admitira em depoimentos perante o Congresso norte-americano e em diversas entrevistas à imprensa. Ele sempre negou, por exemplo, a movimentação de navios de guerra norte-americanos nas proximidades do litoral brasileiro. No entanto, sabe-se agora que ele não só sabia da presença de uma frota, como lhe caberia a decisão sobre a intervenção ou não da Marinha dos Estados Unidos.

O governo norte-americano e seus órgãos de segurança e espionagem, como a CIA, haviam montado um dispositivo tão perfeito para o acompanhamento da situação brasileira que obtinham informações imediatas sobre conversas sigilosas entre autoridades como o então ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, e o senador Juscelino Kubitschek, num quarto do Hospital dos Servidores do Estado, no Rio, e acompanhavam até a troca dos números dos telefones do Batalhão de Guardas Presidenciais, em Brasília. Nem o sistema de comunicações da Presidência da República escapava.

Um dos mais ativos informantes do governo norte-americano era o então coronel Vernon Walters, amigo íntimo do chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe da conspiração contra Goulart. Foi Walters quem enviou a Washington, com alguma antecipação, as informações sobre quem seria o chefe da revolução.

**Meneghetti diz que não sabia de nada**

O governador Edo Meneghetti - que estava à frente do governo do Rio Grande em 1964 - afirmou que nem ele, nem nenhum de seus subordinados, teve qualquer contato com políticos e militares estrangeiros.

"O problema era novo. Não poderíamos aceitar a intromissão de gente estranha numa guerra de família. Tínhamos de resolver sozinho o problema que afinal terminou suscitando o movimento de março", Meneghetti, que está com 80 anos, lembra que o embaixador Lincoln Gordon esteve no Rio Grande do Sul antes de deflagração do movimento, mas "sem direito ou indiretamente se falou em revolução ou em movimento contrário ao poder constituído. Nem haveria suscitando o movimento de março".

Sobre o assunto, o general Afonso de Albuquerque Lima ressaltou um período de entrevista para falar a respeito dos documentos da CIA e do Departamento de Estado relativos à participação norte-americana no acompanhamento da Revolução de 1964. Sua secretária disse à reportagem: "O general não tem a decifrar sobre a matéria". Igual recusa partiu do almirante Slippy Hick.

Fonte: Gazeta Pelotense, n. 83, 23 dez. 1976. Reprodução do autor, 2019.

Segundo a reportagem, autoridades militares enviaram uma força naval para o Atlântico Sul, na operação chamada "Brother Sam", para apoiar os golpistas, para o caso da eclosão de uma guerra civil no Brasil. A frota era composta por um porta-aviões, seis destróieres, um transporte de helicóptero, quatro petroleiros, com apoio aéreo de seis aviões de carga, oito de abastecimento, um de comunicações, oito caças e um de comando aéreo. O comando da operação foi entregue ao general George Brown, que em 1976 era chefe do Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos. A informação foi confirmada no Rio de Janeiro pelo marechal Mário Poppe de Figueiredo, que assumira o comando do III Exército após a eclosão do golpe que depôs João Goulart.

Apesar de haver espaço para a divulgação de informações com esse potencial explosivo, naquela época outras questões justificavam o cuidado adotado

pelos responsáveis pela edição da *Gazeta Pelotense*. No plano político, as dificuldades do governo que vieram à tona com o começo do fim do “milagre econômico” levaram a descontentamentos que provocaram a primeira vitória nas urnas pós-64 da oposição liderada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1974. Como consequência, acirraram-se os debates dentro do governo sobre medidas para endurecer o regime e frear a oposição. Dois anos antes, nas eleições municipais de 1972, a Arena, partido governista, ganhara a quase totalidade das prefeituras do país. Nas eleições legislativas de 1974, 16 das 22 cadeiras do Senado Federal foram ocupadas pelo MDB.

Nas municipais de 1972, a Arena obteve largo sucesso, ganhando em 92% das prefeituras do país. Setores moderados da ditadura chegaram a preocupar-se com o desaparecimento do MDB. Três meses antes das eleições de 1974, conselheiros políticos do regime temiam uma possível evolução para “um sistema de partido único”. No mês de novembro veio a grande virada: o MDB vencia nos principais Estados e nas grandes cidades. Sobretudo, o partido emplacava 16 dos 22 senadores eleitos. A Arena só elegia senadores em Estados que, à exceção da Bahia, tinham pouco peso eleitoral (Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí). Vale lembrar que, na ausência de eleições para presidente, governadores e prefeitos das capitais, a votação para o Senado constituía o escrutínio majoritário mais elevado permitido pela ditadura. Na circunstância, o voto para senador polarizava a oposição ao regime. (ALENCASTRO, 2014, p. 8)

Para o autor, tanto o governo quanto a oposição foram pegos de surpresa com o resultado das urnas no país. Para as eleições de 1976, a oposição de Pelotas, animada com a vitória de dois anos antes, preparava-se para apeiar a Arena do governo municipal pela primeira vez desde o golpe de 1964. Mas as candidaturas oposicionistas ao governo que se organizavam na cidade, como de resto em todo o país, integravam um movimento que não se restringia ao campo político partidário e nem começava naquele momento.

Já em 1974 uma grande mobilização de estudantes da UFPel teria se tornado “a primeira manifestação em uma universidade desde a edição do AI-5 e dos famigerados Decretos 228 e 477”, segundo depoimento do à época estudante Paulo Brum aos pesquisadores Renato Della Vechia e Marília Brandão Amaro da Silveira para o “Almanaque do Bicentenário de Pelotas” (2014). Os decretos citados definiam as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares e a organização da representação estudantil.

Paulo Brum afirma que tudo aconteceu porque o reitor da universidade, Delfim Mendes Silveira, quis forçar os estudantes a assistir uma palestra do candidato gaúcho ao Senado Federal pela Arena, Nestor Yost, presidente do Banco do Brasil. A palestra seria realizada no campus da universidade, localizado no então distrito do Capão do Leão. Os alunos recusaram-se a assistir, preferindo ir para a cidade, mas o reitor suspendeu a saída dos ônibus, provocando a reação dos estudantes, que invadiram o auditório onde seria realizada a atividade e denunciaram o fato. Em seguida, organizaram um ato que culminou em uma marcha a pé até o centro da cidade. Lá, encontraram os deputados estaduais oposicionistas Lélío Souza e Getúlio Dias, que à noite, na televisão, denunciaram a medida do reitor.

Com um cenário indefinido pela frente, do ponto de vista eleitoral, e para frear os ânimos da oposição vitoriosa nas eleições anteriores, o governo endureceu as medidas para propaganda eleitoral no rádio e na TV, modificando o Código Eleitoral, com a publicação da Lei 6.339, a Lei Falcão, batizada com este nome em referência ao seu idealizador, o ministro da Justiça Armando Falcão (DUARTE, 1982). A lei restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão com o objetivo de dificultar a participação da oposição nas eleições municipais. Transformou a propaganda eleitoral em uma “lista de chamada”, em que os partidos só poderiam divulgar o nome, o número e um breve currículo de cada candidato, além de sua fotografia na TV<sup>36</sup>. O pacote de abril do ano seguinte, que determinou o fechamento do Congresso Nacional e várias reformas constitucionais adotadas com base no AI-5<sup>37</sup>, além de cassações de parlamentares<sup>38</sup>, contribuiu ainda mais para mostrar que a distensão era mais produto de discurso para consumo da população do que possibilidade real.

Como em outros períodos – e esta é uma constatação válida para o momento em que escrevo esta dissertação – a um movimento de repressão corresponde uma tentativa de defesa das liberdades individuais e coletivas pela sociedade organizada, sucedida por maior repressão, em um ciclo que precisa ser interrompido em

---

<sup>36</sup> Ver mais informações a respeito em “Lei Falcão silencia campanha eleitoral”, em Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lei-falcao-silencia-a-campanha-eleitoral>. Acesso em: 7 jul. 2020.

<sup>37</sup> Conf. o artigo “Pacote de abril”, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>. Acesso em: 20 mai. 2020.

<sup>38</sup> No início de 1977, foram cassados os vereadores do MDB gaúcho Glênio Perez e Marcos Klassman, sob a acusação de serem “agentes do comunismo” (CPDOC/FGV).

determinado momento, sob pena de a própria sociedade não resistir. Esta também é uma característica do fenômeno da transição referida por Freire (1979). Neste período, a violência ainda estava muito presente, com atentados à bomba contra pessoas, órgãos da imprensa, livrarias, universidades e instituições identificadas com a oposição. Segundo Tosi e Silva (2014), o período compreendido entre 1968 e 1976 foi aquele em que ocorreu o maior número de prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos de presos, exílios, repressão generalizada. Para os militares, havia um inimigo interno que precisava ser eliminado, destruído.

Mas foi justamente neste período mais obscuro e trágico da história nacional que os direitos humanos apareceram como uma saída que indicava um norte a ser seguido: foi nas prisões da ditadura, nas comunidades de base, na luta pela renovação dos sindicatos, pela reconstrução dos movimentos sociais e nos grupos de resistência que se construiria a alternativa à ditadura, e se vislumbrou o caminho da transição para a democracia. (TOSI; SILVA, 2014, p. 42).

A *Gazeta Pelotense* dedicou-se a enfrentar esta conjuntura da forma que considerou adequada. Não denunciando abertamente as ações dos extremistas de direita em poder do Estado, mas sem negar o espaço para a divulgação das notícias sobre os atentados, as explosões, as mortes pelos confrontos, que aparecem em várias páginas do periódico em seus curtos três meses de existência. Esta forma de fazer jornalismo deveria ser aprofundada com a continuidade do projeto, conforme afirmaram vários entrevistados da equipe<sup>39</sup>.

### 1.2.1 O “novo” e o “normal”

O trecho do editorial do segundo número da *Gazeta Pelotense*, intitulado “Nasce um novo jornal”, indica a expectativa com relação à publicação:

Sabemos, antes de tudo, que um jornal não é um prédio, nem uma boa impressão, ou os melhores equipamentos e a melhor gente; não é comércio, nem indústria, nem prestação de serviços. Nem mesmo é aquilo que sonhávamos que ele fosse; nem será exatamente aquilo que desejamos que ele seja. Um jornal transcende a tudo. Nasce transcendente. (GAZETA PELOTENSE, 1976, n. 2, p. 4).

---

<sup>39</sup> A partir do Capítulo 2 serão analisados alguns exemplos de matérias que ilustram a postura do jornal, bem como as expectativas dos integrantes da equipe que não tiveram sequência pelo encerramento de suas atividades.

O título do editorial remete à logomarca do jornal, na forma da letra N, e a “Novo Jornal”<sup>40</sup>, que deveria ser o nome da publicação, inicialmente, segundo depoimento de Schlee<sup>41</sup>. A alteração do nome, independentemente de sua motivação, remete à discussão sobre o jornalismo que se pretendia praticar, com óbvias referências ao jornalismo que até então se praticava. O papel cúmplice de boa parte dos veículos tradicionais, antes e durante o golpe civil-militar de 1964, que comprometeu a credibilidade de muitos deles junto a vários setores da opinião pública, somado ao exemplo de luta dos veículos críticos do regime (AQUINO, 1999), mostrava haver espaço para novidades no campo editorial em Pelotas.

O período de funcionamento da *Gazeta Pelotense* coincidiu com as disputas entre os militares adeptos da abertura e os integrantes da linha-dura, contrários a esta decisão. Aquino (1999) defende a tese segundo a qual a reação à censura e à própria ditadura nas redações teve significados diversos, atrelados à configuração dos governos militares. Segundo a autora, essa composição não estava isenta de disputas, que se refletiram no maior ou menor rigor no trato da censura aos jornais.

A emergência de cisões entre os grupos (tanto entre militares quando entre civis), relativamente à forma pela qual prosseguiria o processo histórico brasileiro, coloca a continuidade da excepcionalidade, e mesmo um recrudescimento da mesma, após o governo Castello Branco, e mesmo durante o de Costa e Silva, com a edição do AI-5. (AQUINO, 1999, p. 210).

Segundo Aquino (1999), em um primeiro momento os envolvidos no golpe de 1964 que não se alinhavam ao setor linha-dura dos militares, incluindo vários proprietários de jornais, pretendiam “uma *interrupção temporal da institucionalidade*, para depois, contornada a ‘crise’, *retomar a normalidade democrática*” (AQUINO, 1999, p. 2010, grifos nossos). O destaque às partes do texto é importante porque, por um lado, diz respeito às diferenças entre as questões institucionais, “formais”, por assim dizer, de uma sociedade, e aspectos mais permanentes, ligados à construção de valores fundamentais para discutir a própria noção de democracia. Para analisá-los, seria preciso definir critérios que levam uma sociedade a ser

---

<sup>40</sup> Ver página 109.

<sup>41</sup> Não ficou claro, durante a entrevista, se a mudança de nome obedeceu à determinação de não afrontar o *establishment*. O falecimento do diretor do jornal, em novembro de 2018, impediu que esse e outros detalhes da publicação fossem esclarecidos. Outras pessoas entrevistadas disseram não ter informações sobre os motivos da mudança.

democrática, e as próprias disputas no interior da sociedade, tarefa que extrapola os limites desta pesquisa.

Por ora, interessa analisar, ainda que sem aprofundamento, duas questões que orientam as mudanças na sociedade: as motivações para mudar e o que se pretende colocar no lugar. “Novo” e “normal” são duas noções recorrentes nesse sentido. O “novo” é o que sucede o “antigo”, o “velho”, mas, muitas vezes, é apenas uma expressão para recolocar no lugar de algo aquilo que já esteve lá. Explica-se: no caso da ditadura brasileira, o “novo”, o que levaria à “ordem”, ou à “normalidade”, era representado pelos estratos sociais que se sentiam prejudicados com as propostas do presidente João Goulart reunidas nas Reformas de Base<sup>42</sup>. Foi a contrariedade às reformas que reuniu, em um primeiro momento, militares e civis para se posicionar contra a “incipiente democracia brasileira”, como afirma Toledo (2004).

A linguagem utilizada no texto do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, torna evidente a tentativa de legitimar o golpe a partir da legalidade. É importante atentar para os termos deste que é o primeiro de uma série de atos que tentaram revestir de legalidade os atos do governo. “Poder *constituente*”, “*novo* governo”, mas “*restauração* da ordem interna”, “*restauração* da ordem econômica e financeira” (BRASIL, 1964, grifos nossos). Ao mesmo tempo em que aponta para o “novo”, revela a intenção de um movimento de retorno ao que foi. Ou seja, o “normal” do passado é que estava no horizonte, mais do que uma experiência política inovadora.

Como lembra Aquino (1999), naquele tempo, nos meios jornalísticos, nem tudo era silêncio, nem tudo era combate. As diversas facetas do regime de força demandam várias formas de contar os episódios que envolveram jornais e jornalistas. Há quem permanentemente tente relegar ao esquecimento os movimentos armados que resistiram à ditadura, transformando os adeptos dessa luta em bandidos. Assim como também há quem tente transformar regimes de força em períodos de exceção, justificando as medidas adotadas como necessárias à “manutenção da ordem democrática”.

---

<sup>42</sup> “Sob essa ampla denominação de “reformas de base” estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior” (FERREIRA, 2004, online).

São expressões que abundam nas páginas dos jornais no momento do golpe, mas que, com o passar do tempo, e o recrudescimento da ditadura, cederam lugar até mesmo para a crítica ao governo. A justificativa, mais uma vez, pode ser encontrada em Aquino (1999), e na composição variada dos extratos que deram sustentação à ditadura. O “novo” dos militares certamente não era o mesmo que a *Gazeta Pelotense* desejava. Novos temas começavam a ser objeto das pautas dos jornais e a *Gazeta Pelotense* estava atenta a eles.

### 1.3 *Gazeta Pelotense* e imprensa de transição

O que deveriam ser as diretrizes editoriais da *Gazeta Pelotense* não foi publicado em sua edição experimental, nem mesmo na primeira edição. A edição de número 2, publicada no dia 26 de setembro, reproduz o discurso do proprietário do jornal, Manuel Marques da Fonseca Júnior, na página 5, “à guisa de editorial”. Segundo o empresário, era a oportunidade de cumprir a promessa aos funcionários “de só revelar inteiramente a linha do jornal no dia de seu lançamento”. O que havia sido antecipado, porém, de que a linha editorial correria paralela “à linha dos interesses nacionais”, dava o tom do que viria a seguir.

Segundo o empresário, a vontade de fundar um jornal vinha de muitos anos, não para ganhar dinheiro, nem por motivos políticos, afirmou, mas “para prestar um serviço”, “dar um pouco do muito que tenho recebido”. No discurso, realizado no Tourist Parque Hotel, na presença do governador Sinval Guazzelli (Arena) e de centenas de outras pessoas, mas dirigido especialmente “ao Dr. Paulo Luiz Barcelos Góz e ao Professor Aldyr Garcia Schlee”, são elencados 13 pontos que deveriam pautar a atuação da equipe.

1º – Faremos das mensagens do nosso jornal um hino à integração de todos os brasileiros.

2º – Onde estivermos, teremos sempre no pensamento que só a ordem poderá nos dar progresso e levar ao desenvolvimento almejado.

3º – Nunca haveremos de dar guarida aos hipócritas, aos oportunistas, aos falsos patriotas, aos desonestos e aos demagogos.

4º – Sempre estaremos ao lado dos que, mesmo enfrentando a dor da impopularidade, a intolerância e a incompreensão, mesmo assim continuam a lutar com fé para dar ao Brasil o melhor que podem.

5º – Embalaremos com carinho, no berço da esperança, o sonho de uma humanidade menos egoísta.

6º – Cada vez que alguém for vergastado pela injúria e pela calúnia por ter tido a coragem de contrariar interesses pessoais dos que só pensam em si, merecerão o nosso respeito e toda a nossa amizade.

7º – Ajudaremos sempre os homens de bem, que trabalham sem esmorecer por uma nação melhor para todos.

8º – Jamais deixaremos de exaltar aqueles que possam servir de exemplo o que sem outros interesses do que servir ao País, o fazem com coragem, sacrifício e abnegação.

9º – Uniremo-nos aos que fazem do diálogo uma larga, comprida e bela avenida, que leva sempre ao santuário do entendimento.

10º – Nunca daremos tréguas aos que, aproveitando-se de dificuldades ocasionais, muito peculiares às nações em desenvolvimento, pregam a inquietação e a desordem, tendo por único objetivo desunir os brasileiros destruindo a segurança e minando a unidade nacional.

11º – Ignoraremos os que fazem da política um caminho estreito, acidentado e sem retorno, em vez do arejado campo do respeito, da tolerância e da compreensão, usando a política somente como meio de vida – em lugar da ciência que é - e que pode ajudar a viver.

12º – Onde houver sinceridade de propósitos no desejo puro de trabalhar pelo bem comum, nunca faltaremos.

13º – Repeliremos sempre, energicamente, com toda a força das nossas convicções e por todos os meios ao nosso alcance – A TODOS AQUELES – venham de onde vierem, ocupem os cargos que ocuparem – se digam patriotas – defensores dos interesses do Brasil e de seu povo – mas quando, a oportunidade surge para provar-lhes sinceridade, nada mais fazem, do que deles se servirem. (GAZETA PELOTENSE, n. 2, 26 set. 1976, p. 5).

Não são tópicos relacionados ao trabalho jornalístico propriamente dito, ou seja, não são princípios editoriais, mas princípios gerais que o empresário julgava ser adequados para a realização do trabalho que, afinal, financiava integralmente. É possível perceber nesses 13 itens a preocupação em não melindrar o convidado principal da noite e os interesses políticos que representava. Principalmente pelo uso cuidadoso de termos como “tolerância”, “ordem”, “unidade nacional”, “bem comum”, “esperança”, “abnegação”, “dificuldades ocasionais”, “entendimento”. O momento e os interesses empresariais em um investimento vultoso não aconselhavam atritos com o governo. Assim, o discurso orbitou em volta de temas gerais, evitando o terreno acidentado que deve pautar um compromisso efetivamente jornalístico.

Por outro lado, o tom vago do discurso, e a evidente intenção de não confrontar o governador e, por extensão, o governo federal, deixava uma boa margem de manobra para a equipe do jornal. Ao longo das edições da *Gazeta Pelotense*, foram publicadas diversas informações que iam de encontro às pretensões do governo de impedir a veiculação de notícias negativas. As informações, produzidas pelo jornal ou reproduzidas de outros veículos, eram fruto da situação de momento, que cada vez mais proporcionava temas e oportunidades para informar fatos desfavoráveis ao governo.

A *Gazeta Pelotense* acolheu em suas páginas temas que surgiam ou se intensificavam na época, muitas vezes opostos aos interesses do governo. Essa atitude, que aqui destaco como característica de uma imprensa de transição, é caracterizada por um viés de *acomodação*, não no sentido de passividade, mas de ajuste, agregando pautas que, durante o período de ruptura com a “normalidade democrática”, não obteriam acolhimento. Por exemplo, ao mostrar que a violência estava presente no cotidiano da sociedade (Figura 9), principalmente na periferia das cidades, ao contrário da versão de prosperidade apreendida pelo governo. Ao mesmo tempo, essas pautas não abalavam as estruturas da sociedade a ponto de romper com a outra acomodação, a dos interesses do capital e da política que orientavam a ação da *empresa jornalística*.

Figura 9 - Transgressões no tempo da ditadura



Fonte: *Gazeta Pelotense*, n. 14, 13 out. 1976, p. 20. Reprodução do autor, 2019.

Esse viés jogava provisoriamente para frente um desafio que a equipe do jornal, principalmente os jornalistas, teriam que enfrentar em algum momento. Afinal, aquela “forma média” de fazer a publicação não poderia conviver com a ambição de fazer um jornalismo cuja qualidade não se restringisse à tecnologia empregada. Como o próprio Schlee reconhecia:

Nós tínhamos uma equipe de qualidade. Uma amiga do Rio de Janeiro, atenta, mandou dizer que estávamos perdendo tempo. “O dono do jornal vai exigir de vocês sempre esse tipo de coisa”, disse ela. “Vocês têm que ser

mais agressivos.” Essa amiga sabia das coisas, tinha um marido que morreu na guerrilha, em um grupo que apoiamos bastante aqui. E teve essa outra questão, que não tem a ver diretamente com o jornal. Na verdade, estávamos escondidos atrás do jornal.<sup>43</sup>

Os compromissos e o passado de Schlee e de parte de integrantes da equipe impediam que o jornal fosse apenas uma caixa de ressonância de interesses oficiais ou empresariais. Para elaborar essa categoria de imprensa de transição, assim como se deveria proceder com relação aos demais elementos da sociedade que operam durante os períodos de ruptura da “normalidade democrática”, ou mesmo de “normalidade”, como dito, é preciso descartar a existência de blocos definidos e uniformes de atuação da imprensa, em que uns se posicionam contra e outros a favor de determinadas medidas. As relações são fluídas, e mais de um autor já se debruçou sobre as diferentes práticas jornalísticas referentes à cobertura dos fatos durante a ditadura, e que começaram já nos primeiros momentos do golpe de 1964, com as atenções dadas à reação a ele, particularmente pelo movimento estudantil.<sup>44</sup>

Veículos de comunicação são empresas comerciais cujo objetivo é o lucro. Como prestadores de um serviço público essencial, deveriam disponibilizar para os leitores, ouvintes, telespectadores, informação de qualidade sobre os vários setores da vida pública. O que nem sempre fazem, mesmo hoje, com todas as possibilidades abertas pelos meios eletrônicos de difusão (internet e especialmente as redes sociais). O papel dos veículos de comunicação foi decisivo no apoio à ditadura civil-militar. Com o tempo, porém, novas necessidades se impuseram. Neste momento, a imprensa passou a operar em outra direção, com outras pautas, embora não com outra finalidade, do ponto de vista do negócio.

Como visto, as transformações políticas, sociais e econômicas em curso na segunda metade da década de 1970, no mundo e no Brasil, afetaram bem mais do que as grandes cidades do país. Tiveram reflexos em todos os lugares, e em vários setores da atividade econômica e intelectual. A grande imprensa, favorável ao golpe civil-militar de 1964, com o tempo abriu passagem para críticas ao governo. Juntou-se, de maneira tardia e não pelos mesmos motivos, ao coro dos democratas que lutavam contra a supressão das liberdades, inclusive da imprensa.

O jornal *Gazeta Pelotense* surgiu nesse cenário de mudanças – econômicas, sociais e mesmo políticas, embora a ditadura ainda demorasse mais alguns anos

<sup>43</sup> Entrevista concedida por Aldyr Garcia Schlee ao autor em agosto de 2018.

<sup>44</sup> Cf. Aquino, 1999; Abramo, 1988; Gaspari, 2002, 2004; Fico, 2017.

para dar a vez a um governo civil. Como negócio, o jornal tentou sobreviver em meio à crise econômica que se instalou no país. Circulou apenas durante três meses, suficientes para abrigar em suas páginas algumas das novidades cuja cobertura os novos tempos exigiam. Mas sem fazer campanha contra os governos militares. Como vimos, a transição não necessariamente significa apenas caminhar em direção ao novo, é um momento em que ainda permanecem resquícios do antigo.

A *Gazeta Pelotense* contemplou pautas diversas, incluindo as que eram priorizadas pela imprensa alternativa. Alguns de seus jornalistas atuaram em veículos alternativos. O jornal foi uma tentativa de recuperar as características e princípios que deveriam orientar o jornalismo, principalmente o *compromisso* (FREIRE, 1979) com a busca pela informação mais próxima da verdade factual, “política por natureza” (ARENDT, 1988). O jornalismo é também uma prática política, uma vez que interfere nas relações políticas em sentido amplo. Não é neutro, imparcial, objetivo, não está “acima” ou “fora” dos conflitos sociais, já que muitas vezes ele mesmo produz esses conflitos. Esta é uma reflexão que já deveria ter sido aceita como dado, mas dúvidas ou incompreensões a respeito sempre rondam as redações de jornais, assim como as reflexões de qualquer pessoa que julgue ser possível pensar de um lugar “acima” ou “de fora” das relações sociais. O jornalismo, em um paralelo com a educação, seguindo Paulo Freire, sempre esteve a serviço das classes dominantes, principalmente em sociedades com relações sociais desiguais. Nesse sentido, sempre foi político. Ao jornalismo não se pode atribuir o papel de “técnica neutra” (FREIRE, 1979), a não ser como alienação, que

produz uma timidez, uma insegurança, um medo de correr o risco da aventura de criar, sem o qual não há criação. No lugar deste risco que deve ser corrido (a existência humana é risco) e que também caracteriza a coragem do compromisso, a alienação estimula o formalismo, que funciona como uma espécie de cinto de segurança. Daí o homem alienado, inseguro e frustrado, ficar mais na forma que no conteúdo; ver as coisas mais na superfície que em seu interior. (FREIRE, 1979, p. 12).

Um dos fios condutores de minha investigação é este entendimento segundo o qual as relações sociais são determinadas pelas relações de poder. A grande imprensa, durante a ditadura, foi do apoio incondicional ao golpe de 1964 à crítica posterior às práticas dos governos. A imprensa alternativa surgiu da necessidade de construir o espaço da crítica. Neste caso, o exemplo mais representativo sem dúvida é *O Pasquim*, o jornal de humor que nasceu para ser um jornal do bairro de

Ipanema, no Rio de Janeiro, bebendo na fonte da contracultura da década de 1960, e transformou-se em um dos maiores desafios impressos para a ditadura (KUCINSKI, 2001).

A imprensa de transição, que não se confunde com as duas outras vertentes da época, aproveitaria o momento da transição política para retomar as práticas jornalísticas idealizadas pelos profissionais não comprometidos com o governo ou com os donos das empresas jornalísticas. Muitos dos profissionais que trabalharam nessas iniciativas eram oriundos da imprensa alternativa, como dito, ou eram profissionais que não estavam satisfeitos com os rumos do jornalismo de então. A oportunidade para o surgimento desse tipo de imprensa ocorre em momentos em que a transição é mais aparente, quando a sociedade começa a movimentar-se em direção a novas formas de abordagem dos seus problemas (FREIRE, 1979).

Sabe-se que a sociedade está em permanente transformação, em um movimento cujo sentido é determinado pelas relações sociais. Mas a transição de que se fala aqui foca aqueles momentos especiais em que as transformações vêm à tona, tornam-se mais nítidas, rompem paradigmas (CHARRON; BONVILLE, 2016). É o momento em que os resultados desse movimento podem ser observados nas tentativas de mudança das relações sociais. A imprensa de transição ilustra esses momentos. Ela é originariamente produto desse movimento. Posteriormente, se bem sucedida, contribuirá para o aprofundamento dele, já não sendo mais transição.

No próximo capítulo, microanálise e história oral são chamadas a dialogar com teóricos da comunicação para situar as discussões sobre a imprensa e, por consequência, contribuir para a construção da categoria da imprensa de transição. A *Gazeta Pelotense* e seu contexto pautam esse diálogo. A partir da discussão mais ampla sobre a imprensa, destacam-se aspectos específicos do jornal e das condições que possibilitaram seu surgimento.

## CAPÍTULO 2 - A REALIDADE EM CAIXINHAS

*Hoje é dia de São Cipriano,  
também chamado Santo Cipriano.  
Os judeus ainda comemoram  
a entrada de seu ano novo  
e nós ainda comemoramos  
a entrada em circulação  
desta GAZETA PELOTENSE.*  
(GAZETA PELOTENSE, 1976, n. 2, capa)

### Introdução

Para estabelecer as características que diferenciam a *Gazeta Pelotense* e a categoria da imprensa de transição de outras publicações e categorias, é preciso primeiro definir o que os historiadores e teóricos da comunicação entendem como campo da imprensa, ou do jornalismo. É o que busco no primeiro subcapítulo desta etapa da dissertação. Esse diálogo entre os dois campos é uma das principais contribuições que pretendo oferecer com esse estudo.

Duas referências metodológicas serão priorizadas – a micro-história e a história oral, importantes para discutir a abordagem das práticas sociais pela historiografia. Neste caso, as práticas que envolvem a imprensa. São, por assim dizer, produtos de transições, de transformações dos modos de praticar ciência a partir de quebras de paradigmas científicos. Neste capítulo, essas opções teóricas pareceram ser as mais adequadas no campo historiográfico para o diálogo com alguns autores da Teoria da Comunicação.

Com relação à micro-história, que surgiu na Itália nos anos 1970 e passou a ser objeto do debate entre historiadores no Brasil na segunda metade dos anos 1980 (LIMA, 2012), interessa principalmente situar a *Gazeta Pelotense* no contexto em que foi produzida, discutindo as relações sociais do momento que possibilitaram a criação do jornal e que a caracterizam como um produto da transição em curso no país e no mundo. Assim, no segundo subcapítulo, discuto como a micro-história pode auxiliar o pesquisador a penetrar as especificidades de um veículo, repensando-o a partir de um contexto visto em uma mudança de escala. Também procuro estabelecer as possibilidades que se extraem da análise de um jornal a partir de um referencial teórico-historiográfico que se volta para os objetos singulares e para os sujeitos que os produzem. Até estabelecer a experiência única do jornal,

para poder defini-la como única. Segundo a hipótese que defendo, as características da *Gazeta Pelotense* não seriam comuns a todos os jornais, como de resto toda publicação tem características próprias. Como se trata de uma proposta que pretende construir uma categoria e uma metodologia baseada na análise de um jornal, é necessário se aproximar ao máximo do objeto e das condições que possibilitaram seu surgimento, diferenciando-a de outros modelos teóricos. A micro-história é um dos caminhos que a historiografia oferece com essa finalidade.

Em um percurso complementar, no terceiro subcapítulo, investigo as intenções dos responsáveis pela *Gazeta Pelotense* e como elas se concretizaram nas páginas do jornal durante suas 91 edições, em grande parte resultantes do contexto. As contribuições da história oral serão importantes para estabelecer paralelos entre o trabalho do historiador e o do jornalista, particularmente no trato dos temas no tempo histórico e na mediação estabelecida pela memória entre os fatos históricos ocorridos no passado e sua abordagem no presente.

O objetivo é extrair de autores vinculados a essas vertentes historiográficas o embasamento teórico necessário para continuar a trilhar o caminho escolhido, de construir a categoria da imprensa de transição. Não serão utilizadas as técnicas da história oral, por exemplo, para o tratamento das entrevistas, transformadas em documentos a partir de uma série de procedimentos próprios dessa metodologia, mas as problematizações com relação à memória dos entrevistados serão importantes para a pesquisa<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, serão feitas referências às aproximações entre os campos do jornalismo e da história que encontram na história oral vários pontos de contato.

Por fim, é importante ressaltar que, a despeito do uso de autores de várias nacionalidades, que se dedicaram a estudar as transformações do jornalismo em seus países, este é um estudo que trata do contexto brasileiro. As transformações sociais e da imprensa próprias desse contexto, associadas evidentemente às que são produto de influências externas, são o fio condutor das análises. Isso será particularmente importante em alguns momentos, como as reflexões sobre a penetração contemporânea da história oral no Brasil, moldada pelos acontecimentos do período em que passou a ser adotada no país.

---

<sup>1</sup> Por esse critério, ouvir jornalistas que trabalhavam na redação do *Diário Popular* na época seria relevante. Acredito que os depoimentos dos integrantes da redação da *Gazeta Pelotense* suprem em parte essa lacuna, uma vez que vários deles trabalharam no *Diário Popular*, a começar por Schlee, e conheciam os processos de produção deste jornal.

## 2.1 História e jornalismo, ou: jornalismo transformado em história

Em momentos de grandes transformações sociais, a imprensa também é impactada, seja pela mudança em sua forma de atuação, seja pelo surgimento de novos veículos que contestam o modo vigente de produção da informação. Quando falo do modo de produção, refiro-me a uma *tecnologia* (GROTH, 2011) que envolve tanto o aspecto editorial quanto o gráfico (trata-se de um jornal impresso; para outros meios, como rádio, televisão ou meios digitais, na atualidade, outros aspectos da produção material teriam que ser considerados). Refiro-me também às relações que envolvem proprietários e a equipe que produz o jornal, seus anunciantes, leitores, fontes e público em geral. Na segunda metade do século XX, o jornalista e pesquisador alemão Otto Groth estava preocupado em definir o lugar da Ciência dos Jornais, se pertencente ao campo das ciências descritivas (puras) ou normativas. A citação a seguir é longa, mas ajusta-se à preocupação central dessa pesquisa.

Primeiro, não há “terapia” sem “teoria”, não há regra sem o conhecimento do igual e do regular, nenhuma doutrina técnica sem uma base teórica firme e exatamente a falta desta é uma das principais razões por que a Ciência dos Jornais ainda não possui uma tecnologia sistemática unitária. Segundo, toda tecnologia também é individual, ela anseia pelo específico. Ela não só se apoia no individual-histórico, no qual ela confronta constantemente suas regras com as ocorrências históricas, não só tem que conseguir provas e amparo, o conhecimento exato de cada condição, a configuração precisa e a demarcação nítida das regras na história. As suas regras também têm que ser um guia para o agir prático em *casos isolados*. Essas regras só têm valor prático para nós se puderem ser utilizadas para isso. No agir de fato, tudo depende afinal do peculiar e só dele, com quem temos que nos ocupar ativa e penosamente. Se as regras tecnológicas forem elas próprias necessariamente gerais, a sua utilização também é necessariamente individual e nós precisamos do conhecimento o mais completo e exato possível do peculiar, isto é, do caso “histórico” na sua posição especial, nos seus requisitos e condições, nas ligações e influências do tipo prático e psíquico. Portanto, sem teoria e história, a tecnologia não pode ser construída e utilizada. (GROTH, 2011, p. 62-63, grifos do autor).

Penso que o *caso isolado* de que trato aqui, a *Gazeta Pelotense*, pode orientar-se pelas sugestões do pensador alemão para, a partir de um jornal, traçar as relações entre imprensa e sociedade em um período específico da história nacional. O jornal é produto de um tempo, mas também contribui para as relações desse tempo, por isso é histórico. No tempo em que a *Gazeta Pelotense* foi criada, a imprensa ainda definia boa parte das relações sociais. Sua importância para o

estabelecimento de padrões de produção e de consumo está relacionada ao produto básico dos meios de comunicação: a informação. Mas também com outra característica desses meios, seu caráter público, que torna essa informação conhecida pelo maior número de pessoas.

Pierre Nora, historiador vinculado à terceira geração da Escola dos Annales, ao discorrer sobre as dificuldades relacionadas à busca de identidade pelo campo da história contemporânea, afirma que “nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuído de sentido histórico. E somente isso seria suficiente para dotá-la de uma identidade” (NORA, 1995, p. 180). Entre as causas para este fenômeno, Nora cita o que entende por “mundialização”<sup>2</sup> ou “democratização da história”, em que grandes contingentes humanos são integrados a aspectos do mundo antes restritos às parcelas “civilizadas” da população mundial. Para o autor, a “circulação generalizada da percepção histórica culmina com um fenômeno novo: o acontecimento” (NORA, 1995, p. 180).

Segundo Nora, no final do século XIX o passado era cuidadosamente separado do presente, colocado em um lugar “inofensivo”, tornando-se um objeto mais palatável ao modo positivista de fazer ciência, “proibido de residir na história” (NORA, 1995, p. 180). Com o desenvolvimento das comunicações, entre outros aspectos da “mundialização” referida pelo autor, o acontecimento, ou fato histórico, saiu daquele lugar seguro e ganhou novo status.

É aos *mass media* que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhes pertence. Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca sua presença e não nos pode evitar. (NORA, 1995, p. 181).

E aqui, o mais importante, para os fins da linha de reflexão proposta nesta pesquisa.

Mas não é suficiente dizer que se colam ao real, a ponto de se tornarem sua parte integrante e que nos restituem sua presença imediata, quando abraçam os contornos e peripécias, quando fazem parte do cortejo inseparável. Imprensa, rádio, imagens, não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, *mas como a própria condição de sua existência*. [...] O fato de terem acontecido não os

---

<sup>2</sup> Guerras totais, transformações revolucionárias, penetração das economias modernas nas sociedades tradicionais, os movimentos de descolonização, enfim, tudo o que assegure uma “mobilização geral das massas” (NORA, 1995) pode ser colocado nessa categoria.

torna históricos. *Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido.* (NORA, 1995, p. 181, grifos nossos).

A presença da imprensa, e a concorrência entre os veículos, provocou uma revolução no comportamento do público, que passou a acompanhar o que antes era limitado a uma camada restrita, detentora do poder de determinar os destinos de pessoas e nações. Para o autor, “somente a imprensa dispõe de uma gama de virtualidades sem rival, um leque excepcionalmente rico de manipulação da realidade” (NORA, 1995, p. 182). Acontecimento, por isso mesmo, não se confunde com fato do cotidiano, do ponto de vista teórico. A percepção de que a realidade pode ser manipulada é um ponto de partida para diferenciar ambos, fatos do cotidiano, elementos “fora de categoria”, “consagrados ao inclassificável”, de acontecimentos, pertencentes a “uma categoria bem catalogada da razão histórica: acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional” (NORA, 1995, p. 184). Há evidentemente, aproximações entre ambos, principalmente as feitas pelo senso comum, que sobre os acontecimentos muitas vezes procura “enxertar qualquer coisa do fato cotidiano” (NORA, 1995, p. 184). A distinção, alerta o autor, passa pela consciência crítica na abordagem do acontecimento, que fará com que ele não seja “o mesmo para um e para todos”<sup>3</sup>.

A ela [imprensa] se deve a volta de um tipo de acontecimento: aquele onde os fatos se escondem e demandam a crítica da informação, a confrontação de testemunhos, a dissipação do segredo mantido pelos desmentidos oficiais, o colocar em questão princípios que apelam à inteligência e à reflexão, o apelo obrigado a um saber prévio que somente a imprensa escrita pode fornecer e recordar. (NORA, 1995, p. 182).

Também por essas razões, os jornais não puderam mais ser ignorados como fonte para os historiadores, embora seu uso ainda seja objeto de muita discussão,

---

<sup>3</sup> A esse respeito, afirma Lene (2014, p. 9): “No mundo do jornalismo, fatos são frequentemente utilizados como sinônimos de acontecimentos e notícias, também conceitos polissêmicos [...]. [Assim] o faz também Sodré (2009, p. 33): ‘Somos levados a encontrar outro termo para a representação social do fato, em especial para a informação jornalística concretizada na notícia. Esse termo – *news*, para os norte-americanos; *événement*, para os franceses; *suceso*, para os espanhóis – bem pode ser o acontecimento”. Para a autora, “a questão da verdade está imbricada no conceito de fato, para o jornalismo e para a História. Como checar se os fatos são verdadeiros ou não, ou parcialmente verdadeiros, é um desafio, levando-se em conta que tanto a História quanto o jornalismo apresentam interpretações de fatos para seus leitores. O volume de informações, com a internet, está modificando os padrões de checagem dos fatos e precisão no jornalismo. E essas modificações podem vir a alterar, futuramente, o papel do próprio jornalismo, ao qual, afinal, se atribui socialmente a função de relatar faces da verdade. Assim, sem os parâmetros da verdade e da credibilidade, tão caros ao jornalismo, o que serão mesmo os fatos?” (LENE, 2014, p. 11).

como abordo em seguida. A esse respeito, é importante atentar para os sentidos atribuídos por Groth (2011) ao jornalismo: “primeiro, o que diz respeito às pessoas, ao grupo dos atuantes no jornalismo profissionalmente (como ocupação principal); segundo, com relação ao conteúdo, à atividade jornalística e aos seus produtos em conjunto” (GROTH, 2011, p. 323). Quando analisamos a imprensa, é necessário distinguir esses dois aspectos do campo, para tentarmos esmiuçar as relações humanas e as questões técnicas referentes à produção dos jornais. Esses são cuidados historicamente incorporados à análise da imprensa. Alguns aspectos relativos ao jornalismo serão tratados neste capítulo. Os relativos aos jornalistas, especificamente às práticas dos profissionais da *Gazeta Pelotense*, serão analisados no Capítulo 3 dessa dissertação, quando as motivações dos integrantes da equipe da *Gazeta Pelotense* serão discutidas mais detalhadamente.

Como vimos, segundo Charron e Bonville (2016), para fins de análise teórica e de enquadramento das publicações em categorias, segundo períodos, são estabelecidos “tipos ideais” com características aproximadas de veículos e seus modos de produção. Em momentos de crise, as transformações dos paradigmas jornalísticos provocam alterações nos critérios de enquadramento das publicações. Paradigma jornalístico, para os autores, é

um sistema normativo criado por uma prática fundamentada no exemplo e na imitação, constituído de postulados, de esquemas de interpretação, de valores e de modelos exemplares com os quais se identificam e se referem os membros de uma comunidade jornalística em um dado âmbito espaço-temporal, que unem os integrantes à comunidade e servem para legitimar a prática. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 68).

Ou seja, são regras práticas seguidas por grupos profissionais que permitem uma compreensão coletiva dessas práticas. Essas regras não se originaram de códigos, mas da própria prática dos profissionais do jornalismo. Com o tempo, foram incorporadas a códigos (Código de Ética, por exemplo) e a disposições legais – de tempos em tempos questionadas – que regulam a profissão.

A periodização do jornalismo estabelecida por esses autores segundo as categorias de transmissão, de opinião, de informação e de comunicação, se apresenta semelhanças, é também produto das críticas a historiadores por suas estratégias de periodização da imprensa. Para os autores, a periodização da imprensa feita por historiadores ressoa de uma análise mais apurada com

relação a três dimensões: factual, conjuntural e estrutural, em permanente interconexão. As configurações particulares dos acontecimentos, suas alterações nos planos sincrônico e diacrônico, as variações conjunturais, além do conhecimento dos acontecimentos relevantes são, segundo os autores, limites da historiografia nas tentativas de periodização da imprensa. A própria denominação “imprensa” para os historiadores, segundo os autores, seria “somente uma forma cômoda de designar um conjunto” (CHARRON; BONVILLE, 2006, p. 173). O historiador, para esses autores, não se interessaria “pela imprensa como tal, mas, sim, pelas publicações periódicas e – eventualmente, mas não necessariamente – pelas empresas que as editam” (CHARRON; BONVILLE, 2006, p. 173). São críticas que de certa forma motivam esta dissertação. Ao mesmo tempo, reconheço a permanente autocrítica feita pela historiografia com relação a seus métodos e aponto a necessidade de diálogo entre pesquisadores da história e da comunicação/jornalismo com vistas ao aprofundamento das trocas entre essas áreas para a análise da imprensa.

Por outro lado, algumas das características dos modelos propostos por Charron e Bonville (2016) se aproximam das de periodizações historiográficas relacionadas à imprensa, como a dependência política inicial – característica do *jornalismo de transmissão* para estes autores; a fase posterior, em que predomina o *jornalismo de opinião* típico da sociedade pré-industrial; a independência posterior, que coincide com a estruturação de um setor econômico que envolve a produção de *notícias* em jornais – ou *jornalismo de informação*; até a situação atual, em que emerge uma produção midiática superespecializada destinada a um público consumidor cada vez mais restrito, que os autores denominam *jornalismo de comunicação* (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 143-144).

Para Charron e Bonville, o jornalismo de informação

é a forma específica de jornalismo de uma sociedade urbanizada na qual a produção industrial constitui a principal fonte de acúmulo de capital (sociedade industrial). O jornal de informação é caracterizado por um tipo particular de textos, a “notícia”. Esta trata de assuntos diversos, mas retrata especialmente personagens importantes nos campos político, econômico, social, cultural, etc. *O principal objetivo da notícia é descrever fielmente a realidade tal como o jornalista a apreendeu* (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 142, grifos nossos).

Situar os relatos jornalísticos como produto de condicionantes objetivos e subjetivos foi uma forma de superar as restrições de historiadores ao uso dos jornais

como fontes. O que nem sempre é assimilado pelos próprios jornalistas. Ainda hoje, os profissionais da imprensa costumam se ver como quem retrata os fatos “tal como aconteceram” Não é o caso, como alerta Miguel (2001):

Do conjunto inesgotável de eventos, banais ou extraordinários, que ocorrem todos os dias, o jornalismo elege um pequeno número que transforma em notícia e aos quais concede ampla circulação. Fora do seu círculo direto de relações pessoais e profissionais, o cidadão comum só possui acesso aos eventos que passaram por este filtro; e, sobre tais eventos, tem acesso apenas aos aspectos que foram considerados dignos de veiculação. (MIGUEL, 2001, p. 44).

Groth (2011) também alerta para este fato. Para o autor, “*as características essenciais do jornal já obrigam a uma escolha entre os fatos: a atualidade só reserva lugar para aqueles fatos que sejam notáveis para o presente momentâneo*” (GROTH, 2011, p. 374, grifos do autor).

Luca (2005), ao lembrar a referência dos jornais no passado como “enciclopédias do cotidiano”, com seus relatos fragmentários e imagens parciais, elenca vários fatores que determinavam a relutância de historiadores em mobilizá-los (LUCA, 2005, p. 111). O avanço das pesquisas levou à prescrição de cuidados variados e à ampliação do universo temático, permitindo a introdução de novas metodologias e de perspectivas analíticas que ajudaram a superar a desconfiança que marcou o uso das fontes jornalísticas como objetos de pesquisa em sua fase inicial. Vários elementos passaram a ser observados, desde as relações internas, passando pelas determinações externas, como relação com público leitor, relação com fornecedores, etc., para a produção dos jornais<sup>4</sup>.

A disposição das matérias no jornal, a estrutura temática, as equipes grandes e especializadas, a diversificação das fontes, a dependência do jornalista com relação ao empregador (tanto com relação ao salário quanto com relação ao conteúdo de seus artigos), o aporte considerável de capital pelas empresas, o volume dos jornais, equilibrando material informativo e material publicitário e a capacidade de produção industrial, tanto da empresa jornalística quanto dos anunciantes, todas essas são marcas do jornalismo de informação (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 142-143). Os autores também elencam outras características para análise do jornalismo: prática discursiva pública, periódica, realística, que

---

<sup>4</sup> Variadas sugestões metodológicas de abordagem das fontes jornalísticas podem ser conferidas em Zicman (1985), Espig (1998), Lattman-Weltman (2007), entre outros historiadores.

explora as categorias do senso comum, ou seja, trata de situações concretas com implicação imediata para a coletividade a que se destina, produzindo uma representação do real a partir de critérios compartilhados por essa coletividade (CHARRON: BONVILLE, 2016, p. 185 e ss.).

As características do jornalismo de informação servirão como referência para as observações sobre a *Gazeta Pelotense* e as análises de historiadores com relação à imprensa. Especificamente com relação à pesquisa, as características daquele período do jornalismo praticado no país ajudarão a determinar a condição da *Gazeta Pelotense* como um veículo pertencente à categoria da imprensa de transição.

Os levantamentos historiográficos mostram que os primeiros estudos sobre a imprensa periódica no Brasil foram publicados em revistas especializadas, ainda no século XIX. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, em sua “Memória histórica”, de 1897, publicou um registro comentado de 1.536 jornais e revistas da Província/Estado de São Paulo. Onze anos depois, em 1908, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* lançou o *Primeiro centenário da imprensa periódica no Brasil* (LUCA; CAPELATO, 2012). Segundo as autoras, o primeiro estudo sistemático sobre o tema é *Contribuições à História da imprensa brasileira: 1812-1869*, publicado em 1945<sup>5</sup>, por Hélio Vianna, que foi também o primeiro catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro.

Ou seja, não é recente a preocupação com o registro histórico sobre as publicações periódicas no país. O limite desses estudos, e de outros que os sucederam e cujas características ainda não foram de todo superadas, é apontado pelas mesmas autoras:

Na sua maioria, os trabalhos sobre imprensa no Brasil têm se voltado para análises pontuais e fragmentadas, por vezes pensadas em amplo espectro, mas que acabam interrompidas e inconclusas pela inviabilidade da magnitude da empreitada. Em geral, os tratamentos persistem sob a forma de recortes isolados, coletânea de textos e aportes variados sobre a temática. [...] Trata-se de rica produção salteada que tem revelado acervos, recuperado conjunturas, sistematizado informações, organizado séries, inferido momentos decisivos desse percurso, mas que, por sua própria

---

<sup>5</sup> A década de 1940 também viu surgirem os primeiros cursos de jornalismo no Brasil. O primeiro foi na Fundação Cásper Líbero, em 1947. Mas os cursos de jornalismo só se firmaram no país na década de 1960 (LUCA; CAPELATO, 2012).

natureza, encontra-se bastante dispersa e pouco acessível ao pesquisador não especializado. (LUCA; CAPELATO, 2012, p. 8).

A própria Maria Helena Capelato, juntamente com Maria Lígia Prado, preocupou-se em preencher essa lacuna, em 1980, com a publicação de *O bravo matutino*, livro que inaugura a prática de adotar um veículo, no caso, o jornal *O Estado de S. Paulo*, como objeto de investigação. O livro é uma fusão das dissertações das duas autoras, escritas na década de 1970. Em seus trabalhos, Capelato e Prado não se ocuparam da história do jornal, e sim de seus editoriais, em um período de dez anos – 1927 a 1937. A finalidade foi estudar a ideologia liberal presente nesse periódico em um momento decisivo para a história do Brasil: a transição que se estende da Primeira República à Revolução de 1930. Algumas características definiram a escolha do jornal: “trajetória de ‘defensor de postulados liberais’; [...] constante autodefinição como ‘órgão de oposição’ aos governos constituídos”, “permanente e sempre reiterada preocupação política do jornal de – para além de sua função informativa – se apresentar como ‘órgão modelador da opinião pública’”, além de constituir “referência obrigatória para o pensamento conservador brasileiro” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX-XX). Na justificativa da escolha, as autoras negam o papel dos jornais como mero “veículo de informações”:

A escolha do jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX).

É uma aproximação que ainda se ressentir da análise uniformizante da imprensa. Em suas considerações finais, o recorte de análise que foi a escolha dos editoriais encontra na citação do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty uma espécie de confirmação para a tese desenvolvida ao longo do livro:

[...] Uma sociedade não é o templo dos valores-ídolos que figuram nos seus monumentos ou nos *textos constitucionais*, uma sociedade que vale no que nela valem as relações do homem com o homem. A questão não é somente saber o que os *liberais pensam*, mas o que, na realidade, *faz o Estado liberal* dentro de suas fronteiras e fora delas. A pureza de seus princípios não a absolve; pelo contrário, condena-a quando comprova que não existe na prática. (MERLEAU-PONTY, 1968 *apud* CAPELATO; PRADO, 1980, p. 129).

As autoras concluem que a postura política do jornal não estava desvinculada de sua retórica liberal. “Na verdade, o conservadorismo, o elitismo e a postura de classe dominante são a tônica das propostas do jornal” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 129). Neste caso, os editoriais retratavam o pensamento dos proprietários e suas convicções político-ideológicas. Mas essa observação também faz lembrar que muitas vezes o que está expresso nos editoriais dos jornais não condiz com sua postura no presente, nem no passado. Principalmente aqueles pontos segundo os quais os jornais, quase que apenas por se dedicarem ao ofício de informar, defenderiam necessariamente a livre manifestação de interesses, a imparcialidade e o equilíbrio na cobertura dos fatos jornalísticos<sup>6</sup>.

O livro apresenta em sua parte final um apêndice denominado “Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária - a cobertura da greve em *O Estado de S. Paulo* 1902-1907”, de Bárbara Weinstein. A autora elenca uma série de cuidados demandados pelo tratamento dos jornais, quando trabalhados como fontes e objetos de pesquisa. E aprofunda a crítica feita por Capelato e Prado, com outros elementos para a discussão sobre jornais.

Poucos periódicos são o produto de uma única mente ou mão, de modo que qualquer artigo particular, especialmente se é assinado, pode expressar somente as opiniões de um jornalista específico e não do administrador. [...] A maioria dos jornais impõem limitações aos seus escritores, e aos artigos que eles aceitam, mas isso varia enormemente de jornal para jornal (por exemplo, *O Estado* era provavelmente mais liberal que o *Correio Paulistano*). (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 175).

Um clássico, *História da Imprensa no Brasil*, ainda hoje referência para os estudos sobre a imprensa no Brasil, foi publicado em 1966 por Nelson Werneck Sodré<sup>7</sup>. O trabalho foi desenvolvido ao longo de dez anos. A análise do autor sobre a imprensa parte de premissas marxistas ao adotar como base as relações capitalistas de produção e seu impacto na imprensa. A introdução de temas como a imprensa operária no Brasil e aspectos da produção jornalística que remetem à estrutura

<sup>6</sup> É ilustrativo o editorial “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, de 31 de agosto de 2013, em que o Grupo Globo pede desculpas pelo apoio ao golpe civil-militar que levou à deposição do presidente João Goulart em 1964, embora em seus princípios editoriais defenda a liberdade de expressão e a imparcialidade como fundamentos de sua prática. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>7</sup> General de Brigada do Exército, escritor, historiador, Sodré teve os direitos políticos cassados pela Junta Militar que assumiu o poder em 1964 apenas duas semanas após o golpe, acusado de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ficou preso durante quase dois meses, teve livros censurados e foi proibido de dar entrevistas (CARDOSO, 2013).

interna dos jornais e suas relações externas são inovações importantes da análise de Sodré. A primeira frase da introdução do livro do autor explicita seu método:

Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações - que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento da imprensa em que aquele está inserido - é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. [...] Em que pese tudo o que depende de barreiras nacionais, de barreiras linguísticas, de barreiras culturais, - como a imprensa tem sido governada, em suas operações, pelas regras gerais da ordem capitalista, particularmente em suas técnicas de produção e circulação - tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento. (SODRÉ, 1966, p. 1).

Embora a questão da padronização de hábitos, costumes e mentes sempre esteja no centro dos debates sobre os meios de comunicação, as afirmações de Sodré podem ser consideradas em certa medida como exemplo de “normas trazidas ‘de fora’ para o periódico, sejam elas éticas ou políticas, econômicas ou estéticas, científicas ou religiosas, [que ignoram] a essência do periódico e suas exigências” (GROTH, 2011, p. 61). São os riscos de submeter um tema a um modelo prévio. De qualquer forma, muitos dos aspectos apontados por Sodré são considerados válidos para a análise da imprensa ainda hoje, particularmente os relacionados à concentração dos meios e à liberdade de expressão. Para o autor,

É evidente que, dentro de certos limites, os jornais são aqui controlados por seus proprietários; como se contam pelos dedos os grandes jornais, contam-se pelos dedos os seus proprietários: Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Bitencourt, Nascimento Brito e uns poucos mais. (SODRÉ, 1966, p. 478-479).

Ao longo do livro, Sodré elenca várias iniciativas jornalísticas que surgiram no século XX. Principalmente após a Primeira Guerra Mundial, com a ascensão de uma pequena burguesia urbana, “onde estava a maioria do público da imprensa: esse público influía nos jornais e era influenciado pelos jornais” (SODRÉ, 1966, p. 408). Esse novo cenário, para o autor, foi provocado em parte pela “inquietação política” que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930, e em parte pela “inquietação artística”, que havia desaguado na Semana de Arte Moderna de 1922 e ainda produzia seus efeitos na sociedade brasileira. Este foi um período de transição que afetou a imprensa e mereceria estudo mais detalhado, momento em que entraram em

choque o Brasil das velhas oligarquias rurais e o Brasil que pretendia aproveitar o baque causado pela crise de 1929, que atingiu as grandes economias mundiais, para aprofundar seu processo de industrialização e assumir outro papel no cenário internacional.

Em seu livro, Sodré abarca desde a imprensa colonial até as modificações do capitalismo que afetavam a imprensa no período da publicação, segunda metade da década de 1960, com o Brasil com parques gráficos dependentes de equipamentos importados e preços elevados de insumos, como papel e tinta. O historiador enfatiza as características típicas dos jornais, seus modos de funcionamento, as técnicas de produção importadas, suas idiossincrasias e seus limites, além dos aspectos relativos às relações profissionais e sindicais e à dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores.

No final do livro, no calor dos acontecimentos pós-golpe de 1964, Sodré discute uma questão decisiva para os jornais do Brasil na época, a permissão para a aquisição de empresas de comunicação nacionais por capital estrangeiro. A TV Globo fora criada em 1965 graças a um acordo com o grupo *Time-Life*, dos Estados Unidos, que injetou recursos na companhia (MEMÓRIA GLOBO, 2020). Esse acordo foi fundamental para que se tornasse a potência do ramo das comunicações que se tornou. O governo queria impedir novas operações desse tipo, favorecendo a empresa de propriedade de Roberto Marinho, um dos principais apoiadores do golpe de 1964. Sodré reflete:

O escândalo de infiltração de capitais estrangeiros em nossa imprensa carece em si mesmo de significação se não for inserido no longo e tortuoso processo de desnacionalização a que estamos submetidos - é simples aspecto da crise da imprensa aqui. E só poderá ser claramente entendido quando situado no amplo quadro em que o imperialismo desenvolve as suas ações - como aspecto parcial e setorial delas, numa fase em que se sente obrigado a complementar o controle indireto da imprensa dos países dependentes com a montagem, neles, de sua própria imprensa. (SODRÉ, 1966, p. 515-516).

Esse dado é fundamental para medir a importância do surgimento de uma iniciativa como a *Gazeta Pelotense*, com capital próprio, embora necessitando investir valores elevados para a importação de equipamentos gráficos<sup>8</sup>, em um

---

<sup>8</sup> A iniciativa foi favorecida pela edição do Decreto-lei nº 1.428, de 2 de dezembro de 1975, que "Dispõe sobre isenções de impostos na importação, cria incentivos fiscais à indústria nacional de bens de capital, regulamenta a concessão de estímulos a ampliação de produção destinada a

período em que a imprensa nacional consolidava seus monopólios. No Rio Grande do Sul, esse processo levaria à fundação da TV Gaúcha em 1962, por Maurício Sirotsky Sobrinho, Frederico Arnaldo Ballvê e Nestor Rizzo, tendo o primeiro como acionista principal. Em 1967, Sirotsky associou-se à Rede Globo e firmou-se como principal empresário de televisão do estado. Três anos depois, adquiriu o controle do jornal *Zero Hora* e formou a Rede Brasil Sul de Comunicações, embrião do Grupo RBS<sup>9</sup>.

A década de 1970, de acordo com Luca (2008), também foi o período em que a imprensa passou a ser utilizada como objeto das investigações históricas, com a introdução de novas metodologias e instrumentais teóricos para a análise dos jornais: “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História **da** imprensa e **por meio da** imprensa, o próprio jornal tornou-se **objeto** da pesquisa histórica” (LUCA, 2008, p. 118, grifos da autora).

Especificamente, a transição da ditadura civil-militar para um governo civil foi importante para que historiadores incorporassem novos elementos para a análise dos periódicos. A Anistia de 1979 provocou uma corrida aos arquivos. Boa parte dos estudos, antes de caráter mais geral, passou a perseguir informações sobre o período nos jornais, com relatos sobre a censura e o próprio papel dos jornais no golpe de 1964 e nos anos seguintes. Uma das principais consequências foi o abandono das teorias totalizantes para a análise dos periódicos.

Como métodos de análise, essas teorias não dariam conta, por exemplo, dos meandros das relações interpessoais, das particularidades temporais e espaciais que produzem os fatos históricos. Nem por isso houve uma mudança radical nos métodos e nas abordagens do tema imprensa pelos historiadores. Parte dos estudos historiográficos passou a destacar alguns aspectos envolvendo a imprensa, em análises que se estendem no tempo. Assim, surgem os estudos sobre imprensa e censura (AQUINO, 1999); as abordagens sobre mudanças no jornalismo de largo espectro, como a *Imprensa em transição* de Abreu (2008), sobre as mudanças no jornalismo brasileiro nos anos 1950; estudos de base metodológica, com indicações para o uso dos jornais como fonte e objeto de pesquisa (ZICMAN, 1985;

---

exportação e dá outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1428.htm). Acesso em: 12 dez 2020.

<sup>9</sup> Cf. Rede Brasil Sul de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-brasil-sul> (CPDOC/FGV). Acesso em: 20 nov. 2020.

CAPELATO, 1988; LUCA, 2005; LUCA; MARTINS, 2008; PINSKY, 2008); estudos sobre a imprensa operária e o mundo do trabalho (LUCA, 2008), entre muitos outros.

Desses estudos, destaco a *História cultural da imprensa*, de Marialva Barbosa, de 2007, que abarca um período de cem anos de jornais no Rio de Janeiro. Barbosa estabelece cinco grandes grupos de estudos bibliográficos sobre a história da imprensa no Brasil: o primeiro trata do surgimento e desaparecimento dos periódicos; o segundo lida com as modificações na estrutura interna dos jornais; o terceiro analisa os jornais da perspectiva de seus conteúdos político-ideológicos; o quarto prioriza a inserção dos periódicos em seus contextos históricos; e o quinto considera a história dos periódicos em sua relação com o social. Essa divisão teria limitações de todas as ordens. Assim, o primeiro grupo, ao qual pertenceria Sodré, limitaria as análises da imprensa no tempo e em termos metodológicos, o segundo não estabeleceria relações entre as características dos veículos e as transformações sociais, o terceiro iria em sentido contrário, ignorando as condições de produção, recepção, etc., dos jornais, e o quarto desprezaria a lógica de funcionamento do campo da imprensa.

O quinto grupo é um caso à parte, que consideraria a subjetividade do olhar com que se encara o passado. E é nessa perspectiva que a autora elabora a sua história cultural da imprensa. Recuperar o passado não é tarefa da história, diz a autora, mas interpretá-lo. Barbosa não pretendeu dar conta de toda a história da imprensa do Rio de Janeiro no período estudado. Segundo a autora, o produto de uma

reconstrução será sempre um discurso carregado de significados. Há que considerar também que cada época está imersa num grau de consciência histórica que foi sendo construído pelos sujeitos que “vivem sua própria história”. (BARBOSA, 2010, p. 13).

A autora valeu-se do que chamou de “vestígios do passado” para contar a história dos jornais do Rio de Janeiro a partir de artigos do jornal escritos por jornalistas ou escritores consagrados, filmes da época pesquisada, relatos orais, cartas de leitores, imagens variadas, publicadas ou não. Tudo passado pelo crivo da interpretação da historiadora.

O reconhecimento dos limites de uma área para a análise de um campo notadamente complexo – a imprensa – tornou-se possível pela interlocução com

várias áreas. A *História da imprensa no Brasil* (MARTINS; LUCA, 2012) surge para dar conta do que as autoras chamaram de lacuna nos estudos historiográficos com relação à história da imprensa. Não apenas pela quantidade de periódicos abrangidos no tempo, mas também pela relação desses periódicos com seus tempos. Na abertura do livro, as autoras fazem uma referência importante ao fato de os primeiros levantamentos sistemáticos sobre a imprensa no Brasil não terem sido produzidos por historiadores profissionais, mas por pesquisadores autodidatas, profissionais da imprensa e bibliotecários. É uma observação interessante para quem, como o autor dessa pesquisa, ressona-se de um olhar que se expanda em direção a várias áreas do conhecimento para dar conta do objeto imprensa.

### 2.1.1 *Gazeta Pelotense*, grande imprensa e imprensa alternativa

O exercício que faço na análise da *Gazeta Pelotense* se presta à finalidade de verificar como um jornal tentou se posicionar comercial e editorialmente em um ambiente marcado pelo histórico de cumplicidade da grande imprensa com o golpe civil-militar de 1964. E, ao ocupar esse espaço, não se confundir com os veículos alternativos que surgiram em grande número no período para confrontar os setores que protagonizaram o golpe. Ao momento em que surge a *Gazeta Pelotense* denomino de transição. A imprensa de transição, categoria que construo a partir da análise do jornal, seria produto de uma insatisfação ou reconhecimento dos limites de uma prática anterior da imprensa e das estruturas, dos paradigmas jornalísticos (CHARRON; BONVILLE, 2016) que definiam essa prática.

Paralelamente a isso, havia uma ambição de praticar jornalismo que, embora tivesse muitos pontos em comum, não era a mesma dos jornais alternativos. Kucinski (2001) destaca que mesmo a imprensa alternativa é consequência de influências que marcaram suas diversas fases: uma primeira, de resistência democrática, logo após o golpe de 1964; uma segunda, a partir de 1967, inspirada pela Revolução Cubana; a terceira, a partir de 1969, considerada a mais rica, com a marca da resistência político-cultural e jornais de alcance nacional, como *Pasquim* e *Opinião*; e a última, no início dos anos 1970, caracterizada pela escatologia e experimentalismo na linguagem. Havia uma variedade de publicações desse tipo, agrupadas por Kucinski no anexo de seu livro conforme classificação diversificada: quanto à periodicidade, podiam ser diárias, semanais, quinzenais, mensais,

irregulares; quanto às linhas editoriais, podiam ser jornais predominantemente políticos; de reportagem; de humor; culturais; feministas; anarquistas; gays; ecológicos; quanto à circulação, podiam ser nacionais, regionais; podiam ser filiados a partidos ou a correntes político-ideológicas; decorrentes de rompimentos que deram origem a outros jornais, etc. (KUCINSKI, 2001).

Segundo Kucinski (2001), no período entre os governos dos generais Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979) surgiu o maior número de jornais alternativos no país, que se colocavam frontalmente contra o regime. Afirma o historiador:

Durante os quinze anos (sic) de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. A palavra nanica, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 2001, p. 5).

A denúncia da morte do jornalista Wladimir Herzog, por exemplo, foi feita na edição de número 16 do jornal alternativo *Ex*, de novembro de 1975. Parte da edição foi apreendida. A equipe recusou-se a aceitar a censura do Estado e fechou o jornal, que não mais circulou<sup>10</sup>. Em 1975, um ano antes do lançamento da *Gazeta Pelotense*, surgiram vários impressos alternativos no país: *De Fato* (Belo Horizonte, MG) e *Movimento* (São Paulo, SP), entre outros. No Rio Grande do Sul, despontou o *Coojornal*, uma cooperativa de profissionais de imprensa gaúchos que se reuniram para fazer jornalismo independente em Porto Alegre. Este jornal fez críticas à *Gazeta Pelotense* desde que o jornal pelotense começou a circular. Como cooperativa de jornalistas profissionais, criticava o fato de a *Gazeta Pelotense* ter poucos jornalistas diplomados em seus quadros. No ano da criação da *Gazeta Pelotense* também foram publicados os jornais alternativos *Paralelo*, *Lampião*,

<sup>10</sup> Cf. Imprensa alternativa. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/>> Acesso em: 15 jan. 2020.

*Peleia e Informação*, todos de Porto Alegre. Em Pelotas, o minitablóide *Triz*, com apenas um número.

Entre os anos de 1975 e 1976, o padrão alternativo tornou-se relevante, tanto nas bancas de jornais quanto nas escolas de comunicação e nas redações (KUCINSKI, 2001). A variedade das formas e dos conteúdos, além do tom das críticas ao governo, impressionou profissionais e público, com impacto na circulação. Entre 120 mil e 160 mil exemplares desses jornais circulavam nacionalmente no período (Tabela 1).

**Tabela 1** – Jornais alternativos de circulação nacional entre fim de 1975 e início de 1976 (números estimados)

| <b>Jornal</b>                                     | <b>Número de Exemplares</b> |
|---------------------------------------------------|-----------------------------|
| <b><i>O Pasquim</i></b> , Rio de Janeiro          | 50 mil                      |
| <b><i>Crítica</i></b> , Rio de Janeiro            | 15 mil                      |
| <b><i>Ex</i></b> , São Paulo                      | 20 mil                      |
| <b><i>Opinião</i></b> , Rio de Janeiro            | 10 mil                      |
| <b><i>Movimento</i></b> , São Paulo               | 13 mil                      |
| <b><i>Brasil Mulher</i></b> , Londrina, São Paulo | 10 mil                      |
| <b><i>Versus</i></b> , São Paulo                  | 20 mil                      |
| <b><i>Coojornal</i></b> , Porto Alegre            | 35 mil                      |

Fonte: Kucinski, 2001.

A criação e circulação não se limitavam ao eixo Rio-São Paulo, com jornais desse tipo pipocando em várias regiões, principalmente no Sul do Brasil. Circulação tão expressiva não escaparia ao crivo das autoridades.

Em 1978, estudo secreto do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), somando a circulação de oitenta jornais alternativos, embora misturando jornais de frequências distintas, situou esse conjunto em oitavo lugar em circulação na imprensa brasileira. (KUCINSKI, 2001, p. 78).

A *Gazeta Pelotense* não consta como exemplo de imprensa alternativa do levantamento feito por Kucinski (2001). Em contato por e-mail, o autor afirmou desconhecer o jornal. Segundo defendo nesse trabalho, a *Gazeta Pelotense* não pertence a esta categoria pelo menos por dois motivos: era uma empresa comercial que visava ao lucro e não batia de frente com o governo como os alternativos. Por outro lado, a *Gazeta Pelotense* se enquadraria em algumas das condições elencadas por Kucinski para definir o que seria “alternativo”. Por exemplo, o desejo de “protagonizar as transformações sociais”, ou de não estar “ligado a políticas dominantes”, embora financiado por um empresário. São caracterizações quase tão

vagas quanto à referência à grande imprensa, mas de certa maneira identificam um sentimento de mudança que animava a equipe da *Gazeta Pelotense*.

Mesmo sendo comercial, a *Gazeta Pelotense* também não pertence ao que se convencionou chamar de “grande imprensa”, pelo menos com relação ao que definia o perfil da grande imprensa naquele momento. Para Luca (2008, p. 70),

a expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.

A definição se aproxima do conceito de paradigma jornalístico de Charron e Bonville (2016). O próprio período em que a *Gazeta Pelotense* surgiu, quando a chamada grande imprensa já estava “abandonando o barco” da ditadura que ajudou a instalar no poder – muito pela questão da censura, mas não apenas por isso –, favorece a categorização do jornal pelotense segundo outro parâmetro. Após ser beneficiados pelos governos da ditadura com a concessão de financiamentos que possibilitaram a modernização tecnológica da imprensa e com verbas publicitárias que giravam em torno de 30% de suas receitas, os empresários do ramo passaram a se ressentir da crise geral que também afetou seus negócios (ABREU, 2005). O cenário nacional fazia mal para as empresas de comunicação.

O milagre havia provocado o maior êxodo da história do Brasil, inchando as regiões metropolitanas. Agravaram-se as condições de moradia e de transporte. Proliferaram as favelas e explodiram epidemias. Primeiro, a poliomielite, matando entre 16 mil e 31 mil crianças em 1971. Depois a epidemia de meningite, que somente em 1974 matou 2.900 crianças, a maioria em São Paulo. (KUCINSKI, 2001, p 55).

Se não criticava abertamente o governo, a *Gazeta Pelotense* também não adotava a prática adesista do outro diário da cidade, o *Diário Popular*, cujos proprietários, como dito, participavam diretamente do governo. Por outro lado, por ter sido financiada por um empresário, era dependente de sua situação pessoal, seja financeira, familiar, etc., o que ainda era um padrão na propriedade dos meios de comunicação no Brasil. Mas há outro elemento importante na definição da grande imprensa, que é uma característica que começou a mudar este padrão familiar, e com o qual a *Gazeta Pelotense* também não se identificava: a racionalidade

empresarial que tomava conta dos meios e que conduzirá ao que Charron e Bonville denominam jornalismo de comunicação, com preponderância da superespecialização da cobertura e da substituição de público leitor por público consumidor.

Os proprietários dos meios de comunicação são agora homens de organização submetidos à determinação de profissionais de diferentes especializações, como economistas, administradores, engenheiros de produção, engenheiros de informática, e à racionalidade dos conselhos de administração, comitês de diretoria e coordenações. (ABREU, 2002, p. 55).

A mídia começava a atuar cada vez mais de acordo com as regras de mercado e as grandes empresas não estavam mais na mão de apenas um dono. No caso da *Gazeta Pelotense*, o empresário que financiou o jornal limitou-se a isso, a financiar o jornal, já que a condução editorial era responsabilidade da equipe editorial.

Essas são diferenças importantes entre a *Gazeta Pelotense*, que surgiu naquele momento de transição, e outros veículos do período. A *Gazeta Pelotense* foi produto de uma época. Como dito, jornais têm características próprias, influenciadas por seus integrantes, suas motivações, o local em que atuam, entre vários outros fatores.

## 2.2 A diferença está no detalhe

Após esta revisão – bastante resumida - sobre os estudos historiográficos que têm a imprensa como fonte ou objeto no Brasil, passo a discutir possibilidades metodológicas de investigação do meu objeto de estudo a partir do contexto em que foi criado. Neste subcapítulo, as contribuições da microanálise permitirão continuar a desbravar a história da *Gazeta Pelotense*, além de justificar a escolha de um veículo como modelo para a construção de uma categoria. Interessa analisar um procedimento que integrou o que se convencionou chamar inicialmente microanálise, depois micro-história, introduzido entre os anos 1970 e 1980 no campo da historiografia.

Como referido, o uso de jornais como fonte já faz parte da rotina dos historiadores, mas o uso dos jornais como objeto de pesquisa é prática mais recente

e envolve questões metodológicas ainda em aberto<sup>11</sup>. Pode-se dizer que as pesquisas sobre a imprensa normalmente partem de uma visão “macro”. Analisa-se “a imprensa” como grande campo de estudos. Por mais que os objetos dos pesquisadores sejam jornais específicos, são quase sempre relacionados a situações gerais envolvendo a imprensa: censura, ditadura, modernização tecnológica, conjuntura política, etc.<sup>12</sup> Nesses trabalhos, há muitos depoimentos de integrantes das redações de jornais, sejam jornalistas, proprietários, especialistas no assunto, mas é raro ver por parte de historiadores a história de veículos contada por seus redatores e profissionais diversos, esmiuçando suas rotinas diárias, as coberturas por editoriais, as diferenças entre o que é notícia e o que é opinião no jornal, que não se restringe aos editoriais, estabelecendo aspectos pontuais – e fundamentais – com relação às práticas do meio. Essas diferenças vão determinar muito do que sai nas páginas dos jornais.

Estudos de historiadores que também são jornalistas com experiência em redação ou de historiadores que contribuem com jornais e por isso têm familiaridade com as rotinas desses veículos fogem um pouco a essa regra. Embora este não deva ser um critério para desestimular pessoas que não atendam a essas condições de elaborar pesquisas sobre a imprensa. Para citar um exemplo, o historiador Robert Darnton, em *O beijo de Lamourette* (1990), faz uma minuciosa descrição da rotina do jornal *New York Times*, em que trabalhou, começando como repórter policial, entre os anos 1950 e 1960. Em “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica”, capítulo 5 da segunda parte do livro, quando aborda os meios de comunicação impressos, Darnton mostra o dia a dia dos profissionais de imprensa, suas relações internas, a distribuição das matérias, seus conflitos éticos e incômodos com a distribuição das pautas na redação, a relação com as fontes e o público leitor, a relação com os proprietários do jornal, a organização interna de uma publicação, as discussões e trocas com jornalistas de outros veículos e como tudo isso afeta o dia a dia da redação, a produção do jornal, etc. As rotinas descritas constituem um universo micro. Mais do que agradáveis de ler, principalmente pela

---

<sup>11</sup> Cf. Cruz; Peixoto, 2007; Aquino, 1999; Capelato, 1988; Capelato; Prado, 1980.

<sup>12</sup> Cf. Abreu, 2002, 2008; Aquino, 1999; Capelato; Prado, 1980; Capelato, 1988; Holfeldt, 2006; Kucinski, 2001; Kushnir, 2004; Sodré, 1966. Entre os historiadores pesquisados, Barbosa (2007), em *História cultural da imprensa: 1900-2000*, é uma das autoras que se aproxima de uma análise mais detalhada partindo do uso de estratégias da micro-história. Porém, ao utilizar a perspectiva indiciária proposta por Carlo Ginzburg (1989), dedicou-se mais a um levantamento panorâmico dos “rastros” deixados pela imprensa no século XX.

identificação que provocam em quem passou por redações de jornais, são importantes para desbravar as possibilidades que elementos aparentemente banais agregam para o conhecimento e a interpretação das práticas jornalísticas e sua relação com fatores externos, que as condicionam, em maior ou menor medida.

Entro assim na discussão sobre a observação dos fatos históricos nesse universo “micro“, tendo como interesse principal a atuação da imprensa, particularmente, da *Gazeta Pelotense*. Em *Microanálise e construção do social* (1998), o historiador francês Jacques Revel enfatiza as dificuldades iniciais dos historiadores que construíram este novo procedimento historiográfico – com suas variadas distinções e idiossincrasias. O autor refere-se a essa nova abordagem como “sintoma historiográfico” (REVEL, 1998, p. 16), porque surge em uma conjuntura de resistência às abstrações da história social francesa herdeira de uma tradição de ciência social unificada, em que eram privilegiados os agregados maciços de dados, mensuráveis em períodos de longa duração. Esses novos historiadores têm diferenças de procedimento, mas pelo menos uma coisa em comum, baseada no fato de que

o recurso à microanálise deve, em primeiro lugar, ser entendido como a expressão de um distanciamento do modelo comumente aceito, o de uma história social que desde a origem se inscreveu, explícita ou (cada vez mais) implicitamente, num espaço “macro”. (REVEL, 1998, p. 20).

A saída deveria ser a mudança do foco, problematizando as totalidades vistas como dados objetivos, não mais apenas como médias, modos, tipologias de conjuntos a que as amostras deveriam se integrar (REVEL, 1998, p. 20). Claro que as novas formas também foram submetidas à crítica. Segundo Levi (2016), um dos pioneiros da versão italiana da micro-história, muitas dessas críticas partiram da incompreensão provocada pelo nome atribuído à nova abordagem.

A origem do equívoco acerca da micro-história estava também no nome, que chama atenção mais para a observação de coisas pequenas, acontecimentos, situações individuais ao invés de ser visto como um problema de metodologia histórica, de análise minuciosa, de uma observação profunda e concentrada em um específico. (LEVI, 2016, p. 18-19).

Para Levi (2016) o equívoco tem a ver com a prioridade dada mais à análise de conteúdos abordados pelos historiadores vinculados à micro-história,

principalmente os que levam em conta as séries, as repetições, as regularidades, do que à metodologia introduzida por esses autores. Em *Sobre a micro-história* (1992), o autor já alertava para o fato de que

A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às microdimensões de seu objeto de estudo. (LEVI, 1992, p. 133).

Foi a “falência dos sistemas e paradigmas existentes”, para Levi, que levou à busca de “uma completa revisão dos instrumentos de pesquisa” (LEVI, 1992, p. 134). O autor afirma que a micro-história foi uma das respostas à crise dos paradigmas, sem se desviar “para um relativismo desesperado, para o neoidealismo ou mesmo para o retorno a uma filosofia repleta de irracionalidade” (LEVI, 1992, p. 134). Na Itália, a micro-história surgiu com a produção de historiadores que publicavam seus trabalhos na revista *Quaderni Storici* na década de 1970 e, a partir da década de 1980, com a coleção *Microstorie*, dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi na Editora Einaudi. Há uma variedade dos trabalhos dos pesquisadores que adotam esse procedimento metodológico. Conforme a adesão a um ou outro, haverá desdobramentos nas práticas dos micro-historiadores. Isso porque o método decorre da prática, além de estar interligado à narrativa, com o papel do narrador-historiador. Para Revel (1998), foi

do confronto entre essas experiências heterogêneas de pesquisa, de uma reflexão crítica sobre a produção histórica contemporânea, de uma gama bastante aberta de leituras (antropológicas principalmente, mas também em áreas mais inesperadas, como a da história da arte, por exemplo), que pouco a pouco emergiram formulações (interrogações, uma temática, sugestões) comuns. (REVEL, 1998, p. 16).

Levi (2016) afirma a origem política da micro-história<sup>13</sup>. O autor situa o cenário político da Itália, com o que chama de “cansaço da esquerda”, tensões, atentados terroristas e derrotas do movimento sindical como fatores que colocaram em xeque a capacidade de análise política das forças progressistas.

---

<sup>13</sup> Como veremos mais adiante, Meihy (1998) aponta uma origem semelhante para a penetração da história oral na América Latina.

Perante as mudanças profundas da organização da economia e da sociedade, as simplificações de leitura começavam a mostrar a própria esterilidade. Isto era mais visível ainda na historiografia, na história do movimento operário e na interpretação histórica do desenvolvimento distorcido da economia italiana. A micro-história nascia, pelo menos em minha opinião, da necessidade de recuperar a complexidade da análise, da renúncia às leituras esquemáticas e gerais para poder observar realmente como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades. (LEVI, 2016, p. 21).

De acordo com Lima (2012), a ambiguidade do termo “micro-história” é o que obriga a melhor situá-la antes de discutir seus fundamentos, motivações, características. O autor afirma tratar-se de um debate italiano sobre a história social que emergiu após a Segunda Guerra, atingindo tanto liberais quanto marxistas. O pesquisador vê em Edoardo Grendi e sua *Microanálise e história social*, publicada em 1977 nos *Quaderni Storici* “a primeira proposta metodológica construída em torno da ideia de uma ‘microanálise social’ (que já havia sido citada de passagem em alguns artigos no ano anterior)” (LIMA, 2012, p. 212).

A tradição historiográfica italiana, para o autor, era “pouco permeável ao intercâmbio com as ciências sociais, [...] distante da matriz intelectual que deu origem à história social em outros contextos” (LIMA, 2012, p. 208). Quadro que começa a mudar nos anos 1950, estendendo-se pelas décadas seguintes, com a internacionalização das pesquisas históricas e intensificação das lutas políticas anticoloniais, antirracistas, feministas e pelos direitos civis. A micro-história também é produto de uma sociedade em transição.

De diferentes maneiras, a sociologia, a economia e a antropologia social passaram a penetrar o universo dos historiadores italianos. Ao mesmo tempo, aceleraram-se as trocas historiográficas entre pesquisadores de distintos países, particularmente entre Itália, França e Inglaterra, o que levou à construção das bases da história social italiana. Assim, o aspecto político, enfatizado por Levi como presente nas origens da micro-história, volta a ser citado por Lima, derivado da circulação e as trocas de ideias e de pesquisadores, aliado ao interesse italiano pela história social.

Feitos esses rápidos apontamentos com relação às origens e os questionamentos relacionados à micro-história, é preciso voltar para outra questão, já referida anteriormente neste texto, mas não aprofundada: a micro-história é um estudo do micro, das coisas individuais? Para essa questão, a resposta é unânime:

não. Se a questão for tratada dessa forma, cai-se na armadilha conteudista, também já referida. Trata-se de uma questão de escala, como aponta Revel (1998, p. 19-20):

A abordagem micro-histórica [...] afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama.

Na sequência, o autor observa que “é o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular” (REVEL, 1988, p. 20). A micro-história também não se ocupa de estabelecer relações de causa e efeito entre o micro e o macro. “Para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado” (LEVI, 1992, p. 137). Para este autor, o valor da micro-história é experimental e seu “princípio unificador” é “a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p. 139).

Levi (1992) afirma que o trabalho dos historiadores que aderiram a essa prática é de certa forma uma confrontação entre as regras sociais definidas pelos seres humanos e sua liberdade.

Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. (LEVI, 1992, p. 135).

Ao debruçar-se sobre o micro, o historiador ampliaria o escopo da investigação, que passaria a abranger mais do que a repetição de fenômenos seriais. No limite, trata-se de investigar as próprias motivações humanas em sua relação com os limites estabelecidos pelas regras sociais.

Neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais. (LEVI, 1992, p. 136).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Este é um ponto fundamental para a análise da *Gazeta Pelotense*, já que se trata de situar um jornal em um tempo histórico a que a historiografia atribui modelos de jornalismo, penetrando as, por assim dizer, ambiguidades daquele momento.

A questão, então, não é fixar-se no “tamanho” do objeto pesquisado, mas na riqueza de detalhes que ele pode fornecer a partir da observação acurada. Detalhes que estão intrinsecamente relacionados ao ambiente “macro”, determinando-o tanto quanto sendo determinado por ele. Como consequência, é importante o alerta de Revel (1998, p. 23):

Como se vê, a abordagem micro-histórica se propõe a enriquecer a análise do social, tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis. Mas esse individualismo metodológico tem limites, já que é de um conjunto social – ou melhor, de uma experiência coletiva – que é sempre preciso procurar definir as regras de constituição e de funcionamento.

A utilização de autores vinculados à micro-história nessa pesquisa sobre a *Gazeta Pelotense* deve-se a uma conjunção de fatores. O jornal surge em um momento de transição entre a ditadura militar instaurada no Brasil em 1964 e a democracia liberal-burguesa retomada no país em 1985. Na década de 1950, a imprensa nacional passara por mudanças profundas, com grandes reformas em alguns dos principais jornais (MARTINS; LUCA, 2013). Durante a ditadura, a imprensa se tornará cada vez mais profissional, especializada e, mais do que tudo, monopolizada. Um dos principais beneficiários desse processo será a família Marinho, com o fortalecimento do jornal *O Globo*, mas, principalmente, com a criação da *TV Globo*, em 1965. A operação em rede nacional da emissora permitirá que ela, em parceria com o governo, leve as mensagens de ambos, empresa e governo, aos mais distantes rincões do país<sup>15</sup>. Em nível nacional, na mídia impressa, outros grupos também se consolidaram, principalmente o Grupo Abril, com a revista *Veja*, o Grupo Folha da Manhã, editor do jornal *Folha de S. Paulo*, e o Grupo Estado, dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. No Rio Grande do Sul, o empresário Maurício Sirtostky Sobrinho começa a construir nesse período o que viria a ser o Grupo RBS, com o jornal *Zero Hora* e a *Rádio Gaúcha* à frente, concorrendo com a centenária Caldas Júnior e seus jornais *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*.

---

<sup>15</sup> Do ponto de vista do governo, alguns marcos contribuíram para a integração nacional, em termos de circulação de informações: a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, mesmo ano da criação do Ministério das Comunicações; e a criação da empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), em 1972 (ABREU, 2005). Mas, do ponto de vista da imprensa, foi a criação do “Jornal Nacional”, da *TV Globo*, em 1969, primeiro programa de notícias com transmissão nacional, que consolidou o projeto (MIGUEL, 2001).

Assim, a análise da *Gazeta Pelotense* será tão mais detalhada quanto mais se perceberem elementos da conjuntura – as promessas de transição para o fim da ditadura, as modificações por que passava a sociedade da época, com vários movimentos se rearticulando para a retomada da democracia<sup>16</sup>, a modernização gráfica e editorial da imprensa<sup>17</sup>. Todos esses fatores impactaram a *Gazeta Pelotense* de uma forma ou de outra. E se associaram às intenções da equipe que constituiu o jornal, seus desejos e limites de atuação.

A partir da história da criação de um veículo, de seu funcionamento e do encerramento de suas atividades é possível extrair, como sugere Levi (1992), não o modelo, mas as perguntas que podem ser replicadas para a análise de outros veículos que tenham passado por períodos de transformações institucionais, como foi o golpe civil-militar de 1964, ou de outra ordem (tecnológica, por exemplo). Mergulhar na rotina da redação e na relação com o contexto da época é uma forma de “trabalhar a partir de sinais significativos” (LEVI, 1992, P. 143), organizando uma base teórica que possibilite produzir novas interpretações dos fenômenos sociais, neste caso, da *Gazeta Pelotense*, que a diferencie dos modelos normalmente utilizados para classificar “a imprensa”.

Já vimos que, em relação ao período da ditadura civil-militar no Brasil, quando se refere à imprensa, a historiografia trabalha com dois campos: imprensa alternativa e grande imprensa<sup>18</sup>. A *Gazeta Pelotense*, tendo surgido em um momento em que esses dois tipos de imprensa se contrapunham, agrega elementos dos dois, não correspondendo a nenhum deles. Era imprensa comercial diária, um empreendimento que deveria dar lucro, retornando o investimento no médio prazo feito pelo empresário Manuel Marques da Fonseca Júnior. Por isso, não pode ser considerada “imprensa nanica” (KUCINSKI, 2001), jornalismo em que o lucro não era o objetivo final. Por outro lado, bancada por um empresário, também não teve tempo para se caracterizar como um jornal típico do período, sustentado por venda em bancas e patrocínios variados.

### 2.2.1 A importância do contexto

---

<sup>16</sup> Cf. Aquino, 1999; Kushnir, 2004; Padrós, 2005.

<sup>17</sup> Cf. Abreu, 2002.

<sup>18</sup> A propósito, ver item 2.1.1 (p. 92 e ss).

Neste estudo, procura-se evitar a ideia de adaptar à pesquisa os conceitos mais gerais de um contexto dado, já que este deverá ser produto da investigação de uma situação particular e sua relação com a situação mais geral. Ir às minúcias da história e das rotinas da *Gazeta Pelotense* é uma tentativa de seguir essa linha de pensamento e ação. A categoria imprensa tem sido em muitas oportunidades resultado de procedimentos de agregação que não descem às especificidades de seus objetos constituintes. Revel (1998, p. 25) cita a necessidade de os micro-historiadores realizarem um “encolhimento do campo de observação”. Levi (1992) refere-se a um procedimento a partir do qual a coerência de um contexto é contestada pela análise de um objeto que revela suas contradições, contribuindo para a reelaboração do que se entende por contexto. Portanto, nesta pesquisa trata-se de aprofundar a análise de determinado fenômeno a partir de um campo de observação com limites mais “estreitos”, extraindo dele um novo olhar.

Em sua curta existência, a *Gazeta Pelotense* não priorizou as grandes coberturas, a não ser as impostas pelos fatos: as eleições municipais daquele ano, as mortes de personalidades, como a do ex-presidente João Goulart, além das pesquisas sobre história local, a cargo principalmente do futuro historiador Mário Osório Magalhães nos cadernos dominicais. Houve alguns “furos” jornalísticos, como a denúncia que mereceu capa na edição número 18, de 17 de outubro, sobre o consumo, pelos pelotenses, de remédios condenados e proibidos em outros países. A denúncia, um “furo nacional”, segundo o jornal, foi comprovada pela Associação Médica do Rio de Janeiro em nota ao *Jornal do Brasil*, repercutida na *Gazeta Pelotense* na edição número 28, página 11, do dia 27 de outubro de 1976<sup>19</sup>.

A morte do líder chinês Mao Tsé-Tung, em 9 de setembro de 1976, não foi noticiada (o jornal começou a circular em 25 de setembro), mas os desdobramentos da escolha do sucessor mereceram cobertura detalhada, com publicação de notícias de agências internacionais em edições seguidas. A eleição do presidente dos EUA, Jimmy Carter, teve capa e destaque nas páginas internas da edição número 35, de 4 de novembro. No Brasil, um dos assuntos mais comentados no final de 1976 foi o assassinato da *socialite* Angela Diniz por Doca Street, em 30 de dezembro. Assim como a abertura política prometida pelos militares ficava entre a promessa e o

---

<sup>19</sup> Nesta edição, a *Gazeta Pelotense* noticiava na capa a morte do “pintor das mulatas”, Di Cavalcanti, aos 79 anos, participante da Semana de Arte Moderna de 1922, segundo o jornal, o pintor era um “carioca que se autoclassificava de um irreverente apaixonado, lírico, sensual e anárquico” (GAZETA PELOTENSE, n. 28, capa).

distanciamento, outra abertura, a dos costumes, lutava contra o moralismo da época, mesmo após toda a agitação e rebeldia do final dos anos 1960 e início dos 1970<sup>20</sup>. Ocorrido na véspera do último dia do ano, o assassinato não teve cobertura da *Gazeta Pelotense*. Naquele momento, a notícia concorria com uma questão mais urgente: o encerramento da circulação do jornal, comunicado em editorial na capa da edição especial de número 90, com data dos dias 1 e 2 de janeiro de 1977<sup>21</sup>.

Apesar de atenta aos fatos do momento, naquele curto período em que a *Gazeta Pelotense* circulou as novidades eram observadas principalmente no aspecto gráfico do jornal, com diagramação diferenciada e uso de fontes alternativas ao comum na época. O padrão era a fonte Times New Roman, mas a *Gazeta Pelotense* utilizava também as fontes Arial, Techno, Crown, Newton, Century, fontes sem serifa<sup>22</sup>, principalmente nos títulos, o que às vezes visualmente dava a impressão de desorganização. No uso de cores, predominava o azul. Ilustrações e fotos eram usadas em profusão, principalmente nas matérias locais. Nas matérias internacionais recebidas de agências, a prioridade era para o texto, embora houvesse também reprodução de imagens recebidas das agências internacionais de notícias. Estas são características provavelmente herdadas dos tempos de Schlee na *Última Hora* de Samuel Wainer, com quem trabalhou.

As páginas de UH eram previamente diagramadas. Wainer não cortava as matérias pelo pé, como era habitual, evitando desperdiçar tempo do repórter/redator e chumbo das oficinas. O editor apoiara as inovações gráficas do argentino<sup>23</sup> Andrés Guevara, respeitado na história do jornalismo impresso e com quem já havia trabalhado em *Diretrizes*. Guevara e Wainer

<sup>20</sup> Raul Fernando do Amaral Street, o Doca Street, assassino confesso de Ângela Diniz, alvejada com quatro tiros, saiu caminhando pela porta da frente do tribunal após o julgamento, em 1979. O juiz aceitou a tese de legítima defesa da honra e determinou uma punição simbólica de dois anos ao autor com dispensa do cumprimento da pena. O advogado de Doca Street era Evandro Lins e Silva, que atuava na defesa de presos políticos durante a ditadura civil-militar (1964-1985), ligado à área de direitos humanos. No mesmo ano da condenação *fake*, o movimento feminista criou a campanha "Quem ama não mata", pedindo a reabertura do caso e novo julgamento. Dois anos depois, a maré virou. A mobilização provocou a revisão da decisão. Doca Street foi de herói da moralidade ao que realmente era, um assassino, condenado a 15 anos de prisão. Faleceu no dia 18 de dezembro de 2020, aos 86 anos, em São Paulo, após sofrer um infarto. JORNAL FOLHA DE S. PAULO. Doca Street, assassino de Ângela Diniz, morre aos 86 anos em São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/doca-street-assassino-de-angela-diniz-morre-aos-86-anos-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>21</sup> Ver Capítulo 3.

<sup>22</sup> Em linguagem gráfica, serifas são os prolongamentos ou adornos encontrados nas hastes das letras ou fontes tipográficas. A fonte Arial é uma fonte sem serifa. A fonte Times New Roman é uma fonte com serifa. (SERIFA. In: Michaelis. Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=croqui>. Acesso em: 20 fev. 2021).

<sup>23</sup> O ilustrador nasceu em Villeta, no Paraguai, em 1904, e faleceu em Buenos Aires, Argentina, em 1963.

valorizavam as fotos, as charges, o bom humor na edição. O modelo *Última Hora* manteve-se até seu desaparecimento em 1979, em São Paulo. O primeiro caderno era dedicado às políticas estatais de um estado intervencionista que faziam diferença no cotidiano do povo miúdo das ruas: transporte, habitação, carestia. Além disso, crimes espetaculares, principalmente se envolvessem amantes apaixonados e uma pitada de *garçonnière* na pauta. O segundo caderno cobria comportamento, teatro, cinema, no jargão jornalístico, as variedades. (MARTINS; LUCA, 2012, p. 88).

A *Gazeta Pelotense* não inventou as tendências, mas aproveitou-se delas em uma cidade em que o jornalismo só reconhecia as novidades gráficas e editoriais porque as via em jornais da capital ou do centro do país. Matérias que impactavam o dia a dia das pessoas “comuns” tomavam as capas da *Gazeta Pelotense*, falando sobre falta de segurança, carestia, casos inusitados (como um pai de santo que ganha na loteria), etc. Além do caderno dominical, dedicado totalmente à cobertura dos fatos culturais, cuja produção será detalhada no Capítulo 3.

Segundo a ordem das seções, o jornal era dividido em Classificados, Opinião, Matéria Especial, Exterior, Brasil, Estado, Pelotas, Página Dupla (colunas sociais e fatos culturais da semana), Vilas e Bairros (destacando os problemas de estrutura nesses locais), Anúncios, Esporte, Turfe, Polícia, Indicações (dicas de programação de lazer e gastronômica) e Serviços. Houve algumas variações, com inversão ou mudanças de nomes de editorias, ao longo das 91 edições. Do ponto de vista gráfico e editorial, o jornal apresentava inovações, como um resumo da notícia principal no cabeçalho das páginas. Com o tempo, preponderaram dois tipos de fontes (Arial para os títulos e Times New Roman para os textos, alternando normal, itálico e negrito), com tamanhos diferentes para as manchetes da página, cor azul na logomarca, nos rodapés, nas linhas da capa do caderno dominical e em outros lugares de destaque.

Na capa da *Gazeta Pelotense*, à direita, havia sempre uma pequena coluna intitulada “Hoje”, com informações alusivas à data, chamadas com manchetes secundárias para matérias internas, preço de capa do jornal e número de páginas. O título da coluna sugere o compromisso com a máxima atualidade. Um compromisso aparentemente impossível, porque as notícias impressas referem-se sempre ao “ontem”. No caso, era perfeitamente possível, porque a coluna não antecipava fatos, antecipava uma data dedicada a um santo, ou uma efeméride. Na edição de número 0, experimental, distribuída gratuitamente no dia 30 de agosto de 1976, quase um mês antes da edição de número 1, a referência da coluna era Santa Rosa de Lima,

“padroeira do Peru e protetora da América”. A nota soava profética: “Dia normalmente considerado perigoso, porque sujeito a chuvas e trovoadas. Mas a previsão é de tempo bom...”. A manchete e as chamadas de capa eram bem mais ousadas no primeiro exercício de diagramação do jornal, um croqui<sup>24</sup> com nome de *Novo Jornal*, datado de 13 de setembro de 1974 (Figura 10), dois anos antes do lançamento. Na nota “Hoje”: “Dia de fazer o sinal da cruz, evitar encruzilhadas e encaminhar benzeduras.”. Era uma sexta-feira, 13.

Para o ex-secretário gráfico do jornal, Luiz Carlos Vaz, muitos recursos utilizados pela *Gazeta Pelotense* ainda podem ser vistos em jornais da atualidade.

Sempre quando chega 25 de setembro, começo a ver ainda hoje na imprensa coisas que me chamam para a *Gazeta*. Dia de São Cosme e Damião, por exemplo. Fez-se uma grande reportagem falando com o pessoal da umbanda, pessoal que nunca teve voz e vez em jornal nenhum. A não ser lá nos jornais abolicionistas. Outra coisa que é dessa época é quando se comemora o Ano Novo judeu. Judeu não é católico, não é tradicional. Deu-se uma ampla cobertura para essa questão do Ano Novo judeu. O dia do médico [18 de outubro]. Algumas coisas que marcaram muito.

---

<sup>24</sup> Croqui, do francês *croquis*, define o primeiro esboço de um projeto (CROQUI. In: Michaelis - Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=croqui>. Acesso em: 20 fev. 2021).

Figura 10 – Croqui do jornal com o nome original



Fonte: Acervo de Aldyr Garcia Schlee, 13 set. 1974. Reprodução do autor, 2020.

A edição de número 0 foi uma espécie de “ensaio geral” para ajustes técnicos e para testar a reação do público antes do lançamento oficial do jornal. Com 10 mil exemplares, a edição foi distribuída gratuitamente para o público e para anunciantes. Segundo o jornal, a edição teria se esgotado em poucas horas. Foram 24 páginas no caderno principal, 16 páginas no caderno especial e três pôsteres do Esporte Clube Pelotas, do Grêmio Atlético Farroupilha e do Grêmio Esportivo Brasil, clubes de futebol locais. No cabeçalho de todas as páginas do jornal aparecia o selo “N”, alusão ao nome original, “Novo Jornal”. As fotos não tinham crédito, nomes dos fotógrafos e fotógrafas. As ilustrações eram assinadas, muitas delas por Estúdio ARS, alusão ao nome de Schlee.

Nos primeiros números, o jornal ainda realizava ajustes em sua apresentação gráfica e editorial. Pequenas notas nas páginas iniciais davam o tom da cobertura

política e econômica. Na edição de número 3, publicada em 28 de setembro de 1976, uma terça-feira, a página 4 do jornal, dedicada à “Opinião”, reproduz falas de personalidades que indicam a situação política tensa no país. Na coluna “O que dizem”, uma declaração é atribuída ao ex-editor chefe do *Jornal do Brasil*, Alberto Dines, figura de destaque no jornalismo nacional: “Virou hábito, nesse país, chamar opositor de comunista. Sou feroz opositor desse governo, em alguns aspectos. Mas sou também ferrenho anticomunista”. Na coluna “Dos outros”, reproduções de conteúdos da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil* mostram a ação de grupos terroristas anticomunistas no país em atentados contra as sedes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro. A página também apresenta nota da Associação Rio-grandense de Imprensa saudando o lançamento da *Gazeta Pelotense*.

Nesta edição, no discurso durante o lançamento do jornal, o governador Sinval Guazzelli ressalta a ambição do projeto, não só para a Zona Sul. Destaca também a novidade do ponto de vista do avanço da tecnologia das comunicações que então se verificava, o que demonstra a expectativa com relação não só à perspectiva editorial que se abria com o novo veículo, mas com a incorporação das modernas tecnologias de comunicação.

Na seção das matérias internacionais, o jornal noticia a abertura da Assembleia Geral da ONU, a greve geral nos países bascos e abre espaço para matéria distribuída pela Agência Nova China sobre a situação política e econômica na América Latina. Na editoria “Pelotas”, o jornal pede que os leitores enviem reclamações e sugestões de pauta sobre os problemas da cidade. Na seção “Indicações”, destaque para a matéria “A última sessão de cinema”, sobre o fechamento do Cine América, que foi do auge, com sessões lotadas para filmes clássicos, até o “final melancólico” com exibição de filme “Ali Babá e os quarenta ladrões”, de Vitor Lima, com Dedé Santana, do grupo Os Trapalhões. Neste número, fotos, textos e ilustrações são melhor distribuídos ao longo das páginas do jornal.

O jornal ainda buscava uma identidade. Como era um projeto em fase inicial de implantação, alterações eram feitas às vezes de uma edição para outra, principalmente na ordem e nos títulos das editorias. A editoria “Vilas e Bairros”, por exemplo, que constava da edição experimental, foi incorporada à seção “Pelotas” já na edição de número 1. As informações sobre esporte, principalmente futebol, que constavam das últimas páginas, a partir da edição de número 12 passaram para as

páginas centrais, nas segundas-feiras, após a rodada dos campeonatos nos finais de semana. Pequenas notas no interior da publicação, quase escondidas, viravam manchete de capa, em uma inversão da regra clássica do jornalismo de destacar na capa o que tem mais importância na parte interna do jornal. Assinatura, só em matérias especiais. Ajustes iam sendo feitos com a sucessão das edições, com vários erros de diagramação e de digitação. Era o caso de trocar as rodas com o carro em movimento. Apesar dos dois anos de preparação, o dia a dia “dava a cara” do jornal.

Algumas características foram mantidas ao longo das 91 edições. A capa, em três colunas, tinha foto em destaque logo abaixo do nome do jornal e uma manchete com assunto local na coluna central, com chamadas e notas nas colunas laterais. Em cada página, uma chamada no cabeçalho informava o conteúdo da matéria principal, uma inovação repetida na atualidade por alguns veículos. Nas colunas políticas, assuntos nacionais e locais eram misturados. Reportagem especial na página 3 trazia sempre a cobertura de um fato local. Para Schlee, a proximidade dos assuntos locais deveria ser priorizada, como afirmou em entrevista para Bittencourt (1989):

Um jornal, principalmente do interior, deve voltar-se para o que está mais próximo. Assim, as notícias com maior destaque devem ser aquelas vindas da localidade onde está inserido o jornal. A reportagem dessa página poderia ser considerada como reportagem especial e envolvia três repórteres em sua confecção. Trabalhavam mais aprofundadamente o assunto, tendo como resultado uma matéria mais elaborada e identificada com os leitores. (BITTENCOURT, 1989, Anexo).

A proximidade é um dos fatores importantes para a finalidade dessa pesquisa, que determina o contexto, no sentido de que falam Revel (1998) e Levi (1992), a partir do objeto de estudo. Mas é também um elemento importante para o jornalismo. Fontcuberta (2006) afirma que “el factor de la proximidad geográfica es uno de los credos más indiscutibles del periodismo” (FONTCUBERTA; BORRAT, 2006, p. 72). Para a autora, a proximidade

Es el eje vertebrador de los contenidos, tanto de los denominados medios nacionales como regionales y está considerado como uno de los reclamos más poderosos a la hora de elegir una noticia: la gente está interesada en conocer lo que ocurre en un entorno cercano. (FONTCUBERTA; BORRAT, 2006, p. 72).

Considerando a afirmação anterior, o termo proximidade leva em conta duas perspectivas: a do jornal, que escolherá os assuntos que comporão a edição conforme esse critério, e a do público, que priorizaria os assuntos que descrevem seu cotidiano, entendido como não apenas “lo que cambia sino lo que se repite y permanece” (FONTCUBERTA; BORRAT, 2006, p. 72).

Foram significativas as mudanças no país no ano de 1976, que entre outras coisas viu ressurgir o movimento estudantil. Em Pelotas, as duas universidades da cidade, Federal e Católica, começaram a organizar seus diretórios centrais. A eleição para o Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Católica de Pelotas foi noticiada em matéria principal na página 14 da edição número 28 da *Gazeta Pelotense*, de 27 de outubro de 1976. Disputavam o DCE quatro chapas, sendo uma da situação e três de oposição. Estas, segundo a matéria, acusavam a situação da fazer da agremiação um “DCE festivo”, dedicado à promoção de festas. Três mil estudantes estavam habilitados a votar na eleição.

Na mesma página da matéria sobre a eleição do DCE, em coluna lateral, a *Gazeta Pelotense* noticiava a realização naquele dia do “I Encontro da Imprensa Paralela (Nanica ou Alternativa) do Rio Grande do Sul”, na Universidade Católica, com a participação de João Antônio, “colaborador de *Pasquim*, *Versus*, *Opinião* e *Movimento*”.

O I Encontro da Imprensa Paralela faz parte do Ciclo de Debates promovido pelo Curso de Comunicação Social da UCPel, cujo objetivo é trazer a Pelotas pessoas ligadas à área de Comunicação Social para a realização de palestras. No final do encontro, será feito o lançamento da revista *Paralelo*, editada por Delmar Marques, Juarez Fonseca e Emílio Chagas. (GAZETA PELOTENSE n. 28, p. 14).

O Ciclo de Debates teve a presença de vários intelectuais de peso. Um deles, o escritor Caio Fernando Abreu – autor de *O ovo apunhalado*, entre outros livros – proferiu a palestra de encerramento. Os jornais “nanicos” ou “alternativos” eram reconhecidos como espaço de prática jornalística legítima não só pelo jornal, mas pelo curso de Comunicação Social da UCPel, que teve em Schlee um dos seus fundadores. A matéria não é apenas um registro do fato, mas uma mostra da importância de um encontro que pretendia discutir as práticas da imprensa em um país ainda sob o jugo da censura e da perseguição aos jornais “alternativos”. O que,

segundo a totalidade dos depoimentos, não acontecia com a *Gazeta Pelotense*. Internamente, a questão era evitar o ataque às instituições, o que poderia caracterizar autocensura. Mas, quando se verifica o conteúdo do jornal, e as várias notícias críticas ao governo, de produção própria ou reproduzidas de outros jornais, fica difícil sustentar essa hipótese.

Isso porque, para a análise da *Gazeta Pelotense* não se parte de um modelo prévio, mas de uma hipótese que é produto da observação do movimento da sociedade em um momento específico e de um jornal que esta sociedade gera, e que é influenciado por ela. A este movimento é associada a investigação das circunstâncias pessoais dos integrantes da equipe do jornal que possibilitaram a criação, o desenvolvimento e por fim levaram ao encerramento de suas atividades. É um paralelo com Revel (1998, p. 25), segundo o qual

trata-se de desnaturalizar – ou ao menos de desbanalizar – os mecanismos de agregação e de associação, insistindo nas modalidades relacionais que os tornam possíveis, recuperando as mediações existentes entre a ‘racionalidade individual e a identidade coletiva’.

Trata-se, no caso da imprensa, de desnaturalizar a tendência de atribuir aos veículos o necessário cumprimento ou descumprimento dos princípios que deveriam nortear seu trabalho e a partir disso enquadrá-los em categorias. Particularmente o relacionado à informação livre e independente, como se “a imprensa” não fizesse parte das relações que determina e que a determinam. Como afirmam Charron e Bonville, na atuação da imprensa não há “uma linha reta orientada para o progresso social e a democracia” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 36). Neste caso, a informação produzida pelos jornais decorrerá das relações estabelecidas entre proprietários, anunciantes, instâncias oficiais de poder, jornalistas e público leitor. Este alerta sequer é uma novidade, mas nas análises da imprensa é preciso penetrar o máximo possível no âmago das intenções e motivações dos atores, ou pelo menos de parte deles, e confrontar essas intenções e motivações com o efetivamente realizado. Essas intenções são objeto de análise no subcapítulo seguinte.

### 2.3 A história contada “por quem a fez”

Este subcapítulo apresenta depoimentos de alguns integrantes da equipe da *Gazeta Pelotense*, testemunhas dos processos que levaram à criação do jornal, a sua atuação e ao encerramento de suas atividades. O título é uma provocação. Isto porque, em termos historiográficos, a história contada por alguém nunca é a história, e sim uma versão de fatos ou acontecimentos, mediados ainda pelos percursos da memória. Mas essas versões também devem ser levadas em conta pelo historiador: “[...] o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro” (PORTELLI, 1996, p. 4). Para o autor,

[...] a palavra-chave aqui é *possibilidade*. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada. (PORTELLI, 1996, p. 7, grifo do autor).

Não há mais um “narrador onisciente” (PORTELLI, 1996). Como consequência, não há uma versão dos fatos, garantida pela “objetividade”, como condição para produzir ciência. As entrevistas e as estratégias de averiguação, com confrontação entre as fontes e checagem de documentos, a aproximam do jornalismo, em termos metodológicos.

Uma das diferenças mais importantes entre historiadores e jornalistas é a submissão dos procedimentos de ambos os campos à crítica. Speranza (2006), ao analisar as relações entre jornalistas e historiadores, destaca justamente este fator como diferencial. Conforme a autora, “Jornalismo e História têm lógicas diferentes de apropriação do testemunho e de seu valor” (SPERANZA, 2006, p. 247).

Um dos mecanismos que garantem a autoridade do jornalista sobre o vivido é o que oculta seus procedimentos de crítica sobre o testemunho, apropriando-se de sua autoridade sobre o passado, mas tornando-o aparentemente transparente ao público. (SPERANZA, 2006, p. 247).

Essa é uma relação que diz respeito diretamente à relação entre jornalistas e seus entrevistados. Ao contrário do historiador oral, normalmente o jornalista não

submete seu texto aos seus entrevistados, na chamada devolutiva. Pense-se na situação em que está sendo apurado um desvio de verba pública por um jornalista. O acusado de desvio deverá ser ouvido pelo jornalista, jamais poderá ter qualquer nível de controle sobre o que está sendo produzido. Esta não é o mais das vezes a situação de um historiador, embora seus escritos também impactem a vida das pessoas que ele ouve, e nem sempre de maneira positiva. Darnton (1990) e Charron e Bonville (2016) destacam outras formas de submissão dos materiais produzidos por jornalistas: a submissão à crítica cotidiana dos pares e à crítica dos leitores e anunciantes. Um erro de informação pode prejudicar o respeito adquirido em ou vias de aquisição pelo profissional e ter repercussão imediata na cadeia que sustenta a publicação, pois se reflete no calcanhar de Aquiles de qualquer jornal: o número de vendas de exemplares e o volume de anúncios.

Historiadores e jornalistas, situados no tempo presente, são dois dos principais atores sociais para estabelecer as versões sobre como os fatos se deram no passado. Como analisa Kushnir (2004),

Jornalistas e historiadores, lado a lado na construção dessa história do tempo presente, aproximam-se nas temáticas e afastam-se nos métodos. Ao diferenciá-los, Rioux os estabelece assim: [...] o jornalista, quer tenha os papéis de repórter, de redator ou cronista, é um Sísifo do efêmero que “escreve para o esquecimento”, [...] [para] vencer a angústia da pequena morte diária – a página do jornal destinada ao lixo. [...] O historiador [...] procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do “fechamento”, [...] enquanto o jornalista é o homem apressado, que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura, mediatizando-a em jatos e inventa fontes sem poder tratá-las (KUSHNIR, 2004, p. 54).

Segundo a autora, a história do tempo presente surgida a partir do “grande encontro possível desses ‘sujeitos das letras’” não se daria no instante, nem no agora, mas permitiria pensar “a complexidade, os detalhes, a produção de novas fontes, o entrelaçamento de fatos”:

Ambos os profissionais que têm como mote o presente desejam contribuir para desvendá-lo. E nada mais importante do que a narrativa jornalística e a reflexão histórica sobre um período, por diversos ângulos, para que isso possa acontecer (KUSHNIR, 2004, p. 55).

A atividade jornalística se dá essencialmente no presente. Mas o historiador também precisa lidar com a aproximação dos fatos, como lembra Hobsbawm (1988,

p. 244): “Já se disse que toda história é história contemporânea disfarçada”. Para o autor britânico, três problemas decorrem dessa relação entre o historiador e o tempo em que se vive: “o da própria data de nascimento do historiador ou, em termos mais gerais, o das gerações; os problemas de como nossa própria perspectiva do passado pode mudar enquanto procedimento histórico; e o de como escapar às suposições da época partilhadas pela maioria de nós” (HOBSEBAWM, 1988, p. 244).

São problemas diretamente ligados à questão da subjetividade e da representação, ou, como afirma Hobsbawm: “Todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo” (HOBSEBAWM, 1988, p. 244). Este “poleiro particular” é outra característica comum aos produtores de ciência (historiadores que partem do presente para analisar os fatos do passado) e aos que reportam os fatos do presente, a partir do presente (jornalistas).

Ambos, historiadores e jornalistas, precisam então superar esse lugar particular para conferir validade aos seus relatos, para que não se tornem pura relativização, ou meras versões subjetivas dos fatos. Ao tratar da relação entre versão dos entrevistados e os documentos, Alberti (2005) enfatiza a necessidade de situar contextos e os próprios pontos de vista dos entrevistados. “Se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido” (ALBERTI, 2005, p. 25). Ao contrário, as fontes históricas serão imprescindíveis. Somente a partir da comparação entre os registros orais e os documentais será possível obter uma versão mais fidedigna sobre eventos passados.

Utilizada desde os anos 1960, quando a criação do gravador passou a permitir o registro em áudio das entrevistas, a história oral demorou quase 20 anos para ser introduzida no Brasil (ALBERTI, 2005). A referência é a criação do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), em 1975. Para Meihy (1996), a demora deveu-se a pelo menos duas situações. A primeira diz respeito à

falta de tradições institucionais não acadêmicas que se empenhassem em resolver projetos registradores das histórias locais e das tradições populares, e a ausência de laços universitários com os localismos e com a cultura popular. (MEIHY, 1996, p. 100).

Com relação a essa questão, o autor também relata o peso da tradição francesa na academia no Brasil, com rejeição a tudo que não for cultura formal e escrita, o que também impedia a interlocução entre as diversas disciplinas do campo das Ciências Humanas. O outro fator foi o golpe civil-militar no Brasil, que coibiu projetos que trabalhassem com registros de experiências, opiniões ou depoimentos, exclusividade dos agentes do regime.

Em compensação, o germe da repressão militar acabou por favorecer o aparecimento da história oral, que se mostrou potente, inclusive como uma das alternativas para a afirmação da democracia. Como a censura foi um dos pilares da ditadura militar, a reserva de depoimentos orais acabou por ser uma via de acesso à compreensão daquele período de nossa história. (MEIHY, 1996, p. 101).

A esse respeito, a história oral presta importante serviço na construção de memória sobre a ditadura. Não só para revelar aspectos desconhecidos sobre o período – nem sempre os documentos escritos são suficientes para essa finalidade – mas para verificar contradições com relação a versões dos acontecimentos que se estabeleceram ao longo da história, principalmente as provenientes das fontes oficiais. Obviamente, os relatos devem ser confrontados com documentos e outros relatos, e submetidos a interpretações<sup>25</sup>.

As observações anteriores sobre o momento em que a história oral começou a ser utilizada em pesquisas no Brasil são importantes porque os anos 1970, além de ser o período em que as pesquisas historiográficas sobre a imprensa sofreram uma inflexão (LUCA, 2005), são também considerados definidores do tipo de jornalismo que passou a se praticar no país (GENTILLI, 2001). Não apenas pelas manifestações contra o regime, em função da censura e das mortes denunciadas pela Igreja a partir de 1973, intensificadas após a morte do jornalista Wladimir Herzog em 1975<sup>26</sup>.

O sistema de censura é seletivo. Alguns, apenas recebem recados da Polícia Federal. Outros, contam com censores dentro da redação. Aliás, a forma de denunciar a censura também é variável. Para o regime, importa não deixar a sociedade perceber que a imprensa está censurada. Mas para

---

<sup>25</sup> Cf. a respeito *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*, extensa revisão do historiador Carlos Fico (2017) sobre algumas discussões conceituais acerca da ditadura feitas por historiadores brasileiros.

<sup>26</sup> Ver Nota 3 do Capítulo 1, na página 37.

isso é preciso uma certa complacência dos proprietários, que em sua grande maioria, aceitam sem reservas. (GENTILLI, 2001, p. 3-4).

A década de 1970, que começou sob a vigência do AI-5, viu surgir cada vez mais manifestações contra a censura imposta por este ato aos meios de comunicação - em muitas situações, tratava-se de autocensura. “Foi um período onde a imprensa sofreu muito. Mas talvez tenha sido, no decorrer de todo o século XX, o período onde a imprensa mais mostrou o seu potencial” (GENTILLI, 2001, p. 2). Iniciativas como o jornal clandestino *Notícias censuradas*, impresso na gráfica clandestina do Partido Comunista Brasileiro (PCB), faziam sucesso entre o público que conseguia obter um exemplar. A revista *Veja*, lançada em 1968, publicava matérias sobre tortura que surpreendiam o governo.

Já os jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, pertencentes ao empresário Ruy Mesquita, escancararam a censura, publicando poemas de Camões (*Os Lusíadas*) e receitas culinárias no lugar das notícias censuradas. Nessa época, Ruy Mesquita determinou que não se publicasse o nome do presidente-general Emílio Garrastazu Médici nos jornais do grupo<sup>27</sup>.

Para Gentilli (2001), os marcos desse período de recrudescimento da censura da imprensa seriam o lançamento do *Pasquim*, em 1969, e a greve dos jornalistas, em 1979.

[...] em termos orgânicos, sistêmicos, inteiros, nada foi comparável à década de 1970. Em 1970 tivemos a resistência à censura. É possível que a década de 70 pudesse consolidar o “sistema midiático” como um sistema jornalístico preocupado com a produção de informação de qualidade para a cidadania. Com a efetiva transformação das empresas jornalísticas em instituições da sociedade civil, na acepção genial de Gramsci. Mas o sistema midiático que vai se consolidar a partir da década de 80 terá outro sentido. A greve dos jornalistas em 1979 e a criação da ANJ [Associação Nacional dos Jornais] logo em seguida apontam para um descolamento entre jornais e jornalistas. Jornais transformam-se em meras empresas comerciais preocupadas com o lucro. Jornalistas transformam-se em meros vendedores de uma técnica profissional, disponível para qualquer serviço. (GENTILLI, 2001, p. 2).

Assim, segundo o autor, observa-se nesse período que a resistência à censura não se restringe à imprensa alternativa, mas ao conjunto da imprensa, que retirara o apoio ao governo, com o acirramento das medidas de controle sobre os veículos. A partir da reflexão do autor, pode-se pelo menos imaginar a expectativa

---

<sup>27</sup> O empresário foi apoiador de primeira hora do golpe contra o ex-presidente João Goulart, mas, como outros veículos da grande imprensa, passaram a criticar o governo.

que cercou a criação da *Gazeta Pelotense*. A ser confirmado esse cenário, é possível pensar que o clima era propício à criação de um jornal preocupado, como diz Gentili, em “produzir informação de qualidade para a cidadania”.

Muitos acontecimentos dessa época foram objeto de matérias divulgadas pela *Gazeta Pelotense*, ora como produção do jornal, ora como reprodução das notícias publicadas pelos jornais do centro do país, na coluna “Dos outros”, sempre na página 4 do jornal, ou em matérias recebidas de agências de notícias. A *Gazeta Pelotense* utilizava os serviços de teletipo<sup>28</sup> da agência francesa *France Presse*. As notícias nacionais eram produzidas pela *Agência Estado* e pelo departamento de notícias da *Rádio Pelotense* que transmitia “diretamente as informações recebidas por telex e teletipo” (GAZETA PELOTENSE n. 0, p. 14). É importante reproduzir as informações da página 14 da edição 0, de 30 de agosto, já que trazem muitos detalhes da estrutura colocada a serviço do jornal:

As instalações do jornal ocupam uma área de 800 metros quadrados, num edifício planejado para receber o que de mais moderno existe em técnica de produção gráfica. Junto à sala de redação, e ao departamento de arte, em compartimentos apropriados, encontram-se as unidades de composição eletrônica do Sistema Photon Pacesetter, utilizando quatro tecladoras Varicomp, uma revisora de raios catódicos e dois computadores MK-40. A impressão *offset* é feita através de quatro unidades da rotativa Goss Community, importada da MGD Graphic Systems, de Chicago. No setor de fotolito e fotomecânica, o processamento se faz através da câmara Elenco automática, prensa de matrizamento Fliptop Elenco, além de processadores, secadores e câmaras claras. O laboratório fotográfico está equipado com um ampliador Omega, processadores e reveladores automáticos, e conta com três câmaras (sic) Nikon. (GAZETA PELOTENSE n. 0, p. 14).

A descrição era acompanhada de fotos da redação e do maquinário (Figura 11). Na página 15, na parte inferior, uma imagem da rotativa com legenda informava a capacidade de impressão: 4,8 mil jornais de 32 páginas a cada hora, nas quatro unidades, a quatro cores, com dobradeira para formatos *standard* (tamanho padrão do antigo *Correio do Povo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, entre outros), tabloide (formato do jornal *Zero Hora*, por exemplo) e magazine (formato de revistas). A *Gazeta Pelotense* era um jornal tabloide com dimensões de 39,5 de largura (aberto) por 29,5 cm de altura. As informações sobre os recursos utilizados para produzir o jornal eram parte da estratégia publicitária que pretendia

<sup>28</sup> Aparelho para transmissão de dados cujo transmissor é semelhante a uma máquina de escrever e cujo receptor imprime as mensagens escritas prontas para leitura. Com o avanço das telecomunicações, esses equipamentos se tornaram obsoletos.

situar a *Gazeta Pelotense* na modernidade tecnológica que já era realidade em outros lugares, como a capital, Porto Alegre, com o jornal *Zero Hora*. Em várias páginas do jornal aparecem anúncios institucionais com referências à “limpeza” dos processos de impressão.

Figura 11 - Maquinário da *Gazeta Pelotense*



Fonte: *Gazeta Pelotense*, n. 0, 30 ago. 76. Reprodução do autor, 2019.

Mas a modernidade não podia se restringir ao aspecto gráfico, já que o público de um jornal é constituído de leitores e sua matéria-prima é a informação. Assim, algumas matérias mereceram tratamento especial. O sepultamento do ex-presidente João Goulart, que faleceu em 6 de dezembro de 1976, foi registrado na edição de número 68, de 8 de dezembro. O material foi produzido por uma equipe constituída pelo repórter Robson Barenho e a fotógrafa Maria do Carmo Jansen Lessa, a Duca Lessa, enviados a São Borja, distante quase 600 quilômetros de Pelotas, na fronteira com a Argentina. Segundo a fotógrafa Duca Lessa, os filmes com as fotos foram mandados pelo avião do presidente da Assembleia Legislativa

João Carlos Gastal, do MDB, até Porto Alegre, para que de lá fossem enviadas a Pelotas em um dos ônibus da empresa Expresso Embaixador, de propriedade do empresário Manuel Marques da Fonseca Júnior. A reportagem rendeu capa e mais três páginas internas com textos e fotos, além de várias notas e comentários em várias outras páginas. Na edição daquele dia, o *Diário Popular* limitou-se a reproduzir matéria da *Agência Jornal do Brasil* na parte inferior da capa. Embora um dia antes, o *Diário Popular* havia registrado a morte do ex-presidente em matéria de capa, com a manchete “Enfarte matou ex-presidente João Goulart” e foto de arquivo em que aparecem Jango e Getúlio Vargas, e em extensa biografia em página interna, ambas da *Agência Jornal do Brasil*.

Duca Lessa recordou a cobertura em entrevista gravada em 2019:

Subi em muro, subi em árvore, meu Deus do céu, nunca mais consegui fazer isso na minha vida. [Para, chora, com o jornal nas mãos.] Eu nem sabia que era boa. Eu estudava Jornalismo e estudava Direito. O Schlee era meu professor de Direito Internacional Público. E aí começou essa história de abrir um jornal em Pelotas. Aí o Schlee me dizia: “Ah, vou precisar de ti, uma foquinha<sup>29</sup>”. Fui fazer um estágio em uma rádio, primeiro, a *Rádio Pelotense*. Ali que ele começou a montar a equipe.<sup>30</sup>

A entrevista com Duca Lessa em seu estúdio fotográfico em Pelotas foi interrompida algumas vezes pelo choro da fotógrafa. Depois que saiu do jornal, aquela era a primeira vez em que a fotógrafa via uma edição impressa da publicação. Foi a oportunidade de mergulhar um pouco mais no “espírito da época” das ditaduras e da luta armada na América Latina.

Não sabia o que era fotografia. Não era uma pessoa muito dada a texto. Não sabia muito bem o que eu queria. Aí, durante o curso, fui fazer uma matéria, entrevistar um casal de fotógrafos que estava no Grande Hotel, que trabalhavam uma época em Punta del Este [Uruguai] e outra época em Bariloche [Argentina]. E me convidaram para ir a Bariloche com uma equipe de fotógrafos. Nunca havia pegado em uma máquina. Mas fui embora para Bariloche. Eu era menor, mas emancipada. Meus pais deixaram e eu fiquei três meses em Bariloche. O cara que me convidou era ligado aos Tupamaros<sup>31</sup>. Em Bariloche, não me deram uma máquina, mas me

<sup>29</sup> “Foca” é o termo que se usa para o estreante na profissão jornalística.

<sup>30</sup> Entrevista de Duca Lessa concedida ao autor em abril de 2019.

<sup>31</sup> Principal organização armada da esquerda uruguaia, o Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN) foi criado em 1965. A fase inicial de atuação é considerada a “fase Robin Hood”, com várias ações que visavam à distribuição de dinheiro e alimentos para a população. O ápice das ações constou de assaltos a bancos e financeiras e os sequestros de autoridades estrangeiras. Nos anos seguintes, a retomada do processo eleitoral e a constituição da Frente Ampla enfraqueceram o movimento (PADRÓS, 2005). Uma das principais lideranças, José Mujica, foi eleito presidente do Uruguai em dezembro de 2012.

colocaram em um porão para revelar os filmes dos outros fotógrafos. Eram fotos turísticas, mas tinha um esquema de militância. Eu via que tudo era sigiloso, falado em meias palavras. Foi uma experiência maravilhosa. Quando voltei, entrei na *Rádio Pelotense* e passei a fazer textos curtos. Foi quando o Schlee me convidou.<sup>32</sup>

A entrevista com o jornalista Robson Barenho foi feita pela internet. Logo no começo, o jornalista mostrou a carteira de trabalho com o registro do contrato com a Gráfica Independente Ltda., editora do jornal, com data inicial em 1º de novembro de 1976 até janeiro de 1977, quando o jornal deixou de circular.

Saí da [TV] Tuiuti em 1976 e fui fazer a campanha do Enilton Grill [MDB] para prefeito. [...] Não consegui lembrar como cheguei na *Gazeta*. Eu saí da campanha do Grill antes de ir pra *Gazeta*. [...] Cheguei e a redação estava montada. Fui contratado como repórter-redator. Quando deu a eleição, eu já estava trabalhando na *Gazeta*.<sup>33</sup>

Como bom jornalista, Robson Barenho tem reparos à edição da matéria sobre o enterro de João Goulart. Lembra que não gostou da capa, que priorizou uma manchete local sobre a safra de pêssego, mesmo que tenha utilizado a foto do enterro (Figura 12).

---

<sup>32</sup> Entrevista de Duca Lessa concedida ao autor em abril de 2019.

<sup>33</sup> Entrevista de Robson Barenho concedida ao autor em julho de 2020.

Figura 12 - O enterro de João Goulart



Fonte: Gazeta Pelotense, n. 68, 8 dez. 76. Reprodução do autor, 2019.

A cobertura do sepultamento do ex-presidente João Goulart oportuniza uma lembrança da aventura que era fazer jornalismo na época.

Fomos de carona cobrir o enterro. Fui na Câmara dos Vereadores repercutir a morte do João Goulart e soube que eles iam mandar uma comissão. Reivindiquei um lugar para a equipe da *Gazeta*. No fim da tarde do dia 6 de novembro, saímos de carro eu, a Duca [Lessa], os vereadores Paulo Aci

Teixeira, Raimundo Vieira da Cunha. A Duca me disse que também estava o professor José Saraiva, um janguista fanático. Atravessamos a noite, uma estrada horrorosa. Chegamos de manhã lá. Esse foi o único texto que assinei sem ter escrito. Eu não escrevi, eu ditei. Fui improvisando o texto. Não tinha como escrever no tumulto do cemitério, no tumulto de rua. Eu tinha umas anotações impressas. A imprensa do Brasil foi lá, imagina se vai sobrar um telex pra *Gazeta Pelotense*. De um lado, a Duca providenciou que levasse os filmes. Fui pra um telefone no fim de tarde, depois que tinha terminado o enterro. Fui pro telefone com algumas anotações. Por sorte, colocaram do outro lado da linha o Getúlio Malta Neves, que era um excelente jornalista. O Getúlio ia anotando e eu ia improvisando. Eu tenho certeza que só consegui fazer isso porque tinha formação de rádio. Se não, seria muito complicado. Ia dar informações esparsas e ele construiria o texto. “Aos gritos de ‘Jango, Jango’, ‘viva Jango, ‘liberdade, liberdade’”, acho que é assim que começa o texto. Nunca mais esqueci.<sup>34</sup>

Apesar da curta experiência, o jornalista acredita que a *Gazeta Pelotense* poderia ter representado um salto de qualidade no jornalismo da cidade.

Não seria errado dizer que se a *Gazeta* estava iniciando alguma revolução, era por ali que estava começando. Havia uma distância abissal entre o que estava se fazendo ali na área de cultura, em arte, e tal, do que já tinha sido feito em Pelotas.<sup>35</sup>

O mentor do jornal, Aldyr Garcia Schlee, montava a equipe com alguns profissionais com experiência com texto, alunos do curso de Jornalismo da UCPel e pessoas de sua confiança para trabalhar em setores-chave, como na gráfica, caso do secretário gráfico do jornal, Luís Carlos Vaz. A formação da equipe passava pelo entendimento de que seus próprios integrantes deveriam passar por um processo de aprendizado, para depois formar um público leitor. Afinal, poucos tinham experiência de trabalho na imprensa, e menos ainda em um jornal diário. Alguns, como Robson Barenho, tinham muita experiência em rádio, tendo trabalhado em vários veículos de cidades do interior do Rio Grande do Sul. Robson Barenho foi aluno de Schlee no Colégio Municipal Pelotense. Na época, o jornalista apresentava o programa “Alvorada nos Pampas”, na *Rádio Tupanci*, que começava às 5 horas da manhã e ia até às 8 horas. Segundo Robson Barenho, Schlee ouvia o programa, com música, notícias, recados para quem morava no interior.

O jornalista é o que se chama de precoce. Começou a trabalhar em rádio em Santa Vitória do Palmar, extremo sul do Rio Grande do Sul, aos 14 anos de idade. Em Pelotas, trabalhou nas rádios *Tupanci*, *Pelotense*, *Universidade* e na *TV Tuiuti*,

<sup>34</sup> Entrevista de Robson Barenho concedida ao autor em julho de 2020.

<sup>35</sup> Entrevista de Robson Barenho concedida ao autor em julho de 2020.

antes de chegar à *Gazeta Pelotense*. Robson Barenho também produziu textos para o jornal *Triz*, sua primeira experiência com jornal. A matéria era sobre o jornalismo na região Sul do estado, as dificuldades no mercado de trabalho, censura e condicionamentos políticos.

Nós não conhecíamos o projeto da *Gazeta*. Provavelmente ele estivesse na cabeça do Schlee, dos editores. Não lembro de ter havido alguma reunião ou conversa mais franca, mais aberta, sobre o projeto editorial da *Gazeta*. O que era importante para nós é que era um veículo a mais, e isso representava uma abertura do mercado, sob dois aspectos. Um, de ter emprego. Era só o *Diário Popular* e as rádios, e nem todas faziam jornalismo. E o *Diário Popular* era da família Fetter, lideranças da elite mais conservadora de Pelotas. A *Gazeta* era do Fonseca Júnior, também um empresário, mas o Fonseca, que nós soubéssemos, não tinha nenhum vínculo político claro.<sup>36</sup>

Segundo Robson Barenho, Schlee queria fazer um jornal inovador. Para isso, levou para o jornal algumas pessoas de destaque do campo intelectual, como Valter Sobreiro Júnior, dramaturgo e professor de teatro. A experiência foi tão marcante que Robson Barenho considera Schlee, em Pelotas, e o jornalista Ruy Carlos Ostermann, de Porto Alegre, “grandes professores, viciados em educar”. “O Ruy, cada reunião de pauta era uma aula”, observou. Robson Barenho foi mais um funcionário a trabalhar na *Gazeta Pelotense* sem registro profissional, obtido apenas em Brasília. Depois da *Gazeta Pelotense*, trabalhou em televisões, rádios e jornais em Porto Alegre e Brasília, onde vive até hoje.

O ex-professor de Literatura da UFPel João Manoel Cunha era editor de *Variedades* da *Gazeta Pelotense*. Sua relação com o jornalismo não foi contínua, mas algumas experiências o marcaram. Entre elas, as crônicas que escrevia para o jornal da imprensa negra *A Alvorada* ainda nos anos 1960, em Pelotas, e também no *Diário Popular*. Como sua relação foi sempre com a cultura, chegou a pensar em fazer o caderno dominical da *Gazeta Pelotense*, em um primeiro momento, que acabou ficando sob a responsabilidade de Valter Sobreiro Júnior. Virou editor da seção “Social e Cultural”, em página dupla central. João Manoel Cunha relatou a intenção que o motivou a participar da equipe e o cenário cultural da cidade:

Não havia onde ler uma crítica literária em Pelotas. No *Diário Popular*, havia gente que fazia a crítica de óperas do século XIX, ainda com aquela ideia de “Pelotas Atenas”. Eram pessoas ótimas, com quem a gente aprendia, inclusive, mas que não davam conta do que acontecia no momento.

---

<sup>36</sup> Entrevista de Robson Barenho concedida ao autor em julho de 2020.

Ninguém fazia as entrevistas que publicamos sobre o último disco do “fulano”, a peça de teatro do “beltrano”. A ideia era ter um jornal que atendesse a essa necessidade de informar a população da cidade sobre o que acontecia no país e até no mundo, para poder atualizar o pensamento cultural do pelotense. Havia uma dificuldade imensa de fazer isso.<sup>37</sup>

Na narrativa de João Manoel Cunha, observa-se uma peculiaridade da cidade, que remete a Portelli (1996), quando este trata das memórias individuais e das memórias de grupos. No caso, da tradição cultural da cidade, que se perdeu com o tempo. Apesar de ser considerada a “Atenas” do Rio Grande do Sul, pelo passado já não tão recente de investimento na cultura, com a construção de teatros e apresentações culturais variadas, a cidade havia perdido essa referência. Um dos motivos que se depreende da fala do professor João Manoel é que não havia sintonia com os fatos culturais do presente. Era como se a cidade tivesse parado no tempo, ficando presa a uma memória que não tinha mais apelo para os habitantes de Pelotas na segunda metade dos anos 1970.

Tínhamos claro que faríamos um veículo não só de informação, mas de formação. A ideia que eu e meus colegas tínhamos era a de formar leitores para o jornal. Claro que fazíamos concessões. Havia coluna policial, falando sobre quem matou quem, fulano atropelou sicrano, um jornal normal. Mas íamos fazer um jornal de formação. Formação de plateias, cultural, humanística. Porque não tínhamos isso. A ideia era formar leitores para esse jornal. Não lembro de termos feito uma reunião sobre a orientação política do jornal. Queríamos formar nosso leitor, sob todos os pontos de vista.<sup>38</sup>

Segundo o editor, algumas iniciativas da *Gazeta Pelotense* eram feitas apenas nos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro:

Havia um miniauditório lá no prédio do jornal e levávamos as pessoas para fazer seminários internos, discutir questões. Fizemos entrevistas com os candidatos à prefeitura, o que seria hoje os debates entre eles. Isso não acontecia em Pelotas. Estávamos tentando fazer um jornal não só de qualidade técnica, mas do ponto de vista do conteúdo.<sup>39</sup>

Neste caso, superpõem-se a intenção dos jornalistas e o que pensavam ser a demanda dos habitantes da cidade por cultura e “formação”, que tem pelo menos dois sentidos: de formação de um público leitor e de qualificação desse público. E aquele semestre foi generoso para os redatores da área cultural, com festivais de cinema, teatro e música, encontros literários, entre várias outras atividades.

---

<sup>37</sup> Entrevista de João Manoel Cunha concedida ao autor em junho de 2018.

<sup>38</sup> Entrevista de João Manoel Cunha concedida ao autor em junho de 2018.

<sup>39</sup> Entrevista de João Manoel Cunha concedida ao autor em junho de 2018.

Foram vários festivais. Entrevistamos Vinicius [de Moraes], Toquinho, Milton Nascimento. Fizemos aquilo que os caras faziam no Rio de Janeiro e em São Paulo. O *Diário Popular* não fazia isso. Marcávamos as entrevistas, levávamos fotografos e fazíamos as entrevistas. Teve também o Projeto Cultur, com o que tinha de melhor do teatro em nível nacional. Tivemos pauta para todo o semestre. Eu fazia crítica de cinema, de música, com os lançamentos de LPs, com aquelas capas maravilhosas. Era um grupo que, por afinidade, acabava levando pauta para outros setores do jornal.<sup>40</sup>

Em várias edições do jornal, os cadernos dominicais de cultura traziam notícias sobre a estreia de filmes que mexiam com o imaginário não só de Pelotas, mas do Brasil. Os redatores tentavam trazer para a cena local as discussões que se davam em nível nacional, por exemplo, com as peripécias de Jack Nicholson em *O estranho no ninho* (1975), um clássico do cinema dirigido por Milos Forman e lançado no Brasil apenas quatro meses antes do primeiro número da *Gazeta Pelotense*. “Fazíamos críticas de filmes e matérias sobre os cineastas. O Schlee não nos pautava, ele confiava nas pessoas”, lembra João Manoel Cunha. “Eram pessoas que ele conhecia, não famosas, ou ligadas ao jornalismo. Isso dava um certo medo.” O editor enfatiza o aspecto da afinidade entre os integrantes da redação, “não por relações anteriores, mas pela ligação com Schlee”.

O entendimento de Schlee sobre a “forma média de fazer jornal” certamente levava em conta essas relações e o contexto. A expressão remete também a uma característica própria do que Portelli (1996) chama de fontes orais de classes hegemônicas, com termos e entendimentos de determinados segmentos que traduzem formas específicas de linguagem e atribuição de sentido. Os entrevistados para esta pesquisa são integrantes das classes educadas. O que não impede que suas narrativas misturem aspectos “históricos, poéticos e míticos” (PORTELLI, 1996, p. 6). Verdade pessoal e imaginação misturam-se claramente no caso das memórias dos integrantes da *Gazeta Pelotense*. A razão é uma só: todos queriam desenvolver um projeto que fosse único.

O jornalista e advogado Renato Varoto foi convidado para exercer a função de editor de Geral do jornal. “No final, acabei fazendo a Geral, a Social, a Polícia e, no início, o horóscopo, que depois foi comprado e passou a vir de São Paulo”, lembra.

---

<sup>40</sup> Entrevista de João Manoel Cunha concedida ao autor em julho de 2018.

Nunca houve “não pode isso, não pode aquilo”. Havia, evidentemente, coisas que a gente sabia que não podia abordar, porque a censura não permitia. Quando trabalhei na RBS, a gente recebia uma lista semanal de assuntos e pessoas proibidas. Na *Gazeta*, não.<sup>41</sup>

Para Varoto, o jornal representava um projeto pessoal inovador do empresário Manuel Marques da Fonseca Júnior, que pretendia deixar uma marca na cidade. “Ao contrário do procedimento de sempre, em que o empresariado local até hoje não investe na cidade”, criticou. Exceção feita, segundo ele, ao jornalista Hélio Freitag, que em 1979 lançou o jornal *Diário da Manhã* para competir com o *Diário Popular*. “Havia uma valorização do profissional local. Não como hoje, em que se investe em colonistas de outros centros.” O jornalista refere-se aos colonistas do centro do país que vendem seus trabalhos para várias publicações ao mesmo tempo. Fazendo coro ao depoimento de João Manoel Cunha, Varoto afirmou: “A ideia era difundir as características locais e criar um público próprio para esse tipo de jornalismo”.

Foi uma experiência maravilhosa, de tentar criar um jornalismo comprometido com a nossa realidade. Ao mesmo tempo, foi a confirmação de que em Pelotas não se tem apoio para ideias inovadoras. O que continua até hoje. [...] Houve uma grande expectativa de criar um jornal realmente local. Havia o comprometimento do *Diário Popular* com a família Fetter. O *Diário Popular* era comprometido com um determinado segmento político. Já a *Gazeta Pelotense* não representava um segmento.<sup>42</sup>

Esta questão, de representar ou não um segmento político, é sempre problemática, quando se avalia a história da imprensa na cidade, no estado, no país. Como já dito, os jornais sempre surgiram vinculados, primeiro a partidos políticos, depois, a grupos com interesses políticos. Os entrevistados afirmam unanimemente que a intenção do empresário Fonseca Júnior era justamente desobrigar-se de associar-se a grupos. Seu espírito empreendedor e independente seria motivação suficiente para que o projeto não fosse atrelado a este ou aquele grupo. A própria escolha dos profissionais que integravam a equipe, segundo Schlee, levou em conta apenas aspectos técnicos. Embora houvesse, como admitido pelo diretor do jornal, um articulista responsável pela redação dos editoriais que não foi indicado por ele.

Ou seja, entre a intenção de um empresário liberal e as medidas para que seu projeto de jornal não se desviasse dela estão as memórias dos entrevistados, que viam nele um empresário que poderia tocar em frente uma publicação que rompesse com a tradição local, de compromisso com os grupos políticos dominantes. A

<sup>41</sup> Entrevista de Renato Varoto concedida ao autor em julho de 2018.

<sup>42</sup> Entrevista de Renato Varoto concedida ao autor em julho de 2018.

narrativa dos entrevistados tem uma marca típica do jornalismo: a assertividade, a necessidade de, por assim dizer, chegar a algum lugar, a algum fato, fixar a realidade em um discurso. Justamente o oposto do preconizado pela história, para quem a memória, para ser história, precisa passar por alguns crivos metodológicos.

Nesse capítulo, procurei mostrar as possibilidades que se abrem para o estudo do campo da imprensa a partir de uma publicação. Para isso, parti da descrição do campo geral da imprensa, da forma como o veem historiadores e teóricos da comunicação, e analisei as possibilidades proporcionadas pela microanálise e pela história oral para destacar um jornal do campo mais vasto da categoria imprensa, a partir da reconstrução do contexto da época e dos relatos de antigos integrantes da redação da *Gazeta Pelotense*. O pano de fundo são as mudanças estruturais da sociedade que impactam a imprensa, rompendo com os paradigmas jornalísticos.

No próximo capítulo, aprofundo a análise do conteúdo do jornal, continuo a discutir as alterações sofridas ao longo das 91 edições, abordo os cadernos dominicais e a cobertura dos fatos da época, principalmente as eleições municipais daquele ano. Aprofundo a discussão sobre as diferenças entre a *Gazeta Pelotense*, a grande imprensa e a imprensa alternativa. Mesmo sem sofrer diretamente a censura, como outros jornais da época, jornalistas da *Gazeta Pelotense* eram observados pela ditadura, como mostrarão documentos do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), vinculado à presidência da República. Discuto as questões internas do jornal e os motivos que impediram a continuidade do projeto. Com isso, pretendo estabelecer as bases que fazem da *Gazeta Pelotense* um jornal que se destaca das categorizações comumente atribuídas à imprensa do período, constituindo outra categoria.

### CAPÍTULO 3 – A TRANSIÇÃO COMO DESEJO E COMO LIMITE

*Mas agora morreu a Gazeta.  
Porque o seu dono assim o quis.  
E dono, implica em poder,  
e poder implica em tirania e arbitrariedade.  
E em opressão.  
Em desrespeito, em ausência de sentimentos  
e de consideração com uma população.*

(Documento sem assinatura encontrada entre os pertences de Schlee)

#### Introdução

Nos capítulos anteriores, foram apontadas as referências teórico-metodológicas que servem de base a esse estudo. O objetivo foi refletir sobre as possibilidades de diálogo entre os campos teóricos que compõem a abordagem interdisciplinar deste trabalho. Ao mesmo tempo, seguindo a lógica proposta pelas linhas de pesquisa adotadas, situei o contexto em que surgiu a *Gazeta Pelotense*, decisivo para as opções assumidas pela equipe que implantou o jornal. A categoria imprensa de transição continuou a ser construída com a – breve – historicização dos estudos sobre a imprensa no Brasil e a escolha de metodologias do campo historiográfico que propiciassem o diálogo interdisciplinar sobre a imprensa. Ao longo dessa discussão, aponte características da *Gazeta Pelotense* que a colocam como exemplo de jornal integrante da categoria proposta. Para isso, foram importantes as entrevistas com antigos integrantes da equipe do jornal e alguns conteúdos que fizeram parte de suas edições, além da construção e análise do contexto que abrigou a publicação e que constou de suas páginas.

Ao situar a análise da *Gazeta Pelotense* em um marco teórico-metodológico, os capítulos anteriores também pretenderam fornecer um panorama sobre a imprensa no período em que o jornal surgiu. As características da imprensa nesse período foram influenciadas pela situação geral do país, ainda distante das nações mais desenvolvidas do capitalismo mundial em termos econômicos, sociais e até mesmo humanitários. Por isso é importante analisar as especificidades do contexto brasileiro e a relação da imprensa com esse contexto. Em um país com essas condições, os parâmetros apontados por autores como Charron e Bonville (2016) – que, sendo naturais do Canadá, basearam seus estudos na imprensa dos Estados Unidos – devem ser considerados à luz de procedimentos metodológicos de autores

que levam em conta a realidade nacional, em que interesses concentrados em poucos atores determinam boa parte das relações sociais.

Por isso o recurso a autores como Paulo Freire e José Carlos Sebe Bom Meihy, entre outros, que realizaram seus estudos tomando como base o contexto nacional, sem desconsiderar as influências externas. Mas também a Groth (2011) e às suas reflexões sobre as relações dos jornalistas com o ambiente social de que são produto, seja em sociedades democráticas, seja em sociedades totalitárias, como veremos adiante.

Neste capítulo, analiso fatores que dizem respeito às intenções e desejos de seus criadores, aos limites para que esses desejos se concretizassem e aos motivos que levaram ao fim da publicação. Continuo a situar os dois aspectos da transição que caracterizam esse estudo: a transição por que passava o país e a transição da imprensa, de que a *Gazeta Pelotense* é uma consequência. O esforço neste último capítulo é enfatizar as duas vertentes da transição: a das estruturas sociais e a de um sistema integrante dessas estruturas em transformação, a imprensa, que toma a *Gazeta Pelotense* como modelo. Retorno às páginas do jornal para destacar elementos que a situam como um produto de uma época de mudança, que influenciaram a imprensa e que também foram influenciados por ela. A pesquisa do jornal continuará a ser acompanhada por relatos de integrantes da equipe – nem sempre coincidentes quanto às possibilidades de sucesso da publicação, e algumas reflexões sobre a operação da memória com relação aos fatos recordados pelos integrantes da redação do jornal. Para isso, é importante ter em mente que os relatos, feitos mais de 40 anos depois dos fatos recordados, são, seguindo a compreensão de Portelli (1997) com relação à junção entre padrões e modelos de representação da realidade associado às variações individuais,

não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos – a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido (PORTELLI, 1997, p. 16).

No primeiro subcapítulo, as novidades apresentadas pelo jornal são analisadas à luz dos princípios de identificação/distinção de Charron e Bonville (2016), que se somam às noções de paradigma jornalístico e de sistema de jornais e suas dimensões. A relação entre esses parâmetros pretende precisar um pouco

mais os contornos da categoria imprensa de transição, distinguindo-a das categorias usualmente atribuídas pela historiografia à imprensa do período: grande imprensa e imprensa alternativa. Um tópico especial é dedicado ao investimento na formação dos leitores, que deveria se dar por estratégias que levavam em conta um dos diferenciais da *Gazeta Pelotense*: a aposta na cobertura cultural, com um caderno dominical especialmente dedicado ao tema.

No segundo subcapítulo, importa estabelecer os limites para a mudança pretendida pelos jornalistas da *Gazeta Pelotense*. Nesse momento, as definições de prolongação e de penetração de Paulo Freire (1979) servirão para situar a reação da imprensa à crise política dos anos 1970 – e à crise econômica, que também a atingia –, que se verifica na crítica crescente às ações do governo, respondida com medidas de controle sobre os conteúdos dos veículos. Nas eleições municipais daquele ano, a Lei Falcão dificultou a propaganda em rádio e televisão, em função dos resultados das eleições de dois anos antes, desfavoráveis ao governo. Continua a haver o problema da censura. Já foi dito que, embora os entrevistados afirmem que não tenha havido uma ação direta dos órgãos de segurança para censurar a *Gazeta Pelotense*, nem censura por parte da empresa que a financiava, houve algumas concessões para que o jornal circulasse, como a presença de uma pessoa de confiança do dono do jornal para escrever os editoriais. Uma concessão necessária, segundo Schlee, para poder publicar o jornal. Retomo o conceito de sociedade de transição em Paulo Freire (1979), ressaltando um aspecto desse estudo que é fundamental para o entendimento da categoria imprensa de transição: as alterações das condições que levam a mudanças não acontecem em momentos estanques, embora possam ser aceleradas em função de situações específicas. Por isso o recurso a Paulo Freire é importante, porque sua reflexão, embora tenha tomado como base acontecimentos de uma época anterior – no período dos governos de Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, ao de João Goulart, nos anos 1960 – continua a ter desdobramentos na segunda metade dos anos 1970.

O governo também estava atento ao jornal e aos seus profissionais, como mostram documentos obtidos em pesquisa online no Arquivo Nacional (RJ). Os documentos foram produzidos pelo extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), vinculado à presidência da República, durante a ditadura. À parte isso, a atuação da *Gazeta Pelotense* também era acompanhada de perto por jornalistas que não concordavam com as relações profissionais estabelecidas pelo jornal. Entra em cena

a discussão sobre o papel dos jornalistas e sua capacidade de interferir nas mudanças da imprensa.

O terceiro subcapítulo dedica-se a descrever e analisar os eventos que levaram ao encerramento das atividades do jornal. Estes talvez sejam, dentre todos os argumentos, os que mais simbolizam as dificuldades de classificações ou periodizações da imprensa ao longo do tempo. E isso porque os acontecimentos que envolvem um periódico dependem às vezes de razões simples como uma decisão individual, fortuita, sem que seja preciso se estender sobre a natureza necessária ou contingente dos fatores que levam à criação ou ao encerramento de um projeto. Bastou o aleatório, na forma de uma decisão pessoal, em um momento em que a imprensa se tornava cada vez mais corporativa, mais sujeita às regras do mercado, embora em um país ainda com alta concentração da propriedade de veículos nas mãos de poucas famílias.

### 3.1 O desejo de mudança

No Brasil da época, o “milagre econômico” começava a apresentar sinais de desgaste, e as críticas sobre o governo pipocavam de todos os lados. Entre os economistas, uma crítica ficou célebre, publicada no jornal *Opinião*, do Rio de Janeiro. Segundo Kucinski (2001), este era um dos alternativos de maior influência na época (Figura 13). Em 19 de agosto de 1974, o economista Edmar Bacha, que mais tarde veio a integrar a equipe que elaborou o Plano Real no governo Itamar Franco (1992-1994), publicou o artigo *O rei da Belíndia, o economista visitante e o Produto Interno Bruto*. No artigo, freava a euforia com relação ao desempenho da economia ao apontar o erro do governo de avaliar a riqueza do país tomando como base apenas o Produto Interno Bruto (PIB). Bacha, doutor em Economia pela Universidade de Yale e então chefe do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), afirmava que o governo estava criando um país em que conviviam dois padrões de vida: o da Bélgica, pequeno e rico, e o da Índia, enorme e pobre.

Do ponto de vista da produção e do acesso à informação, o Brasil associa ao longo de sua história alguns dos maiores avanços nas tecnologias de comunicação a indicadores sociais que o situam entre os países mais desiguais do planeta. As consequências podem ser trágicas, com alto nível de concentração da produção da informação, em prejuízo da diversidade, do debate e da crítica. A imprensa



fotos. Nas edições iniciais, chegou a vender 40 mil exemplares<sup>1</sup>. Além do fato de ser bancado por um empresário.

O mais influente jornal de toda a imprensa alternativa dos anos de 1970, o semanário *Opinião*, surgiu no apogeu do regime autoritário, em outubro de 1972, bancado por um empresário, produzido por jornalistas profissionais, protagonizado principalmente por intelectuais [...]. (KUCINSKI, 2001, p. 161).

Havia uma diferença importante: o empresário que bancava o *Opinião*, Fernando Gasparian, ligado a vários empresários que apoiavam o governo deposto de João Goulart, desconhecia que Raimundo Pereira, seu editor, mantinha relações com o comitê central da Ação Popular (AP)<sup>2</sup> e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A orientação política da nova publicação partia desses dois movimentos clandestinos, que se uniram e eram atuantes contra a ditadura. Segundo os planos de Fernando Gasparian e de seus apoiadores, o jornal deveria estimular uma frente de oposição ao regime, a partir de uma ampla base de apoio. Para Raimundo Pereira e seu grupo, porém, essa frente deveria ser condição preliminar para desencadear uma “guerra popular prolongada” (KUCINSKI, 2001, p. 162).

Como Schlee, Pereira tinha uma história na grande imprensa (*Folha da Tarde*, *Realidade*, *Veja*) e não encontrava mais espaço para o jornalismo que queria praticar nesses locais. Kucinski reproduz um depoimento do jornalista, de maio de 1978, para o jornal mensal *Amanhã*, segundo o qual “a grande imprensa havia adotado uma 'estratégia de adesão', havia se vendido 'no sentido mais simples da palavra'” (KUCINSKI, 2001, p. 163). Mais tarde, por divergências com Fernando Gasparian com relação à participação dos jornalistas na condução do jornal e à própria linha editorial, Raimundo Pereira e toda a equipe abandonaram a redação.

Também para os jornalistas da *Gazeta Pelotense*, os veículos da época não davam conta das necessidades da profissão como mediadora entre os fatos e o

<sup>1</sup> Cf. BRASIL, Bruno. *Opinião*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/opinioao/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

<sup>2</sup> A Ação Popular surgiu nos anos 1960, opondo-se à principal organização da esquerda no Brasil de então, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). “A AP surgiu em 1962 como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil, onde manteve a diretoria da UNE e de muitas entidades durante os anos 1960. A proposta de constituição da AP como movimento político independente brotara no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade estudantil ligada à Igreja nos anos 1950 e 1960. Em 1964, a AP defendia a criação de uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana, ainda que já tivesse desatado seus vínculos orgânicos com a JUC” (RIDENTI, 2010, p. 24-25).

público. Nem a grande imprensa comercial nem os jornais alternativos se prestavam a isso. Os primeiros, pelo vínculo anterior com o regime; os segundos, pela precariedade de vários desses veículos, com características que se contrapõem à grande imprensa comercial, mas que nem sempre vingavam como projetos, por dificuldades internas próprias ou impostas pelos governantes alvos de suas críticas. Não podiam adivinhar que o projeto da *Gazeta Pelotense* não completaria quatro meses.

A *Gazeta Pelotense* poderia ser associada à forma como os alternativos usavam charges e ilustrações e ao investimento na cobertura cultural. Além disso, os veículos alternativos também são produto de momentos de mudança na sociedade, mas não só. Muitos veículos alternativos surgiram em momentos em que não houve grandes rupturas. Ao longo da história, a imprensa alternativa tem atuado à margem da grande imprensa comercial.

*Opinião, Movimento e Em Tempo* não fundaram a imprensa alternativa. Ao contrário, foram fruto dela. A própria imprensa brasileira começou com um alternativo, o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito José da Costa em 1808, em Londres, entre outras coisas para lutar pela independência do nosso então futuro país [...]. Durante o Império houve vários alternativos (MARTINS; LUCA, 2008, p. 107).

Segundo as autoras, “graças à ditadura militar de 1964, o conceito de “alternativo” ficou associado a uma posição antigovernista generalizada” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 108). Mas esses jornais seriam publicações que se caracterizariam principalmente pela oposição às “tendências hegemônicas na imprensa convencional brasileira, que esta pretende tornar hegemônicas no país” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 108). Com isso, afirmam não pretender estabelecer um conceito único para esses veículos, mas abri-lo, “mostrando seu dinamismo e seus aspectos também contraditórios” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 108). Pode-se dizer que a vertente alternativa, pelas diferenças que orientaram a criação desses veículos, é mais difícil de classificar do que a outra vertente, da grande imprensa, mas sob esse guarda-chuva provavelmente também poderiam ser abrigadas publicações de variados tipos, com diversidade de alcance, linha editorial, estilo textual, objetivos, etc.

De parte da *Gazeta Pelotense*, a preocupação evidente era produzir informação sempre com a máxima atualidade. O jornal rodava na madrugada. A

distribuição para a região era feita pelos ônibus da empresa Expresso Embaixador, de propriedade do empresário Fonseca Júnior. Futuramente, segundo Góz<sup>3</sup>, a intenção era publicar duas capas, em Pelotas e em Rio Grande, onde se concentravam os principais negócios do empresário. A prioridade seria para assuntos locais e cobertura em toda a Zona Sul do Rio Grande do Sul.

Com esse objetivo, parte do conteúdo da edição experimental do jornal, de número 0, foi reproduzida na edição número 1, no caderno com a história da cidade de Pelotas e o potencial da Zona Sul para o desenvolvimento. Coerente com a intenção de começar um processo de construção de um público leitor, o caderno especial da edição 0 trazia informações sobre economia, população, as raízes da cidade, a origem do nome, as charqueadas. Nas páginas 10 e 11, era contada a história da imprensa da cidade desde a primeira experiência, com *O Pelotense*, e reprodução de parte da primeira edição do jornal, de 7 de novembro de 1851. A história do jornalismo na cidade também contemplou a reprodução de trechos de artigos publicados em antigos jornais, como texto do escritor João Simões Lopes Neto, publicado no jornal *A Opinião Pública*, e trecho de artigo de Cândido Augusto de Mello, fundador do jornal *O Pelotense*. Também eram publicados alguns princípios que deveriam ser regras “do jornalismo” (“jornalismo é empenho”), “dos jornais” (“num jornal, o conteúdo da informação é sempre proporcional à independência da empresa que o mantém”), “dos jornalistas” (“diploma não faz jornalista, apenas...”) e “de você” (“quando tiver que prejudicar o interesse público para favorecer alguém, nem precisa pensar: rasgue o que escreveu”).

Nas páginas 12 a 15, fotos e textos mostravam as várias etapas da construção do prédio do jornal, os equipamentos para composição e impressão, a redação e outras partes internas do prédio, descrevendo os processos de produção da publicação. Na página 13, o caderno trazia informações detalhadas sobre “Quem faz a Gazeta”. A página do jornal com essas informações será anexada aos arquivos do SNI sobre as atividades dos integrantes da equipe, como se verá.

Entre os conteúdos que não foram repetidos na primeira edição a circular para o público, mas que constavam da edição 0, está a ilustração do prefeito Ary Alcântara “sem cérebro” (Figura 14), feita pelo caricaturista Paulo Roberto Canez, estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, fotógrafo e

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida ao autor por Paulo Luiz Barcelos Góz em setembro de 2019.



Neste caso, a versão da história contada por quem a viveu pode evitar interpretações equivocadas como a de que a ilustração foi produto da postura crítica dos jornalistas e sua disposição de provocar a institucionalidade, nos moldes da imprensa alternativa. As narrativas sobre o passado são construções, seleções de fatos e impressões, como afirma Meihy (1996). Vale o mesmo para o jornalismo, como já referido. No caso dos depoimentos, particularmente os analisados a partir dos critérios da história oral, essas construções sempre abrigarão “uma visão redentora e passional do passado ou dos fatos” (MEIHY, 1996, p. 50). Com relação à caricatura, a informação do entrevistado foi na direção oposta, ao colaborar para que a versão romantizada do passado que poderia ser sugerida pela imagem não prosperasse.

A *Gazeta Pelotense* incorporou algumas das características da imprensa alternativa, nas pequenas notas irônicas sobre discursos de políticos na coluna “O que dizem”, ou nas críticas à censura, produzindo ilustrações ou reproduzindo ilustrações de artistas conhecidos, como Ziraldo, criador do semanário *Pasquim*, que remetiam à restrição à propaganda política nas eleições daquele ano por conta da Lei Falcão (Figuras 15 e 16). Mas não foi o caso da ilustração do prefeito.

**Figura 15 – Ziraldo e a Lei Falcão**



**Figura 16 – Gottinari e Marasco**



Fonte: Gazeta Pelotense, n. 18, 17 out. 1976.  
Reprodução do autor, 2019.

Fonte: Gazeta Pelotense. n. 18, 17 out. 1976. Reprodução do autor, 2019.

O jornal também incorporou elementos da grande imprensa que faziam de sua apresentação gráfica uma mistura das influências predominantes no país desde as mudanças realizadas nos anos 1950, além de iniciativas do tempo em que a *Gazeta Pelotense* foi às bancas. Entre eles, várias características do jornal certamente podem ser creditadas à influência da *Última Hora* de Samuel Wainer, onde Schlee trabalhou.

O modelo *Última Hora* manteve-se até seu desaparecimento em 1979 em São Paulo. O primeiro caderno era dedicado às políticas estatais de um estado intervencionista que faziam diferença no cotidiano do povo miúdo das ruas: transporte, habitação, carestia. Além disso, crimes espetaculares, principalmente se envolvessem amantes apaixonados e uma pitada de *garçonière* na pauta. O segundo caderno cobria comportamento, teatro, cinema, no jargão jornalístico, as variedades. (MARTINS; CAPELATO, 2012, p. 88).

É praticamente a descrição das edições da *Gazeta Pelotense* ao longo de seus pouco mais de três meses de circulação. Como apontado, na capa, diagramada em três colunas, a foto e a manchete principal eram sempre destinadas a assuntos locais, uma enchente, a quebra da safra, um acertador de loteria, o aumento do custo da luz ou da água, uma visita de autoridade nacional, etc. As colunas laterais eram destinadas a assuntos regionais, nacionais e internacionais, com chamadas para o caderno especial aos domingos. A *Gazeta Pelotense* também se identificava com a *Última hora* pelo espaço destinado às matérias internacionais, reproduzindo não só conteúdos de agências dos Estados Unidos ou da Europa, mas também de agências soviéticas e chinesas.

Nas redações da época, principalmente as constituídas por grandes equipes e diante da necessidade de planejamento sistemático, a pauta, ou seleção prévia dos assuntos com potencial para divulgação, é um instrumento fundamental para a organização da cobertura jornalística. Mas não fazia parte da rotina da *Gazeta Pelotense*. Os repórteres eram estimulados a transitar pela cidade, ou frequentar pontos-chave, como Prefeitura, Câmara de Vereadores, delegacias de polícia, clubes de futebol, buscando assuntos que pudessem ser aproveitados na edição do dia seguinte. A declaração a seguir foi dada por Schlee a Bittencourt (1989):

Nós trabalhávamos sem a pauta, pois o modelo de pauta que temos é uma forma dirigida de informação. E, a exemplo do *Washington Post*, tínhamos uma editoria autônoma, isto é, ao fim de cada dia discutíamos o jornal

daquele dia, para saber o que faríamos no próximo, e assim consecutivamente. (BITTENCOURT, 1989, p. 24).

As referências jornalísticas davam a dimensão da ambição do principal mentor do projeto, com os exemplos do *Washington Post* e da revista francesa *Paris Match*. As fontes de informação para o dia a dia do jornal também eram variadas, e não se restringiam aos jornais e agências nacionais. Além das agências de notícias internacionais, a redação recebia jornais do Rio e de São Paulo e jornais do exterior: os franceses *Le Matin* e *Le Monde*, o argentino *Clarín* e o uruguaio *BP Color*. A declaração sobre os jornais recebidos na redação da *Gazeta Pelotense* também foi dada a Bittencourt (1989). Sobre o jornal uruguaio, talvez tenha havido confusão com relação ao recebimento diário da publicação, ou a memória traiu Schlee, que poderia estar se referindo a outro jornal, já que o *BP Color* foi publicado entre 1965 e 1971 (MOREIRA, 2006). Portanto, não circulava mais quando a *Gazeta Pelotense* foi publicada.

Embora em diversas entrevistas os depoentes que integraram a redação afirmem que não havia censura no jornal, a situação política claramente influenciava algumas decisões editoriais. Na edição número 1, de 25 de setembro de 1976, na página 6, um comentário feito em Santa Catarina pelo general presidente Ernesto Geisel, condenando “as críticas demagógicas” ao seu governo, mereceu destaque na capa. Na edição número 12, de 11 de outubro de 1976, a resposta do líder oposicionista Pedro Simon, do MDB, criticando a demagogia do governo, embora com o reconhecido mérito jornalístico pela publicação, ficou restrita à coluna “O que dizem”, na seção “Memória e imaginação”, na página 5:

Que o povo se cuide da demagogia do governo, que pinta este país como o paraíso, quando em realidade acontece exatamente o inverso. (deputado Pedro Simon, sobre o que, segundo ele, “é a massificante propaganda do governo”) (GAZETA PELOTENSE, n. 12, p. 5).

Logo abaixo, em outra nota, o ministro da Justiça, Armando Falcão, autor da lei que determinava restrições à propaganda eleitoral nas eleições daquele ano, tenta fazer o contraponto à fala do deputado oposicionista:

Estamos em pleno estado de direito, com todos os poderes da República funcionando normalmente. (ministro Armando Falcão, da Justiça, respondendo sobre quando ocorreria a volta do país ao estado de direito). (GAZETA PELOTENSE, n. 12, p. 5).

Nesta seção de nome sugestivo, cujo formato foi mantido até o final, aparecem algumas das informações mais relevantes sobre o momento vivido pelo país. Como referido na Introdução da dissertação, não foi possível ouvir de Schlee a razão de várias escolhas relativas ao jornal. O nome das editoriais ou seções é uma dessas escolhas cujos motivos não foi possível descobrir. “Memória e imaginação” pode se prestar a muitas conjecturas sobre aquele tempo. Gosto de pensar que a razão seria a importância de um jornal para a primeira, como repositório dos acontecimentos da época, e para a segunda, para conseguir dar conta dos fatos da época, driblando as dificuldades colocadas aos jornalistas. Sem ser “nostálgico” ou “passadista”, para usar duas expressões de Meihy (1996), é importante frisar, ainda segundo o autor, que “essa visão passadista ou nostálgica também se constitui em uma leitura do mundo pretérito, e por isso é válida para a análise do presente” (MEIHY, 1996, p. 51). As memórias dos entrevistados sobre a *Gazeta Pelotense* são nostálgicas em vários momentos, mas esse elemento é importante para situar, a partir de um olhar do presente, um percurso no passado que foi da expectativa inicial à frustração com o fim do projeto.

Voltando ao jornal, pequenas notas nas colunas “O que dizem”, “O que é” e “O que foi” abriam espaço para deputados e senadores oposicionistas, para notícias sobre a situação econômica, principalmente as relacionadas à crise que o país enfrentava e ao aumento da inflação, após o período de crescimento do início da década, às violências e assassinatos praticados pelos serviços de segurança, às greves de estudantes e aos atentados no Brasil e no mundo.

Informações sobre censura e apreensão de jornais alternativos também eram comuns. Na mesma edição número 12, em nota na coluna “O que foi”, o jornal noticia a apreensão de todos os exemplares da edição 205 do jornal *Opinião* pelo Departamento de Polícia Federal que,

numa nota com quatro linhas, alegou a “violação das normas censórias, apesar das repetidas advertências aos responsáveis”. À imprensa, o Departamento de Polícia Federal disse apenas que “os dirigentes do jornal sabem as razões”. (GAZETA PELOTENSE, n. 12, p. 5).

As repercussões do assassinato do padre jesuíta João Bosco Penido Burnier em uma delegacia de Polícia de Barra das Garças, no Mato Grosso, foram

destacadas em várias edições da *Gazeta Pelotense*. Na de número 18, de 17 de outubro de 1976, a coluna “O que dizem” reproduz nota do jornal *L’Osservatore Romano*, órgão oficial do Vaticano: “A Polícia do Brasil já empregou sua arbitrariedade com os camponeses. Agora chegou ao crime” (GAZETA PELOTENSE, n. 18, p. 5). Na mesma edição, nota que vale a pena reproduzir retrata a situação dos Direitos Humanos na América Latina e a responsabilidade dos Estados Unidos:

Um grupo de trabalho que investigou a situação dos Direitos Humanos no Chile entregou um relatório de 229 páginas à Assembleia Geral das Nações Unidas, em que declara que “a tortura ou tratamentos cruéis e desumanos continuam afetando a vida dos chilenos”. Diz o relatório que “subsistem os métodos de terror, que trazem consigo a multiplicação dos assassinios” e que “embora possa ter diminuído o número de presos políticos submetidos à tortura, a repressão seletiva se multiplicou”. Por outro lado, em Washington, a direção do Conselho Nacional das Igrejas decidiu enviar aos candidatos presidenciais norte-americanos uma carta de dignitários eclesiásticos latino-americanos, em que estes afirmam que a América Latina está-se transformando em uma “imensa prisão, para benefício econômico dos Estados Unidos”. (GAZETA PELOTENSE, n. 18, p. 5).

Nem tudo, porém, era referente à censura ou crise econômica nessa página. Outros assuntos mostravam que o jornal estava atento a questões que iam além da situação política e econômica do Brasil. Havia lugar para denúncias de racismo como a da professora Ivonete de Souza Militão, demitida da Escola Nosso Recreio, no Recife (PE), “por ser de cor”. Segundo a publicação destacou na edição número 12, a diretora da escola, Maria do Socorro Pereira, justificou a demissão alegando que “aqui não admitimos negros, apenas brancos”. Ivonete teria sido admitida na ausência da diretora. O caso foi parar na Justiça do trabalho. O racismo voltou a estar na pauta do jornal na edição 26, de 25 de outubro de 1976, desta vez em Pelotas. Durante um baile, um frequentador foi proibido de dançar “por ser preto”. O promotor da festa foi preso. O título da matéria é um retrato daquele momento, em termos de limites de abordagem da questão racial: “Promoveu baile sem licença, tentou barrar um crioulo e acabou preso por racismo” (GAZETA PELOTENSE, n. 26, p. 21). As discussões sobre relações raciais iriam se intensificar no Brasil com o passar dos anos. Mas o jornal, que se propunha a estabelecer um novo padrão no tratamento de questões variadas, pelo menos neste momento não se diferenciou do tratamento ainda hoje problemático, para dizer o mínimo, do tema das relações raciais no país.

A cobertura cultural, em um jornal que pretendia ser um instrumento de formação, não se restringia ao caderno dominical. Estava presente na seção “Página Dupla – Social e Cultural”, nas páginas centrais do jornal e em matérias especiais, como a cobertura do Projeto Cultur, iniciativa itinerante da Secretaria Estadual de Cultura e de secretarias municipais de Cultura e Turismo do Rio Grande do Sul, além de várias entidades governamentais, universidades, escolas e delegacias regionais de Educação. O projeto previa a realização de mostras de teatro, cinema e literatura. Em Pelotas, as mostras ocorreram entre os dias 20 e 24 de outubro, com extensa cobertura diária do jornal.

Esses são apenas alguns exemplos – que podem se somar a outros, expostos nos capítulos anteriores – do tratamento editorial que a *Gazeta Pelotense* dispensava aos fatos que se propôs a noticiar, e de como esse procedimento reflete as intenções da equipe em produzir um material jornalístico diferenciado. Eles são importantes para discutir o que Charron e Bonville (2016) consideram essencial para determinar os critérios para definir um paradigma jornalístico e as mudanças desse paradigma. Assim, tento situar as diferenças e semelhanças entre a *Gazeta Pelotense* e outros jornais que constituiriam o sistema de jornais da época. Isolar as características que definem semelhanças e diferenças dentro de um sistema é um procedimento baseado, segundo os autores, no princípio da identificação/distinção. Esse princípio, por sua vez, está relacionado às seis dimensões do conceito de sistema de jornais apresentados no Capítulo 2: economia, técnica, fonte, público, cognição e conteúdo.

A *Gazeta Pelotense*, segundo defendo nessa dissertação, não se distingue de outros jornais do sistema por características absolutamente inovadoras. Ao contrário, distingue-se porque incorpora características das duas categorias usualmente estabelecidas pela historiografia no período: grande imprensa e imprensa alternativa. Várias semelhanças e distinções foram apontadas até aqui. Neste momento, interessa apresentar o que Charron e Bonville entendem por princípio da identificação/distinção. Assim, ficará mais claro o que é a imprensa de transição, categoria de que a *Gazeta Pelotense* seria modelo, segundo proponho. No próximo subcapítulo, a análise dos conceitos de prolongação e penetração de Paulo Freire (1979) auxiliará a compreender o processo de atualização e conservação que caracteriza os momentos de transição.

Para Charron e Bonville (2016), os jornais podem partir de duas atitudes com relação ao sistema que integram:

imitar os jornais que lhe parecem conhecer o caminho do sucesso comercial ou de conteúdo apreciado pelo público, pelas fontes, pela comunidade profissional, etc., com o objetivo de ter o mesmo sucesso e/ou de ser igualmente apreciado; distinguir-se dos outros jornais a fim de conhecer um sucesso comercial maior e ser mais apreciado. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 283).

À primeira vista, a segunda alternativa seria a ambição da equipe da *Gazeta Pelotense*. Mas o jornal incorporava elementos dos jornais que o antecederam. Como afirmam Charron e Bonville, a imitação e a diferenciação não são exatas. Devem ser consideradas as adaptações que levem em consideração a situação particular do jornal em questão com relação ao público, meio em que se encontra, fontes de financiamento, etc. Um jornal fará parte de um sistema de jornais quanto mais ele estabelecer relações com este sistema a partir de um conteúdo que se baseie em um conjunto comum de fontes, de público, de meios técnicos e financeiros e de regras cognitivas dos jornalistas por meio dos quais as mensagens são transmitidas, em uma mesma coordenada espaço-temporal. Com essa definição, os autores pretendem dar conta do que aproxima os veículos que compõem um sistema.

A *Gazeta Pelotense*, por esses mesmos motivos, não pode ser considerada apenas como integrante de uma ou outra categoria daqueles tempos. Seu conteúdo, principalmente, embora convivendo com outros veículos críticos ao governo, ou que investissem em cobertura cultural, ou que tentassem se consolidar como veículos comerciais, é um conteúdo híbrido, que reúne características dos dois modelos considerados preponderantes à época. É como se o princípio da identificação/distinção de Charron e Bonville (2016) fosse invertido. Em vez de imitar ou se distinguir dos modelos de jornalismo adotados pelos outros veículos de sua época, diferenciou-se pelo aproveitamento do que seus editores julgaram ser o melhor de ambos.

### 3.1.1 Os cadernos dominicais

Para ilustrar a afirmação da seção anterior quanto ao aproveitamento de características dos modelos de jornalismo da época em que a *Gazeta Pelotense* circulou, nada melhor do que analisar seus cadernos culturais dominicais. Ao mesmo tempo em que veiculava conteúdos críticos à situação política e econômica do país, o jornal investia em alternativas inauguradas ainda nos anos 1950, como o *Jornal do Brasil* e seu Suplemento Dominical.

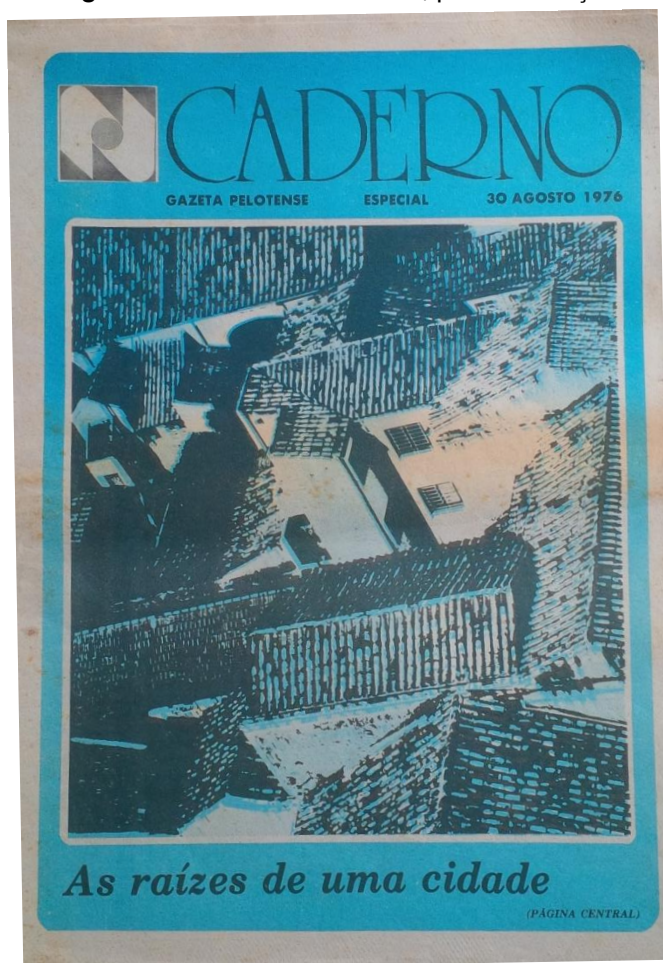
Em 1956, o *Jornal do Brasil*, que durante muitos anos foi tido como um “boletim de anúncios”, deu início à sua reforma com a criação do Suplemento Dominical, que tinha à frente Reynaldo Jardim. O SDJB recebeu a colaboração de poetas, escritores, artistas plásticos, todos jovens de vanguarda ligados ao movimento concretista. (ABREU, 2002, p. 2).

Como se percebe, Schlee acompanhava as modificações do jornalismo brasileiro e tentava aplicar algumas inovações à *Gazeta Pelotense*. O caderno também aproximou uma intelectualidade local que viu a oportunidade de publicar em um veículo com qualidade gráfica diferenciada e sem vínculos com o regime. Foram 16 edições dominicais entre a edição 0, experimental, de 30 de agosto de 1976 (Figura 17), e a última, destinada ao balanço do ano que passara, do dia 1º de janeiro de 1977<sup>5</sup>. A única edição do caderno que não consta dos exemplares que reuni circulou no dia 14 de novembro. Felizmente, consegui pesquisá-la no arquivo da Bibliotheca Pública Pelotense, com capa e matéria principal sobre a Proclamação da República e os 101 anos da biblioteca. A última página é dedicada ao anúncio do filme “O rei da noite”, do cineasta argentino naturalizado brasileiro Hector Babenco.

---

<sup>5</sup> O caderno circulava sempre aos domingos, mas esta edição foi para as ruas no sábado, 1º de janeiro, em edição conjunta com a de domingo, dia 2.

**Figura 17** - Caderno dominical, primeira edição



Fonte: Gazeta Pelotense, n. 0, 30 ago. 1976. Reprodução do autor, 2019.

O editor do caderno, Valter Sobreiro Júnior, autor e diretor de peças teatrais, advogado, professor de Comunicação na UCPel, havia sido chefe do departamento de notícias da *Rádio Cultura* e colaborador dos jornais *A Opinião Pública* e *Diário Popular*, todos veículos de Pelotas. Responsável por uma das iniciativas mais diferenciadas do jornal, o editor revelou-se também um dos mais críticos ao projeto, conforme depoimentos dados por telefone, em duas oportunidades, abril e novembro de 2020.

O projeto era inviável desde o início. Era muito ideal para ser implantando em uma sociedade real. Não foi pensado do ponto de vista empresarial, com ideias desviadas da realidade, como venda em banca e o fato de a primeira edição ser vespertina. As pessoas da cidade estavam acostumadas a receber o jornal em casa. O jornal não vendia, tinha muito encalhe. Era irrepreensível, do ponto de vista jornalístico, com uma qualidade fora do comum. E o que fiz, fiz com muita liberdade.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Entrevista de Valter Sobreiro Júnior concedida ao autor em abril de 2020.

O editor considera que um dos maiores erros, para um jornal que se pretendia formador, foi não se aproximar da comunidade. “Acredito que não foi feita uma pesquisa de mercado com essa intenção”, afirma. Não é a mesma opinião do vice-presidente Paulo Góz, segundo o qual todos os levantamentos necessários foram solicitados pelo empresário Manuel Marques da Fonseca Júnior. Góz aponta a pesquisa por equipamentos e a seleção da equipe que constituiria a redação do jornal com antecedência de dois anos como exemplos da postura precavida do empresário.

O propósito do diretor-presidente tinha a ideia de formatar um jornal moderno para a cidade de Pelotas. Ele achava que devia isso, por ser um estrangeiro que chegou à cidade e recebeu uma acolhida que ele considerava afetiva da coletividade. Na época, já era detentor do comando acionário da *Rádio Pelotense*. E o Projeto Gazeta foi montado dentro dos escritórios da *Rádio Pelotense*. Eu tive a incumbência, junto com o professor Aldyr Schlee, de organizar a montagem do jornal, de realizar a sondagem dos equipamentos, a sondagem da equipe, a viabilidade socioeconômica do empreendimento, as coisas que foram encomendadas pelo empresário.<sup>7</sup>

A declaração de Valter Sobreiro contrasta com as dos outros entrevistados para esta pesquisa e permite analisar um aspecto relacionado à memória de fatos ou acontecimentos vivenciados por grupos sociais. Pollack (1992) refere a irredutibilidade de certos elementos de memórias construídas individual ou coletivamente, que passariam “a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala” (POLLACK, 1992, p. 201). Valter Sobreiro repete alguns dos pontos apresentados por outros entrevistados com relação às motivações do empresário, mas discorda totalmente com relação à viabilidade do projeto. Neste caso, a rememoração de um acontecimento vivido pessoalmente não se associa diretamente ao vivido por um grupo, correspondendo às possibilidades de atuação da memória individual, que ora é assimilada, ora é separada, ora faz falta em um relato (POLLACK, 1992, p. 203).

Valter Sobreiro já trabalhava como advogado na época, e escrevia uma coluna sobre cinema para o *Diário Popular* antes de atuar na *Gazeta Pelotense*. Mesmo não acreditando que o projeto pudesse se sustentar ao longo do tempo, o

---

<sup>7</sup> Entrevista de Paulo Luiz Barcelos Góz concedida ao autor em setembro de 2019.

editor colocou na rua as 16 edições. O caderno dominical tinha 16 páginas, com capa e algumas páginas internas em cores, e priorizava aspectos da história da cidade, além de cobertura de fatos culturais da área de cinema, literatura, teatro e música. Seções fixas eram reproduzidas a cada edição, o que, segundo Valter Sobreiro Júnior, visava a facilitar o trabalho de edição.

Tivemos muito pouco tempo para planejar os cadernos. Em menos de um mês, pensamos a estrutura. Eu fui o principal responsável, mas, como a redação era um espaço único, todos acabavam opinando durante a fase preparatória. Por isso as seções foram bem definidas. O Salomão [Scliar] dizia que parecia uma revista. A capa sugeria isso.<sup>8</sup>

O fato de o caderno ter características de uma revista, um diferencial com relação ao restante do jornal, fazia parte da intenção original de Schlee que, como se viu, tinha na revista francesa *Paris Match* a principal referência e o fotojornalismo como estratégia inicial de sustentação do jornal. A página 2 incluía texto com apresentação do conteúdo do caderno, um anúncio institucional e um texto pequeno, que poderia ser uma poesia, uma crônica ou um texto sobre a matéria principal da edição. A seguir, na seção Pauta, matérias com biografias de personalidades, crítica de cinema, literária ou musical. Fotorreportagem ocupava duas ou mais páginas da edição. Um ou dois anúncios de página inteira constavam do “miolo” do caderno. Poesias, charges, crítica literária e de cinema, perfis de personalidades locais e de trabalhadoras, relatos de viagens constituíam o restante da publicação, com programação do Cine Pelotense, propriedade do empresário Fonseca Júnior, na última página.

Os assuntos do caderno seguiam datas especiais que coincidiam com as edições. A exceção foi o primeiro número, de 30 de agosto daquele ano, que integrou a edição experimental. O primeiro caderno, publicado no domingo, 26 de setembro, um dia depois do primeiro número, coincidiu com o ano novo judeu, no dia 24, objeto da matéria de capa. Uma semana depois, em 3 de outubro, a Revolução de 30 foi a matéria principal do caderno, alusiva aos 46 anos daquele acontecimento. A situação das crianças em Pelotas, Brasil e no mundo foi o tema da edição seguinte, coincidente com as comemorações do dia das crianças. E assim sucessivamente: edições dedicadas à música, à participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, à cultura árabe, por conta da peregrinação à Meca que

---

<sup>8</sup> Entrevista de Valter Sobreiro Júnior concedida ao autor em abril de 2020.

aconteciam na semana da edição, a penúltima edição, no Natal, com textos sobre o assunto de autoria de escritores de várias gerações, de Pelotas e de outras regiões, até a última edição, de 1º de janeiro de 1977, com um balanço da cobertura dos fatos culturais pela *Gazeta Pelotense* nos meses anteriores.

O fechamento, ou seja, finalização da edição e envio para impressão, ocorria aos sábados. E nem sempre de forma tranquila, como observou Valter Sobreiro Júnior:

Procurei facilitar ao máximo com a padronização das edições, mas não conseguia receber os materiais com antecedência. Às vezes levavam texto manuscrito, tínhamos que mandar para que as laudas fossem datilografadas e mandadas para composição. Os textos eram os principais problemas, já que resolvíamos a questão das imagens com o banco de imagens formado por Salomão Sciar.<sup>9</sup>

Em grande parte isso se devia ao fato de que a equipe era constituída basicamente por intelectuais que davam aula nas universidades e atuavam na cena cultural local. Valter Sobreiro Júnior observou que “os escritores [do caderno] foram escolhidos a dedo por Schlee”. Isso por conta de suas trajetórias como intelectuais, e também por terem acervos próprios que permitiriam produzir os textos do caderno, baseados em muita pesquisa. O editor também considerou que essa característica possibilitou a formação de “um círculo com muita afinidade de pensamento”, uma referência recorrente nas entrevistas com outros integrantes da redação.

Já a escolha das fontes era responsabilidade do editor, em conjunto com repórteres ou colaboradores. Apesar de ser um caderno dominical, as pautas tentavam se manter atuais. Assim, a concessão do prêmio Nobel de Literatura ao escritor estadunidense Saul Bellow naquele ano (“no Brasil, o autor é virtualmente desconhecido”, escreveu o editor, que assinou a matéria) foi noticiada pelo jornal na edição de 24 de outubro, com direito à crítica e transcrição de trecho do livro “Herzog”, traduzido pelo próprio Valter Sobreiro Júnior. Na edição de 28 de novembro, a morte do escritor e militante comunista francês André Malraux ocupou duas páginas do caderno.

Em um primeiro momento, o que mais chamou a atenção dos leitores, segundo Valter Sobreiro Júnior, foi a qualidade gráfica e de conteúdo do jornal e do caderno. Não só dos leitores, mas dos colaboradores.

---

<sup>9</sup> Entrevista de Valter Sobreiro Júnior concedida ao autor em novembro de 2020.

As pessoas procuravam o jornal para publicar seus textos, relatos de viagens, imagens. A qualidade da apresentação gráfica chamou muito a atenção e os colaboradores queriam ver seu trabalho reproduzido com aquela qualidade. Isso também colaborou para algumas dificuldades na hora do fechamento, já que nem todos conheciam a rotina de um jornal diário e não preparavam os materiais com antecedência. O Schlee ria, brincava que eu não conseguiria fechar o caderno, mas sempre conseguia. Às vezes, levavam almoço na redação para eu não precisar sair e conseguir terminar a edição.<sup>10</sup>

Na entrevista concedida em 2018, Schlee lembrou do processo de produção do caderno dominical: “No entardecer de sábado, estava tudo perdido, não dava pra fazer, não ia sair, faltou não sei o que, estava errado, suspende tudo. Nunca suspendeu e sempre se fez”.

Destacaram-se durante as 16 edições as séries com perfis de personalidades, quase sempre mulheres, e com doceiras, a cargo de Nicola Caringi Lima, futuro professor da UFPel, e a série sobre a história social da cidade, produzida por Mário Osório Magalhães. Nicola Caringi Lima formara-se há dois anos em Direito pela UFPel e em Comunicação Social pela UCPel. Os perfis e as séries que produziu foram publicados durante todo o período em que a *Gazeta Pelotense* circulou. Mário Osório Magalhães era o editor de Pesquisa e Documentação. Descendente de família tradicional da cidade que tem entre seus integrantes mais ilustres o general Manuel Luís Osório, Marquês de Herval, era professor de Sociologia e Ciência Política da UFPel no ano em que a *Gazeta Pelotense* circulou. Na época, já havia publicado um livro de poesia e outro sobre a história social de Pelotas. Aposentou-se vinculado ao Departamento de História da UFPel.

A preponderância de mulheres nos perfis de personalidades foi intencional. Os perfis visavam, segundo Valter Sobreiro Júnior, destacar intelectuais femininas de Pelotas, a maioria vinculada à UFPel.

Não se fazia isso na cidade, que tinha uma quantidade de intelectuais femininas, uma característica da cidade desde sempre. Eram mulheres e intelectuais e por isso eu e Nicola estabelecemos uma série de mulheres que deveriam ser entrevistadas. A condição não era pertencer a esse ou aquele segmento social, mas serem intelectuais com trajetória reconhecida.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Entrevista de Valter Sobreiro Júnior concedida ao autor em novembro de 2020.

<sup>11</sup> Entrevista de Valter Sobreiro Júnior concedida ao autor em novembro de 2020.

Os perfis constaram de todos os cadernos dominicais. As matérias sobre as doceiras só não estiveram na última edição. Ambas ocupavam as páginas 12 e 13, espelhadas, ou seja, em sequência, de modo a que quem lesse estivesse sempre com as duas biografadas à vista. Os perfis das doceiras eram acompanhados de receitas de doces, que o jornal reproduzia para o público. O ex-secretário gráfico do jornal, Luiz Carlos Vaz, observa que antes as referências aos doces de Pelotas eram sempre relacionadas às indústrias que os fabricavam.

Foi a primeira vez que se fez uma reportagem sobre as doceiras, quando nem se falava ainda nessa questão da Fenadoce, que foi surgir pelo menos 10 anos depois. Os doces de Pelotas eram as fábricas de doce, Cica, Vega, etc. Passamos a publicar reportagens com as doceiras famosas. Cada uma dava uma receita do seu doce, com fotografia do doce, falando da vida da pessoa.

Um aspecto importante a destacar é que as personagens retratadas nos perfis e mesmo as doceiras não eram mulheres das classes populares. Algumas eram mulheres de famílias tradicionais pelotenses ou que se dedicavam a atividades tradicionalmente vinculadas às elites, como balé, canto lírico, poesia, música clássica, artes plásticas, empreendedorismo cultural. Na pequena biografia de quase todas que acompanhava os perfis, a descrição acrescentava os nomes dos maridos. São detalhes que, se mostram uma preocupação em destacar as mulheres como intelectuais, ainda ficam distantes do tratamento que veio a ser dado à questão de gênero, cujos estudos começaram a ser aprofundados no Brasil somente a partir da década seguinte (SOIHET; PEDRO, 2007). Embora este tema não seja aprofundado nessa pesquisa, a importância dada às mulheres como intelectuais e também como trabalhadoras é um aspecto que ilustra o momento de transição por que passava o país. Se eram retratadas como intelectuais e como trabalhadoras, ainda eram objeto de um tratamento em que sua condição de mulheres “casadas com” aparentemente era relevante para os editores do jornal e para as próprias entrevistadas.

As séries sobre a história social de Pelotas ocupavam as páginas centrais e também problematizam algumas questões. Foram quatro edições consecutivas, sempre com manchete na capa do caderno e chamada na capa do jornal: “A cidade e o charque” (17.10.1976), sobre o apogeu da indústria saladeril; “A cidade e o salão” (24.10.1976), símbolo do “espírito cavalheiresco da história de Pelotas”; “A cidade e as letras”, com destaque para “o maior *conteur*” que Pelotas deu ao Rio

Grande do Sul, João Simões Lopes Neto, e o seu “maior poeta popular”, Lobo da Costa. Os textos de Mário Osório Magalhães sobre a cidade são grandiloquentes, destacam um passado pujante da cidade que havia ficado para trás, e que envolvia famosas personalidades locais. Não deixa de ser uma continuidade daquela história das grandes figuras que a Escola dos Annales buscou superar. Sobre isso, Schlee observou:

O Mário Magalhães, com todo o talento dele, e também com alguns equívocos de encarar a história. Eu sempre disse para ele: “Mário, tu és o nosso Machado de Assis. Até na tez. Tu és mulato”. O Mário ficava louco. “E toda a história que tu fazes não é de Pelotas, é da tua família.” E era. Nunca perdoei ele porque fez aquela tese sobre a opulência, não se dando conta de que toda aquela riqueza era toda graças ao trabalho escravo. Até o Fernando Henrique [Cardoso, ex-presidente da República] percebeu.<sup>12</sup>

As ilustrações e detalhes gráficos que acompanham as matérias remetem a esse passado distante (Figura 18). De certa forma, acompanhavam alguns conteúdos ufanísticos presentes no jornal, como os da edição número 1, de 30 de agosto, que na página 3 do caderno especial afirmava: “Em Pelotas tudo dá certo” (GAZETA PELOTENSE, n. 1, 25 set. 1976). Mas este conteúdo visava mobilizar os potenciais patrocinadores, o que não era preocupação do caderno dominical.

---

<sup>12</sup> Entrevista de Aldyr Garcia Schlee concedida ao autor em agosto de 2018.

Figura 18 - A história social de Pelotas por Mário Osório Magalhães



Fonte: Gazeta Pelotense n. 18, 17 out. 1976. Reprodução do autor, 2019.

As últimas páginas do caderno eram reservadas à programação de cinema, com reprodução dos cartazes dos filmes projetados no Cine Pelotense. A exceção foi a última edição, com anúncio da empresa Expresso Embaixador. O anúncio da última página era institucional, já que o cinema pertencia ao proprietário do jornal, mas dá uma ideia da riqueza da programação, que remetia a críticas nas páginas internas. A atualidade e a qualidade da programação mostram a diversidade que marca os momentos de transição ou ruptura, que, independentemente da censura à cultura e da situação política de restrição a direitos fundamentais, ainda assim encontra espaços para se manifestar. Assim, sucederam-se filmes como “Um estranho no ninho”, de Milos Forman (“pela primeira vez, em 42 anos, um filme ganha os 5 'Oscars' principais”), contracapa durante sete semanas, entre 26 de setembro e 31 de outubro; “Corações e mentes”, de Peter Davis (“A guerra do Vietnã, as bombas, a destruição, as mortes, o envolvimento dos EE.UU. Por quê?”), em 7 de novembro; “Tudo o que você sempre quis saber sobre sexo”, de Woody Allen, em 21 de novembro; “O passageiro”, de Michelangelo Antonioni, entre 28 de novembro e 5 de dezembro; e, nas últimas edições, “A última noite de Boris Gruschenko”, de Woody Allen, entre 12 e 25 de dezembro.

Os cadernos retomavam aquela fusão entre jornalismo e literatura que havia sido superada com as reformas no jornalismo brasileiro desde o início do século. Alguns aspectos dessa fusão foram retomados na década de 1970 no Brasil com o *new journalism*<sup>13</sup>, que penetra no país com a *Última Hora* de Samuel Wainer. Essa característica terá muita força nas páginas noticiosas dos jornais brasileiros justamente na década em que a *Gazeta Pelotense* circulou. Pode-se argumentar que os suplementos dominicais foram os espaços nos jornais que, aproximando-se das revistas, tornaram-se o último refúgio para esse estilo de texto na imprensa diária.

Na *Gazeta Pelotense*, outros espaços também valorizavam formas de expressão que aproximavam jornalismo e literatura, como as crônicas policiais e algumas matérias especiais. Mas os cadernos eram o lugar por excelência dessa forma de expressão. Foi um movimento verificado também com relação a textos opinativos nos jornais, cada vez menos frequentes e destinados a lugares específicos das publicações. Abreu (2005) lembra que 1976 foi o ano em que surgiram as páginas de opinião nos jornais. Nesses espaços, segundo a autora, escreviam “pessoas de grande prestígio, que não pertenciam aos quadros das empresas” (ABREU, 2002, p. 57). Com essa estratégia, a intenção era driblar a censura através da divulgação de abordagens de temas sensíveis feitas por especialistas. Estes são também “sintomas” das modificações intramodelo típicas de momentos de transição. Como os do jornalismo daqueles tempos de mudanças.

### 3.2 Os limites da mudança

Fatores variados estabeleceram limites à atuação da *Gazeta Pelotense*, mas eles podem ser analisados em duas dimensões: interna, de natureza econômica, já que a dependência de apenas um financiador colocava de saída um enorme risco para a existência da publicação, levando à necessidade de rapidamente formar um público para competir com a outra publicação da cidade, consolidada após mais de 80 anos de atuação; e externa, relacionada ao processo de transição por que passava o país, que também atingia a imprensa.

---

<sup>13</sup> Surgido nos Estados Unidos, na década de 1940, esse formato jornalístico tomou conta das colunas dos jornais nos anos 1960 no Brasil, a partir da *Última Hora* de Samuel Wainer, atingindo a reportagem nos anos 1970, caindo em desuso em seguida para voltar a reaparecer principalmente em textos de revistas (MARTINS; LUCA, 2012).

A dependência econômica é a razão principal da curta existência do jornal, pelos motivos que se verá no último subcapítulo. Importa nesse momento apenas dizer que este foi o mesmo fator que determinou o fim de várias outras publicações. E também é por esta razão que jornais sempre buscam fontes variadas de financiamento, através de venda de assinaturas, venda em bancas, diversificando as origens dos recursos. A *Gazeta Pelotense* era uma publicação cara, com equipamentos de última geração e com poucos anúncios e vendas por assinatura. Lembrando a projeção de Schlee, seria necessário pelo menos um ano e meio para que a publicação começasse a se consolidar no mercado com assinaturas e venda em banca.

A *Gazeta Pelotense* também surge em um momento de extrema dificuldade para o jornalismo. E não apenas pela censura, que não atingia o jornal diretamente. Este é o momento em que as mídias eletrônicas começavam a se firmar no país<sup>14</sup>, uma das estratégias principais dos governantes para a integração nacional (ABREU, 2005). Grijó (2016), ao refletir sobre o papel dos meios de comunicação desde a ditadura civil-militar, enfatiza um aspecto importante para a reflexão que proponho neste estudo.

Embora frequentemente traumáticas, duras, sofridas, temerárias e incertas para os envolvidos, crises agudas são muito importantes, sob o ponto de vista analítico. Nelas, os meios termos dissipam-se, agentes descem dos muros e se posicionam abertamente, aqueles que se abrigam, ou escondem, sob mantos institucionais acabam revelando de que lado estão e a quais interesses ou senhores servem. (GRIJÓ, 2016, p. 69-70).

O objetivo do autor foi analisar as consequências da apropriação, pelos meios de comunicação, de iniciativas que brotam dos movimentos organizados da sociedade em função de interesses próprios. Por isso a menção à “democracia sequestrada” em seu texto. Interesses que se tornaram prioritários a partir do momento em que a ditadura se fragilizou, ou seja, a partir do momento em que cada vez mais as empresas jornalísticas perceberam que deveriam priorizar seus objetivos comerciais, não mais a, por assim dizer, prestação de serviços aos governantes, em troca dos favores obtidos com a concessão dos meios em que operavam. Esse mecanismo foi largamente utilizado pela ditadura, interessada em unificar o discurso sobre os governos civis-militares em todo o território nacional. Os

---

14 Emissoras de TV, principalmente, porque as emissoras de rádio operavam no país desde 1923, com a inauguração da Rádio Sociedade, do Rio de Janeiro (EBC, 2016).

jornais foram úteis nesse sentido, mas foi o advento da televisão que intensificou este projeto. A Rede Globo de Televisão começou e consolidou seu monopólio nesse período (GRIJÓ, 2016).

A televisão foi-se constituindo no veículo de massas por excelência e os governantes não ficaram alheios a isso. A já bastante comprovada aliança entre os empresários privados e o governo nesse modelo de organização [...] levou à formação do atual oligopólio privado que caracteriza o setor. Se estruturaram as grandes empresas de comunicação que se estabeleceram em nichos de mercado em um ambiente de pseudocompetição, pois as organizações Globo assumiram um papel quase monopolístico nessa área, não só atuando como padrão ou modelo para todo o setor, mas atingindo índices absurdamente altos de audiência relativos em algumas de suas programações-ônibus, para usar uma expressão de Pierre Bourdieu. (GRIJÓ, 2016, p. 77).

As condições tecnológicas estavam postas, com a criação da Embratel, da Telebrás e, coordenando ambas, o Ministério das Comunicações. Mas os meios impressos também se modernizaram. E se concentraram. Foi uma modernização conservadora, por assim dizer, por se prestar para irradiar pontos de vista de um governo conservador e dos empresários que – ainda – o apoiavam. E que gerou o seu contrário, no caso do jornalismo brasileiro, a imprensa alternativa e a postura crítica assumida posteriormente pelos veículos da grande imprensa. E, como defendo nessa dissertação, a imprensa de transição, com vários veículos buscando espaço no cenário que se anunciava.

Esse processo de transição pode ser analisado à luz das definições de prolongação e de penetração referidas por Paulo Freire em *Educação e mudança* (1979). Embora não fosse este o objetivo do autor, que, como enfatizado anteriormente, não trabalhou essas construções naquele momento da história do país, defendo que, se pensadas como tipos ideais (CHARRON, BONVILLE, 2016), podem dar conta do movimento presente em momentos como aqueles em que a *Gazeta Pelotense* surgiu, quando o governo acenava com a possibilidade de abertura do regime.

Como observado no Capítulo 1, a transição analisada por Paulo Freire em *Educação e mudança* refere-se ao processo de mudança por que passou o Brasil nos anos 1950, que colocava frente a frente os interesses dos setores agrário e industrial (SCOCOGLIA, 2019). Naquele momento, Freire ainda não pensava em termos de conflitos de classe. O autor acreditava que a partir da educação seria possível desenvolver uma consciência crítica tal das classes populares que, em

aliança com as classes dominantes, haveria condição de superar o atraso em que o país se encontrava. O período de transição da ditadura militar para a democracia é um desdobramento dos eventos que tiveram origem naquele processo de modernização conservadora, mas não significaram a ruptura com o modelo. O que houve foi um ajuste para superar a crise do processo de acumulação, finalmente solucionando as disputas anteriores, em favor da burguesia urbana, industrial e financeira (SCOCUGLIA, 2019). Nesse período, a consciência, tal como a entendia Paulo Freire em um primeiro momento, revela-se em toda a sua fragilidade, tendo como obstáculo intransponível a impossibilidade de diálogo entre as classes, como advogava o educador nos anos 1950.

O golpe de 1964 teve como consequência o alijamento das classes populares dos processos de decisão, a não ser os da via do voto, mantidos durante a ditadura e mesmo assim com sérias restrições. Alencastro (2014) afirma que o golpe de 1964 abriu a disputa entre o PSD de Juscelino Kubitschek e a UDN de Carlos Lacerda, com vitórias dos candidatos do primeiro nas eleições para governador do Rio de Janeiro, Negrão de Lima, e de Minas Gerais, Israel Pinheiro, em 1965. Além de Lacerda, também foi derrotado o ex-governador mineiro Magalhães Pinto, ambos líderes civis do golpe.

O regime deu o troco, editando o AI-2 e AI-3 (1966), com as cassações de JK, Lacerda e Ademar (sic) de Barros, as restrições ao STF, a extinção dos partidos políticos e as eleições indiretas para governador e prefeitos das capitais. (ALENCASTRO, 2014, p. 7).

A imprensa, ao fazer coro com os golpistas, foi uma das grandes responsáveis pelo processo de prolongação das velhas estruturas pré-golpe. Com o tempo, a pressão interna, na forma dos protestos que se avolumavam, inclusive na imprensa, mas principalmente na sociedade, novos valores, para usar a linguagem de Freire, começaram a ganhar força, a penetrar na sociedade. O surgimento dos jornais alternativos e iniciativas como a *Gazeta Pelotense* são um sinal eloquente da necessidade de mudança. Ou seja, novamente com Freire, na sociedade em trânsito, os novos valores penetravam na sociedade, e a imprensa não poderia ficar alheia a eles.

Paulo Freire descreve dessa maneira esse movimento:

A transição era precisamente o elo entre uma época que se desvanecia e outra que se formava. Por isso é que tinha algo de prolongação e algo de penetração. De prolongação daquela sociedade que se desvanecia e na qual se projetava querendo se preservar. De penetração na nova sociedade anunciada e que, através dela, se incorpora na velha. Esta sociedade brasileira estava sujeita, por isso mesmo, a retrocessos na sua transição, na medida em que as forças que encaram aquela sociedade, na vigência de seus poderes, conseguissem sobrepor-se, de uma forma ou de outra, à formação da nova sociedade. (FREIRE, 1979, p. 65-66).

Adaptado ao processo de transição da ditadura à democracia, esses movimentos de prolongação e de penetração seriam caracterizados pela tentativa do governo que “se desvanecia” de preservar seu domínio no país. A interferência nas eleições daquele ano, com a Lei Falcão, e o pacote de abril do ano seguinte serão duas manifestações evidentes nesse sentido, já que, após vitórias nas eleições legislativas de 1966, 1970 e 1972, o partido governista fora surpreendido com a derrota nas eleições de 1974.

Mas, mesmo quando das vitórias situacionistas, as eleições mostravam um novo quadro, ou seja, o novo tentava emergir, lutando contra as forças que buscavam prolongar sua permanência como condutora dos destinos do país:

Nas legislativas de 1970, a Arena continuou majoritária no país. Note-se que havia então cinco milhões de novos eleitores, 30% a mais do que em 1966, configurando o maior aumento relativo do corpo eleitoral entre dois escrutínios da história do país. Numa sociedade cada vez mais urbanizada, o MDB vencia nos Estados em que partidos bem implantados haviam sido escanteados pela ditadura. No Rio Grande do Sul (PTB), no Rio de Janeiro e na Guanabara (PTB e PSD), em Goiás (PSD), na Paraíba (PSD) e em Pernambuco, o movimento social se rearticulava. São Paulo, sem Ademar (sic) (cassado em 1966) e sem partido hegemônico, deu a vitória à Arena, mas registrou forte aumento dos votos nulos e brancos (35%). (ALENCASTRO, 2014, p. 7).

O aumento dos votos nulos e brancos era um claro sinal de insatisfação que foi ignorado pelo governo. Como veremos, essa tendência vai se inverter nas eleições de 1976, com vitória da oposição em várias regiões estratégicas. Mesmo com esses sinais de mudança de cenário no ar, em momentos de transição, os limites sobre o que se pode e o que não se pode fazer continuam a ser tênues. Uma postura mais arrojada pode causar problemas por parte de um governo que via o cenário mudar, ainda que lentamente, ligando sinais de alerta e aumentando os mecanismos de controle. Atentados à bomba, como o feito à sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) naquele ano, ou as mortes pelos esquadrões da morte,

como a do padre jesuíta João Bosco Penido Burnier, além das notícias de censura e apreensão de jornais e prisões de “terroristas”, não eram fatos incomuns.

Ao mesmo tempo, surgiam as promessas de abertura e de transição em direção à democracia. Ainda que sob o controle dos militares, como aponta Fico:

[...] a dinâmica social daquela época foi muito importante para a configuração da democracia como a temos hoje em nosso país. A Constituição de 1988 foi marcada pelas demandas que mobilizaram as manifestações sociais do final da ditadura. Mas a saída do regime militar foi controlada pelos militares. (FICO, 2017, p. 66).

Como demonstram os dados relativos às eleições, embora o governo tivesse controle, não era um controle absoluto. A condução dos assuntos políticos e econômicos provocava reações. A *Gazeta Pelotense*, fazendo coro à maior parte da imprensa naquele momento, denunciava os constantes aumentos de preços, o aumento da violência, a reorganização e as greves do movimento estudantil, as denúncias de mortes e torturas. Uma rápida olhada em alguns exemplares do jornal é suficiente para perceber que nem tudo ia bem no Brasil, apesar do discurso oficial.

A implementação da Lei Falcão, estabelecendo restrições à propaganda eleitoral para tentar prevenir a repetição dos resultados eleitorais de 1974, foi tema de várias edições do jornal. Na capa da edição da *Gazeta Pelotense* do dia 14 de outubro (Figura 19), três meses após a publicação da lei, o jornal estampava a manchete: “Restrições à campanha eleitoral”. Acima da foto reproduzida diretamente da TV a legenda indicava: “A foto que não pode (sic) continuar”. No texto:

Esta foto, que abria um comercial de televisão referente ao esquema de administração do Prefeito Ary Alcântara, está cortada. Por determinação do juiz eleitoral Dr. Antonio Carlos Neto Mangabeira, foi suprimida do teipe que vem sendo apresentado diariamente. Trata-se do primeiro efeito prático da aplicação das restrições à propaganda eleitoral impostas pela chamada Lei Falcão. Atinge o candidato arenista Indu Ferrari, retratado enquanto afagava uma criancinha, diante de um lar humilde. (GAZETA PELOTENSE, n. 15, 14 out. 1976).

Na página 3 do jornal, a cartola na parte superior citava a “Lei Falcão e o blá-blá-blá por rádio e televisão”. O título da matéria anunciava “Só foto e currículo dos candidatos”, com charge e reprodução de manchetes de vários jornais sobre o assunto. A ilustração da página de opinião também fazia referência às consequências da Lei Falcão. O editorial, como sempre, tratava de outras questões.

No caso, da “inigualável infraestrutura da cidade”, que a tornavam apta a investimentos pelo governo. Mesmo com todas as restrições, a eleição terminou com vitória da oposição em Pelotas, contrariando uma tendência que vinha desde o golpe de 1964.

Figura 19 - Reflexos da Lei Falcão



Fonte: Gazeta Pelotense, n. 15, 14 out. 1976. Reprodução do autor, 2019.

Na época, os dois únicos partidos permitidos, Arena, situacionista, e MDB, oposicionista, podiam apresentar mais de um candidato nas eleições majoritárias. Foi a forma encontrada pelo governo para impedir que as divisões internas da

Arena, reflexo das divisões do governo<sup>15</sup>, favorecessem a oposição nas eleições. Assim, as candidaturas foram concentradas em duas sublegendas representando a oposição e a situação. A primeira sublegenda do MDB era composta pelo advogado Irajá Andara Rodrigues e pelo radialista e vereador Arion Louzada, que trabalhava na *Rádio Pelotense*. A segunda era integrada pelo ex-vereador e presidente do diretório local do MDB, Enilton Grill, genro do presidente da Assembleia Legislativa, João Carlos Gastal, e pelo vereador Sérgio Chim dos Santos. Pela situação, a primeira sublegenda era composta pelo médico Fuad Selaimen e pelo empresário Carlos Alberto Brod. E a segunda, pelo professor Indu Miranda Ferrari e por Affonso Dêntice da Silva, ex-chefe de gabinete do prefeito Ary Alcântara. A grande novidade daquelas eleições foi a ausência dos caciques políticos da situação, o prefeito Ary Alcântara e o ex-prefeito e deputado estadual Edmar Fetter. Da mesma forma, os deputados Getúlio Dias e João Carlos Gastal não concorreram pela oposição. Em seu lugar, concorreram seus afilhados políticos.

Na edição experimental do dia 30 de agosto, a *Gazeta Pelotense* publicara matéria com o professor de Ciência Política Hégio Trindade, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), que constatava a “mudança radical da hierarquia das forças eleitorais” no estado. O professor afirmava que as eleições de dois anos antes haviam restabelecido um padrão observado na fase do pluripartidarismo: “o crescimento dos partidos de apelo populista no Estado” (GAZETA PELOTENSE, n. 0, 30 ago. 1976, p. 5). A Arena, de acordo com a análise, apresentava tendência de queda nas intenções de voto na maioria dos municípios da Zona Sul do estado. O MDB, ao contrário, apresentava tendência de crescimento. Em Pelotas, a tendência era a mesma: crescimento da oposição, queda da situação.

No dia 15 de novembro daquele ano, quase 100 mil eleitores foram às urnas para dar a vitória ao MDB, que elegeu a chapa Irajá Andara Rodrigues-Arion Louzada para a prefeitura de Pelotas. A *Gazeta Pelotense* montou uma operação de guerra para acompanhar a apuração dos resultados, com equipes nos locais de apuração, que passavam as informações por telefone diretamente para o estúdio da *Rádio Pelotense* montado na sede do jornal. Os resultados oficiais, divulgados na

---

<sup>15</sup> Sobre este assunto, é importante acompanhar as reflexões de Aquino (1999), Gentili (2001), Abreu (2005) e Fico (2017), entre outros autores, que discutem as divisões entre “moderados” e “linha dura” no regime, disputas que levaram às divisões na Arena, partido da situação.

edição do dia 18 de novembro, mostraram que 99.469 eleitores votaram nas eleições municipais. Destes, 47.106 (47,3%) votaram no MDB, de oposição, e 45.329 (45,5%) na Arena, de situação. Uma diferença de apenas 1.777 votos (1,8%). O MDB fez 11 vereadores, contra 10 da Arena, o que garantia governabilidade para a oposição. A zona rural e os bairros garantiram a eleição do novo prefeito, conforme análise da *Gazeta Pelotense*. Para o presidente do diretório municipal da Arena, Darci Trilho Otero, a vitória deveu-se a “fatores extramunicipais, como a elevada taxa de inflação” (GAZETA PELOTENSE, n. 48, 18 nov. 1976, p. 11).

Das nove principais cidades da Zona Sul, o MDB venceu em cinco. A Arena, em quatro, confirmando a tendência apresentada pelo professor Hégio Trindade quatro meses antes. Boa parte da vitória da oposição em Pelotas pode ser creditada ao pequeno número de votos nulos e brancos – 7.034 votos, ou 7% do total –, confirmando as tendências anteriores em nível nacional<sup>16</sup>. Os eleitores mobilizaram-se por mudanças no cenário político e, por consequência, na situação econômica. As eleições municipais de 1976 ratificaram a tendência verificada dois anos antes, com vitória da oposição nas cidades grandes e médias e nos maiores estados e suas capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre (ALENCASTRO, 2014).

Essas questões contextualizam o campo político objeto de cobertura da imprensa, que reverberava a situação em um momento que mostrava claramente uma mudança no país. Por outro lado, o subcampo de análise envolve as transformações nas empresas jornalísticas e o papel dos jornalistas nesse cenário. Ao situar o contexto em que atuavam as empresas, também é possível pensar as definições de Paulo Freire de prolongação e penetração em relação às práticas que mudavam e as que permaneciam na imprensa.

A *Gazeta Pelotense* era um jornal dependente de um financiador, fato ainda comum naquela época, mas com fortes sinais de mudança. Abreu (2005) refere essa situação no seguinte trecho:

---

<sup>16</sup> Segundo Alencastro (2014), as eleições para o Senado Federal realizadas desde 1966 confirmam essa tendência. Nas eleições para o Senado Federal de 1974, os índices de votos nulos e brancos foram de 15,1%, os mais baixos do período ditatorial registrados até então. Esses índices são mais que o dobro dos votos nulos e brancos registrados nas eleições municipais de Pelotas em 1976.

até os anos 1970 a empresa jornalística era controlada por seu proprietário (ou por sua família), o que lhe dava a possibilidade de um total domínio sobre a orientação política e o noticiário. As transformações técnicas, acompanhadas de novos métodos racionais de gestão, incentivaram uma renovação na direção empresarial e na direção das redações. A partir das décadas de 1970 e 1980, o poder nas empresas adquiriu outra dimensão: não estava mais na mão de um só dono. (ABREU, 2005, p. 55).

Se a propriedade familiar representa um limite, também poderia representar a independência do jornal para que os profissionais realizassem seu trabalho até que a publicação se consolidasse em um mercado em crise, em transformação e ainda sob censura. Por outro lado, as inovações tecnológicas colocadas à disposição dos jornalistas, e a própria qualidade da equipe da *Gazeta Pelotense*, eram um grande trunfo para buscar e publicar informação diferenciada. E, mais importante, sem que houvesse obstáculos por censura externa ou interna.

Não houve um cuidado especial quanto ao conteúdo, porque não tivemos na *Gazeta* a censura interna que existiu em muitos veículos de imprensa, *Diário Popular*, inclusive. E não houve tempo hábil para que a linha editorial da *Gazeta* se tornasse conhecida, a ponto de gerar alguma controvérsia. A censura à imprensa não era tão forte como no início dos anos 1970, pelo menos não que eu me lembre. A vigilância esteve mais focada nos grandes jornais e revistas, assim como no rádio e na TV, por sua maior difusão.<sup>17</sup>

O depoimento acima, de Valter Sobreiro Júnior, tem pelo menos dois elementos que vale a pena analisar. O primeiro é a confirmação de que a censura não foi uma rotina com a qual a equipe da *Gazeta Pelotense* teve que conviver. Por mais que Schlee tenha se referido a uma “forma média” de fazer jornal, essa característica não sugeria censura externa ou interna, o que se pode ver em várias notas e artigos, principalmente nas páginas em que reproduziam materiais de jornais do centro do país, em que as denúncias e críticas ao governo eram constantes.

O outro aspecto destacado pelo editor de cultura é a censura interna vigente no jornal concorrente, o *Diário Popular*. Este fato chama a atenção porque o jornal continuava a apoiar o golpe e os governos da ditadura. A necessidade de censurar os conteúdos do *Diário Popular* mostra que na redação havia jornalistas que não compactuavam com o regime e introduz a necessária separação entre jornalistas e donos de empresas jornalísticas. É o que confirma Valter Sobreiro Jr:

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida por Valter Sobreiro Júnior ao autor em novembro de 2020.

Justamente por ser alinhado com o regime, os dirigentes do *DP* sempre exerceram vigilância sobre as matérias produzidas por seus jornalistas, cuidando para que conteúdos que pudessem eventualmente desagradar o poder não fossem publicados. Era uma censura interna, que, aliás, perdura até hoje. [...] A censura interna a que me refiro é a censura dos proprietários do jornal. Diferente da censura externa exercida pontualmente por agentes (censores) do governo.

Kushnir (2004) apontou o papel dos censores nas redações de jornal em sua tese. A autora observou que muitos dos jornalistas que atuavam nas redações colaboraram com o regime – na verdade, alguns eram funcionários do governo que acabaram exercendo função de jornalistas, cumprindo o papel de censores. Jornais como a *Última Hora*, um dos poucos da grande imprensa a fazer oposição ao golpe, faliram ou foram comprados pelos jornais que apoiaram a deposição de João Goulart, no processo de concentração e disputa que se desencadeou na imprensa nacional. A conta pelo apoio ao golpe veio na forma do controle das redações (ABREU, 2005).

Este é um aspecto da história. É inegável, entretanto, que muitos jornalistas resistiram, pagando o preço por isso, e a morte de Vladimir Herzog é apenas o limite da situação que atingia as redações, e que se tornou mais frequente com a perseguição aos jornais alternativos e à presença dos censores nos jornais. A resistência à ditadura pelos jornalistas na grande imprensa é o contraponto à adesão dos proprietários dos jornais ao golpe. E o percurso posterior dos grandes veículos em direção a uma postura mais crítica contra o governo nem por isso favoreceu o trabalho dos jornalistas, que continuaram a ter que driblar as dificuldades impostas pelo governo e as impostas, internamente, pelos proprietários que temiam perder as verbas do governo (ABREU, 2005). O AI-5 foi um divisor de águas, levando à prisão de jornalistas e ao medo nas redações, com a autocensura juntando-se à censura oficial. Abreu (2005) observa que não se formaram alianças entre empresários da comunicação e entre estes e os jornalistas.

Em vez de aliar-se para enfrentar o regime, membros da imprensa com frequência se ocupavam em atacar-se e criticar-se mutuamente. Múltiplas clivagens, inclusive divisões de classe, concorrência empresarial e diferenças políticas e pessoais impediram a formação de uma identidade comum e bloquearam alianças potenciais. (ABREU, 2005, p. 55).

Ao lado desse fator, a autora também destaca as mudanças da imprensa no período, seja na forma de organização, seja na formação especializada dos proprietários ou administradores, seja nos processos técnicos.

A essas mudanças, que atingiam em cheio a imprensa do período, somam-se a profissionalização e organização crescente dos jornalistas e as exigências legais para o exercício da profissão. Curiosamente, foi um dispositivo da ditadura, o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que estabeleceu a exigência do diploma como condição para o exercício da profissão, defendida a partir de então por entidades classistas de jornalistas<sup>18</sup>. O decreto-lei dispunha sobre o exercício da profissão de jornalista, regulamentando o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e o artigo 3º do Ato Institucional nº 16 (AI-16), de 14 de outubro de 1969<sup>19</sup>. A medida era assinada pela tríade de ministros militares que assumira o Executivo em função da morte do general Artur da Costa e Silva, em um dos momentos mais duros da ditadura: Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha), Aurélio de Lyra Tavares (Exército) e Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica), além do Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Dez anos depois, o decreto 83.284/1979 estabeleceu novas regras para a profissão.

Não ter formação jornalística passou a ser um problema para quem trabalhava em redações. Na *Gazeta Pelotense*, muitos integrantes da equipe eram professores, escritores, artistas plásticos, estudantes de Comunicação ou profissionais de rádio - estes não necessitavam de diploma para exercer sua atividade nas rádios. Em grande parte, isso se deve ao fato de Schlee valorizar o talento para escrever e o conhecimento das áreas sobre as quais os redatores escreviam: música, história, literatura, política. A publicação dos princípios jornalísticos na edição experimental já anunciava que a exigência de diploma não

---

<sup>18</sup> No dia 17 de junho de 2009, após anos de disputas judiciais entre empresas de comunicação e entidades de classe de jornalistas, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a exigência do diploma e registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão de jornalista. Para mais informações, cf. Supremo decide que é inconstitucional a exigência de diploma para o exercício do jornalismo. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717>. Acesso em: 21 nov. 2020.

<sup>19</sup> Os dispositivos dos dois atos institucionais mencionados no decreto-lei conferiam ao Poder Executivo a concentração total do poder de decisão no estado ditatorial, que poderia então definir as medidas que julgasse adequadas em qualquer assunto da vida nacional, em âmbito público ou privado. Segundo o § 1º do artigo 2º do AI-5: "Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios"; de acordo com o artigo 3º do AI-16: "Enquanto não se realizarem a eleição e posse do Presidente da República, a Chefia do Poder Executivo continuará a ser exercida pelos Ministros militares".

seria uma prioridade. Ao lembrar a composição da redação, Schlee enfatiza esse aspecto: “Pegamos uns caras que não eram jornalistas. O incrível é que minha editoria toda era de intelectuais. Meio temerosos, meio aqui e ali”.

De certa forma, a *Gazeta Pelotense* antecipou uma prática que a *Folha de S. Paulo* adotaria em seguida, na reforma do jornal, ao se tornar ponta de lança, na grande imprensa, no aproveitamento de profissionais de várias áreas para compor seus quadros. Segundo depoimento de alguns antigos integrantes da equipe da *Gazeta Pelotense*, essa postura provocava alguns atritos com o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e com outros veículos. O Coojornal, publicado por uma cooperativa de jornalistas em Porto Alegre, começou a circular um ano antes da *Gazeta Pelotense* e manifestou contrariedade com relação ao fato de o jornal ter em seus quadros jornalistas sem diploma, acrescentando “quase nada ao mercado de trabalho de Pelotas” (COOJORNAL, out. 1976, n. 9, p. 5).

A exigência do diploma levou à explosão de cursos de jornalismo pelo país.

O apogeu dos jornais alternativos de circulação nacional coincidiu com o surgimento de uma nova geração de jornalistas oriundos das escolas de comunicação instituídas pela legislação autoritária de 1968 que impôs a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão. A adoção generalizada do grau superior pela classe média combinada com essa reserva de mercado para diplomados em jornalismo levou a uma explosão de cursos de comunicação. (KUCINSKI, 2001, p. 80).

A criação dos cursos foi acompanhada da retomada da organização dos estudantes. “Em 1975, ano em que Herzog foi assassinado no DOI-CODI de São Paulo, ocorreu a primeira greve estudantil da fase da abertura” (KUCINSKI, 2001, p. 80). Os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) começaram a se organizar em “DCEs livres”, engajando os estudantes de jornalismo nas disputas políticas do momento, fato que também aconteceu em Pelotas e foi noticiado pelo jornal. Schlee, fundador e ex-professor do curso de Comunicação da UCPel, estava atento aos alunos que demonstravam aptidão para a profissão, tendo convidado vários deles a trabalhar no jornal.

Com as exigências legais e a profissionalização, mudou o perfil dos jornalistas e, segundo alguns autores, o próprio prestígio da profissão. Antes fazendo do jornalismo um “bico”, os profissionais cada vez mais se dedicavam em tempo integral às atividades nas redações. A formação escolar e a experiência obtidas durante a etapa estudantil fizeram chegar às redações jornalistas que nem sempre

concordavam com as posições políticas dos patrões ou dos chefes das redações. Os conflitos eram inevitáveis.

Esses novos profissionais muitas vezes tinham posições políticas divergentes dos empresários para os quais trabalhavam. Desse modo, é importante estabelecer a diferença entre os interesses dos empresários da mídia e a atuação autônoma de muitos jornalistas. (ABREU, 2005, p. 56).

Sobre a questão do prestígio e o papel dos jornalistas em sociedades totalitárias, Groth (2011), provavelmente com a imagem do nazismo e as consequências para o povo e as instituições alemãs ainda presentes na retina, faz algumas observações que servem para analisar o papel dos jornalistas no Brasil dos anos da ditadura. Em especial, quando cita a perda da liberdade de imprensa, que “desclassifica a profissão jornalística e faz dela, nos olhos do público, um cumpridor de ordens vil e servente dos detentores do poder” (GROTH, 2011, p. 431). Ao contrário, para o jornalista alemão, o prestígio da profissão cresce em situações em que a sociedade participa “apaixonadamente” dos acontecimentos públicos, principalmente em democracias consolidadas. Nestes, “a imprensa periódica recebe um grande poder sobre a opinião pública, e com isso o valor social dos jornalistas se eleva” (GROTH, 2011, p. 431). Mas mesmo nesse caso pode haver problemas com relação ao papel do jornalista.

Em uma sociedade altamente capitalista e materialista, por um lado o jornalista se torna dependente do capital e atua como empregado da editora. Por outro lado, a sua atividade perde parte do seu significado perante a do editor e mecenas tanto para a empresa quanto para a coletividade. (GROTH, 2011, p. 431).

Por outro lado, o nível de instrução dos jornalistas e da sociedade está intimamente relacionado. Neste ponto, Groth toca em um ponto sensível da profissão, pedra de toque da *Gazeta Pelotense*: o investimento na produção de informação cultural para o público. Claro que se pode discutir que tipo de informação a imprensa pode disseminar. A voltada para uma elite, que se distancia das amplas camadas da sociedade, a que se volta para essas mesmas camadas, mas de forma superficial, com o único objetivo de ampliar sua base de leitores, ou a que procura, a partir da capacidade de seus quadros, levar informação de qualidade para o maior número de pessoas, com vistas à formação intelectual. É dessa relação que depende a reputação dos jornalistas. “*As relações e as circunstâncias na imprensa e*

na profissão não são menos decisivas para a avaliação social do jornalismo do que as condições sociais em geral” (GROTH, 2011, p. 432, grifos do autor).

Voltamos assim à constatação anterior feita neste trabalho de que as relações sociais determinam não só o prestígio, mas a própria condição do jornalismo como prática social comprometida com o interesse público, não o de grupos específicos. Durante a ditadura, a repressão e a censura trataram de podar o crescente descontentamento dos jornalistas com a situação do país. Por outro lado, a concentração dos veículos e as facilidades possibilitadas pelas inovações tecnológicas geraram uma contradição: o número cada vez maior de jornalistas que entrava no mercado ficou sem ter onde trabalhar, mesmo com a proliferação dos veículos alternativos e de jornais como a *Gazeta Pelotense*, que nem de longe pareciam em condições de absorver a mão de obra disponível.

Uma massa crescente de jornalistas ficou privada de espaço para escrever o que queria, inclusive, em muitos casos, simplesmente o que sabia. Junto a esse fator, ou seja, existência de recursos humanos disponíveis e insatisfeitos, acrescentavam-se facilidades técnicas crescentes com a introdução progressiva do *offset*, do xerox e do fax, permitindo a impressão compensadora de tiragens menores e mais baratas, além de facilitar as comunicações entre os grandes centros urbanos. Quer dizer: a informação era sistematicamente mutilada e construída de acordo com os interesses conservadores, em compensação, havia cada vez mais informação para tornar-se disponível, e de modo mais rápido e também mais barato. Ao mesmo tempo, desde a criação das universidades brasileiras a partir da década de 1930, os anos 1960 foram marcados pela primeira vez com a presença de uma grande massa de estudantes e de egressos das universidades. (MARTINS; CAPELATO, 2012, p. 108)

A saída para muitos profissionais foram os sindicatos de trabalhadores, que se rearticulavam e começavam a perceber a importância das assessorias de comunicação, e outras instituições (KUCINSKI, 2001). Mas os limites do mercado para absorção da força de trabalho disponível colocavam os jornalistas diante do dilema que sempre os acompanhou, pelo menos no que diz respeito à grande imprensa: como defender posições e ao mesmo tempo manter o emprego? Claro que o aumento das críticas por parte dos jornais vinha ao encontro das posições dos jornalistas que pretendiam denunciar as violações cometidas pela ditadura. Mas os empresários, ciosos de seus negócios, não estavam dispostos a arriscar tudo nessa disputa. E os jornalistas, como o lado mais fraco, viram-se às voltas com uma realidade em que sua capacidade de decisão sobre os conteúdos e linhas editoriais é limitada.

Charron e Bonville (2016), ao se referirem à forma diluída do poder do jornalismo, citam entre os fatores para essa diluição a censura, a autocensura, as limitações técnicas e os limites à liberdade de imprensa. Os autores apontam os “laços estreitos” entre os dirigentes e proprietários das empresas e o ambiente social. Em um ambiente de normalidade democrática, ou institucional, as entidades de classe e as relações trabalhistas, citadas como elementos de proteção aos profissionais, já lidam com limites sérios ao exercício profissional. Em um ambiente com restrições de toda sorte, essas não são condições suficientes, do ponto de vista da proteção aos profissionais, pela simples razão de não serem produto de vontades livres e em condições de igualdade.

Os conteúdos da *Gazeta Pelotense* apresentados ao longo dessa dissertação podem ser considerados uma tentativa, por parte dos jornalistas, de superar aqueles limites. Embora sua capacidade tenha sido, para usar o termo dos autores citados acima, “diluída” pelas regras do momento e pela circunstância que determinou o fim da publicação. A transição por que o país passava abriu brechas importantes para isso. Mas os controles, ainda que sem a experiência da presença do censor na redação, ou da censura interna, pairavam no ar, como veremos a seguir.

### 3.2.1 A *Gazeta Pelotense* nos arquivos da repressão

Quando se fala em repressão sobre os veículos jornalísticos, é importante lembrar a observação de Aquino (1999) sobre o fato de que as ingerências sobre eles sempre estiveram presentes na história republicana do Brasil. E não necessariamente porque esses veículos são críticos com relação aos governos, exercendo o papel que deveria caber à imprensa. No Brasil, não é preciso muito esforço por parte de quem acompanha a atuação da imprensa para perceber que muitas vezes o exercício da crítica serve muito mais à pressão para a obtenção de contratos que viabilizem as empresas jornalísticas do que ao interesse estritamente jornalístico. O jornalista Assis Chateaubriand foi mestre nessa “arte” (MARTINS; LUCA, 2013). A dependência histórica das verbas públicas que irrigam os cofres das empresas jornalísticas pela via da publicidade e a relação de proximidade entre esses espaços de poder podem ser exemplificados pelo papel decisivo da imprensa para o sucesso do golpe civil-militar de 1964.

Com relação à repressão em períodos ditatoriais, a historiografia faz referência a uma variedade de atos do poder público que envolvem perseguições a sujeitos e/ou instituições: censura, cassações, intervenções, demissões, ameaças, até tortura e mortes, nas práticas mais graves (JOFFILY, 2014). Relatórios de inquéritos policiais-militares produzidos já no primeiro ano do golpe sobre integrantes da futura equipe da *Gazeta Pelotense* mostram que o aparato repressivo utilizou parte da estrutura existente antes de 1964 para monitorar seus integrantes. Os militares e civis que deram o golpe aprimoraram essas estruturas, mas em um primeiro momento valeram-se do que já existia para reprimir os opositores.

A Polícia Civil fornecia, desde os anos 1950, os componentes dos esquadrões da morte, grupos paramilitares que executavam sumariamente criminosos comuns. O novo regime podia apoiar-se igualmente nos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPs), órgãos criados nos anos 1920 e 1930, subordinados às Secretarias de Segurança Pública dos estados para manter a “ordem social” em um contexto de greves e de organização do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, que mais tarde adotaria o nome Partido Comunista Brasileiro. (JOFFILY, 2014, p. 158-159).

Segundo a autora, ainda que os anos de Guerra Fria tenham feito com que os governos brasileiros incrementassem a estrutura dos serviços de inteligência, até o final da década de 1950 apenas o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) possuía uma estrutura interna voltada totalmente para esta finalidade. A conjuntura dos anos 1960, com greves, protestos e muita mobilização social no campo e na cidade exigindo as reformas de base, levou à constatação de que os mecanismos existentes eram insuficientes e que o Exército deveria assumir a linha de frente da repressão, com os órgãos estaduais – Polícia Civil, DOPs – servindo como forças auxiliares. Foi essa constatação que levou à criação do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), em 13 de junho de 1964, pelo presidente general Humberto de Alencar Castello Branco. Vinculado diretamente à Presidência da República, o SNI era dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva. O SNI tinha ramificações em todo o país, com órgãos encarregados de reunir informações sobre pessoas situadas em variados setores da vida pública: ministérios civis, empresas estatais, universidades, brasileiros residentes no exterior, estrangeiros residentes no país. A coleta de informações era elemento-chave para os serviços de inteligência.

Esses órgãos não atuavam propriamente na repressão política. Entretanto, forneciam dados sobre indivíduos perseguidos, oferecendo instrumentos para uma condução mais eficaz dos interrogatórios realizados sob tortura pelos agentes repressivos. (JOFFILY, 2014, p. 160).

Baseada em dados do *Projeto Brasil Nunca Mais*, Jofilly afirma que, dos 3.613 réus arrolados em processos da Justiça Militar, entre 1964 e 1979, o Exército prendeu 29%, os Destacamentos de Operações de Informação - Centros de Operações de Defesa Interna (DOIs-CODIs) prenderam outros 24% e os DOPs e congêneres, 23%. Os demais foram presos pelas polícias Civil, Militar e Federal, além dos centros de informação de outras forças militares.

Em função da natureza de seu trabalho, jornais e jornalistas que não se alinham às políticas dos governos são vítimas de várias modalidades repressivas. Independente de os atos repressivos virem a se concretizar, a situação durante a ditadura fazia com que as potenciais vítimas estivessem sempre na mira dos órgãos de repressão. Com a *Gazeta Pelotense* e seus profissionais não foi diferente, e não apenas pelas notícias que divulgava. Documentos em poder do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) transferidos para o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2005<sup>20</sup>, possuem informações valiosas sobre o jornal e alguns de seus redatores. O passado de alguns integrantes da equipe era suficiente para que os órgãos da repressão mantivessem o jornal sob cuidado.

Para realizar a busca no site do Arquivo Nacional, inicialmente utilizei duas chaves de pesquisa: “Gazeta Pelotense” e “Aldyr Garcia Schlee”. Com os resultados obtidos, expandi a pesquisa para alguns nomes que apareceram na primeira exploração dos arquivos. Ao final, obtive 15 documentos, entre relatórios, informes de inquéritos policiais-militares (IPMs) e pedidos de arquivamento de processos administrativos. A maioria dos documentos é relacionada diretamente a Schlee, mas também há documentos referentes à *Gazeta Pelotense*, ao jornal *Triz* e a diversos integrantes dos dois jornais. Todos os documentos têm o carimbo de “confidencial” e observações quanto ao caráter sigiloso das informações. Os arquivos mostram que os processos com informações dos órgãos de segurança continuaram a ser movimentados pela burocracia estatal pelo menos até a segunda metade dos anos 1980.

---

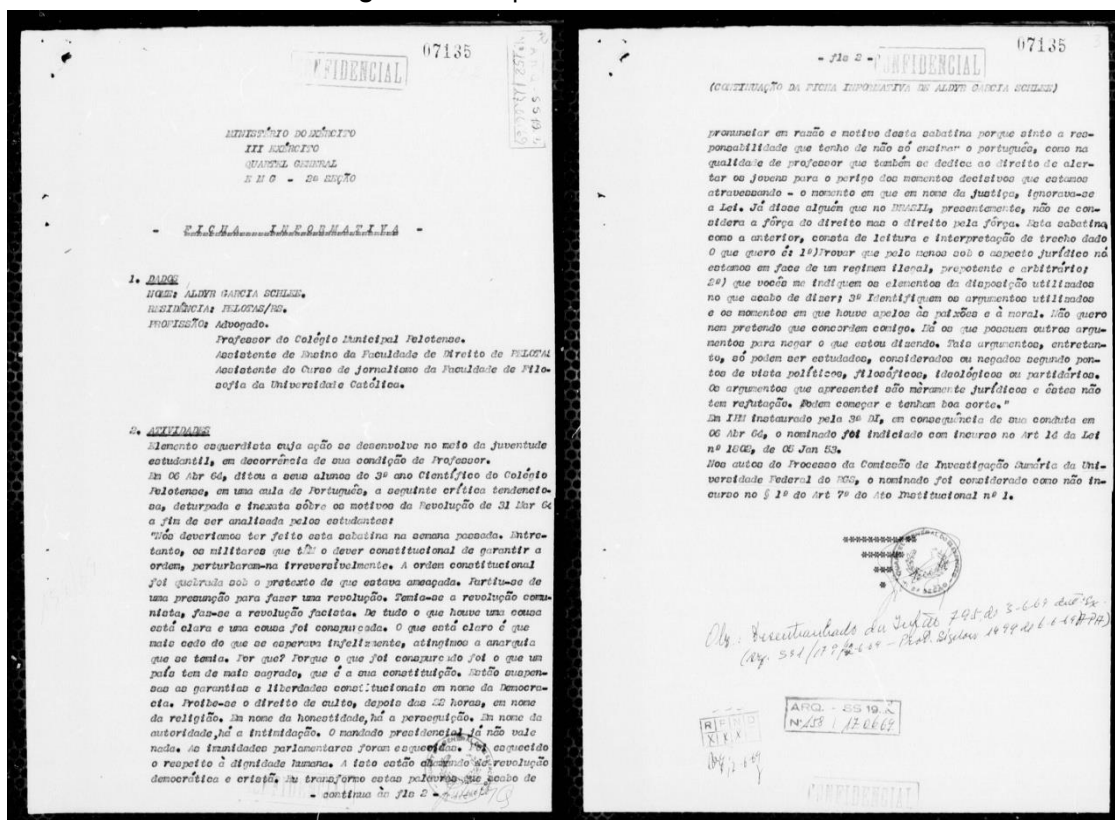
<sup>20</sup> Cf. A abertura dos arquivos da ditadura militar e a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/files/a%20abertura%20dos%20arquivos%20da%20ditadura.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Vários informes e IPMs descrevem atos que teriam sido praticados por Schlee durante o período em que era professor de Português no Colégio Municipal Pelotense e também sua atuação à frente da *Gazeta Pelotense*. No IPM de 6 novembro de 1964, assinado pelo capitão de Infantaria Arnaldo de Lima Novaes, Schlee é citado pelas atividades no Colégio Municipal Pelotense.

Professor, jornalista e bacharel há pouco formado, é constantemente citado como mentor de estudantes em assuntos políticos, embora não hajam (sic) provas concretas. Admite ter colaborado com as “PASSEATAS DOS GATOS PELADOS”, embora alegue que só fazia quadros de justas e inofensivas críticas, o que não pode ser desmetindo (sic), pois os originais foram perdidos, e mesmo não apresentavam assinaturas. Procura estar sempre ao lado dos estudantes, mesmo quando lhes falece razão.

“Gato pelado” é o nome que se dá aos alunos do Colégio Municipal Pelotense. Schlee teria produzido algumas artes para a passeata dos alunos. No informe confidencial 146, de 26 de setembro de 1983, com apenas cinco páginas, enviado pelo III Exército para o SNI em 1969, pode-se ler a íntegra dos acontecimentos que motivaram a perseguição. Na capa do informe, consta a informação de que “o nominado é caracterizado como esquerdista e foi indiciado em IPM pela 3ª DIVISÃO DE INFANTARIA, em consequência de sua atuação como Professor”. A atividade que levou Schlee a responder ao inquérito é descrita em duas páginas (Figura 20).

Figura 20 - Arquivos Schlee no SNI



Fonte: Serviço Nacional de Informações. Agência Porto Alegre. Informe confidencial 146, de 26 de setembro de 1983. Referência: APA ACE 7135/83. 5 páginas. Acervo: Arquivo Nacional. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_83007135\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_83007135_d0001de0001.pdf). Acesso em: 11 jan. 2020.

O documento registra que no dia 6 de abril de 1964, durante uma aula de Português no Colégio Municipal Pelotense para alunos do 3º ano científico<sup>21</sup>, Schlee propôs uma atividade de leitura e interpretação de texto (não é citado o texto em que se basearia a atividade). O exercício proposto por Schlee aos alunos, segundo a ficha informativa, partia de uma “crítica tendenciosa, deturpada e inexata sobre os motivos da Revolução de 31 Mar 64”. A transcrição da fala de Schlee aos alunos sugere a presença de informantes na sala de aula:

Nós deveríamos ter feito esta sabatina na semana passada. Entretanto, os militares, que têm o dever constitucional de garantir a ordem, perturbaram-na irreversivelmente. A ordem constitucional foi quebrada sob o pretexto de que estava ameaçada. Partiu-se de uma presunção para fazer uma revolução. Temia-se a revolução comunista, fez-se a revolução fascista. De tudo o que houve, uma causa está clara e uma causa foi conspurcada. O que está claro é que mais cedo do que esperávamos, infelizmente, atingimos a anarquia que se temia. Por que? Porque o que foi conspurcado foi o que um país tem de mais sagrado, que é a sua constituição. Estão suspendendo as garantias e liberdades constitucionais em nome da

<sup>21</sup> Correspondente ao atual 3º Ano do Ensino Médio.

Democracia. Proíbe-se o direito de culto, depois das 22 horas, em nome da religião. Em nome da honestidade, há a perseguição. Em nome da autoridade, há a intimidação. O mandado (sic) presidencial já não vale nada. As imunidades parlamentares foram esquecidas. Foi esquecido o respeito à dignidade humana. A isto estão chamando de revolução democrática e cristã. Eu transformo estas palavras que acabo de pronunciar em razão e motivo desta sabatina porque sinto a responsabilidade que tenho de não só ensinar o português, como na qualidade de professor que também se decida ao direito de alertar os jovens para o perigo dos momentos decisivos que estamos atravessando – o momento em que em nome da justiça ignorava-se a Lei. Já disse alguém que no BRASIL, presentemente, não se considera a força do direito mas o direito pela força. Esta sabatina, como a anterior, consta de leitura e interpretação de trecho dado. O que quero é: 1o) Provar que pelo menos no aspecto jurídico nós estamos em face de um regime ilegal, prepotente e arbitrário; 2o) que vocês me indiquem os elementos na disposição utilizados no que acabo de dizer; 3o) Identifiquem os argumentos utilizados e os momentos em que houve apelos às paixões e à moral. Não quero nem pretendo que concordem comigo. Há os que possuem outros argumentos para negar o que estou dizendo. Tais argumentos, entretanto, só podem ser estudados, considerados ou negados segundo pontos de vista políticos, filosóficos, ideológicos ou partidários. Os argumentos que apresentei são meramente jurídicos e estes não têm refutação. Podem começar e tenham boa sorte.

A atividade, nos primeiros dias pós-golpe, é uma aula de cidadania pela qual Schlee teve que responder por anos, além de ter sua carreira universitária paralisada. Schlee foi indiciado no artigo 14 da Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. O artigo 14 estabelecia pena de um a três anos por “provocar animosidades entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as classes ou instituições civis”. Uma lei de 21 anos antes foi utilizada para enquadrar Schlee, que, no entanto, nunca foi condenado, embora tenha passado alguns dias na prisão, em mais de uma oportunidade. Os militares também não o consideraram passível de demissão ou dispensa da função de professor da Faculdade de Direito, pena dos casos de investigação sumária previstos no Ato Institucional número 1 (AI-1), o primeiro de uma série que marcaria aqueles anos.

Sobre este caso, é importante reproduzir trechos do discurso de Schlee durante o recebimento do título de professor emérito da UFPel e da medalha do Mérito Universitário, no dia 6 de dezembro de 2012, no auditório da Faculdade de Direito da universidade.

Lembrar-me do que vou narrar significa reapropriar-me no presente do que foi e já não é; e que por isso se faz recordação em minha memória, mas não será memorável para outrem, desfazendo-se no esquecimento (não só esse esquecimento inexorável devido ao apagamento vagaroso e dissimulado dos traços de toda a espécie de passado no nosso cérebro;

mas o esquecimento ativo que consiste na hábil arte de iludir a evocação das recordações penosas ou vergonhosas, numa vontade fingida de não se querer saber, nem de se procurar saber).

Tudo começou no dia 7 de abril de 1964, quando um funcionário de uma revendedora de motos me telefonou, adiantou-me que uma patrulha saía do quartel do 9º [Batalhão de Infantaria Motorizada] para me prender; e advertindo-me que seria melhor que eu me apresentasse o mais rápido possível no QG da Infantaria Divisionária 3, que estava aquartelado no casarão 8 da Praça, na esquina da [Rua Barão de] Butuí.

Eu não pude acreditar naquilo. Era secretário de redação do *Diário Popular* e, sorrindo, fui consultar o Clayr – à memória do qual, hoje, por feliz coincidência se confere aqui a medalha do Mérito Universitário. Pois o meu saudoso e queridíssimo amigo Clayr Lobo Rochefort, com o qual trabalhei por quase quinze anos, na inesquecível *A Opinião Pública* e no velho *Diário*, tendo-o como irmão e paizão, pois o Clayr, incrédulo, conferiu o telefonema; e soube que, sim, que vinham me prender.

Não vieram; porque eu fui.

O QG era mais perto. Três capitães, um R2, me receberam sem palavras e me levaram para o grande salão da esquina da Butuí. O salão estava fechado, no escuro e aparentemente vazio. Colocaram-me num sofá de palhinha, com um rangente gravador de fita, embaixo. Sentou-se um à minha direita e apertou-me o outro, à esquerda. O terceiro, com jeito de sargento de cinema, ficou bem à minha frente, respirando fundo a minha falta de ar e aprisionando-me com as dele minhas pernas. Eu fazia força para não bater o queixo e não conseguia falar, trespassado de susto e intimidação.<sup>22</sup>

O informe 1702, de 1977, produzido a partir de inquérito policial-militar de março de 1966, mostra que na investigação Schlee teve a companhia do colega Luis Carlos Correa da Silva, professor e ator, que teria exposto “ideias políticas” em um discurso diante do prefeito da cidade, em junho de 1964. Ao diretor do Colégio Municipal Pelotense, Platão Louzada Alves Fonseca, teria “faltado energia” para enquadrar os professores. Segundo o informe, o diretor teria se limitado a advertências verbais com relação aos dois professores, além de ter se omitido para coibir as ações do Grêmio Estudantil do colégio, “embora fosse decidido que houve subversão da ordem dentro do Grêmio”.

Não foi esta a única vez em que Schlee foi avisado que teria que “prestar esclarecimentos” em inquéritos policiais-militares por ter seu nome ligado a “atividades subversivas”. As expressões vêm entre aspas porque são típicas do jargão daqueles momentos. Em 1965, novamente Schlee recebeu a notícia de que havia uma ordem de prisão contra ele. Desta vez, o aviso veio do professor Alvacyr Faria Collares, colega da Faculdade de Direito, “um dos adeptos ainda não

<sup>22</sup> Cf. íntegra do discurso em <http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/confira-o-discurso-proferido-por-aldyr-garcia-schlee-durante-recebimento-do-titulo-de-professor-emérito-da-ufpel-f27ea4d6-7772-4809-a7a0-5031912d6c03>, consultado em 10 de agosto de 2018.

decepcionados com o regime”, com quem Schlee reconhecia ter diferenças ideológicas. O depoimento a seguir também consta do discurso proferido na UFPEl.

Como professor de Direito Romano, a cujas aulas nunca assisti, suportou impávido todas minhas várias e vexatórias reprovações. Como articulista do Diário Popular, ignorou minha cautelosa indiferença em relação a seus textos, e como poeta e leitor da grande literatura da primeira metade do século XX, tornou-se definitivamente meu interlocutor e amigo, ao ponto de me confiar seus récios poemas – que tive o gosto de ler, a satisfação de selecionar, o cuidado de editar; e de carinhosamente desenhar-lhes a capa, ilustrada com um modesto malmequer de uma pétala perdida sobre fundo azul.

Ele foi meu diretor no Instituto de Ciências Humanas e ali terá passado por dificuldades para manter-me como professor de matérias como Ciência Política, Sociologia e Teoria Geral do Estado. Mas nunca me falou ou se queixou de nada; e até me convidou – como se não tivesse outras escolhas – para dar aulas de Teorias Sociológicas no Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* que o Instituto criara.

Pois esse professor, esse verdadeiramente emérito professor, que, no dia 3 de maio de 1965, um domingo, bateu à porta da casa de um amigo meu, em cuja companhia eu almoçava e – com a cortesia e a afabilidade que lhe eram características, pediu mil desculpas, informando que precisava falar urgentemente comigo.

Apresentei-me logo, ainda de guardanapo em punho; e ele, já na calçada, pondo-me carinhosa e paternalmente a mão no ombro, disse-me como numa confidência que eu tratasse de desaparecer.

Havia uma ordem de prisão contra mim.

O professor Alvacyr Faria Collares colaboraria com vários artigos para a *Gazeta Pelotense*, sempre se mantendo fiel aos seus princípios conservadores.

No informe confidencial número 1337, de 30 de março de 1977, a equipe da *Gazeta Pelotense* mereceu a atenção dos órgãos de segurança. O informe foi elaborado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e enviado ao SNI três meses após o encerramento das atividades do jornal. No campo “assunto” do relatório constam os nomes de Fernanda de Assumpção Osório Caringi e de Mário Osório Magalhães. Sobre a primeira, não havia antecedentes. Sobre o segundo, consta a informação de que era professor de Sociologia e Ciência Política na UFPEL e Editor de Pesquisa e Documentação da *Gazeta Pelotense*. O informe inclui o quadro de funcionários diretores e repórteres do jornal “que possuem antecedentes”

Aldyr Garcia Schlee – “Em 1964 foi indiciado em IPM por atividades estudantis subversivas e é Diretor Superintendente do jornal.” Em 1972 foi incurso nas sanções do Art 129 § 6º do CPB [lesão corporal culposa].

Cleusa Pino da Rosa - “Locutora de rádio, adota a política de desmoralização das organizações policiais, com notícias tendenciosas e

distorcidas com a finalidade de jogar os órgãos policiais contra a opinião pública.”

Sérgio Passos de Oliveira - “Em 25 Mar 72 foi incurso no artigo 281 do CPB”. [receptação]

Paulo Renato Canez - “Em 12/09/74 foi incurso nas sanções do Art 129 do CPB”. [lesão corporal]<sup>23</sup>

Do anexo do informe constam algumas páginas da edição número 0 da *Gazeta Pelotense*, de 30 de agosto de 1976. Na cópia de má qualidade, são reproduzidas a capa, a página 3 (de opinião, com o editorial), e as páginas centrais. Nestas, o jornal apresenta as fotos com nomes e biografia resumida dos editores, além de informações sobre outros integrantes da equipe, dados preciosos para os órgãos de segurança. Todas as informações foram conferidas pelos serviços de segurança. Na capa, estão circulados os nomes que constam do expediente do jornal. Na página de opinião, estão marcadas duas notas que fazem alusão à morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek: na coluna “Dos outros”, o senador Paulo Brossard (MDB), em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, afirma que “a morte libertou o presidente Juscelino Kubitschek; o Brasil não pode esperar para libertar-se”. Na coluna “Pessoas”, a nota informa que setores oposicionistas se movimentavam para convencer a viúva do ex-presidente a candidatar-se para concorrer ao senado pelo MDB nas eleições de 1978. Nas páginas centrais, todas as informações biográficas estão sublinhadas e marcadas com um “x”. A foto de Schlee, em destaque na página, foi circulada pelo agente de segurança encarregado da análise (Figura 21).

---

<sup>23</sup> Não foi possível esclarecer a que se deveram os indiciamentos.

Figura 21 - A equipe nos arquivos do SNI



Fonte: Agência Porto Alegre. Informe confidencial 1337, de 30 de março de 1977. Referência: PB no 340/752/APA/77. 12 páginas. Acervo: Arquivo Nacional. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/ggg/84009396/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_84009396\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/84009396/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84009396_d0001de0001.pdf). Acesso em: 11 jan. 2020.

Além de se valer das estruturas existentes, aprimoradas quanto mais o regime se fortalecia, a produção dos documentos mostra como a ditadura era criteriosa na perseguição aos seus opositores. Criteriosa e impiedosa. Uma vez nos arquivos, sempre nos arquivos. A outra constatação importante é que a ditadura não se valia apenas do aparato que montara, mas esperava que as pessoas colocadas em postos-chave, como uma direção de escola, por exemplo, tomassem em suas mãos a iniciativa de controlar outras pessoas sob sua responsabilidade, seja alunos ou professores, e também trabalhadores. Ao mesmo tempo, aparentemente ainda seguros do controle que exerciam sobre as instituições, permitiam que os opositores, especialmente os que “possuíam antecedentes”, continuassem a exercer funções em lugares sensíveis para o regime, como uma sala de aula, uma cátedra ou uma redação de jornal. Mesmo que por um breve período, os jornalistas da *Gazeta Pelotense* exerceram um ofício que poderia ter consequências para a equipe, dado o passado de vários de seus integrantes e a forma de abordagem de

alguns assuntos. Mas o curto tempo de existência do jornal só permite especulações a respeito.

### 3.3 O fim do sonho

A GAZETA PELOTENSE suspende, a partir de hoje, sua circulação, por tempo indeterminado. Depois de 90 edições, deixa as bancas este jornal, que havia granjeado o respeito e admiração da opinião pública por suas posições e sua qualidade, e que vinha se impondo ao público como uma necessidade diária. Sua mensagem de confiança não se esvai no tempo; sua linha de conduta não se perde no espaço. A GAZETA PELOTENSE nunca se afastou dos propósitos pretendidos e sempre correspondeu ao que dela se esperava. Razões de ordem exclusivamente administrativa – e superiores a melhor das vontades de manter o jornal em circulação – fazem com que seja tomada a medida que ora se anuncia. É preciso, mais do que tudo, que os excelentes resultados gráficos e jornalísticos que temos apresentado aos leitores sejam sustentados por uma estrutura adequada à qualidade do jornal. E vamos tratar de consegui-lo, respeitados os direitos de nossos assinantes e resguardados os interesses de nossos leitores e anunciantes, com os quais compartilhamos o desejo comum de ver a GAZETA PELOTENSE prosseguir em sua trilha de jornal independente e identificado com as mais legítimas aspirações de nosso povo.

Manuel Marques da Fonseca Júnior  
Presidente

Os editoriais, termômetro de qualquer jornal, pois são o rosto, a opinião mais importante das publicações, ocupavam a página 4 da *Gazeta Pelotense*. Raramente estavam em sintonia com os conteúdos das edições, abordando temas mais gerais relacionados ao cotidiano, sem enfrentar os assuntos espinhosos daqueles dias. Não houve mudança nem mesmo na última edição, quando já era conhecida a decisão do empresário Manuel Marques da Fonseca Júnior de encerrar o projeto. O editorial da última edição, de 1º e 2 de janeiro de 1977, analisa o discurso do presidente general Ernesto Geisel. “Havia necessidade de dar uma, ainda que pequena, pela limitação do espaço, perspectiva para 1977”, afirma, em determinado trecho (GAZETA PELOTENSE, n. 90, p. 4, Editorial).

O verdadeiro editorial está na capa da edição número 90 da *Gazeta Pelotense*, reproduzido na abertura deste subcapítulo. Foi ditado por telefone para o diretor superintendente Aldyr Garcia Schlee. Mesmo com o anúncio, a edição era consagrada às perspectivas para o ano que começava, o que mostrava que os jornalistas ainda acreditavam que aquele não era o fim do jornal. A suspensão representou o encerramento de uma jornada que começara pouco mais de três meses antes. Também foi o sinal para o começo de tentativas variadas de manter o

diário em circulação, sem sucesso. O anúncio caiu como uma bomba. Uma foto encontrada nos arquivos de Schlee mostra, segundo vários depoimentos, o momento em que ele recebeu a notícia (Figura 22). A foto não tem crédito. Ao fundo aparece uma foto de Aparício Torelly, o Barão de Itararé, e de Andrés Guevara, duas das grandes inspirações de Schlee. Uma chamada sugestiva foi colocada no rodapé da última edição: “Entre o que foi e o que será, fica a esperança”.

**Figura 22** - Schlee na redação da *Gazeta Pelotense*



Fonte: Arquivo Aldyr Garcia Schlee. Reprodução do autor, 2019.

Naquele final de ano, as expectativas eram de que a publicação seguiria adiante. A edição parecia seguir o ritmo normal das anteriores, com balanço do ano que passou e projeções para o ano que se iniciaria. Não só pela capa (Figura 23), mas pelo próprio conteúdo, com retrospectiva dos fatos cobertos pelo jornal ao longo do ano em todas as editorias. Mas alguns sinais que já vinham sendo emitidos mostravam que algo não estava bem no comando do jornal. Desde o número 87, de 29 de dezembro, os nomes do vice-presidente, Paulo Luiz Barcelos Góz, genro de Manuel Marques da Fonseca Júnior, e do diretor financeiro, José Luiz Machado Fonseca, filho do empresário, não apareciam mais no expediente do jornal. A mudança no expediente do jornal já era consequência da situação que atingia o empresário.

Figura 23 - A última edição com editorial na capa anunciando a suspensão



Fonte: Gazeta Pelotense, n. 90, 1 jan. 1977. Reprodução do autor, 2019.

Refeitos da surpresa do anúncio, os quase 60 funcionários passaram às especulações sobre as razões que levaram a suspensão das atividades. Não demorou muito para que os motivos comesçassem a ser esclarecidos. O fim do casamento do empresário Manuel Marques da Fonseca Júnior levava à decisão da suspensão. A separação por si já seria motivo de muitos comentários na cidade, já que o empresário era uma figura pública. Mas as consequências da decisão foram mais graves, impactando as vidas dos trabalhadores, muitos tendo vindo de outras cidades para morar em Pelotas em função das promessas contidas no projeto. Robson Barenho lembra o ambiente logo após o anúncio.

Imagina o clima que ficou na redação quando soubermos que o Fonseca ia terminar com o jornal. Menos na redação e mais na equipe gráfica. Tinha

muita gente que veio de fora. Não eram pessoas de Pelotas. Muita gente tinha deixado emprego, deixado família, casa, para trabalhar na *Gazeta*. E outras pessoas tinham trocado emprego anterior pelo jornal, feito readaptação na vida, e de repente veio aquela bomba.<sup>24</sup>

A decisão também frustrou a expectativa que o próprio jornal criara na cidade. Não é demais lembrar que a inauguração contou com a presença do governador e de outras personalidades da cidade e do estado. As razões passaram longe da linha editorial do jornal, segundo Robson Barenho.

É óbvio que aquela equipe tinha potencial para fazer um grande jornal. Não tenho a menor ideia do que o Fonseca pensava sobre o jornal que estava fazendo, mas com absoluta certeza não foi por desagrado com a linha editorial do jornal. Fechou o jornal por causa da briga dele com a família.<sup>25</sup>

Entre outros jornais, a repercussão não foi menor. O Coojornal, de Porto Alegre, que desde o lançamento sempre teve reservas com relação à iniciativa pelotense, publicou matéria na seção *Ideias&Opiniões*, página 5 da edição número 12, de janeiro de 1977, com o título “Briga em família fecha a *Gazeta*”. O conteúdo da matéria, segundo o então vice-presidente do jornal, Paulo Góz, deve-se ao “histerismo” que resultou da “mistura de sentimentos pessoais e profissionais” dos profissionais de outros veículos com a notícia de demissão dos quase 60 funcionários<sup>26</sup>. Na edição número 9, de outubro do ano anterior, o Coojornal havia publicado matéria noticiando o surgimento da *Gazeta Pelotense*. Apesar do título da matéria, “Pelotas resiste”, o surgimento de mais uma publicação na cidade não foi saudado com entusiasmo:

A maioria dos funcionários da redação não é jornalista – mas há professores e até funcionários públicos. O único da equipe que tem registro profissional como jornalista é Mário Alberto Soares<sup>27</sup>. Por isso ele foi apresentado com o cargo de redator-responsável, embora seja, na verdade, apenas chefe da publicidade. (COOJORNAL, n. 9, out/76, p. 5).

A matéria do Coojornal que noticiou o lançamento da *Gazeta Pelotense*, assinada por Osmar Trindade, enfatiza os problemas registrados nos primeiros dias. Em parte, pela queda de energia que gerou desajustes nas máquinas. Em parte,

<sup>24</sup> Entrevista de Robson Barenho concedida ao autor em julho de 2020.

<sup>25</sup> Entrevista de Robson Barenho concedida ao autor em julho de 2020.

<sup>26</sup> Entrevista de Paulo Luiz Barcelos Góz concedida ao autor em setembro de 2019.

<sup>27</sup> Houve algumas tentativas para conversar com Mário Alberto Soares, mas não foi possível gravar entrevista para falar sobre o assunto.

pela opção por edições vespertinas, alterada depois. E também pela decisão inicial de vender o jornal apenas em banca, passando depois a venda de assinaturas<sup>28</sup>.

Schlee e Vaz confirmaram que havia poucos jornalistas diplomados na redação<sup>29</sup>, que contava com radialistas, estudantes e professores de Comunicação, além de pessoas de outras áreas profissionais. A necessidade de registro profissional, estabelecida apenas sete anos antes, ainda não era uma realidade na maioria dos veículos. Mas o Coojornal, como cooperativa de jornalistas profissionais, cobrava a *Gazeta Pelotense*.

Na matéria em que era noticiada a suspensão das atividades da *Gazeta Pelotense*, o Coojornal refere a separação do empresário e “uma família inteira brigada” como causas do fechamento, “três meses depois de um pretensioso mas atribulado lançamento”. Segundo o jornal,

O motivo da briga teria sido uma dívida de Cr\$ 600 mil e as vítimas reais não são as pessoas diretamente envolvidas, mas os 56 funcionários - jornalistas, gráficos, pessoal de expediente – que receberam o aviso prévio inesperado e uma vaga promessa de que o jornal poderá voltar a circular em um mês. (COOJORNAL, n. 12, jan/77, p. 5).

A “vaga promessa” presente no editorial da capa do último número motivou uma comissão de funcionários a se dirigir à Beneficência Portuguesa, onde o empresário estava recolhido. Teria sofrido um colapso nervoso, segundo algumas fontes. Segundo outras, aproveitou a proximidade com a direção do hospital para se isolar até que a situação fosse contornada. A comissão de funcionários não conseguiu falar com o empresário, o que agravou a suspeita de que não haveria retorno na situação. Os funcionários teriam reagido com uma nota assinada por toda a equipe quatro dias depois da última edição, segundo a matéria do Coojornal. O texto que abre este capítulo foi extraído do documento encontrado nos arquivos de Schlee (Figura 24), mas não foi possível confirmar se é o mesmo referido pela matéria do jornal de Porto Alegre. Na entrevista concedida a Bittencourt (1989), Schlee afirma que logo após ter recebido o telefonema, preparara duas edições para o dia seguinte, uma com o discurso-editorial anunciando a suspensão e outra sem o discurso. “Acreditávamos que poderíamos fazê-lo mudar de ideia” (BITTENCOURT, 1989, p. 25).

<sup>28</sup> Esta observação também foi feita pelo editor do caderno dominical, Valter Sobreiro Júnior.

<sup>29</sup> O curso de Comunicação havia sido reconhecido seis anos antes pelo Ministério da Educação, em 6 de fevereiro de 1970.

Figura 24 – Carta sem assinatura critica a suspensão

| GAZETA                                                                 |                                                                  | EDITORIA: |            | TEXTO:  |  |
|------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|-----------|------------|---------|--|
| PELOTENSE                                                              |                                                                  | CHAMADA   | COMPOSIÇÃO | REVISÃO |  |
| 1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890 |                                                                  |           |            |         |  |
| 1                                                                      | Hoje termina a história deste ano. E termina uma breve his-      |           |            |         |  |
| 2                                                                      | tória de jornal.                                                 |           |            |         |  |
| 3                                                                      | Não foi por falta de amor e não foi por falta de trabalho.       |           |            |         |  |
| 4                                                                      | Nem de capacidade. Quem não se deu conta no que se transfer-     |           |            |         |  |
| 5                                                                      | rou a Gazeta, depois dos seus 90 números? Quem não se orgulhou   |           |            |         |  |
| 6                                                                      | de possuir um jornal de tal qualidade?                           |           |            |         |  |
| 7                                                                      | Mas agora morreu a Gazeta. Porque o seu dono assim o quis.       |           |            |         |  |
| 8                                                                      | E dono, implica em poder, e poder implica em tirania e arbitra-  |           |            |         |  |
| 9                                                                      | riedade. E em opressão. Em desrespeito, em ausência de senti-    |           |            |         |  |
| 10                                                                     | mentos e de consideração com uma população.                      |           |            |         |  |
| 11                                                                     | O porquê é inexpressivo diante do que representaria para uma     |           |            |         |  |
| 12                                                                     | cidade a força de um jornal. Mas alguns utilizam a força somen-  |           |            |         |  |
| 13                                                                     | te no sentido da agressão.                                       |           |            |         |  |
| 14                                                                     | Muitos de nós estão perdidos, agora, como se vêm perdidos to-    |           |            |         |  |
| 15                                                                     | dos aqueles que confiaram nas boas intenções do Sr. Manuel Fon-  |           |            |         |  |
| 16                                                                     | seca Jr. - um homem que criou um jornal para humilhar um classe. |           |            |         |  |
| 17                                                                     | Mas os objetivos dos poderosos nunca são os objetivos daque-     |           |            |         |  |
| 18                                                                     | les que a ele estão subordinados mas que mesmo assim trabalham   |           |            |         |  |
| 19                                                                     | pela sua potência.                                               |           |            |         |  |
| 20                                                                     | Neste fim de ano, só há o que lamentar : o desmoronamento        |           |            |         |  |
| 21                                                                     | de um sonho, e a incompetência e o desaforo de um empresário,    |           |            |         |  |
| 22                                                                     | que em decorrência de erros passados, cercou-se de outros        |           |            |         |  |
| 23                                                                     | incompetentes e - ainda mais - de inimigos pessoais, para        |           |            |         |  |
| 24                                                                     | destruir uma empresa por ele mesmo criada.                       |           |            |         |  |
| 25                                                                     | E então é isso. Não há o que explicar. Só há o que chorar        |           |            |         |  |
| 26                                                                     | e esperar que homens como esses desapareçam da face da terra     |           |            |         |  |
| 27                                                                     | e os seus semelhantes também. Para que possa viver a integri-    |           |            |         |  |
| 28                                                                     | dade, a dignidade, o respeito ao trabalho e aos homens.          |           |            |         |  |
| 29                                                                     |                                                                  |           |            |         |  |
| 30                                                                     |                                                                  |           |            |         |  |

Fonte: Arquivo Aldyr Garcia Schlee. Reprodução do autor, 2019.

Convencidos de que o trabalho no jornal não seria retomado, os funcionários começaram a batalha judicial para receber as indenizações. Segundo vários depoimentos, os valores teriam sido pagos, mas foi preciso entrar com ação na Justiça do Trabalho. Schlee afirmou que não entrou com ação contra a gráfica

porque era diretor do jornal. Mas, entre os pertences do ex-diretor, há uma notificação judicial em que aparece como reclamante em uma ação trabalhista, com data de 21 de setembro de 1977. Schlee também aparece como parte interessada em um recorte de jornal com edital de leilão de equipamentos, de 12 de setembro de 1979.

Valter Sobreiro Júnior, advogado, diz que atuou como parte e como advogado de algumas pessoas que moveram ação contra a gráfica responsável pela publicação do jornal. O ex-editor afirma que, quando foi pegar alguns materiais na redação, logo após saber que não haveria continuidade, foi informado de que todos os exemplares do jornal que não haviam sido vendidos foram queimados por ordem de um integrante da família que era contra o projeto, por considerá-lo inviável.

Os funcionários se dispersaram. Na pasta com materiais de Schlee, há cartas escritas à mão (algumas em laudas do jornal) remetidas a Schlee por ex-integrantes da equipe. Vários saíram da cidade para procurar emprego em outros locais, como Salvador (BA), Porto Alegre (RS) ou Florianópolis (SC). Em duas cartas enviadas de Salvador, ex-funcionários dirigem-se aos colegas da redação como “ex-gazeteiros”. Falam sobre a saudade da redação, da universidade, dos reencontros com antigos colegas e das dificuldades para encontrar emprego. Em alguns momentos, relatam a vontade de retornar à cidade.

Condutor de todo o processo de planejamento e publicação do jornal, Schlee preparara-se ao longo de sua vida para realizar um projeto como aquele. Em agosto de 2018, o escritor recordou o processo que levou à criação da *Gazeta Pelotense* e as dificuldades de tocar o projeto em frente.

A iniciativa de fazer o jornal começa quando eu era professor de jornalismo. Eu sempre fiz aquele projeto de jornal que eu tenho até hoje [agosto de 2018]. Se agora me pedissem para fazer um jornal, eu saberia quanto custa, que erros se comete, e principalmente esse cuidado de que o investidor não nos use para ganhar cinco vezes mais do que ele investiu.<sup>30</sup>

Não foi possível determinar até que ponto essa afirmação é produto da frustração pelo fim de um projeto gestado com tanto cuidado e que durou tão pouco. Mobilizar tantas pessoas para um ganho de capital imediato não parece em princípio plausível. Ainda mais considerando as afirmações do próprio Schlee e de outros participantes do projeto de que, com o jornal, o empresário pretendia consolidar uma

---

<sup>30</sup> Entrevista de Aldyr Garcia Schlee concedida ao autor em agosto de 2018.

imagem de homem público em Pelotas. Mas Schlee insistiu nessa versão em vários momentos da entrevista.

Na verdade, nunca pensamos nesse aspecto. Parecia que o campo estava completamente livre, não estava minado, e nós, por ingenuidade, é claro que por ingenuidade, fizemos um projeto sem ter percebido que [...] tínhamos que ter desconfiado da facilidade com que sobrou dinheiro para fazer o projeto. Fomos ingênuos. Nunca passou pela nossa cabeça que um cara, investindo o que ele investiu, construindo um prédio, fazendo um prédio especial para o jornal, pudesse apenas estar querendo ganhar uma grande grana. Não existe aplicação de dinheiro que pudesse render naquele tempo o que rendeu.<sup>31</sup>

Ponto forte do jornal, que possibilitou várias das suas inovações gráficas, os equipamentos importados se valorizaram, em uma época em que o governo dificultava as importações para fortalecer a indústria nacional e tentar driblar a crise<sup>32</sup>. Caso o jornal não vingasse, o empresário lucraria com a venda dos equipamentos, uma “mina de ouro”, nas palavras de Luiz Carlos Vaz, já que as outras empresas não poderiam adquiri-los no mercado externo a partir daquele momento. Esta motivação superaria, assim, a do trabalhador que pretendia ser reconhecido por seu próprio esforço, em uma cidade em que as elites ainda respiram uma tradição “aristocrática”, orgulhosas de sobrenomes que remontam aos barões do charque (VARGAS, 2016).

Outros entrevistados ouvidos sobre a questão preferiram não se aprofundar sobre o tema. Paulo Luiz Barcelos Góz, ex-vice-presidente, limitou-se a declarar que este é “um delicado assunto de família”. E nenhum foi tão enfático quanto Schlee com relação à questão da venda dos equipamentos como motivo para o fechamento do jornal. Assim, ganharia força a outra versão, de que o fim do casamento de Fonseca Júnior e a necessidade de dividir os bens levaram ao término da publicação, pela falta de interesse dos novos donos em levar adiante o projeto.

---

<sup>31</sup> Entrevista de Aldyr Garcia Schlee concedida ao autor em agosto de 2018.

<sup>32</sup> A política de substituição de importações foi uma estratégia adotada pelo governo a partir de 1974, freando as compras externas de equipamentos que haviam sido a base da política econômica adotada nos anos anteriores e que sustentaram o “milagre econômico”: “Em junho de 1974, o decreto-lei 1334/74 dobra as alíquotas de 900 produtos. Em julho de 1975 foram criados depósitos prévios (sem correção monetária) durante 6 meses sobre 100% do valor das importações. Em outubro de 1975 há um aumento de alíquotas para bens intermediários. Uma resolução da CPA, em março de 1976, baniu as importações de automóveis, brinquedos e outros bens de luxo”. Cf. FILHO, Arthur Barrionuevo. Política de comércio exterior e crescimento industrial no Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-37-num-2-ano-1997-nid-45177/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

Com lucro de cinco ou de 15 vezes, o destino dos equipamentos gráficos não fica claro, a partir das entrevistas. Segundo Schlee, a maior parte teria sido vendida para a Editora Nacional, em São Paulo. Valter Sobreiro Júnior diz que o jornal *Zero Hora* comprou alguns equipamentos. Apesar de não ter certeza, por ter se afastado em seguida da direção da empresa, o ex-vice-presidente Paulo Góz acredita que os equipamentos tenham sido vendidos para a Companhia T Janér, indústria gráfica do Rio de Janeiro. Foi com esta empresa que a *Gazeta Pelotense* negociou a importação das rotativas e de equipamentos de fotorreprodução dos Estados Unidos.

Em agosto de 2018, Schlee comentou o encerramento das atividades:

[...] Não sabíamos que 90 dias após o material gráfico importado começar a ser utilizado, ele podia ser vendido. [...] Sem contar o prédio, que eles destruíram, e só faltou agora botar sal no terreno.

Atualmente, um tapume de madeira cerca o local em que ficava a sede do jornal. O antigo prédio foi derrubado. Na entrevista concedida para Bittencourt, em 1989, o grande responsável pelo projeto observou que algumas pessoas consideravam o jornal pretensioso para a época e para a cidade. O que não o desestimulava. “O que sabíamos era que o trabalho perfeccionista era o que visávamos. Sobre o Caderno dominical, considero que até agora não teve par no Brasil. E digo: faria tudo de novo.”

## CONCLUSÃO

“Falai em tudo verdades, a quem em tudo a deveis”. A epígrafe do poeta português Sá de Miranda (1481-1558) encabeçava a página 4 da *Gazeta Pelotense*, onde se localizavam os artigos de opinião do jornal, com o editorial centralizado. Remete à denúncia dos vícios da sociedade, sobretudo da Corte portuguesa no século XVI, o abandono dos campos e a preocupação exagerada com o luxo, que tudo corrompia, e a derrocada moral do Império. A aparição da Santa Inquisição foi o desfecho natural para a época, segundo Carolina Michaëlis de Vasconcellos, autora de *Poesias de Francisco de Sá de Miranda* (1885), que comenta o trabalho do poeta português. É uma epígrafe apropriada para ilustrar o período que vai do ano em que a *Gazeta Pelotense* começou a ser planejada, em 1974, até a circulação, em 1976, embora os tempos e a Santa Inquisição fossem outros. Infelizmente, a explicação para os motivos da utilização da epígrafe seria objeto de abordagem em uma futura entrevista com Schlee, o que não foi possível fazer. São lacunas que não se poderá preencher, e dizem respeito aos limites de abordagens que necessitam das fontes orais.

Construir tipologias jornalísticas, como de resto qualquer tipologia, é uma atividade tão complexa quanto determinar as transformações das sociedades em que as práticas jornalísticas ocorrem. Por isto este é um ensaio, uma primeira aproximação para a construção da categoria imprensa de transição. Ao contrário do que pode ter sido sugerido, este ensaio não trata da emergência de uma nova forma de jornalismo. As questões sobre a imprensa apontadas não são eventuais, ou pontuais. São permanentes. Não se descolam dos problemas da sociedade, das suas disputas em torno de uma questão: a informação deve ser produzida e distribuída levando em conta o interesse do conjunto da sociedade, sem distinções ou favorecimentos, ou cada um deve obter o máximo proveito que puder? Apesar dos esforços dos profissionais da área - que sempre houve e há –, mais do que de proprietários de empresas de comunicação, a produção e a distribuição da informação seguem a mesma lógica da acumulação dos outros setores da sociedade. Para os proprietários dos meios, a imprensa sempre foi um negócio. Para os profissionais da área, é meio de vida, mas também o que muitos consideram uma vocação, um compromisso.

Nesta pesquisa, a tentativa de uma nova caracterização da imprensa, aqui chamada imprensa de transição, resulta primeiramente em algumas considerações gerais sobre a categoria:

1. uma prática jornalística que emerge em momentos de transformações significativas das sociedades (político-institucionais, técnicas, comportamentais, etc.);
2. uma característica que acompanha a produção jornalística, de transformação, em maior ou menor grau, intrinsecamente ligada às mudanças das sociedades;
3. uma característica associada às duas anteriores, que é a permanência de elementos relacionados às práticas jornalísticas e às sociedades em que atuam os veículos, e que resistem à mudança.

Desses aspectos, brotam outros elementos. As conclusões extraídas do percurso feito até aqui com relação à categoria da imprensa de transição podem ser separadas em três grandes eixos: transição, sociedade em transição e imprensa de transição.

### Transição

De maneira geral, a transição é uma característica que se observa sempre que haja ruptura com as condições que determinaram a estabilidade de períodos anteriores. Vale para as sociedades, vale para a imprensa. Nesta pesquisa, a transição foca aqueles momentos especiais em que as transformações vêm à tona, tornam-se mais nítidas, rompendo paradigmas, sem necessariamente construir outros. Quando se estabilizam, deixam de ser transição, passando a constituir um tipo.

### Sociedade em transição

Uma sociedade em transição é a resultante de elementos que lhe dão um sentido diferente do anterior. Mudanças nas estruturas da sociedade tendem a gerar mudanças nas relações sociais e carecem de instrumentos que deem curso a elas. A sociedade em transição pressupõe mudança de um estado para outro, revela tensão entre os atores políticos, econômicos, culturais, sociais. Essa sociedade agrega novos elementos às relações sociais, mas mantém resquícios dos antigos.

Especificamente com relação ao período em que a *Gazeta Pelotense* circulou, a sociedade em transição refere-se ao período de transformações que começaram a pressionar o regime militar em direção à abertura política. Transformações que podem ser vistas como desdobramentos de acontecimentos anteriores ao golpe de 1964, e que afetarão tanto a sociedade quanto a imprensa. Nesse sentido, as transformações são permanentes, mas as rupturas podem ser creditadas a fatores circunstanciais.

### Imprensa de transição

A imprensa das sociedades em transição é caracterizada por transformações em suas práticas possibilitadas por mudanças relacionadas a novas técnicas, situação política, cultural, comportamental, etc. Ela não é um tipo, é produto das mudanças, das crises que abalam as estruturas paradigmáticas. É o próprio sintoma das transformações da sociedade, contribuindo para essas transformações. No caso específico do período em que a *Gazeta Pelotense* circulou, a imprensa de transição reúne características dos dois modelos principais adotados pela historiografia para definir a imprensa dos anos da ditadura: grande imprensa e imprensa alternativa.

A *Gazeta Pelotense* noticiava fatos que durante o período de ruptura político-institucional tinham maior dificuldade em obter acolhimento na imprensa. Nesse sentido, elementos da transição também estão presentes na grande imprensa, que mudou sua postura, após o apoio aos governos da ditadura, passando a criticar algumas práticas do regime, e na imprensa alternativa, que é produto da necessidade da crítica jornalística. A imprensa de transição é uma categoria que não se descola do contexto em que o jornalismo é produzido. Ao contrário, contribui para produzi-lo. Em outros momentos, a imprensa de transição pode apresentar elementos de práticas jornalísticas próprias dessas épocas, mas mantendo uma característica central, a de ser um produto de mudanças, de ruptura com paradigmas.

Este, então, é um ensaio que intenta mostrar um momento em que o jornalismo tentou ser o que usualmente não é, principalmente em sociedades desiguais e com pouca tradição de participação de seus diversos segmentos nas instâncias de decisão: uma prática a serviço de toda a sociedade. Esta nem é uma reflexão original. Alguns até diriam que é idealista, fora da realidade. O que pode ser

considerado original aqui é a metodologia utilizada e a proposta de observar mais atentamente a história dos veículos que constituem a imprensa, fugindo das classificações abrangentes, que não levam em conta as especificidades dos veículos e os condicionamentos que determinam suas práticas. O mergulho na história de um jornal específico, ouvindo seus protagonistas, contextualizando suas experiências e, principalmente, dialogando com teóricos de outras áreas, neste caso, da comunicação e da educação, é uma proposta que defendo nesse estudo acolhido no campo da história.

Como analisar a imprensa como fonte, ou como objeto, sem levar em consideração todo o acúmulo da teoria da comunicação e, no caso deste estudo, da educação? Qual o valor da interdisciplinaridade, que há décadas é defendida por historiadores como avanço para as pesquisas, se essa prática não for levada às últimas consequências, dialogando com teóricos de outros campos? Ainda mais considerando as inovações teórico-metodológicas da historiografia introduzidas ao longo do tempo como apontado nessa dissertação, particularmente com relação à micro-história e à história oral, que estimulam essa postura.

Tentar dar sentido às coisas é o desafio de quem se propõe a reflexões teórico-metodológicas. Reúnem-se argumentos, fazem-se análises para tentar chegar a resultados que mostrem que as hipóteses iniciais não eram apenas intuições descabidas, que poderiam ao menos servir de ponto de partida para outras reflexões, mesmo que negassem as possibilidades iniciais. Sem perder de vista que os resultados são apenas possibilidades que podem vir a ser desmentidas.

Como essa pesquisa propõe, ao tentar construir a categoria da imprensa de transição, é importante ter em mente que as práticas da imprensa estão sendo permanentemente construídas, em um movimento que nunca cessa. Como nunca cessa o movimento da sociedade em que a imprensa está inserida. Mudanças estruturais na sociedade podem levar a mudanças na imprensa. Mudanças na imprensa não poucas vezes são determinantes para a construção do contexto em que ela se insere.

Nesta pesquisa, tive uma ambição: construir uma categoria que desse conta do que penso ser um lapso nas análises de jornais, a partir do momento em que passaram a ser usados como fontes para pesquisas historiográficas. Acredito que muitas pesquisas não conseguem resolver um problema que é próprio dos veículos da imprensa, que é o fato de não serem produto apenas de uma vontade que dê

uniformidade aos relatos impressos em suas páginas, e assim constituam formas jornalísticas idealizadas. Há componentes variados que determinam seu conteúdo, e que devem ser levados em conta para analisar o papel dos periódicos, que influenciam em grande medida as relações sociais.

O objetivo maior dessa dissertação, mais do que contar a história da *Gazeta Pelotense*, foi trazer à luz as relações em um veículo de comunicação e desse veículo com o meio em que atua como fatores que também determinam seu conteúdo – e mesmo sua orientação editorial, seara quase que exclusiva de quem detém a propriedade dos veículos. Para isso, foi importante reconstruir essas relações, a partir dos testemunhos da equipe que fez o jornal, do contexto que o envolveu e que contribuiu para produzir e das reflexões feitas ao longo da pesquisa.

A *Gazeta Pelotense* teve seus princípios editoriais elencados pelo proprietário do jornal no ato de seu lançamento. Eram 13 diretrizes que insistiam em palavras como independência, busca pela verdade, ousadia, mas também ordem, integração e unidade nacional. Não foram referências seguidas à risca pela equipe do jornal. O que se extrai das páginas da publicação é uma tentativa de acompanhar os fatos do dia de maneira a não privilegiar este ou aquele ponto de vista, a não ser, obviamente, os definidos pela equipe. Com os cuidados necessários, para que a iniciativa não gorasse logo em seus primórdios, o que acabou acontecendo, embora não pelos motivos que levaram ao sufocamento até a exaustão de outros jornais do período, principalmente os chamados nanicos.

A categoria imprensa de transição - cujos contornos espero ter começado a tornar mais claros - é tanto causa como consequência das mudanças que acontecem na sociedade e que impactam o jornalismo. Também é uma mudança qualitativa no jornalismo, em momentos de rupturas paradigmáticas, que dizem respeito às formas como os conteúdos jornalísticos passam a se apresentar em função das novas práticas.

Com o tempo, o jornalismo se autoproclamou guardião das liberdades de pensamento e expressão, fiscalizador dos atos dos agentes públicos e privados – um pouco menos destes, já que a livre iniciativa, por óbvio, é um mantra para a totalidade das empresas do setor – e defensor do interesse (do) público. Essas são as características que a princípio as iniciativas que surgem em momentos de transição buscariam resgatar. Não se trata, assim, apenas de fundamentar essa categoria nas mudanças que atingem o jornalismo de tempos em tempos, em virtude

da evolução técnica dos meios necessários à produção jornalística, entre outros fatores.

Refiro-me a uma prática jornalística que, principalmente em sociedades em que a igualdade de direitos ainda não se consolidou, emerge apenas de tempos em tempos, buscando retomar as preocupações “mais nobres” da profissão. Esse jornalismo é, mais do que tudo, um sintoma do que o jornalismo não consegue ser, ao longo do tempo: uma prática que tem como missão a fiscalização dos espaços de poder, em defesa do interesse público e da liberdade de pensamento e expressão.

A imprensa de transição é uma categoria que, pelo contraexemplo, tenta trazer para o centro da discussão o autoproclamado papel da imprensa. Por isso, analisa-se a prática de um veículo que pretendeu seguir os parâmetros do jornalismo independente, mesmo com os limites de um cenário político repressivo e censor.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Fontes Orais

BARENHO, Robson. **Robson Barenho**: entrevista [jul. 2020]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2020.

CUNHA, João Manoel. **João Manoel Cunha**: entrevista [jul. 2018]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018.

GÓZ, Paulo Luiz Barcelos. **Paulo Luiz Barcelos Góz**: entrevista [set. 2019]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2019. 1 arquivo .mp4 (83 min.).

LESSA, Maria do Carmo Jansen. **Maria do Carmo Jansen Lessa**: entrevista [abr. 2019]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2019.

OLIVEIRA, Sérgio Passos de. **Sérgio Passos de Oliveira**: entrevista [mar. 2019]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2019.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Aldyr Garcia Schlee**: entrevista [ago. 2018]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018. 6 arquivos .mp4 (180 min.).

\_\_\_\_\_. In: BITTENCOURT, Rosa Aparecida. **Gazeta Pelotense, uma história**. 1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Curso de Comunicação Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas (RS), 1989.

SOBREIRO JÚNIOR, Valter. **Valter Sobreiro Júnior**: entrevista [abr./nov. 2020]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2020.

VAROTO, Renato. **Renato Varoto**: entrevista [jul. 2018]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018.

VAZ, Luiz Carlos. **Luiz Carlos Vaz**: entrevista [out. 2019]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas (RS), 2019. 3 arquivos .mp4 (210 min.).

## Fontes Impressas

JORNAL GAZETA PELOTENSE. Pelotas (RS), nºs 0 a 90, set. 1976/jan. 1977.

JORNAL TRIZ. Pelotas (RS), nº 1, out./1976. (Reprodução). In: CAZARRÉ, Lourenço. **50 tons de rosa**: Pelotas no tempo da ditadura. 1ª ed. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2016.

## Fontes Digitalizadas

ACERVO ESTADÃO. **Leia o manifesto "Em Nome da Verdade: os Jornalistas e o Caso Herzog"**. N. 30.939, p. 15, 3 de fevereiro de 1976. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,leia-o-manifesto-em-nome-da-verdade-os-jornalistas-e-o-caso-herzog,70003608358,0.htm>. Acesso em: 3 jan. 2021.

ARIAS, Juan. Por que eu amo o EL PAÍS. Meus 44 anos escrevendo para este jornal. **Jornal El País**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/editoriais/2020-10-02/por-que-eu-amo-o-el-pais-meus-44-anos-escrevendo-para-este-jornal.html>. Acesso em: 2 out. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 25 de março de 1824**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 5 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em: 12 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm). Acesso em: 12 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 12 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-16-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-16-69.htm). Acesso em: 13 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei no 972, de 17 de outubro de 1969**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0972.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0972.htm) >. Acesso em: 13 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 1.428, de 2 de dezembro de 1975**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1428.htm). Acesso em: 12 dez 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D83284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D83284.htm). Acesso em: 13. dez. 2019.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Mortos e desaparecidos políticos/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL, Bruno. **Opinião.** Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/opiniaio/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

COOJORNAL. Porto Alegre (RS), **nº 9, out/1976, nº 12, jan/1977.** Disponível em: <http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/conteudo/acervodigital/coojornal/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

CPDOC. **“Pacote de abril”.** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CPDOC. **Rede Brasil Sul de Telecomunicações.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-brasil-sul> (CPDOC/FGV). Acesso em: 20 nov. 2020.

EBC. **Primeira transmissão de rádio no Brasil completa 90 anos.** 2016. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/2012/09/primeira-transmissao-de-radio-no-brasil-completa-90-anos>. Acesso em: 13 nov. 2020.

EXPRESSO EMBAIXADOR. Disponível em: <http://www.expressoembaixador.com.br/a-embaixador>>. Acessado em: 18 nov. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 1980.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

IMPrensa ALTERNATIVA. **Memórias da Ditadura.** Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/>> Acesso em: 15 jan. 2020.

INSTITUTO WLADIMIR HERZOG. **Biografia de um jornalista.** Disponível em: <https://vladimirherzog.org/biografia/>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

IVC BRASIL. **Fundação do IVC.** Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#!/institucional/fundacao>>. Acesso em: 20 nov. 2019

INSTITUTO DE ARTES/UNICAMP. **Imagens do Sagrado - Entre Paris Match e O Cruzeiro.** Disponível em: <https://hosting.iar.unicamp.br/docentes/fernandodetacca/ImagensdoSagrado/revistas.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. **Guapé e Pelé garantem novos grandes prêmios de reportagem no Brasil.** 10 de maio de 1963, 1<sup>o</sup> Caderno. Disponível em:  
<[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=39594&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=39594&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>. Acesso em 31 jul. 2019.

JORNAL DIÁRIO POPULAR. **Inaugurada a exposição de Edmar Fetter.** Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/politica/inaugurada-a-exposicao-de-edmar-fetter-125327/?>>. Acessado em: 15 fev. 2019.

JORNAL EL PAÍS. **Documento da CIA relata que cúpula do Governo militar brasileiro autorizou execuções.** 10 de maio de 2018. Disponível em:  
<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675\\_975787.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html)>. Acesso em: 15 ago. 2018.

JORNAL FOLHA DE S. PAULO. **Doca Street, assassino de Ângela Diniz, morre aos 86 anos em São Paulo.** Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/doca-street-assassino-de-angela-diniz-morre-aos-86-anos-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2020.

JORNAL O GLOBO. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro.** 31 de agosto de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 20 dez. 2020.

JORNAL OPINIÃO. **O rei da Belíndia, o economista visitante e o Produto Interno Bruto.** 19 de agosto de 1974, ed. 93, p. 14. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123307&Pesq=Bel%c3%adndia&pagfis=2066>. Acesso em: 10 out. 2020.

JORNAL ZERO HORA, **Você já leu um livro de Aldyr Garcia Schlee?** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2018/11/voce-ja-leu-um-livro-de-alstyr-garcia-schlee-cjosvz8w0fud01pidt1a5y1e.html>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MEMÓRIA GLOBO. **O caso Time-Life.** Disponível em:  
<https://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/caso-time-life/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Lei Falcão silencia campanha eleitoral.** Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lei-falcao-silencia-a-campanha-eleitoral>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Abertura lenta e anistia parcial.** s.d. Disponível em:  
<<http://memoriasdaditadura.org.br/abertura-lenta-e-anistia-parcial/>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa.** Disponível em:  
<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=croqui>. Acesso em: 20 fev. 2021.

OBSERVATÓRIO DE IMPRENSA. **IVC Brasil apresenta nova marca e muda nome.** Disponível em: <[http://observatoriodeimprensa.com.br/grande-pequena-imprensa/\\_ed842\\_ivc\\_brasil\\_apresenta\\_nova\\_marca\\_e\\_muda\\_nome/](http://observatoriodeimprensa.com.br/grande-pequena-imprensa/_ed842_ivc_brasil_apresenta_nova_marca_e_muda_nome/)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PELOTAS 13 HORAS. **Confira o discurso proferido por Aldyr Garcia Schlee durante recebimento do título de professor emérito da Ufpel.** Disponível em: <<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/confira-o-discurso-proferido-por-aldyr-garcia-schlee--durante-recebimento-do-titulo-de-professor-emerito-da-ufpel-f27ea4d6-7772-4809-a7a0-5031912d6c03>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SALOMÃO Scliar. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.** São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa622508/salomao-scliar>>. Acesso em: 3 de fev. 2019.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Porto Alegre. Informe confidencial 146, de 26 de setembro de 1983. Referência: APA ACE 7135/83. 5 páginas. Acervo: Arquivo Nacional. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_83007135\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_83007135_d0001de0001.pdf). Acesso em: 11 jan. 2020.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Porto Alegre. Informe confidencial 1337, de 30 de março de 1977. Referência: PB no 340/752/APA/77. 12 páginas. Acervo: Arquivo Nacional. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/ggg/84009396/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_84009396\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/84009396/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84009396_d0001de0001.pdf). Acesso em: 11 jan. 2020.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Porto Alegre. Informe Confidencial 1702, de 9 de agosto de 1977. Referência: PB no 713/752/APA/77. 5 páginas. Acervo: Arquivo Nacional. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/ggg/85010598/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_ggg\\_85010598\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/85010598/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85010598_d0001de0001.pdf). Acesso em: 11 jan. 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Supremo decide que é inconstitucional a exigência de diploma para o exercício do jornalismo.** 2009. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717>. Acesso em: 21 nov. 2020.

TRANSPORTADORA VAPTVUPT. **História.** Disponível em: <<http://www.transportadoravaptvupt.com.br/>>. Acessado em: 18 nov. 2019

## TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

BANDEIRA, Ana da Rosa. **Diário Popular de Pelotas/RS: a forma gráfica de um projeto editorial (1890 2016).** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em

Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre (RS), 2018. 268 f.

BITTENCOURT, Rosa Aparecida. **Gazeta Pelotense, uma história**. 1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Curso de Comunicação Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas (RS), 1989.

CAETANO, Rosendo da Rosa. **O nazi-fascismo nas páginas do Diário Popular: Pelotas, 1923 – 1939**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

GONÇALVES, Mariana Couto. **“Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto”**: a modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

LESCHKO, Nadia Miranda. **Inventário para a Memória da Indústria Gráfica em Pelotas/RS – 1920**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, 2011.

MOREIRA, Nicolás Nagle. **BP Color: Análisis, características y diferencia con la prensa uruguaya de entonces**. Trabajo Final de Carrera (Licenciatura en Comunicación Periodística) - Facultad de Comunicación y Diseño. Universidad ORT Uruguay, Montevideo, 2006. 219 p.

PADRÓS, Enrique Serra. **América Latina: reforma, revolução e contrarrevolução nos anos 60**. In: Como el Uruguay no hay: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS), 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6149>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978- 1985)**: Memórias de atuações contra a ditadura. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

ROSA, Roger Alexandre Oliveira da. **O Diário Popular e o golpe de março/abril de 64**. 1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Curso de Comunicação Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas (RS), 1989.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2007.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Online

BARRIONUEVO FILHO, Arthur. Política de comércio exterior e crescimento industrial no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 37, n. 2. São Paulo: FGV, 1997. Disponível em: <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-37-num-2-ano-1997-nid-45177/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

FACCIN, Milton Julio. Zero Hora, a voz que une os gaúchos. **VII Encontro Nacional de História da Mídia, Mídia Alternativa e Alternativas Midiáticas**, 19 a 21 de agosto de 2009, Fortaleza (CE). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Zero%20Hora-%20a%20voz%20que%20une%20os%20gauchos.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. As Reformas de Base. In: **A trajetória política de João Goulart**. CPDOC/FGV, 2004. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As\\_reformas\\_de\\_base](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base). Acesso em: 20 out. 2019.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979. **Biblioteca Digital Paulo Freire/UFPB**. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_educacao\\_e\\_mudanca.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf). Acesso em: 1 fev. 2019.

GADOTTI, Moacir. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979. Biblioteca Digital Paulo Freire/UFPB. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_educacao\\_e\\_mudanca.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf). Acesso em: 1 fev. 2019.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. 2006. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/118/117>. Acesso em: 18 nov. 2018.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Historicidade e visualidade urbana na Revista Pelotas Memória: 1989-1991**. 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/16842>. Acesso em: 30 jul. 2018.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3466>. Acesso em: 8 jan. 2019.

MEZARROBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **SUR**. Vol. 7, n. 13, dez. 2010, p. 7525. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/16028855.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PEDROSA, Oswaldo; CORRÊA, Antônio. **A crise do petróleo e os desafios do pré-sal**. FGV Energia: Caderno Opinião, fevereiro de 2016. Disponível em: [https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/oswaldo\\_pedrosa\\_petroleo.pdf](https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/oswaldo_pedrosa_petroleo.pdf). Acesso em: 23 nov. 2020.

SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. A emergência do “moderno” conceito de revolução. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, n. 26, jan-abri, ano 2018, 122-147- DOI: 10.15848/hh.v0i26.1300. Disponível em: <<https://doi.org/10.15848/hh.v0i26.1300>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

TELES, Janaína de Almeida. **A abertura dos arquivos da ditadura militar e a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/files/a%20abertura%20dos%20arquivos%20da%20ditadura.pdf>. Acesso em 25 nov. 2019

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. **Poesias de Francisco de Sá de Miranda. Halle, 1885**. Disponível em: < <http://purl.pt/23578>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

## Bibliografia Impressa

ABRAMO, Claudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **A mídia na transição democrática brasileira**. Sociologia (Lisboa), v. 48, p. 53-65, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.); LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERRIERA, Marieta de Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 200p.

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. Trad. e apres. Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003. 176 p. (Coleção Espírito Crítico).

AGUIAR, Flávio. **Imprensa Alternativa**: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: MARTINS; DE LUCA, História da imprensa no Brasil, 2008.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. O golpe de 1964 e o voto popular. **Novos estudos CEBRAP**, nº 98, São Paulo, mar. 2014.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978) - O exercício cotidiano da dominação e da resistência**: O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

\_\_\_\_\_. "Mortos sem sepultura". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**. São Paulo: EDUSP//IOESP/FAPESP, 2002.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 2ª Ed. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil 1900-2000. 2a ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história (Tese VIII). In: \_\_\_\_\_. **O anjo da história** (Organização e tradução de João barrento). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991. 216 p.

\_\_\_\_\_. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUCS, 2004. 264 p. (Coleção História).

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: censura, repressão e resistência. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 237-267, jul. 2013.

CAZARRÉ, Lourenço (Org.). **50 tons de rosa**: Pelotas no tempo da ditadura. 1ª ed. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2016.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cruz. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. Capítulo V. p. 161-209.

DUARTE, Celina Rabello. A Lei Falcão no projeto de abertura. In: **Cadernos Intercom (Boletim Intercom 39)**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

ESPERANÇA, C. G. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-251, jun./dez. 2006.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Iberoamericanos**. PUCRS, vol. XXIV, n. 2, p. 269-289, dezembro 1998.

\_\_\_\_\_. **“Uma Poeira de acontecimentos minúsculos”**: algumas considerações em torno de contribuições teórico-metodológicas da micro-história. São Leopoldo: História Unisinos. v. 4, nº 2, p. 201-203, Maio/Agosto 2006.

FICO, Carlos. “O Golpe”. In: **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FONTCUBERTA, Mar de; BORRAT, Héctor. **Periódicos**: sistemas complejos, narradores em interacción. 1ª ed. Buenos Aires: La Corujía, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir (Org.) *et ali*. **Paulo Freire, uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

GASPAR, Ricardo Carlos. **A trajetória da economia mundial**: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. São Paulo: Cadernos Metrópole/PUC, vol. 17, nº 33, maio 2015.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 507 p.

\_\_\_\_\_. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 417 p. (As ilusões armadas).

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 525 p. (O sacerdote e o feiticeiro).

GENTILLI, Victor Israel. O jornalismo brasileiro nos anos 1970. In: **10º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2001, Brasília, 2001.

GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. 4ª reimpr. São Paulo: Editora Schwartz, 1989.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 67-92, jul. 2016.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido. Fundamentos da Ciência dos Jornais**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história: escrevendo a história de nosso próprio tempo. In: \_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-184.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Doeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Mídia e política: algumas questões de método**. II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica) - GT: Comunicação e Democracia, 2007.

LENE, Hérica. O “fato jornalístico” como conceito crucial no Jornalismo e suas imbricações como “fato histórico” e “fato social”. **Revista Ecopós**. v. 17, n. 2. Rio de Janeiro (RJ): Perspectivas, 2014.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**, tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

\_\_\_\_\_. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Paulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Ensaio de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

MANUAL DE NORMAS UFPEL PARA TRABALHOS ACADÊMICOS. Pelotas: Editora da UFPel, 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/normas-da-ufpel-para-trabalhos-academicos/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MEDITSCH, Eduardo; FARACO, Mariana Bittencourt. O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. XXVI, n. 1, janeiro/junho 2003.

MEDITSCH, Eduardo. Paulo Freire nas práticas emancipadoras da comunicação: ainda hoje, um método subutilizado no Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. Publicação da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. Ano 13, n.25 (2ª sem. 2016). São Paulo: ALAIC, 2016. 200p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MENDONÇA, Sônia. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Humanismo e terror. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. In: CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

MIGUEL, L. F. **Meios de comunicação de massa e política no Brasil**. Diálogos Latinoamericanos. Aarhus (Dinamarca), v. 3, p. 43-70, 2001.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques. **Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p.155-194.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos**: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Proj. História.**, São Paulo (15), abr. 1997.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. REVEL, Jacques (Org.). Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Editora UEL, 2013.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 324 p.

RITTER, Eduardo; LARGUE, Anderson de Moreira. Rádio Pelotense: 90 anos de radiojornalismo e esporte. **10º Encontro Nacional de História da Mídia** (GT de História da Mídia Sonora), 2015.

RUBIRA, Luís (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. v. 3. Pelotas (RS), 2014. 640 p.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada**: Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). Pelotas. Ed. Universitária, 2003,

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 7ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente. **Ditadura e Transição Democrática no Brasil**: o Golpe de Estado de 1964 e a (Re)construção da Democracia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. 380p.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *In*: Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). São Paulo: **Revista Brasileira de História**, 2004. v. 24, nº 47, p.13-28.

TOSI, Giuseppe; SILVA, Jair Pessoa de Albuquerque e. A justiça de transição no Brasil e o processo de democratização. *In*: **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. TOSI, Giuseppe et al., (Organizadores). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 348p. (Coleção Direitos Humanos)

VARGAS, Jonas M. **Os barões do charque e suas fortunas**: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos Editora, 2016.

VECCHIO, Daniel. Da história-problema à narrativa micro-histórica. **Revista de Literatura, História e Memória**. Pesquisa em Letras no contexto Latino-Americano e Literatura, Ensino e Cultura. Cascavel (PR): Unioeste. Vol. 13, nº 21, 2017, p. 417-441.

WEINSTEIN, Bárbara. Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária - a cobertura da greve em O Estado de S. Paulo 1902-1907. *In*: CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa**: algumas considerações metodológicas. *Revista História e Historiografia*. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985.

## TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa, matrícula nº19104044, declaro para todos os fins que o texto em forma de (X) Dissertação de mestrado ou ( ) Tese de Doutorado, intitulado **Gazeta Pelotense, ensaio para uma imprensa de transição (anos 1970)**, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 2 de junho de 2021.



ASSINATURA